

A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS. Cem anos depois.

Volume 2 - INÉDITOS



Organizadores

Cidoval Moraes de Sousa

Jivago Correia Barbosa

 eduepb


EDITORA
A UNIÃO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Prof^a. Célia Regina Diniz (Reitora)

Prof^a. Ivonildes da Silva Fonseca (Vice-Reitora)



EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Cidival Morais de Sousa (Diretor)

CONSELHO EDITORIAL

Alessandra Ximenes da Silva (UEPB)
Alberto Soares de Melo (UEPB)
Antonio Roberto Faustino da Costa (UEPB)
José Etham de Lucena Barbosa (UEPB)
José Luciano Albino Barbosa (UEPB)
Melânia Nóbrega Pereira de Farias (UEPB)
Patrícia Cristina de Aragão (UEPB)

EXPEDIENTE EDUEPB

Erick Ferreira Cabral (*Design Gráfico e Editoração*)
Jefferson Ricardo L. A. Nunes (*Design Gráfico e Editoração*)
Leonardo Ramos Araújo (*Design Gráfico e Editoração*)
Elizete Amaral de Medeiros (*Revisão Linguística*)
Antonio de Brito Freire (*Revisão Linguística*)
Danielle Correia Gomes (*Divulgação*)
Efigênio Moura (*Comunicação*)
Carlos Alberto de Araujo Nacre (*Assessoria Técnica*)
Thaise Cabral Arruda (*Assessoria Técnica*)

Depósito legal na Câmara Brasileira do Livro - CDL

P222 A Paraíba e seus problemas [recurso eletrônico] : cem anos depois / organização e apresentação de Cidival Morais de Sousa e Jivago Correia Barbosa ; prefácio de Monique Cittadino. – Campina Grande : EDUEPB, A União, 2024. 338 p. : il. ; 15 x 21 cm. – (v. 2 : inéditos).

ISBN: 978-65-5221-010-4 (Impresso)

ISBN: 978-65-5221-011-1 (4.200 - E-book)

ISBN: 978-65-5221-012-8 (1.200 - Epub)

1. História da Paraíba. 2. José Américo de Almeida. 3. Condições Socioeconômicas da Paraíba. 4. Parahyba e seus Problemas - obra. 5. Geografia Paraibana. I. Título.

21. ed. CDD 981.33

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Mirelle de Almeida Silva – CRB-15/483



EDITORA INDEXADA NO SCIELO DESDE 2012



EDITORA FILIADA A ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500
Fone: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

Cidoval Moraes de Sousa
Jivago Correia Barbosa
Organizadores

A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS

Cem anos depois

VOLUME 2 - INÉDITOS





GOVERNO DA PARAÍBA

João Azevêdo Lins Filho | Governador
Lucas Ribeiro | Vice-governador
Nonato Bandeira | Secretário de Comunicação
Institucional



Gerências

Fernando Moura | Presidente
Fernanda Albuquerque | Vice-presidente
Janete Lins Rodriguez | Gerente do Museu Casa
Lidiana Cavalcanti | Gerente de Administração e Finanças
Lúcia Guerra | Gerente de Documentação e Arquivo
Nadígila Camilo | Gerente da Biblioteca

PROJETO “A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS: PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES” (SECTIES/FAPESQ/FCJA)

Jivago Correia Barbosa | Coordenador/IFPB/FCJA
Ana Andréa Vieira de Castro | Pesquisadora/NDHIR/UFPB/FCJA
Enzo Cabral Fernandes Vieira | Bolsista História/UFPB/FCJA
Thayná Fernandes Ferreira | Bolsista Letras/UFPB/FCJA



EMPRESA
PARAIBANA DE
COMUNICAÇÃO

Naná Garcez de Castro Dória | Diretora Presidente
William Costa | Diretor de Mídia Impressa
Rui Leitão | Diretor de Rádio e TV
Amanda Lacerda | Diretora Administrativa, Financeira e
de Pessoas



GRÁFICA
A UNIÃO

Alexandre Macedo | Gerente Executivo
Bevenuta Sales | Revisão

GRÁFICA
A UNIÃO

Nilton Tavares | Gerente Executivo de Produção Gráfica
Marcio Oza | Gerente Operacional de Artes Gráficas
Naudimilson Ricarte | Arte da Capa
Marcio Oza | Diagramação
Gráfica A União | Impressão

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
<i>Monique Cittadino</i>	
APRESENTAÇÃO	19
<i>Cidoval Moraes de Sousa</i> <i>Jivago Correia Barbosa</i>	
A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS E A RENOVAÇÃO CULTURAL DOS ANOS VINTE	31
<i>José Octávio de Arruda Mello</i>	
POLÍTICA, ECONOMIA E MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: A MOVIMENTADA DÉCADA DE 1920	53
<i>Jean Patrício da Silva</i> <i>Maria de Fatima Mascena Santos</i>	
A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS - UMA INTERPRETAÇÃO	59
<i>Zélia Almeida</i>	
JOSÉ AMÉRICO DIAGNOSTICANDO A TRANSFORMAÇÃO DA PARAÍBA	77
<i>Carlos Brandão</i>	

UMA OBRA SECULAR	91
<i>Francelino Soares de Souza</i>	
A CONSTRUÇÃO DE A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS	97
<i>Francisco Sales Cartaxo Rolim</i>	
“A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS”: CEM ANOS DE UM LIVRO ÍMPAR	123
<i>Francisco Gil Messias</i>	
A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS: INFLUÊNCIAS SOBRE A ATUAÇÃO DE JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA À FRENTE DO MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS (1930-1934)	133
<i>Jivago Correia Barbosa</i>	
<i>Ana Andréa Vieira de Castro</i>	
<i>Enzo Cabral Fernandes Vieira</i>	
<i>Thayná Fernandes Ferreira</i>	
JOSÉ AMÉRICO: O DEMIURGO DE TAMBAÚ	179
<i>Luciano Albino</i>	
JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA: O LUTADOR INCANSÁVEL	185
<i>Otamar de Carvalho</i>	
APÊNDICE	333

PREFÁCIO

A década de 1920, marcada no plano nacional pelo signo da efervescência e dinamismo, foi palco de significativas transformações que se operaram nas mais diversas esferas, da política à cultural, da econômica à social. Os seus primeiros anos assistiram à criação do Partido Comunista do Brasil (PCB), representativo dos interesses do emergente proletariado; à organização da Semana de Arte Moderna, que punha em questão os valores culturais e estéticos vinculados ao nosso secular colonialismo, colocando na ordem do dia o tema do nacionalismo e da cultura popular; e ao surgimento dos primeiros movimentos reivindicatórios no seio da oficialidade do Exército brasileiro, que avançariam ao longo da década. A década foi marcada ainda pela dinamização da economia, com o avanço do processo de industrialização que se aproveitava da superação da conjuntura internacional do pós-guerra, responsabilizando-se por deixar a sociedade mais complexa e diversificada. Tinha-se, assim, a ampliação de uma classe média envolvida com atividades comerciais, profissões liberais e com a burocracia estatal, e da classe operária diretamente envolvida nas atividades fabris. Nesse momento, registravam-se as primeiras alterações no liberalismo estatal frente às relações capital versus trabalho. Paralelamente, assistia-se ao incremento do mundo urbano concomitante ao crescimento industrial. Todas essas questões estiveram associadas aos episódios representativos do esgotamento da concertação entre as oligarquias estaduais para o controle da

política do país, que fundariam no movimento de 1930, responsável por redirecionar as bases do estado nacional.

No que concerne às relações inter-regionais, prenunciava-se a articulação econômica entre as regiões e, no caso do Nordeste, registrava-se o crescimento das suas exportações para o centro-sul do país, cabendo a ele, na divisão regional do trabalho que se instalaria plenamente no país a partir dos anos 1930, o papel de produtor de matérias primas para a crescente indústria que se instalava no Sudeste. Tal movimento consolidaria a sua subordinação frente a essa última.

Na Paraíba, os primeiros anos da década viram a oligarquia capitaneada por Epitácio Pessoa chegar ao seu apogeu. Era o governo estadual de Solon de Lucena (1920-1924), coincidente em parte com a presença de Pessoa à frente da Presidência da República (1919-1922). Controlando a máquina voltada para o combate às secas (é na sua gestão que a Inspetoria de Obras Contra as Secas é federalizada, transformando-se na Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS), Epitácio Pessoa aperfeiçoou a chamada “indústria das secas”, fazendo com que o combate aos efeitos da estiagem deixassem de se limitar aos meros socorros públicos emergenciais ou à realização de frágeis construções de pouco apuro técnico, sistematizando-se em grandes obras de infraestrutura, sejam as hidráulicas, sejam as viárias, edificadas sobretudo em propriedades particulares de aliados cujos interesses eram atendidos. A “indústria das secas”, com seu capital expandido, garantia ao governador Solon de Lucena uma margem ampliada para a concessão de “patronagem” aos seus correligionários, elemento-chave na configuração das relações de poder entre o estado e o município. Afinal, era no comando dos municípios e de seus coronéis, base na qual se operava o controle do eleitorado, que repousava o domínio oligárquico. Assim, a gestão de Solon de Lucena teve garantido, durante metade do seu mandato, o recebimento de verbas federais antes alocadas quase que exclusivamente

aos estados sulistas, o que fez com que a “indústria das secas”, em atividade desde o império e institucionalizada como política pública ao longo da Primeira República, atingisse a sua plenitude, além de assegurar à Paraíba uma distribuição mais equitativa dos recursos frente aos demais estados da região¹.

Ao mesmo tempo, o governo estadual se beneficiava com a dinamização da economia local proporcionada pela ampliação das exportações de algodão para o mercado nacional. Foram tempos extremamente favoráveis, que começaram a se alterar a partir da substituição na Presidência da República de Epitácio Pessoa pelo paulista Arthur Bernardes, seguida da interrupção abrupta no fornecimento das verbas que alimentavam a “indústria das secas”. Afinal, para o novo governante, o Nordeste já havia se beneficiado sobremaneira com a liberalidade praticada por Epitácio Pessoa. Iniciava-se, então, para Solon de Lucena, uma fase em que minguavam as verbas, afetando a saúde financeira do estado e ameaçando a sua relação com os integrantes da base oligárquica epitacista.

É nessa conjuntura que José Américo de Almeida foi convidado pelo governador Solon de Lucena a escrever um relatório que pudesse ser utilizado para solicitar a Arthur Bernardes a continuidade das obras contra as secas e que viria a se tornar um livro, “A Paraíba e seus problemas”, oficialmente publicado em dezembro de 1923, mas dado a público no início de 1924. Acontece que José Américo, areiense filho da aristocracia agrária paraibana, vinculava-se à corrente política liderada por seu tio, Walfredo dos Santos Leal, derrotada em

1 José Américo aponta que até a presidência de Epitácio Pessoa, a Paraíba, dentre os estados nordestinos, foi sempre o menos favorecido com os recursos destinados pelo governo federal para o combate às secas, assim como não sediou serviços ou comissões com este fim, nem tampouco foi contemplada com projetos e estudos para realização das “obras de salvação”, como acontecera com outros estados nordestinos (Almeida, 1923, p. 226-232).

1915 por Epitácio na disputa pela hegemonia no estado. Como a ruptura entre os dois grupos não foi absoluta, e muito menos duradoura, Américo, que desde 1911 exercia o cargo de Procurador-Geral do Estado, indicado que fora pelos adversários de Epitácio Pessoa, progressivamente aproximou-se de chefias locais do epitacismo e do próprio líder. Em 1922, recebia o convite que resultou no livro em que expunha as ações do ex-Presidente no que se refere às soluções adotadas para o combate à estiagem, mas, sobretudo, que findou em uma obra “...onde ele revela grande erudição sobre a história e os problemas nordestinos, sobretudo a seca, que o livro trata de maneira exaustiva” (Camargo e Raposo, 1984, p. 28).

A “Paraíba e seus problemas”, cartapácio de 637 páginas em sua primeira edição, publicada pela imprensa oficial do Estado, esgotou-se rapidamente, tendo o seu lançamento repercutido fora da Paraíba, a tomar-se, por exemplo, dentre outras, a extensa matéria do escritor, jurista e professor Odilon Nestor, publicada no Diário de Pernambuco de 30 de março de 1924, que caracterizou o livro como “...obra moderna de geographia economica cujo valor não será preciso exaltar” e a nota do jornal carioca A.B.C.: Política, Actualidades, Questões Sociaes, Letras e Artes, de 05 de julho deste mesmo ano, enfatizando tratar-se de um livro “...em que as questões vitais daquela terra são detalhadas e postas ao exame dos nossos economistas, pensadores e governantes”.

Rapidamente, “A Paraíba e seus problemas” tornou-se importante fonte de referência para os estudiosos não só da Paraíba como da questão regional nordestina. Sua segunda edição, de 1937, embora mutilada, posto que subtraída dos capítulos que versavam sobre as obras públicas realizadas por influência de Epitácio, foi publicada não mais por editora local, pertencente ao estado, e sim, pela Livraria do Globo, da longínqua Porto Alegre, dentro da coleção “Biblioteca de Investigação e Cultura”, dirigida por Josué de Castro, que também

elaborou o seu prefácio. Deste renomado geógrafo, mereceu os seguintes comentários, que convém reproduzirmos pelo reconhecimento dos seus méritos:

‘A Paraíba e seus problemas’ constituiu o primeiro estudo sólido, de conjunto, sobre a estrutura física e cultural desta região do Brasil, ainda tão mal conhecida cientificamente. (...) Livro de inestimável valor, para todos os que se interessam por nossos problemas de ordem geográfica, econômica e histórica, porque nele encontram subsídios indispensáveis à interpretação de inúmeros traços e complexos de nossa organização econômico-social (Almeida, 1937, p. 5-6).

A partir daí, “A Paraíba e seus problemas” correria o país, vindo a ser publicado em outras quatro edições (em 1980, novamente pela paraibana A União, e em 1994, 2012 e 2024, pelo Senado Federal), de forma que o livro findou por vir a público em seis momentos diferentes ao longo de um século. No momento do seu centenário, a publicação desta segunda *Fortuna Crítica* é uma forma de celebrar a sua existência, rememorar as suas discussões e atualizar, com novas problematizações oriundas das preocupações suscitadas por uma realidade histórico-social que se alterou profundamente, o sentido da obra americista. Afinal, o fazer historiográfico é alimentado pelas preocupações coetâneas aos que se dedicam ao ofício de construir a História. Assim, voltar ao “A Paraíba e seus problemas” é também praticar o exercício de olhar para a Paraíba do século XXI, analisando os avanços e as permanências na sua trajetória.

A presente *Fortuna Crítica* agrupou um conjunto heterogêneo e, ao mesmo tempo, articulado, de autores. De formações variadas, posto que constituído por historiadores, economistas, escritores,

advogados, tendo alguns ocupado cargos técnicos em órgãos públicos, sem esquecermos dos ainda estudantes de graduação já envolvidos em projetos de pesquisa, os autores dos nove artigos que compõem este livro possuem como ponto de intersecção a preocupação, no campo teórico e/ou prático, com as questões em torno da relação entre Estado e sociedade. Dos que estiveram diretamente envolvidos com o planejamento estatal e com a implementação de políticas públicas, passando pelos que pesquisam a temática ou se utilizam da produção historiográfica correlata, todos eles apresentam como foco das suas preocupações as questões econômico-sociais e a discussão sobre o papel que cabe ao Estado no enfrentamento dos problemas delas decorrentes. Nesse sentido, a questão regional e o Nordeste, ou mais especificamente, a Paraíba, ocupam lugar central em suas respectivas trajetórias profissionais e/ou acadêmicas, de forma que a obra de José Américo é deveras conhecida por todos e, mesmo que escrita há um século, continua a reverberar, influenciando os autores ao levantar discussões que ressoam nos dias que correm.

Desta forma, não é surpresa que, nos textos elaborados por este conjunto multifacetado de autores, sobressaia o destaque dado ao pioneirismo de José Américo em produzir um texto em que o planejamento estatal com vistas à promoção do desenvolvimento de uma determinada região ocupa lugar central, justificando a sua elaboração. Afinal, não podemos nos esquecer que, em larga medida, “A Paraíba e seus problemas” foi encomendado pelo oficialismo estadual, visando à continuidade da ação estatal federal diante da mazela dos efeitos da estiagem. Esse pioneirismo é evidente ao nos lembrarmos que, no início da década de 1920, quando a Grande Depressão ainda não se pronunciara atingindo as economias do mundo ocidental, os termos da economia clássica predominavam, e as elaborações teóricas que advogavam a intervenção estatal para recuperação do ciclo econômico, com o abandono da perspectiva da

autorregulação dos mercados, de matriz keynesiana, ainda estavam por serem definidas. Assim, Zélia Almeida, em “**A Paraíba e seus problemas - uma interpretação**”, enfatiza como José Américo antecipou uma nova abordagem, nas suas palavras, “Excepcional [...] de intervenção governamental em crises cíclicas. Antecipou-se às políticas contra crises, no mundo”, enquanto Carlos Brandão, no mesmo diapasão, em “**José Américo diagnosticando a transformação da Paraíba**”, centra sua discussão no que considera a grande relevância da obra: a visão que antecipa as discussões futuras acerca da importância do papel do Estado na promoção do desenvolvimento, através de ações planejadas, e na superação de problemas que afetam os interesses da coletividade. Assim, para Brandão, José Américo prenuncia “...com a sua força analítica e intuitiva muitos conceitos e perspectivas teóricas que viriam a ser desenvolvidas muito depois por grandes pensadores sociais”, a exemplo de Celso Furtado, Albert Hirschman, Ignacio Rangel e Gunnar Myrdal. Já Otamar de Carvalho, lastreado em larga bibliografia com a qual coloca “A Paraíba e seus problemas” em diálogo, esmiuça, em seu longo texto, intitulado “**José Américo de Almeida: o lutador incansável**”, os diversos capítulos presentes no livro, além de atualizar, com dados oriundos de suas próprias pesquisas, aspectos levantados e discutidos por Américo, e enfatizar a vinculação do Autor com as futuras concepções teóricas desenvolvimentistas: “José Américo de Almeida pode ser considerado um pioneiro do desenvolvimento, da Paraíba e do Nordeste. Icônico escritor desse Estado, emprestou grande contribuição às atividades de estudo, planejamento e execução de obras para o desenvolvimento da Paraíba”.

Tendo a questão do desenvolvimentismo como eixo norteador, o texto de Jivago Correia, Ana Andréa Castro, Enzo Cabral e Thayná Fernandes, “**A Paraíba e seus problemas: influências sobre a atuação de José Américo de Almeida à frente do Ministério**

da **Viação e Obras Públicas (1930-1934)**”, traz uma abordagem inovadora: utilizando duas ordens distintas de documentos – o livro “A Paraíba e seus problemas” e os dois relatórios oficiais produzidos por José Américo a respeito da sua passagem, entre 1930 e 1934, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, editados no formato de livros –, procura correlacionar o discurso de Américo de 1924 com a sua práxis na década seguinte. Após proceder à discussão de três dos 14 capítulos do livro de Américo (“O martírio”, “O problema das distâncias” e “A solução hidráulica”), aqueles fundamentalmente relacionados com as secas e seus efeitos sobre a população sertaneja e a economia paraibana, os autores observaram que as medidas sugeridas por Américo significavam mais um plano desenvolvimentista para o estado, e menos ações paliativas para minorar os efeitos das secas. Contudo, com base na análise dos dois relatórios ministeriais, eles identificaram que as medidas implementadas pelo órgão no âmbito da Paraíba reinstitucionalizavam a “indústria das secas” com vistas ao atendimento dos interesses do grupo ao qual o escritor se vinculava, ou seja, as oligarquias do brejo paraibano. Restou constatada, portanto, para os autores, a desvinculação entre as elaborações constantes do texto de 1924 e as políticas públicas implementadas pelo escritor quando ocupava um cargo no governo, voltadas, no caso da Paraíba, à dominação política. Sem dúvida, vale a pena conferir os dados empíricos levantados.

Tema correlato à política desenvolvimentista é a questão regional, que é levantada por diversos autores ao também apontarem para o pioneirismo de Américo. José Octávio, por exemplo, após trazer em **“A Paraíba e seus problemas e a renovação cultural dos anos vinte”** os primórdios da discussão historiográfica sobre a conceituação de Nordeste, caracteriza o livro na perspectiva da discussão regional, conceito que só então começava a se estruturar. Brandão também não se descarta desse aspecto, ao enfatizar que, para

nosso Autor, a Paraíba não se encontrava isolada, sendo influenciada pela dinâmica das vinculações com os planos regional e nacional: “Neste sentido, intuitivamente e de forma ainda pouco elaborada, ele [José Américo] dá o primeiro passo que todo diagnóstico regional deve ter: situar região no contexto histórico de evolução da divisão inter-regional do trabalho”. Francisco Gil Messias, em **“A Paraíba e seus problemas: cem anos de um livro ímpar”**, tomando a etimologia do termo “ignota” – “desconhecida, ignorada” –, destaca que subjacente a esse conceito repousava, para Américo, a questão das desigualdades regionais fruto do esquecimento ao qual a Paraíba era relegada pelos poderes públicos e que garantia ao estado a sua situação de desconhecimento e abandono. Situação, aliás, para Gil Messias, não superada, e presente atualmente.

Ao abordarem a questão regional, não fugiu à análise dos críticos aqui presentes o problema secular da subordinação da Paraíba a Pernambuco, observado por José Américo e apontado como o responsável pelo grande entrave ao desenvolvimento do nosso estado. José Octávio salientou a consciência que Américo tinha a esse respeito, tendo ele percebido “... que essa dependência acentuou-se com a estrada de ferro que chegou a Campina, em 1907, margeando a mata seca pernambucana e a região paraibana de Itabaiana. Campina Grande tornou-se, então ‘cidade pernambucaníssima’, por canalizar a produção sertaneja da Paraíba para o porto do Recife”. Da mesma forma, Brandão destacou como, para José Américo, Recife e seu Porto, por onde circulava a produção paraibana, “... conspira[va]m contra o desenvolvimento da Paraíba”.

A partir do consenso entre os autores desta coletânea de que a Paraíba e a obra americista não podem ser analisadas fora do eixo regional e nacional, a recuperação deste contexto não foi esquecida. Jean Patrício e Maria de Fátima Santos, no capítulo **“Política, Economia e Movimentos Sociais no Brasil: a movimentada**

década de 1920” apresentam os campos social, cultural, político e econômico que marcaram a década de 1920 no Brasil e que enquadram, portanto, a Paraíba daquele período, José Américo e o processo produtivo de “A Paraíba e seus problemas”, enquanto José Octávio recompõe a conjuntura dos anos 1920 nos planos internacional e nacional, marcada pela emergência da modernidade. Na sua avaliação, os signos do modernismo também chegaram à Paraíba através do conjunto de obras contra as secas e se manifestaram, sobretudo, no campo político e cultural, com destaque para o setor jornalístico. Já Francisco Sales Cartaxo Rolim, autor de “**A construção de A Paraíba e seus problemas**”, elucida as disputas pelo poder travadas na Paraíba a partir de meados da década de 1910, explicando a ascensão do governador Solon de Lucena e inserindo José Américo no seio desses jogos políticos. Zélia Almeida, descendo ao nível municipal, destaca o papel exercido por Areia, berço do escritor: “O poder político do Estado emanava de Areia, com nomes salientes, que influenciavam as decisões da Paraíba, com ênfase. A produção cultural de escritores, publicação de livros e jornais faziam de Areia um polo econômico-cultural ...”.

Se a conjuntura em que surge a obra centenária de José Américo foi abordada pelos autores desta coletânea, os condicionantes subjetivos não poderiam ficar de fora. E será Cartaxo Rolim, no seu saboroso texto, que se dedicará a essa tarefa, a partir de uma questão provocativa: “Nenhum outro cidadão na Paraíba e, talvez, no Brasil, afora José Américo escreveria, naquela época, um livro do vigor de *A Paraíba e seus problemas*”. Ele fundamenta essa colocação a partir do diálogo com outras obras memorialísticas do Autor, reconstruindo aspectos biográficos que lhe garantiram a exclusividade para esse intento: a sua capacidade de observação, a sua formação intelectual e o controle da literatura sociológica e historiográfica até então existente, a saber, “... os elementos determinantes da natureza, da

abrangência e do curso da empreitada a que se propôs José Américo de Almeida”. Assim, Cartaxo Rolim nos apresenta como Américo forjou, desde a infância, a sua capacidade de “enxergar o que os outros apenas viam”; como desenvolveu, a partir do curso de Direito e do ingresso na vida profissional, a sua formação intelectual e erudita; e, com base no acesso a um vasto acervo bibliográfico, como se municiou do suporte teórico necessário à redação de “A Paraíba e seus problemas” e à elaboração das análises nele presentes. Nesse último aspecto, Cartaxo Rolim teve a sensibilidade de “enxergar” as referências que sustentaram a obra americista – a literatura sociológica então publicada no mundo, a ampla bibliografia sobre a realidade brasileira e os artigos sobre o Nordeste e a Paraíba constantes nas revistas de Institutos Históricos e Academias –, além das fontes documentais por ele consultadas (Mensagens de governo, relatórios e jornais). Para Cartaxo Rolim, foram esses os elementos que permitiram a José Américo a construção de análises certeiras como a relativa à estiagem: “Impressiona a síntese da evolução do *martírio das secas*, feita por um jovem que, como já assinalado, desde criança entrara em contato direto com o mundo real ao seu redor: o clima de serra, o chão úmido do brejo, em contraste gritante com a aridez sertaneja. Ele soube captar, com realismo, causas e conseqüências de agudos problemas nordestinos e divisar suas potencialidades”.

Finalmente, um último ponto que destaco no conjunto desta Fortuna Crítica é a análise de “A Paraíba e seus problemas” sob o viés dos seus aspectos literários. José Octávio, p. ex., destaca como “A Paraíba e seus problemas” está na matriz de futuras obras de Américo, assumindo a “... condição de eixo temático do autor que dele retirou toda evolução criadora”, no que é acompanhado por Francelino Soares de Souza, autor de “**Uma obra secular**”, e Gil Messias. Ainda, esses dois últimos enfatizam como o livro influenciou o romance regionalista, mais especificamente, para Francelino de

Souza, a “... chamada Geração Regionalista do Nordeste (Geração de 30), que nos deu escritores que sobrelevaram esses mesmos problemas existenciais do nordestino”.

“A Paraíba e seus problemas” é um livro poderoso. Poderoso por expor toda a potência emanada da terra e do homem do sertão; poderoso pela capacidade de impressionar e comover os seus leitores; poderoso por manter sua vitalidade, mesmo após cem anos de sua publicação original; poderoso por trazer questões que remetem à atualidade do nosso estado; poderoso por continuar a suscitar novas e diversas problematizações como as trazidas nesta *Fortuna Crítica*, as quais ampliam o conhecimento acerca deste grande texto e enriquecem a nossa historiografia. Aos leitores, os votos de que, instigados pelas discussões colocadas por este conjunto de autores, descubram “A Paraíba e seus problemas”, experimentem o poder desta obra fascinante e se deleitem com a riqueza que ela traz. Afinal, ao fim e ao cabo, ela é a nossa grande homenageada, a razão de ser do presente trabalho.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, José Américo de. **A Parahyba e seus problemas**. Parahyba: Imprensa Oficial, 1923.

CAMARGO, Aspásia e RAPOSO, Eduardo. **O Nordeste e a política**: diálogo com José Américo de Almeida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

João Pessoa, 10 de outubro de 2024.

Monique Cittadino

Departamento de História/UFPB

APRESENTAÇÃO

Em 1922, José Américo de Almeida recebeu do presidente da Paraíba, Solón de Lucena, a incumbência de elaborar um relatório que reconhecesse os benefícios outorgados pelo presidente da República, o paraibano Epitácio Pessoa (1919-1922), para o estado, naquele período, sobretudo as obras direcionadas “[...] como solução do problema das secas” (ALMEIDA, 2012, p. 27). A escolha do seu nome não é obra do acaso, pois José Américo já havia ocupado o cargo de promotor de justiça em Sousa (PB) (1908), de procurador geral do estado (1922) e já havia escrito a sua primeira novela, intitulada “Reflexões de uma cabra” (1922). Ainda nos anos de 1922 e 1923, se tornou um dos principais colaboradores da revista “Era Nova”, escrevendo os artigos iniciais da revista, abrindo as portas para diversos escritores paraibanos. Além da sua bagagem profissional e intelectual, ele pertencia a uma das mais importantes oligarquias da Paraíba, comandada pelo tio materno, Walfredo Leal, que havia sido presidente do estado entre 1905 e 1908, substituindo o então presidente eleito Álvaro Machado – que havia deixado o cargo para assumir uma vaga no Senado Federal.

Ao lado do jornalista Celso Mariz, José Américo começou a percorrer o território paraibano para a feitura do relatório que, posteriormente, seria publicado em formato de livro com o nome de “A Paraíba e seus problemas”, em 23 de dezembro de 1923. Entretanto, um ano antes, em dezembro de 1922, já era registrada na capital federal (Rio de Janeiro) a notícia da elaboração do relatório a partir

das longas visitas que foram realizadas pela dupla, em parceria com o deputado estadual paraibano, Frederico Cavalcanti e com o engenheiro José D'Ávila Lins:

Parahyba do Norte - Diversas notícias

PARAHYBA, 1 – Regressaram do interior do Estado os Deputados Frederico Cavalcanti, Avila Lins, Dr. José Americo Almeida e o jornalista Celso Mariz, que foram até Lavras, depois de visitarem os serviços da grande barragem no Boqueirão de Piranhas, S. Gonçalo e Pilões.

Os excursionistas percorreram 1650 kilometros de automovel e 178 de estrada de ferro, estes ultimos de S. João do Rio do Peixe a Paiancó e Lavras, afóra 4 kilometros de rios (O Commercio (RJ) - Data: 02/12/1922).

Destarte, mais que um esforço físico e intelectual, pode-se considerar que a construção da escrita do referido livro representou para José Américo uma complexa missão política de defender e explicitar a importância das chamadas “obras contra as secas” desenvolvidas na Paraíba por Epitácio Pessoa, em um momento em que o ex-presidente sofria inúmeras críticas por parte da imprensa sulista e de seus opositores, devido aos altos investimentos e gastos públicos provenientes das referidas obras na região Norte e, sobretudo, no estado paraibano.

Dividido em 14 capítulos, a obra contribuiu para a interpretação do meio ambiente levando em consideração as particularidades geográficas do estado paraibano, descrevendo também as características da população que habitava as diversas microrregiões, os principais problemas da Paraíba na década de 1920 e as possíveis soluções encontradas pelo autor a partir da leitura de algumas obras que eram referência à época, além da sua vivência empírica pelo sertão paraibano.

A recepção da obra e os impactos do seu lançamento foram registrados durante todo o ano de 1924, em dezenas de matérias veiculadas em revistas – a exemplo da “Era Nova” – e em diversos jornais nos estados da Paraíba (A União e O Jornal), de Pernambuco (Diário de Pernambuco), do Pará (Jornal A Província do Pará), do Rio de Janeiro – então capital federal (Jornal do Commercio) e em São Paulo (Correio Paulistano). Nesses registros históricos², é possível verificar as análises de diversos intelectuais de projeção regional, nacional e internacional – escritores, jornalistas, economistas, juristas, clérigos e políticos – que passaram a se comunicar com José Américo a partir da leitura da obra: Gilberto Freyre, José Lins do Rego, Oliveira Viana, Rocha Pombo, Raynero Maroja, Nuno Pinheiro, Fidelino de Figueiredo (sociólogo - Lisboa), além de Epitácio Pessoa.

Devido à grande repercussão da publicação de “A Paraíba e seus problemas” em âmbito local, regional e nacional, Solón de Lucena acaba nomeando José Américo para o cargo de consultor jurídico do Estado, no dia 8 de maio de 1924, e, em seguida, procurador geral do Estado no dia 5 de junho. O fato é que a escrita deste livro serviu para alavancar, definitivamente, a carreira pública e política do autor, tornando o “homem de areia” um escritor que alcançaria projeção nacional³ bem antes da publicação de “A Bagaceira” (1928).

2 Esses dados foram coletados pela equipe que atua no projeto de pesquisa intitulado: “**A Paraíba e seus problemas: permanências e transformações**” (FCJA/SECTIES/FAPESQ) e estarão disponíveis para consultas no sítio Fundação Casa de José Américo de Almeida: <https://fcja.pb.gov.br/>

3 O telegrama de Epitácio Pessoa corrobora com tal projeção: “RIO, 10 – Seu talento, competência e integridade são penhores seguros da elevação com que desempenhará o cargo de consultor jurídico. O governo do Estado merece parabens pela acertada escolha. Cordeas saudações. – EPITACIO PESSOA” (A União, 13/05/1924).

Cerca de quarenta e sete anos depois da publicação de “A Paraíba e seus problemas”, José Américo lança o livro “Eu e Eles” (1970) e nesta obra ele afirma:

Essa vida retirada serviu-me para sistematizar meus estudos. Comprando livros diretamente na França, na Itália e na Inglaterra, além dos espanhóis adquiridos no Rio, originais e traduções dos idiomas que eu não conhecia, organizei uma grande biblioteca. Fiquei preparado para escrever “A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS”, o que tenho de melhor, embora um pouco enfático (ALMEIDA, 1970, p.22).

Em 2023 e 2024, estamos celebrando os 100 anos da publicação desta obra que superou as expectativas iniciais, tornando-se, segundo Josué de Castro, um “[...] verdadeiro livro de ciências” (*apud* ALMEIDA, 1980, p.26). É justamente com o objetivo de comemorarmos este centenário, que reunimos neste livro intitulado “**A Paraíba e seus Problemas Cem Anos Depois**”, nove artigos que são fruto de estudos e pesquisas inéditas que abordam esta obra secular, reunindo interpretações de excelência, seus impactos na cena política nacional, instigando análises sobre as permanências e transformações de questões sociais, políticas e econômicas, tanto no âmbito estadual como no regional.

O primeiro texto, que abre a sequência de artigos inéditos, foi escrito pelo professor e historiador José Octávio de Arruda Mello e tem como título “**A Paraíba e seus problemas e a renovação cultural dos anos vinte**”. No início do artigo, o autor narra os acontecimentos que marcaram as primeiras décadas do século XX, a partir de um panorama internacional e, em seguida, nacional, explicando como o Brasil foi forçado a desenvolver a indústria de bens de consumo a partir dos efeitos da I Guerra Mundial, além dos movimentos

políticos, ideológicos e culturais que surgiram durante esse período – tenentismo, a Semana de Arte Moderna, a criação do Partido Comunista, o Centro Dom Vital e a Escola Nova, além dos intelectuais em âmbito nacional, regional e local que buscaram interpretar o país e suas regionalidades, deixando um legado indelével. Na Paraíba, a força da imprensa e de seus diversos intelectuais contribuíram e influenciaram, efetivamente, para a confecção do relatório de José Américo que, posteriormente, transformou-se em livro. Dessa forma, José Octávio relembra os motivos que levaram Solón de Lucena a convidar José Américo e Celso Mariz para a elaboração do referido relatório, demonstrando que a obra, concluída apenas pelo primeiro, tornou-se um esforço “supraestadual” de interpretação, utilizando a História, a Geografia e a Sociologia, que supera a ideia inicial do presidente Solón de Lucena, de mera descrição das obras que haviam sido construídas a partir dos investimentos carreados pelo presidente da República, o paraibano Epiácio Pessoa, para a região.

O segundo texto, de autoria de Jean Patrício e Maria de Fátima Santos, possui como título **“Política, Economia e Movimentos Sociais no Brasil: a movimentada década de 1920”**. O autor e a autora iniciam o artigo a partir de um panorama político, social e econômico da década de 1920, tomando como referência o contexto internacional e nacional, dando ênfase a morte do então presidente da República Rodrigues Alves, em 1918, o que acarretou a necessidade de uma nova eleição presidencial. Para a disputa, concorreram o paraibano Epiácio Pessoa e o baiano Rui Barbosa, vencendo o primeiro, com o apoio das oligarquias paulista e mineira. Entretanto, posteriormente a realização do pleito, o texto aponta que existiram diversas tensões entre o governo de Epiácio e os militares, “[...] o que faria eclodir a primeira de uma série de manifestações armadas e comandadas pelos tenentes, que se multiplicaram até o final da década” (SILVA; SANTOS, 2023). Além dos embates políticos

registrados nessa época, o texto aponta para outros aspectos históricos, a exemplo das reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras do país em busca de melhores condições de trabalho, a efetivação dos direitos trabalhistas, a revolta dos “18 do forte” no Rio de Janeiro e o surgimento da “Coluna Prestes”. Por fim, o autor e a autora concluem que os acontecimentos vivenciados nos anos de 1920 tornaram-se uma espécie de “prenúncio” em relação aos acontecimentos históricos que seriam descortinados, a saber: a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque, a ascensão dos regimes totalitaristas, a “Revolução” de 1930 e a chegada de Getúlio Vargas ao poder.

O terceiro artigo, intitulado **“A Paraíba e seus problemas - uma interpretação”** foi escrito pela professora e economista Zélia Almeida. De início, a autora faz menção a importância da cidade de Areia, na zona do brejo paraibano, por ser a cidade natal de José Américo e por ter abrigado a primeira escola de ensino superior da Paraíba, a Escola de Agronomia do Nordeste (EAN), criada em 1934 e inaugurada em 1936, que passou a formar diversos profissionais nas áreas de Agronomia e Zootecnia. Em seguida, a autora faz menção ao centenário de **“A Paraíba e seus problemas”** e as inúmeras contribuições advindas da obra que, na visão dela, tem como objetivo central “[...] mostrar as causalidades – das secas – e consequentes elementos que se distribuem pelo território-Paraíba” (ALMEIDA, 2023). Dando sequência, a autora faz uma síntese dos capítulos do livro – **“Terra Ignota”, “O Clima”, “A Redenção”, “O Martírio”,** dialogando com os temas da seca, a política hidráulica, a construção do porto de Cabedelo e a construção das estradas, tão necessárias para o desenvolvimento econômico do estado paraibano.

O quarto artigo, **“José Américo diagnosticando a transformação da Paraíba”** foi escrito por Carlos Brandão e traz uma breve recapitulação histórica da origem familiar de José Américo e menciona a importância de **“A Paraíba e seus problemas”** como

uma obra precursora que aborda conceitos importantes sobre o desenvolvimento regional, antecipando o debate que seria postulado anos depois. Na visão do autor, José Américo realizou “[...] um ambicioso diagnóstico dos problemas e das possibilidades do Brasil, do Nordeste e da Paraíba” (BRANDÃO, 2023). Importante ressaltar que o referido artigo também faz menção aos conflitos de interesses existentes entre os vários atores políticos mencionados por José Américo em seu livro, apontando como solução o “solidarismo”, o “corporativismo” e a utilização do “desenvolvimento científico” para a ampliação da produção, articulando “[...] educação, ciência, tecnologia e desenvolvimento” (BRANDÃO, 2023).

Em seguida, temos o artigo intitulado **“Uma obra secular”**, de Francelino Soares de Souza que, sem alterar o contexto proposto pela coletânea de artigos, afirma que “A Paraíba e seus problemas” estaria no mesmo rol de outras obras consagradas, a exemplo de “Os Sertões”, de Euclides da Cunha ou até “Casa Grande e Senzala”, de Gilberto Freyre. Para o autor, existe um elo condutor que perpassa as obras escritas por José Américo – “A Paraíba e seus problemas” (1923), “A Bagaceira” (1928), “O Boqueirão” (1935) e “Coiteiros” (1935): a análise da vida rural que se desenvolve a partir das desigualdades e do abandono social que são frutos das “adversidades da natureza”, sobretudo da seca e de suas consequências. Para o autor, Américo possuía as prerrogativas necessárias para a construção de uma obra de grande porte, já que era um exímio pesquisador e um intelectual que conhecia os meandros da política local, regional e nacional.

O sexto artigo foi escrito por Francisco Sales Cartaxo Rolim e se chama **“A construção de A Paraíba e seus problemas”**. Nele, o autor afirma que “A Paraíba e seus problemas” foi muito mais do que um “[...] relatório ufanista, de exaltação ao presidente Epitácio Pessoa, transformou-se num livro extraordinário para

ajudar a conhecer a Paraíba e o Nordeste, no começo do século XX” (ROLIM, 2023). Para ele, a obra de José Américo foi lastreada por estudos e pesquisas sobre as particularidades regionais à luz da sociologia, da antropologia e, sobretudo, da economia. Outra singularidade apontada por Francisco Rolim é a trajetória de José Américo que, diferentemente de outros intelectuais brasileiros, construiu a sua formação intelectual na região Nordeste – Paraíba e Pernambuco – e no Rio de Janeiro na época em que atuou como ministro da Viação e Obras Públicas. Por fim, o autor defende a tese de que nenhum outro escritor, além de José Américo, teria a capacidade de elaborar um livro na dimensão de *A Paraíba e seus problemas*, justificando a sua afirmação a partir de três elementos que compunham a elaboração da obra: “[...] a) a vivência e capacidade de observação do autor do livro; b) sua formação intelectual, erudita, adquirida de maneira autodidata; c) a utilização do conhecimento histórico disperso em pioneiros estudos (ROLIM, 2023).

O sétimo artigo, **“A Paraíba e seus problemas”**: cem anos de um livro ímpar, é de autoria de Francisco Gil Messias. Para o autor, o livro centenário trata-se de uma “pioneira radiografia da realidade paraibana”, onde José Américo realiza o levantamento dos problemas existentes no estado paraibano e propõe as possíveis soluções, porém, essas propostas nunca foram efetivadas. Segundo Gil Messias, a confecção de “*A Paraíba e seus problemas*” só foi possível graças à diversidade da formação intelectual do ilustre cidadão da cidade de Areia que já havia “[...] estreado como ficcionista com a novela ‘Reflexões de uma cabra’, de modo que podemos afirmar que no ‘homem de Areia’ a ficção e o ensaio surgiram praticamente ao mesmo tempo” (MESSIAS, 2023). O autor destaca, ainda, a relação entre a confecção desta obra secular (1923) e suas influências sobre a escrita de José Américo no romance “*A Bagaceira*” (1928), obras pioneiras que contribuíram, de forma efetiva, para a inauguração do

regionalismo nordestino. Aponta também as desigualdades regionais existentes desde o período colonial e como a Paraíba tem sido “esquecida” pelo poder central, um “histórico abandono” que vem interferindo diretamente no desenvolvimento econômico do Estado, “carente de grandes investimentos”, daí o termo utilizado por José Américo para nominar o primeiro capítulo de “A Paraíba e seus problemas”: “Terra ignota”. Por fim, o autor relembra que Américo pôs em prática as soluções – propostas em seu livro – para a superação dos problemas existentes no estado paraibano, logo após assumir o Ministério da Viação e Obras Públicas durante o chamado Governo Provisório (1930-1934) e, posteriormente, quando se tornou governador da Paraíba, entre os anos de 1951-1956.

O oitavo artigo foi nomeado de “**A Paraíba e seus problemas: influências sobre a atuação de José Américo de Almeida à frente do Ministério da Viação e Obras Públicas (1930-1934)**” e foi elaborado pelo professor e historiador Jivago Correia, pela arquivista Ana Andréa Castro (NDIHR/UFPB) e pelos estudantes de graduação Enzo Cabral (História/UFPB) e Thayná Fernandes (Letras/UFPB). Segundo os autores e autoras, a escolha deste tema ocorreu durante o desenvolvimento do projeto de pesquisa intitulado “A Paraíba e seus problemas: permanências e transformações”, inserido no contexto do centenário de lançamento da obra. Durante o desenvolvimento dos estudos e pesquisas, surgiu a ideia de realizar uma análise comparativa entre o conteúdo exposto na obra “A Paraíba e seus problemas” (1923) – mais especificamente os capítulos III (“O martírio”), VII (“O problema das distâncias”) e VIII (“Política hidráulica”) – e a atuação de José Américo no Ministério da Viação e Obras Públicas (1930-1934). Uma questão norteadora embasa o debate desenvolvido no artigo: “[...] como José Américo, enquanto ministro, conseguiu (ou não) pôr em prática e dar continuidade às obras que haviam sido iniciadas no estado paraibano pelo então presidente Epitácio

Pessoa, que acabaram sendo abandonadas após o término da sua gestão e que foram descritas no livro?” (BARBOSA *et al*, 2023). A partir deste questionamento, busca-se compreender as ações e possíveis contradições entre o discurso presente em “A Paraíba e seus problemas” e a atuação de José Américo enquanto ministro. Como metodologia, foram utilizadas algumas fontes primárias, a exemplo do jornal A União e dois importantes relatórios oficiais publicados por José Américo: “O Ministério da Viação no Governo Provisório” (1933) e “O Ciclo Revolucionário do Ministério da Viação” (1934), além da tese “A integração dos ‘Brasis’: José Américo de Almeida e o Ministério da Viação e Obras Públicas durante o Governo Provisório (1930-1934)” (BARBOSA, 2019).

O penúltimo texto da coletânea é do professor e pesquisador da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Luciano Albino. Segundo ele, o livro “A Paraíba e seus problemas” tem densidade política e sociológica e pode ser considerado um esforço compreensivo semelhante ao que Euclides da Cunha fez em “Os Sertões”, só que no contexto paraibano. E acrescenta: mas não é “só isso”. Para Albino, é no contexto de disputa entre coronéis – os da capoeira e do canavial, de um lado, e os de maresia e cafés, de outro -, que a obra de José Américo de Almeida toma forma e define um eixo argumentativo coerente, nos documentos formais como em “A Paraíba e seus Problemas” e nos literários, como em “A Bagaceira”. Significa afirmar que a sociologia e a literatura de Almeida possuem a mesma motivação conjuntural.

No último capítulo, o mais extenso da coletânea, o agrônomo, economista e grande pesquisador do Semiárido, Otamar de Carvalho, defende que a contribuição de “A Paraíba e seus Problemas” para o desenvolvimento regional é muito relevante. Na sua opinião, José Américo pode ser considerado um pioneiro do desenvolvimento, da Paraíba e do Nordeste: emprestou grande contribuição às atividades

de estudo, planejamento e execução de obras para o desenvolvimento da Paraíba e contemplou, de forma inovadora, o estudo de questões relacionadas às instituições responsáveis pela promoção do desenvolvimento regional, ainda que na época de sua publicação houvesse apenas uma instituição atuando neste sentido: a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas-IFOCS. No entanto, para Carvalho, essa “notável contribuição” foi muito pouco reconhecida, além de não referenciada pelos que cuidaram dessas questões nos anos pós-1950. No entedimento de Carvalho, quem se der ao trabalho de ler e estudar o livro “A Paraíba e seus problemas”, “com a atenção e os cuidados devidos”, verá quão adequados são os ensinamentos nele contidos a respeito do desenvolvimento em bases regionais.

Esta coletânea, nos seus limites, é, de um lado, uma pequena introdução à obra centenária de José Américo, e de outro, outro um convite provocador para a leitura de “A Paraíba e seus problemas” pelo viés do desenvolvimento em bases regionais.

João Pessoa, abril de 2024.

Cidoval Moraes de Sousa

Universidade Estadual da Paraíba/UEPB

Jivago Correia Barbosa

Instituto Federal de Educação da Paraíba/IFPB

Fundação Casa de José Américo (FCJA)

A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS E A RENOVAÇÃO CULTURAL DOS ANOS VINTE

José Octávio de Arruda Mello

No capítulo “O Homem do Norte” de *A Paraíba e seus Problemas* (1923, 1937, 1983) José Américo de Almeida refere-se ao ex-Presidente Rodrigues Alves, salientando que

[...] o desaparecimento desse egrégio brasileiro coincidiu com um estado político e social que sacudiu o mundo em soluções violentas.

Convulsionava-se a condição geral. Um pensamento de desordem, em arrancos subversivos, excitava as maiorias espoliadas.

Era uma febre de reivindicações que arremetia contra os velhos moldes e ameaçava subverter as bases políticas e sociais (1983, p. 286).

1 O PANORAMA INTERNACIONAL.

Trata-se da década de vinte do século passado que, egressa da chamada Grande Guerra 1914/18, tumultuava o mundo nas suas dimensões internacional, nacional e local.

No plano mundial, coincidindo com a derrocada dos impérios russo, alemão, austro-húngaro e otomano, dos quais, segundo Eric Hobbbsbawm, somente sobreviveria o primeiro, sob a máscara do marxismo-leninismo, o comunismo soviético da revolução de 1917 tentava expandir-se.

Este, todavia, encontrava pela frente as velhas classes dominantes, que, na Itália, com o fascismo de Mussolini, em 1922, e na Alemanha, com os *freikorps*, renunciando o nazismo de Hitler empurravam o mundo para a direita. Esse também era o caminho de Portugal e Espanha onde as frágeis estruturas de recentes Repúblicas não tardariam a procriar salazarismo e franquismo.

A exceção corria por conta dos Estados Unidos em que a social democracia do *New Deal* constituía a rooseveltiana resposta ao *crack* da bolsa em 1929. Em compensação, com o Plano Tanaka, no Japão, em 1925, o militarismo afiava suas garras enquanto na vizinha China, Chiang-Kai-Sheck, proscrevendo os comunistas em 1927, neutralizava os impulsos renovadores do Kuomintang.

Com a queda da bolsa de Nova Yorque, o mundo ocidental parecia desabar, o que explicava, ao final da década, a ascensão dos militares na América Latina, das Argentina, Colômbia e Peru. O mesmo verificava-se nos Uruguai e Chile, ao tempo em que sinistro oligarquismo caudilhesco se preparava para imperar no Caribe.

2 BRASIL E NACIONALISMO.

Ante a vigência da República Velha brasileira (1889/1930) foi nas áreas cultural e ideológica que essas modificações mais se manifestaram.

Tal proveio do setor econômico onde a industrialização, por via da substituição de importações, acelerada entre 1916 e 24, representou a alternativa do Brasil à interrupção dos suprimentos estrangeiros

ocasionada pela guerra. Com isso, a economia brasileira passou a produzir, aqui, principalmente em bens de consumo leve, como vestuário e alimentação, o que até então importávamos.

Isso significou a industrialização de São Paulo, favorecido pela imigração e capacidade ociosa de suas empresas. Distrito Federal, que era o Rio de Janeiro, e pontos esparsos do território nacional, como Juiz de Fora, Blumenau e Joinville, Rio Grande, Salvador, Recife e Belém.

O Brasil que até então importava as doutrinas estrangeiras ao lado dos respectivos bens de consumo, passou a reorientar essa sistemática, na medida em que a industrialização nos induzia a olhar para dentro de nós mesmos.

O fenômeno motivou o nacionalismo que então vicejou, na área militar com o tenentismo, no segmento cultural com a Semana de Arte Moderna, no campo ideológico com a criação dos Partido Comunista e Centro Dom Vital, à esquerda e direita, e no setor pedagógico com a Escola Nova. Era em bloco que a sociedade se movia.

Foi essa a época da predominância de autores como Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha e Alberto Torres, não por acaso da predileção de José Américo – favorecidos por sociedades de estudos batizadas com seus nomes. A operação marca o advento da Sociologia, voltada para a realidade brasileira, mediante autores como Pontes de Miranda, Oliveira Vianna e Gilberto Freyre.

3 PELA INTERPRETAÇÃO DO BRASIL.

O mais acabado produto dessa realidade residiu no ensaio coletivo “À Margem da História da República”, organizado por Licínio Cardoso, como discípulo de Torres.

Embora nas expressões de Darcy Ribeiro constitua “um muro de lamentações”, expressou algo novo, graças aos instrumentos

de análise, utilizados por Carneiro Leão em Educação, Gilberto Amado em Política, Nuno Pinheiro em Finanças, Oliveira Vianna em Sociologia, Pontes de Miranda em Direito Constitucional, Jonathas Serrano em Religião, e Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde) e Ronald de Carvalho, em Literatura.

A interpretação do Brasil que provinha dos modernistas de 1922 e, na década seguinte, oficializaria a História Social, com Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda, em seus modelos culturalista, marxista e social democrata, virara moda.

4 PARAÍBA E INTERPRETAÇÃO SOCIAL.

Sem alterar a modesta estrutura agropastoril, foi na área política e cultural que a Paraíba sintonizou com essa realidade.

Compreendendo não apenas barragens e açudes, mas pontes, escolas, campos de experimentação de frutas e algodão, estações de remonta, quartéis, estradas de ferro e rodagem, assim como linhas postais e telegráficas, as obras contra as secas representarão o *pivot* dessa dinâmica.

Favorecidas pelo próprio Presidente da República, o paraibano Epitácio Pessoa, elas gerarão administrações urbanas como Solón de Lucena e João Pessoa, este às vésperas da Revolução de 30, no Estado, e Walfredo Guedes Pereira, na capital. Isso no plano administrativo.

No campo cultural, a década produziu estudos como o prefácio a Augusto dos Anjos, por Orris Soares, nas vésperas de 1919, e os “Apanhados Históricos” de Celso Mariz, em 1920, seguindo-se Alcides Bezerra com “Ensaio de Crítica e Philosophia”, também em 20, Álvaro de Carvalho com seus “Ensaio de Crítica”, em 1920 e 24, várias publicações de Coriolano de Medeiros, em 1925 e 30, a “Campanha Revisionista” de Botto de Menezes, em 1926, a segunda

edição do “Cancioneiro do Norte” de Rodrigues de Carvalho, em 1928, e os artigos jornalísticos da década, de Octacílio de Albuquerque, coligados na coletânea “Nos Pródromos da Revolução”, em 1931.

Como a maioria dessas publicações e as colocações dos jovens esquerdistas Mário Pedrosa, Ademar Vidal e Antenor Navarro des-cambassem para o naturalismo, a Igreja tridentina contestou-os, registrando-se então animadas polêmicas.

Na área literária, o teatro e a poesia também se modernizavam, sendo esse o caso de autores como Orris Soares, Carlos Dias Fernandes, Américo Falcão, Raul Machado, Perilo de Oliveira, Silvino Olavo – tão afirmativo na prosa de ensaios quanto no simbolismo poético – Eudes Barros e a dra. Eudésia Vieira, “muito dada a títulos de efeito”.

5 A FORÇA DA IMPRENSA.

Foi, porém, na imprensa de que aliás, participou José Américo, que a Paraíba se avantajou.

Conforme a pesquisadora Fátima Araújo, o segmento jornalístico, liderado por “A União”, de Carlos Dias Fernandes, em uma das melhores fases, registrou, pelos anos vinte, os jornais “A Tarde”, “O Educador”, “O Combate”, “Diário da Parahyba”, “Jornal do Norte” e “Ação” na capital; segunda fase de “Gazeta do Sertão”, “Correio de Campina”, “O Século” e “A Razão”, em Campina Grande; “Imprensa do Sertão”, “A Gazeta de Sousa” e “Jornal de Sousa” nessa cidade sertaneja; e “O Rebate”, “O Rio do Peixe”, “A Ação” e a bem dotada revista “Flor de Liz”, entre Cajazeiras e São João do Rio do Peixe.

A ampliação da imprensa na Paraíba dos anos vinte tornava-a capaz de alcançar Itabaiana, com a revista “A Cidade” e a futura Solânea com o “Correio de Moreno”. Cidades como Bananeiras, Mamanguape, Areia e Patos multiplicavam seus rápidos jornalecos

Na longínqua Princesa Isabel, funcionava o Grupo Literário Joaquim Inojosa, estimulado pelo Coronel José Pereira, como patrocinador de recitais de música e poesia.

Duas publicações resumiram essa fermentação. Uma, a novela “Fretana” (2ª ed., 1932) com que Carlos Dias Fernandes avivou as peripécias de escritor demitido pela presidência João Pessoa.

A outra é a qualificada revista “Era Nova”. Procedente de Bananeiras, como periódico fundado por Severino Lucena e impresso nos prelos de “A União”, o magazine, de aprimorada feição gráfica, extraiu cem números entre março de 1921 e outubro de 1926.

Apesar das inclinações parnasianas e simbolistas, “Era Nova” expressava a renovação da época, ao acolher colaboração do compositor Alberto Nepomuceno, poetas nicaraguano Rubem Dario e alagoano Jorge de Rima, novelista Mário Sette, cronista João do Rio, romancista Raul Pompeia, teatrólogo Álvaro Moreira e críticos José Verissimo e Olívio Montenegro. Pela angulação paraibana, registrem-se, além de Coriolano de Medeiros, Ademar Vidal, Joaquim Inojosa e Celso Mariz, as motivações regionalistas de Alcides Bezerra, Manuel Feliciano, Pinto Pessoa, Américo Falcão, Flóscolo da Nóbrega e José Américo.

6 GÊNESE E PREPARO DE UM LIVRO.

Foi dentro desse quadro que emergiu o escritor José Américo de Almeida e sua criação “A Paraíba e seus Problemas”.

Para articulista da Academia Teresopolitana de Letras, duas personalidades lideraram o movimento cultural paraibano da década de vinte – Carlos Dias Fernandes e José Américo.

De maneira que, quando o Presidente Epitácio Pessoa, inquieto com as deturpações de suas obras contra as secas, dirigiu-se ao colega estadual Solón de Lucena, solicitando plano capaz de corrigir aquelas

desfigurações, Solón fixou-se em dois nomes para a tarefa – José Américo e Celso Mariz!

Foi com essa finalidade que ambos percorreram a Paraíba para melhor exame da realidade. O futuro deputado e governador Ernani Satyro, ainda menino, lembrava-se deles, passando por Patos, em dezembro de 1922, como hóspedes do pai, o coronel Miguel Satyro.

De volta à capital, como os dois se desviassem, José Américo incumbiu-se sozinho da empresa. Para tanto, passou pelo Rio de Janeiro onde colheu dados junto aos arquivos do Ministério da Agricultura, o melhor da época.

De volta à Paraíba, e trabalhando com dedicação, e sem abdicar da Procuradoria Geral do Estado concentrou-se no livro que ficou pronto no final de 1923. Esta a gênese de “A Paraíba e seus Problemas”.

7 VISUALIZAÇÃO DO NORDESTE

O que tipifica essa obra é a “feição regional”, ou seja, sem considerar o fenômeno das secas, isoladamente o autor inseriu-a no contexto do semiárido, abrangendo as outras unidades regionais, isto é, Piauí, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Ceará (principalmente), Alagoas, Sergipe e Bahia, esta em face da inspiração euclídeana de “Os Sertões”.

Destarte, José Américo compreendia que a Paraíba não devia ser analisada de maneira estanque, fazendo-se mister compreendê-la, no conjunto da região.

Esta, pelos anos vinte, encontrava-se em plena definição, como expressão (Nelson Saldanha) de realidade não geográfica, mas cultural, o que significava “pathos” mais sociológico que físico.

Nesse sentido, a evolução das Ciências Sociais brasileiras rompia com a velha dicotomia Norte-Sul do Brasil. Tanto que o folclorista

Rodrigues de Carvalho, autor, em 1913, do “Cancioneiro do Norte” preparava prefácio para a segunda edição de 1928, onde aparece a expressão “Nordeste”.

Temos, pois, em “A Paraíba e seus Problemas” criação amplamente supraestadual, ou seja, nordestina e a serviço da interpretação de uma região brasileira. O caminho para o entendimento desta constitui exercício de História e Sociologia, a seguir delineado.

8 FORMAÇÃO E CONCEITO REGIONAL.

Prenunciado por pensadores como o pernambucano Arthur Orlando com “Porto e Cidade do Recife” (1912) e sergipano Manuel Bonfim, ao ressaltar a feição não separatista, mas regional, da Revolução de 1817, o conceito de Nordeste ancorou nos especialistas que, instrumentalizando as obras contra as secas, forcejavam por apreender as características peculiares a certas áreas do Brasil.

Eram eles Horace Williams em geologia, Albert Logren e Lutzenburg em botânica, Delgado de Carvalho em climatologia, Roderic Crandall e Horatio L. Small em regime de águas e Albérico Diniz em piscicultura.

Essa a razão por que um dos primeiros a sistematizar a região nordestina foi o engenheiro chefe da Inspetoria das Obras Contra as Secas, Arrojado Lisboa, na conferência “O Problema das Secas”, em 1913. Visualizando a existência no Brasil de microrregiões como “a Amazônia úmida, caatinga seca e mata amena com os campos temperados do sul”, Lisboa compreendia que “dentro em breve se nos amoldarão mais como até aqui ao inflexível critério político-geográfico que vimos adotando”.

Com suas mensagens presidenciais, Epitácio Pessoa muito contribuiu para a descoberta da região. Isso porque a coleta de dados sobre a natureza física da região, o estudo da distribuição e

intensidade das chuvas, o regime das correntes d'água, a natureza geológica dos terrenos, as condições econômicas e o levantamento topográfico por processos expedidos “permitiram dotar os Estados do Nordeste das melhores cartas no gênero.”

9 DE AGAMENON A GILBERTO FREYRE.

Despontaram então dois pensadores inseparáveis do conceito de Nordeste – Agamenon Magalhães e Gilberto Freyre.

Para o futuro governador, cuja tese de livre docência, “O Nordeste Brasileiro”, é de 1922, a região era viável, se favorecida pelo poder público em realizações de infraestrutura técnica, social e econômica. Antecedendo Celso Furtado, ao deslocar o problema do Nordeste para o interior do aparelho de Estado, Magalhães fixou-se na “integração regional”, através do Primeiro Congresso de Salvação do Nordeste, por ele liderado, em 1940, no Recife.

Nele, e ecoando Licínio Cardoso, favorável ao São Francisco, “como rio da unidade nacional”, aparecia outra subregião, a da Comissão do Vale do São Francisco, dotada da hidroelétrica da CHESF, encarregada de energizar a região.

A essa, o governo Vargas acrescentaria, em 1953, o Banco do Nordeste, equipado com auspicioso escritório de projetos, com o que a insistência se tornava “política”.

Reagiu, negando-o, Gilberto Freyre.

Imbuído da Sociologia de Giddings, e, sobretudo, da Antropologia de Franz Boas, o chamado Sociólogo de Apipucos optou por “Nordeste Cultural” derivado de “a vida de cinco ou seis Estados cujos destinos se confundem num só e cujas raízes se entrelaçaram durante os últimos cem anos”.

Daí resultou o esplêndido “Livro do Nordeste que, organizado como suplemento do centenário do “Diário de Pernambuco”, em

1925, reuniu intelectuais dos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas para visualização de temas como “Um século de medicina e higiene no Nordeste”, “Cem anos de agricultura e pecuária no Nordeste”, “As secas no Nordeste”, “Vida Social no Nordeste”, “O movimento abolicionista no Nordeste”, “Cem anos de vida econômica em Pernambuco”, “Um século de vida paraibana”, “Viação férrea no Nordeste”, “A cultura da cana no Nordeste” e “Alagoas no Nordeste”.

Constante de dois magníficos ensaios – “Vida Social no Nordeste” e “A cultura da cana no Nordeste”, além de “A pintura no Nordeste” – a contribuição de G. F. prenuncia a sua obra. Por isso, em 1937, coube-lhe avançar para o ensaio “Nordeste” (6ª ed. 1998) com abundante análise da faixa úmida da cana do açúcar. Consciente de que essa constitui um dos Nordeste, o sociólogo recomendou ao colega Djacir Menezes que se encarregasse de “O Outro Nordeste” (1937, 70, 95), como o do semiárido da pecuária, do couro e do cangaço – O Nordeste do Sertão.

Filhos diletos de “A Paraíba e seus Problemas”, esses dois Nordeste foram reunidos, com intenções reformistas, por Francisco de Oliveira em “Elegia para uma Re(li)gião” (2ª ed. 1977). Nele, discípulos de José Américo, como José Augusto Trindade e Guimarães Duque, a certa altura funcionários das secas, foram utilizados para calçar as reorientações da SUDENE, quase cinquenta anos após as primitivas concepções americistas.

10 NOS DESDOBRAMENTOS DE UM AUTOR.

Um dos méritos de “A Paraíba e seus Problemas” reside na condição de eixo temático do autor que dele retirou toda evolução criadora.

Com efeito, o conflito entre o brejo e o sertão, caro a “A Paraíba”, constitui a questão central de “A Bagaceira” (1928) simbolizada no entrevero entre o senhor de engenho brejeiro (Lúcio) e a retirante sertaneja (Soledade). O tema abre espaço para o choque de culturas entre aquelas subáreas, presente a “O Boqueirão” (1935), ambientado na paralisação das obras contra as secas, pelo governo Bernardes, em 1926.

Curiosamente, José Américo, brejeiro, sempre toma o partido do sertão. Este irrompe com força, mediante o cangaço, em “Coiteiros”, também de 1935.

Quando, em face da Revolução de 30, o autor ocupou o Ministério da Viação e Obras Públicas (MVOP), do Governo Provisório, seus relatórios assumiram a forma de livros – “O Ministério da Viação no Governo Provisório” (1933) e o “Ciclo Revolucionário do Ministério da Viação” (1934). Ambos não são senão a aplicação de “A Paraíba e seus Problemas”, sendo este a teoria e aqueles a prática, máxime no referente às comunicações.

Por tudo isso, José Américo tornou-se o homem da seca. Em sintonia com isso, quando, ministro do Governo constitucional de Getúlio Vargas, em 1953/4, ocorreu sua convocação pela Câmara dos Deputados, o debate com a oposição versou acerca daquele flagelo. Disso resultou o ensaio “As Secas do Nordeste” que assinala certa evolução do pensamento americista da grande açudagem de “A Paraíba” para os pequenos e médios açudes dessas discussões.

Outrossim, a vinculação americista a seu primeiro grande livro terminou por contaminar as memórias “O Ano do Nego” (1968) e “Antes que me Esqueça” (1976). Se o primeiro retoma no conflito de Princesa a competição entre litoral e sertão, “Antes que me Esqueça” sintetiza os valiosos traços histórico-sociais do historiador de “A Paraíba e seus Problemas”.

11 O LIVRO DE UM IDEÓLOGO.

Seguramente, o caráter germinativo de “A Paraíba e seus Problemas” resulta de sua feição euclidiana, sendo “Os Sertões” bastante citado no texto.

De fato, desde o aparecimento, em 1902, a famosa criação impôs certo romantismo sertanista, presente, consoante Pedro Calmon, Alberto Rangel, Gustavo Barroso, Roquette Pinto, Afrânio Peixoto, Domingos Olímpio.

Ao agregar-se a essa corrente, José Américo não produziu livro Sertanista, tocado pelas obras contra as secas, basicamente localizadas no Sertão, como se subordinou ao efeito multiplicador de Euclides, o qual se comunicou a toda sua obra.

Esta, algo ciclópica, refletiu outra condicionante menos visível, mas nem por isso menos efetiva, que foi a de Alberto Torres. Isso porque a noção de problemas, presente ao título de “A Paraíba”, não deixa de evocar “O Problema Nacional Brasileiro” do publicista fluminense. Com isso, a História deixa de significar ornamento para representar levantamento de questões cujo equacionamento impulsiona a coletividade.

Essa empostação torreana reponta no grande livro de José Américo em que alguns capítulos se ocupam dos desafios com que se defrontava a Paraíba, a saber “O Problema das distâncias”, “Política Hidráulica”, “O Porto” e “O Saneamento”.

Temos, pois, em “A Paraíba e seus Problemas”, as bem marcadas ascendências de Euclides da Cunha e Alberto Torres. Ora, como os dois foram considerados ideólogos social e político da República, bem poderíamos estender ao autor de “A Paraíba”, a feição de um pensador, como ideólogo do Nordeste.

12 O PROBLEMA DA HISTORIOGRAFIA

Isto posto, ressaltemos em “A Paraíba e seus Problemas” a base historiográfica, visto como o ensaio principia pelos autores que asseguravam visão de Paraíba até então ignota, isto é, desconhecida.

A lista começa por Beaurepaire Rohan, ultrapassado, todavia, por Ireneo Joffily cujas “Notas sobre a Paraíba” foram publicadas em 1892, com prefácio de Capistrano de Abreu. A valorização do primeiro Joffily deriva da circunstância de que “A Paraíba e seus Problemas” não constitui obra de História, mas de Geo-História, visto como, nas “Notas”, fundiu Geografia com História.

Tanto é assim que os outros estudos paraibanos em que se apoiou Américo filiam-se a essa orientação, tal como Coriolano de Medeiros com seu “Dicionário Corográfico”, João Lyra com “A Paraíba”, José Coelho com “Escorço de Corografia”, o engenheiro Retumba, companheiro de Joffily na “Gazeta do Sertão”, e o historiador Tavares Cavalcante, sem esquecer o documentalista Irineu Pinto e as revistas do IHGP.

De fora da Paraíba, a monografia recorre ao francês Jacques Brunet, para exploração dos minérios, não olvidando o naturalista Charles Darwin e o pessoal das secas, liderado pelos engenheiros Roderic Crandall, Alberto Loefgren e Branner.

Com eles, “A Paraíba e seus Problemas” firma perfil em que a Geo-História maneja Geografia situada fora das correntes deterministas da época.

13 CANGAÇO E BANDITISMO SOCIAL

Ponto de destaque em “A Paraíba e seus Problemas” é o do cangaço onde o autor, segundo José Honório Rodrigues, antecipou as teorias do banditismo social do inglês Eric Hobsbawm em

“Bandidos” (1975) e “Rebeldes Primitivos” (1965, com tradução em 70).

Tal o sentido do capítulo “O Martírio” onde se perfaz cronologia das secas, dentro do entendimento de que essas não constituem fenômeno climático de ausência de chuvas, mas “perturbação social”, desorganizadora da produção.

Datam daí, juntamente com as pestes e elevação do preço das mercadorias, as grandes fomes de 1744/5, 1777, 1793, 1803/4, 1824/5, 1844, 1869, e, principalmente 1877, a chamada “seca grande” que gerou quadrilhas de bandoleiros e salteadores – os “bandidos sociais” do cangaço.

Entre esses, José Américo ressalta Antônio Silvino, que saqueou a Vila de Pilar, Jesuíno Brilhante e Adolfo Meia Noite que ganharam a literatura, bandos erráticos como os Calangros, Liberato, irmãos Viriatos, e ainda as quadrilhas dos Feitosa, Severino Mãozinha e João da Banda, este último dissociado de Silvino.

Deparando-se com esse quadro, “A Paraíba” revela a pujança do escritor diante da seca:

A força destruidora do flagelo em suas invasões paralelas, através dos séculos não tinha sido oposta senão à resistência da raça blindada por um longo sofrimento para todas as reservas do instituto de conservação (ALMEIDA, 1983, p. 161).

E ainda:

A situação no interior da província era dantesca. Os flagelados retrocediam do litoral escarmentados pelo regime colonial que lhes cerceava, duramente, os hábitos da liberdade, quando não lhes infligia piores tormentos e ficavam novamente ao desamparo (ALMEIDA, 1983, p. 206).

14 CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS E MESTIÇAGEM.

Dois dos capítulos mais importantes de “A Paraíba e seus Problemas” são os XII e XIII, intitulados “Consequências sociais” e “Consequências econômicas”.

No primeiro, José Américo, detém-se sobre os grupos de povoamento da Paraíba, daí porque “Consequências Sociais” focaliza, largamente, os contingentes indígenas paraibanos, sendo eles tupis, repartidos entre potiguaras e tabajaras, e tapuias, que incluíam os cariris.

Deplorando os massacres contra os nativos, perpetrados pelos bandeirantes que não eram apenas paulistas, mas também baianos e pernambucanos, José Américo, que discutirá a função povoadora de Domingos Jorge Velho, no capítulo seguinte, não esqueceu a missão colonizadora de sítiantes como Manoel Araújo, expressamente referido.

A preocupação de “A Paraíba e seus Problemas” com os indígenas é tamanha que não só suas nações são nominalmente enunciadas como alguns deles têm referidas as peripécias, tal como ocorrido com os tapuias arius “que estavam aldeados junto aos Cariris com que se chocavam junto a Campina Grande e foram depois seus aliados”. Isso se verifica porque para o autor foi o índio que, principalmente no sertão, plasmou o paraibano, mesclando-se com o colonizador.

O ensaio americista recorre então ao psicologismo de Oliveira Vianna – “a psicologia do paraibano tem características precisas: o sentimento da família, a benevolência, o amor à gleba, o espírito de ordem, a fortaleza de ânimo e a dedicação ao trabalho” – conquanto seja Alberto Torres quem presida a mestiçagem do autor, precursor, nesse ponto, do antirracismo de Gilberto Freyre: “O mestiçamento favorece as realizações da inteligência e da vontade como atesta a história do pensamento e do progresso brasileiro”.

Embora partidário da predominância do índio, na formação étnica do paraibano, porque “a maioria dos nossos mestiços representa o cruzamento da raça branca com o indígena”, “A Paraíba e seus Problemas” não esquece o negro:

O africano mesclou a população rural, nos antigos centros de escravaria, do litoral aos brejos. Rareiam os negros puros, mas os mulatos constituem grande parte dessa camada inferior, cruzados e recruzados. São os *cabras* dos engenhos (ALMEIDA, 1983, p. 525).

O negro vê-se então geográfica e estatisticamente debuxado num quadro em que “fora extraordinário, entretanto, o número de escravos mortos e vendidos para o sul na década 1877/78”. Para José Américo, o grande número de escravos em São João do Cariri explica-se porque

Os fazendeiros dessa região do cariri eram, em grande parte, proprietários nos brejos, principalmente em Alagoa Nova. Os cativos passavam o verão nas fazendas e, durante os meses de inverno, desciam para os trabalhos da lavoura, onde permaneciam a maior parte do ano (ALMEIDA, 1983, p. 524).

15 A PROBLEMÁTICA ECONÔMICA

A questão econômica perpassa toda “A Paraíba e seus Problemas” porque, inúmeras vezes, José Américo se refere ao que no século XVII já ocorrera ao autor de “Diálogos das Grandezas do Brasil”: a subordinação da Paraíba aos portos pernambucanos de Olinda e Recife.

No tocante a José Américo, ele percebeu que essa dependência acentuou-se com a estrada de ferro que chegou a Campina, em

1907, margeando a mata seca pernambucana e a região paraibana de Itabaiana. Campina Grande tornou-se, então “cidade pernambucaníssima”, por canalizar a produção sertaneja da Paraíba para o porto do Recife. A situação só mudaria com o advento do caminhão.

Fora daí, “Consequências Econômicas” representa um dos capítulos mais didáticos de “A Paraíba e seus Problemas”. Refletindo o agropecuarismo da época, o autor concentra-se nessas atividades, espacialmente consideradas.

O coqueiro é muito valorizado no litoral, também receptivo à pesca e “boa madeira de construção e grande variedade de plantas medicinais”. Como, porém, “a pomicultura ainda não logrou uma exploração comercial” salvo quanto às fábricas que aproveitavam caju e jenipapo, o autor logo se debruça sobre o açúcar dos engenhos.

Estes, porém, abrindo caminho para a monocultura foram contidos por “o devorismo da Companhia do Comércio de Pernambuco e da Paraíba” que, juntamente com a anexação da capitania a sua vigência, no século XVIII, geraram a crise e declínio daquela mercadoria.

Constante em “A Paraíba e seus Problemas” é o apelo ao capital e tecnologia de nossos produtos, porque “A Paraíba será um grande produtor de açúcar quando se generalizar o trabalho racional pelo cuidado da seleção das sementes, do preparo das terras, do plantio e do fabrico”.

Não há na Paraíba um só palmo de terra inútil. Partindo desse raciocínio, o ensaio busca fomentar novas atividades econômicas, a saber, borracha, proveniente do bateputá, avalizado pelo agrônomo Alpheu Domingos, pimenta do reino, intentada de parceria com o café, bicho da seda, responsável pela sericicultura, e apicultura, da extração de mel de abelha, e anil com perspectiva na serra do Teixeira; Carnaúba, como “o boi vegetal”, de múltiplas utilidades, e trigo pelo qual se bateram os presidentes Sá e Albuquerque e Beaurepaire Rohan.

Entre as atividades agropecuárias que apresentavam anomalias, “A Paraíba e seus Problemas” volta-se para a mandioca e laranjais da região de Guarabira. Café que antes da praga do “cerococcus” florescia na região de Bananeiras. Fumo, carente de mercado, apesar das iniciativas industriais do Dr. Celso Cirne, pomicultura “vantajosíssima quando houver transporte próprios” e caprinocultura cuja “criação sistemática asseguraria extraordinários lucros pela elevada cotação das peles”.

Em 1922, a Paraíba fazia-se unidade agropastoril com base nos algodões e diversos tipos de gado, o que explica o espaço reservado pela monografia à pecuária e algodão.

Primitivamente empurrado, para fora do litoral, o criatório ambientou-se além dos contrafortes da Borborema, onde o vaqueiro emergiu como tipo característico e a sequência curral – fazenda – arraial – povoação – vila, como marco civilizatório. Contudo, apesar de relevo dos “centros pastoris” essa atividade encontrava-se ainda embrionária.”

Já o algodão paraibano, fortalecido com a guerra de Secessão dos Estados Unidos, ganhou impulso com os três campos experimentais da presidência Solón de Lucena que ampliou a malvacea de fibra longa, paralelamente aos herbáceos e verdão. Para José Américo, todavia, “deveriam ser discriminadas as áreas de cultura, plantando-se uma única variedade em cada lavra para evitar cruzamentos e deter maior cotação nos mercados estrangeiros que exigem a uniformidade”.

O que se repete em “A Paraíba e seus Problemas” é o entendimento de que os produtos paraibanos não se firmavam ou decaíam à falta de tecnologia adequada, “a aplicação da ciência ao aumento da produção”, questão já vista no tocante ao açúcar e algodão porque “A boa semente é a principal segurança do êxito da lavoura e a experimentação indicará os métodos mais aperfeiçoados para uma ação eficiente.”

16 UMA MENSAGEM DE OTIMISMO

“A Paraíba e seus Problemas” torna-se assim, construção de análises e vaticínios.

Atento a anomalias que o tempo reconheceria, tais derribada das matas e ausência de ensino profissional, aponta para insumos como a imigração, “já não digo para solução do problema do povoamento, mas pela influência de outra mentalidade na organização do trabalho”.

Ponto de relevo consiste na possibilidade de exploração dos minérios em que José Américo renunciou as colocações de Celso Mariz que bateria na mesma tecla com a “Evolução Econômica da Paraíba”, em 1939.

Essa a razão porque, como no caso da fartura dos brejos, é otimista a mensagem do autor.

Forneci uma ideia de nosso aspecto econômico, na sua estreita dependência das vidas rural e pastoril, como fundamentos das futuras indústrias comerciais e manufatureiras.

Não alcançamos um franco desenvolvimento, mas não nos estagnamos numa situação de inferioridade (ALMEIDA, 1983, p. 605).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Américo de. *A Paraíba e seus Problemas*. 3.ed., revista, com organização de Eduardo Martins. João Pessoa: DGC/SEC/A União, 1980.

ALMEIDA, José Américo de. *As Secas do Nordeste*. Rio de Janeiro: Ministério da Viação e Obras Públicas, 1953. (Organização de Lopes de Andrade, pelo Serviço de Documentação do MVOP).

- ALMEIDA, José Américo de. *O Ciclo Revolucionário do Ministério da Viação*. 2. ed. Mossoró: Fundação Guimarães Duque; João Pessoa: Casa de José Américo, 1982. (prefácio de Aécio Aquino).
- ANDRADE, José Fernandes de e ARAGÃO, Socorro Silva de (Orgs.). *Aspectos da vida e Obra de José Rodrigues de Carvalho*. João Pessoa: CEJUS, 2017.
- ARAÚJO, Fátima. *Paraíba, Imprensa e Vida - 1826 a 1980*. 2. ed. Revista e atualizada. Campina Grande: Grafit, 1986.
- BARROS, Souza. *A Década de vinte em Pernambuco*. Rio de Janeiro: Editora Acadêmica, 1974.
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Recife: Imprensa Universitária de Pernambuco, 1970. (Introdução e notas de José Antônio Gonsalves de Melo Neto).
- BRITO, Flávio Ramalho de. *O Livro A Paraíba e seus Problemas e sua primeira análise crítica*. João Pessoa: mimeo, 2021.
- CALMON, Pedro. *História do Brasil - Século XX*. 7º vol. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1959.
- CARDOSO, Vicente Licínio. “Rio São Francisco, rio sem história e “O rio São Francisco base física da unidade do Império”. In: *A Margem da História do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional/ INL, 1974.
- CARDOSO, Vicente Licínio. *À Margem da História da República*. Dois Tomos. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.
- CHESNAUX, Jean. *A Ásia Oriental nos Séculos XIX e XX*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.
- COHN, Amélia Crise. *Regional e Planejamento (As Origens da SUDENE)*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.
- DISCURSO DE POSSE do agrônomo e escritor Lauro P. Xavier, na Academia Paraibana de Letras, a 6 de maio de 1972.

- FERNANDES, Florestan. *A organização social dos tupinambás*. São Paulo: 1949.
- FREYRE, Gilberto (Org.). *Livro do Nordeste*. 2. ed. Recife: Arquivo Público Estadual de Pernambuco, 1979. (Introdução de Mauro Mota).
- FURTADO, Celso. *A Fantasia Organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- GERASSI, John. *A Invasão da América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- HOBBSBAWM, E. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.
- HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos - O Breve Século XX: 1914-1991*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JOFFILY, Ireneo. *Notas sobre a Paraíba*. 2. ed. Brasília: Thesaurus, 1977. (Prefácios de Capistrano de Abreu e Geraldo Ireneo Joffily).
- JOFFILY, José. *Porto Político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. “Carlos Dias Fernandes e José Américo de Almeida”. In: *Cadernos da Serra* (Boletim da Academia Teresopolitana de Letras). Teresópolis, maio/agosto de 1977.
- LISBOA, Arrojado. *Conferência “O Problema das Secas”*. 1913, mimeo. Arquivos de Grupo José Honório, com cessão de Lauro Xavier.
- MAGALHÃES, Agamenon. *O Nordeste Brasileiro*. (Tese de livre docência do Ginásio Pernambucano, em 1922, com reedição pela Fundação Joaquim Nabuco, 1985, dotado de prefácio de Manoel Corrêa de Andrade).
- MELLO, José Octávio de Arruda. “A Paraíba e a década de vinte”. In: BASTOS, Abgvar et alli. *João Pessoa, a Paraíba e a Revolução de 30 - Exposições e debates do II SPCB*. João Pessoa: DGC/SEC, 1979.

MELLO, José Octávio de Arruda. “As Bases Ideológicas da República Brasileira em uma avaliação de 1932. In: *Revista Ciência & Trópico*. Recife: v. 17, n. 2, p. 203-212, jul/dez, 1989.

MELLO, José Octávio de Arruda. “Historiografia e Origens do Conceito de Nordeste”. In: *Revista Maiêutica*, nº 4. João Pessoa: IPE, 1992.

MELLO, José Octávio de Arruda. “Ideólogos da República Velha”. In: *Terra, Revisionismo e Cultura em Euclides da Cunha*. João Pessoa: UNIPÊ, 2009.

MELLO, José Octávio de Arruda. *Evolução do Conceito de Estado ou Brasil*. João Pessoa, Universidade Autônoma, mimeo, 1972.

MENEZES, Djacy. *O Outro Nordeste*. 3. ed. Fortaleza: UFC, 1995

MENSAGENS PRESIDENCIAIS - 1919 1922. Delphin Moreira, Epitácio Pessoa, Brasília: Câmara dos Deputados, 1972.

OLIVEIRA, Elza Régis de. *A Paraíba na Crise do Século XVIII: Subordinação e Autonomia (1755-1799)*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1985.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

RIBEIRO, Darcy. *Aos Trancos e Barrancos - Como o Brasil deu no que deu*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1985.

TORRES, Alberto. *A Organização Nacional*. 3. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1978. (Prefácio de Francisco Iglésias).

VIANNA, Oliveira. *Pequenos estudos de Biologia Social*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

WOODS, J. A. *Roosevelt e a América Moderna*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

POLÍTICA, ECONOMIA E MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: A MOVIMENTADA DÉCADA DE 1920⁴

Jean Patrício da Silva⁵
Maria de Fatima Mascena Santos⁶

A década de 1920, inicia-se tentando superar vários traumas. O primeiro deles, a Primeira Guerra Mundial, que vitimou milhões de pessoas pelo mundo e a pandemia da gripe espanhola que tendo

-
- 4 Este texto contém algumas adaptações de outros dois textos que já foram publicados. O primeiro deles intitulado “A coluna Prestes, 92 anos depois e sua contribuição para cultura paraibana”. Prefácio do livro “A Coluna Prestes na Paraíba: Noventa e dois anos depois”, de José Octávio de Arruda Melo. Editora UFPB. 2018. O outro, intitulado “Um retrato da correlação entre o poder oligárquico com o público/privado dos anos 20”. Apresentado no congresso de história política na Universidade Estadual do Ceará em 2017.
- 5 Jurista e Historiador. Mestre em História social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutorando em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UNB). Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), onde atualmente exerce a Presidência da Instituição.
- 6 Historiadora. Pós-graduada em História do Brasil e da Paraíba pelo Centro Universitário do Instituto de Educação da Paraíba (UNIESP).

durado dois anos (1918/1920) vitimou outra quantidade significativa de seres humanos.

Neste sentido, os anos vinte iniciam-se com a população mundial, vivendo um clima de esperança e confiança. Tal aspecto refletiu-se aqui no Brasil, face aos preparativos das comemorações do Centenário da Independência do Brasil, liderados pelo Presidente Epitácio Pessoa. Entretanto, no Brasil, apesar do clima de confiança, muitas questões do ponto de vista social, político e econômico precisam ser resolvidas, dando margem a confrontos de ordem política e social.

Do ponto de vista político, as eleições presidenciais da década de 1920 foram realizadas sem que tivessem sido formados partidos nacionais e impôs-se reiterados desgastes a República recém instaurada. Em 1918, a morte do presidente eleito Rodrigues Alves, antes da posse levou a realização de novas eleições nas quais concorreu Epitácio Pessoa e Rui Barbosa.

O paraibano Epitácio Pessoa com o apoio dos partidos republicanos paulista e mineiro é eleito. Governou o país entre 1919 e 1922, afrontando os militares ao nomear dois civis para o ministério da guerra e da marinha, respectivamente, Pandiá Calógeras⁷ e Raul Soares⁸, provocando intensos protestos.

A tensão entre os militares e o governo cresceu com a negativa do presidente em aumentar o soldo e com a prisão de um general que criticara o governo. Em 1921, recém-chegado da Europa e recepcionado como um líder pela jovem oficialidade, Hermes da Fonseca tomou posse na presidência do Clube Militar; um dos

7 Deputado federal por Minas Gerais, ministro da Agricultura, Comércio e Indústria e a Fazenda (1916) durante o governo de Venceslau Brás. Único civil a exercer o cargo de ministro da Guerra na história republicana brasileira.

8 Ministro da Marinha (primeiro civil a exercer o cargo), elegeu-se por Minas Gerais para o Senado. Eleito presidente estadual pelo Partido Republicano Mineiro (PRM).

militares que o saudou foi preso sob a acusação de quebra de disciplina, a mando do presidente da República. Finalmente, em julho de 1922, o Clube Militar foi fechado e Hermes da Fonseca encarcerado, o que faria eclodir a primeira de uma série de manifestações armadas e comandadas pelos tenentes, que se multiplicaram até o final da década.

Neste contexto, a sucessão de Epitácio Pessoa foi tão agitada quanto seu governo e mostrou a tensão presente entre as oligarquias. Fausto (1977, p.30) observa que se tratou de uma eleição competitiva, na qual se confrontaram São Paulo e Minas, posicionaram-se claramente outros Estados Brasileiros e o exército participando ativamente ao lado da oposição.

Socialmente, a década de 1920 foi um momento de reivindicações diversas, como as de regulamentação das relações de trabalho e as de maior participação política, que tornou visível a falência do sistema de representação vigente na República. A cisão entre as elites e a intransigência do que detinha o poder, diante dos direitos das novas forças sociais, foi assim também um período de profundas transformações nas formas de expressão artística, durante o qual se buscou conhecer e entender o país, de modo a elaborar propostas que o tornasse uma nação moderna.

Um dos fenômenos sociais e políticos de maior repercussão foi a Coluna Prestes, que está inserida num contexto muito mais amplo. Na década de 1920, o Brasil vivia internamente disputas na sociedade, que ocasionou movimentos de contestação à ordem política vigente, a exemplo do movimento dos “18 do forte” no Rio de Janeiro, a revolta tenentista ocorridas em São Paulo em 1924, e a criação da “Coluna Prestes” que na realidade era a junção de três colunas que vinham participando de conflitos armados em várias regiões brasileiras, analisado por Humberto Mello, no ciclo de debates: “A Paraíba nos

500 anos do Brasil” realizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP)⁹:

Em julho de 1924, exatamente dois anos depois, o general Isidoro Dias Lopes revoltou-se em São Paulo, ocupou toda a capital paulista; houve conflito armado, violento, até que o Exército reocupou São Paulo. Mas uma coluna de revoltosos comandada por Miguel Costa, um argentino naturalizado brasileiro, que era o comandante da Polícia Militar de São Paulo, fugiu e essa coluna mista de elementos da Polícia Militar de São Paulo e do Exército dirigiu-se ao Sul do país. Lá no Sul houve um encontro com revoltosos que tinham se revoltado no Rio Grande do Sul, comandados por um capitão, que também veio a ser um dos nomes fortes da História do Brasil, Luiz Carlos Prestes. Essa junção transformou-se numa coluna que percorreu todo o Brasil, chamada Coluna Prestes. Ela era formada pelas colunas de Prestes e Miguel Costa, mas ficou conhecida como Coluna Prestes. Passou por grande parte do país, subiu, foi ao Maranhão, desceu pelo Nordeste, travou um combate aqui na Paraíba, em Piancó, voltou, passou pela Bahia, terminou se internando na Bolívia.

Economicamente, com a Primeira Guerra Mundial, as condições do mercado importador e exportador sofrem alterações substanciais, levando o Brasil a uma política de substituição das importações e uma consequente euforia industrializada. O resultado foi à elevação

9 A REVOLUÇÃO DE 30 E A PARAÍBA: Expositor: Humberto Cavalcanti de Mello; Debatedor: Dorgival Terceiro Neto. A Paraíba nos 500 anos do Brasil. Disponível em: <https://ihgp.net/pb500.htm>, acessado em 30 dez. 2021.

do superávit brasileiro. Contudo, essa situação foi passageira, pois logo os países recém-saídos da guerra partiram para a restauração econômico-financeira, os negócios brasileiros caíram bruscamente a partir de setembro de 1919.

Em 1918, ocorreu a sucessão do mineiro Wenceslau Brás na presidência da República, sendo escolhido o paulista Rodrigues Alves, em segundo mandato. Porém com a sua morte, antes de assumir o cargo, as elites paulistas e mineiras ficaram num impasse para escolha do novo presidente. Inicialmente surgiram duas candidaturas a de Rui Barbosa (BA) e a de Altino Arantes ¹⁰ (SP), porém foi a de Eptácio Pessoa (PB), lançada por Borges de Medeiros, que se efetivou como consenso nacional.

A condução de Eptácio Pessoa a presidência da República, se dar ao fato de um candidato ser eleito ausente do seu país, que só retornou ao Brasil depois de eleito. Uma vitória política que até o próprio Eptácio mostrou-se surpreso diante de sua indicação.

O período da guerra não foi favorável aos exportadores de café, que viram seus mercados reduzidos, pois os países beligerantes restringiram ao máximo certas importações. Apelaram, então, os cafeicultores, para uma nova valorização do café através da conjugação de esforços do governo federal e do estado de São Paulo, para compra do café excedente, como forma de sustentar os preços no mercado.

Conclui-se que os anos de 1920, caracterizaram-se como um prenúncio, das graves crises econômicas, políticas e sociais que atingiriam o mundo (quebra da bolsa de valores de Nova Iorque,

10 Presidente de São Paulo, deputado federal e secretário do Interior. Depois do golpe de 1937, reorganizou o PRP. Foi candidato a vice-presidente do Brasil em 1950, ao lado de Cristiano Machado.

Ascensão do Nazi Fascismo) No Brasil, a “Revolução” de 1930 e a consolidação de Getúlio Vargas no poder.

REFERÊNCIAS

GURJÃO, Eliete de Queiroz. *Morte e vida das oligarquias paraibanas*. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1994.

GOMES, Ângela de Castro. “A política Brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado”. In: *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 4. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

FAUSTO, Boris. A crise dos anos 20 e a revolução de 1930. In: *O Brasil Republicano; sociedades e instituições* (1889-1930). (História Geral da Civilização Brasileira) Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977.

MELLO, José Octávio de Arruda (org.). *Capítulos da história da Paraíba*. João Pessoa: Secretaria da Educação/O Norte; Campina Grande: Grafset, 1987.

CHIZZOOTTI, A. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS - UMA INTERPRETAÇÃO

Zélia Almeida¹¹

INTRODUÇÃO

Escrever sobre José Américo de Almeida, trabalhar sua obra, seu caminho, sua estrela, é preciso! Teve experiências na infância e adolescência, que enriquecem sua vida¹².

Através da observação e experiências no Engenho Olho D'água captava música nas árvores e plantas, nas matas verdes e densas. Se escondia, se recolhia para pensar, observar, agir e reagir. Foi naquele

11 Professora, economista e escritora. Em 2013, ganhou o Prêmio Mundos do Trabalho, concedido pela Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET) em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com o trabalho “Modernização sem mudanças: da contagem de cabeças à gestão estratégica de pessoas”. É autora dos livros *Bem-estar e riqueza no Brejo de Areia* e *A dor da pobreza – Uma dor de mundo*. Pertence à Academia de Letras de Areia e ao Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

12 ALMEIDA, José Américo. *Antes que me esqueça – memórias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

Engenho, localizado em Areia, próximo ao Engenho Bujari, de frente ao Engenho Várzea que suas reflexões ocorreram.

O Engenho Várzea que, anos após, seria mobilizado para criação da útil e bem instalada Escola de Agronomia do Nordeste, primeira Universidade da Paraíba, a EAN. Complexo, que ofereceu a Areia, Paraíba e Nordeste – Brasil, muitos louros e comendas.

Estudos, pesquisas e inovações foram utilizados para completar o mercado para jovens a serem formados em Agronomia e Zootecnia, chegavam de todo o Brasil, estudantes. Constituía única Escola do Nordeste a produzir estes profissionais.

Entrou no ramo das grandes escolas, ajuntando-se ao Rio de Janeiro (ENA), Minas Gerais (Viçosa e Lavras) e São Paulo (Piracicaba). Filiou-se a várias organizações internacionais no sentido de obter novas fórmulas de trabalho – Ensino, Pesquisa e Extensão. Os professores escolhidos pelos currículos “experts”, trabalhavam diuturnamente naquela unidade universitária que, na década de 1940, constituía o paraíso da ciência e tecnologia agrária, agricultura e pecuária. Com a presença do “Homem de Areia” que apoiava a universidade que havia criado, com sua força presente¹³.

A participação de José Américo não se limitava a EAN, em Areia. Apoiava ações no Colégio Santa Rita, eficaz unidade de ensino para jovens moças, fundado pelas Freiras Franciscanas alemães, em 1936.

O poder político do Estado emanava de Areia, com nomes salientes, que influenciavam as decisões da Paraíba, com ênfase. A produção cultural de escritores, publicação de livros e jornais faziam de Areia um polo econômico-cultural que se estenderia ao longo do século XX-XXI.

13 ALMEIDA, José Américo. *A Paraíba e seus Problemas*. João Pessoa, Paraíba, 1980, 3ed, revista.

A influência de José Américo se faz sentir pela saliência de seu nome e sua obra. Em 2023, são contados 100 anos da publicação do seu livro, de maior valor histórico, geográfico, sociológico, econômico e literário, *A Paraíba e seus Problemas*.

Uma obra que gera emoção e desperta curiosidade científica e técnica, além do eminente escritor. Mostra questões por pontos e integradas. Oferece um todo de problemas, apresentando soluções ao território.

A Paraíba e seus Problemas é um livro considerado perfeito, na metodologia do trabalho científico. A bibliografia é ampla e atual. Consultas são realizadas no Brasil e no exterior. Considera o conhecimento e ciência aplicada a problemas, de amplitude considerável e, principalmente, necessária. Tem o objetivo de mostrar riqueza e viabilidade da Terra paraibana. Mesmo conhecendo os limites do espaço de território – uma unidade da federação brasileira.

Procurou escrever com detalhes, de formas que, as origens não ficassem desconhecidas. Teve preocupação com as causas dos problemas, mesmo longínquas, citando-se o caso da colonização e seus desequilíbrios.

Escreveu uma obra, *A Paraíba e seus Problemas*, como somente José Américo, seria capaz de fazê-lo. Na conjugação de várias ciências, na explicação e análise de fatos e fenômenos. Apontou formas de solucionar os problemas e demonstra a viabilidade do Estado.

A história vem com a força da História no relevo, no clima, na administração pública, na visão estrutural das secas, na influência política e técnica de Epitácio Pessoa e nas ideias de resgate do território, sobre as secas e sua possível Redenção. Ao longo desta base, verdadeiro deleite técnico e literário. Com argumentos científicos, desenvolve uma forma harmoniosa a cada problema. Um sabor legítimo de uma lógica, sem precedentes.

O que mais marca o *A Paraíba e seus Problemas* seria a caracterização de uma obra mais técnica, que literária. Acredita-se que o conteúdo do livro seria uma proposta de uma política contra as secas. Utiliza vários segmentos, estudos, análises e mostra, no capítulo O Martírio, as secas.

A Paraíba e seus Problemas é segmentado com caracteres diversificados. Tem-se, no entanto, que o objetivo central é mostrar as causalidades – das secas – e consequentes elementos que se distribuem pelo território-Paraíba.

No primeiro capítulo Terra Ignota, tem como base corrigir os desequilíbrios gerados, pelas secas sistemáticas. Conhecendo o meio que se vive, é possível travar uma luta pelo equilíbrio. Conhecer e trabalhar o meio é a forma de obtenção de ganhos da terra.

José Américo atribui ao ambiente físico uma das condições de progresso. O meio pode ser um estorvo. Conclui que a natureza não pode ser mudada, mas pode ser modificada. E conforme Euclides da Cunha nos considera, uma região desconhecida. Um legado que deixou a política da Independência.

OS PROBLEMAS, UMA INTERPRETAÇÃO

TERRITÓRIO: TERRA IGNOTA

Um território sofrido. Não quer dizer pisoteado, maltratado, vilipendiado. Pelas chegadas de bandos, grupos organizados ou mesmo desorganizados, em busca desse território: Paraíba.

Nesse ponto, se iniciam os problemas da região. E fica: *A Paraíba e seus Problemas*. Desde que se instalou a analisar, ver, olhar cada problema com sua questão. Terra ignota, desconhecida. Muitos interessados, terra ao abandono produtivo. Ao longo das terras vislumbradas, aparecem terras alongadas em sua extensão, assimétrica, difícil de ser medida.

Em 1913, foi organizado pela Inspetoria de Obras Contra as Secas, o mapa da Paraíba. Outros estudiosos compensaram as falhas na imprecisão, conforme José Américo: Beaurepaire Rohan, João Lyra Tavares, José Coelho e o naturalista Luís Jacques Brunet. A este último foi-lhe incumbido “O estudo das causas das secas e dos meios de removê-las”. Em síntese, o desconhecimento do meio, diz José Américo, foi o maior obstáculo às realizações primárias, no território.

As dimensões da área pelas sinuosidades são indeterminadas. A costa mede 120 Km. De leste a oeste 550. A largura varia entre 50 e 180 Km. Tem uma superfície de, pelo menos, 60.000 Km². Mesmo apresentando uma forma fisiográfica multivariada, o interesse não se torna maior. As zonas fisiográficas conforme a *Paraíba e seus Problemas* são: litoral (praias); várzeas, tabuleiros, caatinga; brejo; faixa de transição para o agreste, cariri (inclui Curimataú); bacia hidrográfica central e alto Sertão.

No litoral salienta as praias. Continua com o Rio Paraíba, o coqueiral, que debrua a beira-mar, os mangues, ilhas, restingas, tabuleiros, várzeas e canaviais. Mostra a caatinga como planície áspera. Tem duas nuances, conforme as chuvas: nuas e dormentes ou germinadas, como por encanto, salienta o Autor.

Faz um chamamento ao Brejo: com o vigor da flora, matas densas que foram poupadas do machado destruidor, no solo explorado sem métodos. Deus reservou este oásis. Reservou um oásis de graça e de fartura, promovendo as crises que nos chegam, como surpresas. A dimensão do Brejo é de 100 Km de comprimento e 50 Km de largura. Para o ocidente, ocorre a faixa de transição do Agreste. A passagem da agricultura para o criatório.

Adiante do Brejo, a chapada se dilata e abre para os Cariris. Vem com a violência o Sol fogueiro, vento bravo, inóspito e repulsivo. Muito se aproxima do semiárido. Ao norte, surge o Curimataú, zona mais seca. A baraúna e juazeiro resistem.

Acrescenta:

A metade central é o Sertão, calculei. Não é uniforme. Inicia com ondulações, regulariza entre morros esparsos, estira-se num extenso plano, num horizonte monótono, de antigo fundo de lago. Formam-se as várzeas de carnaúbas. Uma visão da terra-Paraíba, via zonas fisiográficas. Este escrito é o mais rico, onde José Américo se detém e dedica maior número de páginas.

O texto é perfeito.

O entusiasmo com as possibilidades da terra, ele apresenta no final do capítulo Terra Ignota:

Não há na Paraíba um só palmo de terra impressionável, como será mostrado em outras partes.

Em Síntese:

Terra Ignota, Clima Áspero,
O Martírio e o Abandono,
formam a estrutura do território – os Problemas.

O Homem do Norte e Redenção mostram a esperança, nova vida para o Nordeste, diz José Américo de Almeida.

O CLIMA

Para uma análise do clima, José Américo faz uma divisão de território: litoral, serras e alto sertão. Influenciam o clima pelo padrão florestal. Elias Herckman, citado pelo autor, afirma que a capitania da Paraíba é uma das áreas mais saudáveis do Brasil. Apresenta temperatura média de 25°. A segunda é a área das Serras. A altitude influencia a temperatura. Nas partes altas, ocorre um contraste com as planícies. Cita o clima de Areia, conforme Severanck, acentua que difere da Bélgica em umidade. Campina Grande está à beira do semiárido, é

preservada dos seus rigores. O alto sertão mostra-se quente e seco. O verão é abafante. Os raios de sol sobre a terra têm temperatura incômoda. O sertão evidencia forte salubridade. Consegue, nas crises de peste, isolar o cólera-morbo. A temperatura chega aos 60°.

A seca desarranja as condições meteorológicas, do litoral ao sertão. Todo o território é objeto dos efeitos. O afastamento da costa, os ventos, a natureza do solo, presença de vegetação, queimadas são fatores que contribuem de outras formas, conclui José Américo. Podem suavizar o clima no sertão, matas e vegetação. Como fontes de umidade, a grande açudagem e plantio de árvores. Conclui: A Seca desafia, com ironia, a ciência falha dos homens.

A REDENÇÃO

José Américo inicia esta parte com as palavras de Euclides da Cunha, em *Contrastes e Confrontos*: As secas delatam, de forma impressionante, a imprevidência, nossa, embora seja o único fato da vida nacional que se possa aplicar o princípio da previsão.

Não havia qualquer entidade disposta a atender as necessidades da população, afetada pelos males originados da ocorrência de secas. Até 1845 a Paraíba recebeu de auxílios, distribuição de esmolas. Após a seca de 1877, os necessitados passaram a trabalhar. Foi um grande avanço. Mas não ocorria a resolução da questão-seca, como problema econômico e como problema social. As transferências eram limitadas no valor e na desigual distribuição.

Alguns estudiosos e entendidos sobre a *Paraíba e seus Problemas* representaram opiniões de valor: André Rebouças, Barão de Capanema, Rodolfo Teófilo e Buarque de Macedo. Muitas contribuições individuais chegaram. Havia a falta de vontade política. A República inicia-se sob flagelo. Houve a ocorrência, de um dos presidentes da República, se postar contra as políticas de combate as secas, na região.

Em 1904, Rodrigues Alves sistematiza trabalhos, integrando esforços federais e estaduais na organização de serviços de combate às secas. Em 1909 foi criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas.

Em 1919, Epitácio Pessoa foi eleito Presidente da República. O homem que conhecia a História, conhecia o Martírio e o Abandono. A espera das possibilidades seria possível. O Congresso Nacional solidarizou-se com a iniciativa do empreendimento grandioso. Nesse ponto, José Américo de Almeida sistematiza as políticas de impacto.

Nova vida para o Nordeste, diz José Américo. E acrescenta: resolver a questão das secas seria retirar do orçamento um peso contínuo, sem frutos. Assentar em bases certas a prosperidade da região.

O MARTÍRIO

Após uma visão profunda de relevo e clima traz o fato central de suas observações e análises: as crises hídricas. A Inspetoria de Obras Contra as Secas registram, em 1910, primeiras observações. A diretoria de meteorologia em 1921. O Boletim Meteorológico apresenta mutações de temperatura. As temperaturas de bem-estar são colocadas entre 20-25°. Trabalha com mutações ao longo do território e em outros estados. Trabalha os ventos.

Em 1915, os alísios são considerados ventos da seca e, conclui: as correntes aéreas tem influência direta nas irregularidades. Acrescenta: não se pode atribuir a ocorrência de secas, aos alísios. A seca é um fenômeno que desarranja as condições meteorológicas, desde o litoral ao alto sertão. Não escapa aos seus efeitos. A grande açudagem e a arborização suprem deficiências do fenômeno. Possíveis ações lograrão melhorar o clima na região.

A seca, período por período, é responsável pelo atraso do território. Intitula o capítulo das secas, *A Paraíba e seus Problemas* de – O Martírio –. Sintetiza as secas como fato extensivo ao social. Um desastre.

Euclides da Cunha e Ildefonso Albano registram a primeira manifestação de seca na região.

REGISTRO DAS SECAS

Registra-se em 1692, a primeira derivação da seca: a peste. Em 1711 ocorre, além da seca, migração e fome. Sua extensão chega ao Maranhão. Em 1721, o interior da Província foi desorganizado por Bandos. Ocorreram saques e desordens em 1723-1727. Na seca seguinte (1736-1737), destrói criatório. Se estende mais, de 1744 a 1746. E toma conta do território de 1778 a 1793. A repetição e aprofundamento chegam a 1815 e as secas parciais se iniciam em 1830. Falta tudo! Em 1844 a Paraíba está, inteira, seca. A violência se agrava ao meio do flagelo.

As doenças derrubam a população. Lavouras e rebanhos em crise, dinheiro público reduzido, uma crise geral. Os repiques se manifestaram de 1851 a 1870.

Anotada a seca de 1877, outros anos de seca se repetiriam. As crises climáticas – as secas – são constantes. Um desastre. O excedente continua a ser destruído sem reposição. A República deixou a região em abandono. As obras de açudes e reservatórios foram relegadas. As culturas do algodão e rebanhos, dizimadas. Em levas, a população na direção do litoral. O brejo tenta fazer compensação. Não conseguiu.

Os repiquetes se manifestam em 1851, 1853, 1860, 1865, 1866, 1869, 1870. Acompanhados de doenças, derrubam a população. A seca traz a consternação às famílias. Os criminosos roubam a honra e a vida. Cadáveres ambulantes imploram esmolas. Tudo é miséria, doença e desespero. O ano de 1877 veio com essa prostração – 35.000 retirantes – sofrendo a fome e caminhando a pé, buscando a capital. O saldo de mortos foi de 500 mil pessoas, no Nordeste, em 1877.

No século XX nada muda. A população passa pelos mesmos flagelos. Agora, chegam os cangaceiros. Iniciam-se as consequências das grandes secas, desde 1877. Solicitações ao governo federal foram realizadas. Minguados recursos retornaram. A peste estende-se na área.

A Paraíba continua em abandono, prolongando seu estado primitivo, sem reposição do excedente. É a luta do homem contra a desordem do clima, conclui José Américo de Almeida.

AS POLÍTICAS DE IMPACTO - A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS

A POLÍTICA HIDRÁULICA

Os problemas para adoção de políticas de impacto se revestiam de impedimentos, na busca do desenvolvimento da região. A obtenção de cenários positivos no quesito produção crescente e bem estar, passava pela obtenção de recursos. Era uma situação de impedimento à região de crescer, desenvolver.

Havia resistência na parte orçamentária. Isto era visível, pelo destino de recursos alternativos, ao nível do Governo Federal. Outras áreas no mundo primavam pela busca de recursos, para geração e distribuição de águas. Conforme José Américo, mitigar os efeitos da escassez de águas, constituía a obra de defesa da região.

A manutenção do emprego e sustentação da produção seria a única forma de aproveitar o meio e suas riquezas. Transformar riqueza potencial em riqueza real, seria manutenção da população habitante.

Tornar essas ações possíveis seria o trabalho grandioso, que se tornou possível a partir da grande seca de 1877. Tornou-se real e integrada, pelas ações, ajuntada a política hidráulica, construção do

Porto, saneamento, construção de estradas e possíveis vias de comunicação, além da ação dispersa, que realiza investimentos a partir dos ganhos de produtividade, das demais políticas.

José Américo denominou essa política de, a valorização do deserto. Devendo parecer natural tamanha atividade e, óbvio, o surgimento de água para consumo e produção, a construção de instrumentos que detivessem os efeitos climáticos, necessária. Teria que assegurar o uso do excedente na construção do desenvolvimento do território. Grandes açudes, reservatórios, irrigação, garantiriam alimentos para a população e rebanho.

Conclui: Ocorrem requerimentos à grande e pequena açudagem. Represamento, aproveitamento de rios e seleção de áreas para irrigação, conforme a qualidade das terras. Constituía a política hidráulica. Cada detalhe uma obra de arte, na configuração obrigatória de obter o desenvolvimento. Significa, em parte, a libertação do território Paraíba. Uma obra histórica e literária.

A CONSTRUÇÃO DO PORTO

Na oportunidade de análise do Relevo - Terra Ignota, fica mostrado que o contato com o Oceano Atlântico constitui elemento de importância histórica, vantagens de localização geográfica, pela caracterização da costa e acesso ao mar.

A Paraíba demonstra vantagens naturais para instalação de um porto na região. Partindo da Barra de Mamanguape, Rio Miriri enseada de Lucena, Rio Paraíba, ancoradouro de Cabedelo, confluência dos rios Paraíba – Sanhauá e chegando ao Cabo Branco.

Essas vantagens locais poderiam ser perdidas, por ausência de defesa técnica, via profundidade dos ancoradouros e de canal para navegação, justificou José Américo. As indecisões de aprovação de localização do porto, avaliação do plano de obras do Porto

de Sanhauá, uma definição sobre onde os investimentos seriam implantados.

A Comissão Rondon, em 1922, localizou o Porto em Cabedelo. Na embocadura do Rio Parahyba, 17 Km de distância da capital, ligável via estrada de ferro, a custos reduzidos. Ficou aprovado pelo governo federal o Porto, em Cabedelo, adotado em *A Paraíba e seus Problemas*.

O SANEAMENTO

Foi concebido um plano que seria de reconstrução geral na geração de equilíbrio, na criação de riqueza e melhoria das condições da população. Tornou-se obrigatório um plano complementar, de saúde. É a força e resistência de garantir condição de execução do plano geral.

Seria um reordenamento, organização da vida da população. As doenças, com ênfase nas epidemias, já faziam parte da vida da província: a cólera-morbo, peste bubônica, varíola, febre amarela, peste asiática, disenteria, tinham proporção significativa. As localidades mais atingidas foram: Areia, Alagoa Grande, Bananeiras, Guarabira, Itabaiana e Mamanguape, constituíam pontos de aglomeração.

As localidades – destino dos retirantes em busca de auxílio – socorro por ocasião das crises climáticas – as secas. Aí, teriam alimentação e apoio sanitário – remédios e vacinas. Em 1920 foi criado o Departamento Nacional de Saúde Pública que faria o saneamento rural e as doenças endêmicas deveriam ser detidas, na Província.

A benignidade do clima na região faz-se saliência, conforme José Américo. Dignos de nota a robustez física e vivacidade da população. Saliente-se, as serras e área sertaneja. Na Paraíba não ocorre calores que debilitam ou amenidades deprimentes. A pequena amplitude de variações térmicas têm efeitos tonificantes. As oscilações são doces,

por horários. À noite, a calidez dos dias de verão se compensam, assinala.

Os rastros das doenças ficaram. No período 1904-1922, o número de casos de tuberculose varia de 89 óbitos para 194, conforme o sanitarista Dr. Manoel de Azevedo e Silva, por efeito das grandes secas. No mesmo período, as mortes na capital elevaram-se de 732 para 1.289. Saliente-se que o meio físico mostra-se propício à saúde, na área, conclui José Américo de Almeida. Assinala-se a urgência de um plano que contenha ações de saneamento ambiental.

CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS

A indecisão é uma constante com relação à escolha de alternativas, ao nível do governo federal, entre caminhos de ferro e estradas de terra. As opções tiveram discussões alongadas. Até hoje, tem-se na Paraíba sinais dos caminhos de ferro.

Mas, precisava-se concluir sobre as vias que iriam circular via território paraibano, viabilizando a circulação de riquezas e oferecendo oportunidades à solução do transporte de bens úteis. Acrescente-se, possível socorro às vítimas dos estios e fortes secas que, de quando em vez, assolam e tomam conta do território.

Foi defendido de forma firme, a execução de uma política de caminhos de ferro, como forma de resistência aos efeitos das estiagens. Para transporte de alimentos, transporte de famintos e doentes flagelados. Era uma demanda saliente!

Uma política de construção de estradas de terra serviria ao transporte de material a ser utilizado na construção de barragens, sejam grandes ou pequenas barragens, que fariam parte da política hidráulica. Arrojado Lisboa, em 1922, apresentou um relatório de execução vigoroso. Um plano de estradas e rodovias que estariam concluídos no mesmo período.

A extensão quilométrica, de estradas, seria de 700,6 Km de extensão, cobrindo as necessidades mais prementes.

AÇÃO DISPERSA

Ao longo desse trabalho, além das mostras das secas e seus efeitos, continua o cuidado de José Américo em manter o progresso da Paraíba. Viu e demonstrou em *O Abandono*, a dificuldade de valorar e valorizar os recursos da Paraíba, a favor dos seus habitantes. Os limites impostos à colônia e ao Estado eram amplos e não valorizados. Chega-se, até o momento, sem uma política de valorização de pessoas e recursos.

José Américo ajusta suas ideias e teorias, ao enfrentamento do caráter cíclico das secas. A Economia iria funcionar, a longo prazo com a introdução de ações. Estas teriam o impacto de eliminar os efeitos das secas sobre a produção, na região semiárida.

Como é sabido, as secas atacam a região, com a ausência de chuvas. Sabe-se, também, que o efeito das secas ocorre em toda a região, através da escassez de produção, aumento de preços, fome, doenças, emigração e desordem social.

A mecânica do ciclo das secas funciona pelas flutuações periódicas do produto, da renda e do excedente. José Américo concebeu um volume de investimentos e ações, de formas a manter o sistema estável. Conforme Furtado, a política contra os ciclos assume o lugar de uma política de desenvolvimento¹⁴.

Diante dos impedimentos no aproveitamento de recursos no território-Paraíba, José Américo concebeu ações que poderiam ser denominadas plano econômico. Apresentou uma seleção de

14 FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1968.

investimentos, oferecendo soluções às crises, como foi visto em *O Martírio* imprevisíveis e destruidoras.

Elaborou uma base, que justificasse as ações possíveis de eliminar as secas. Poderiam ser consideradas políticas de impacto. Foram idealizadas por José Américo e seriam executadas pelo Estado, à nível federal, pelo Presidente Epitácio Pessoa.

Ele denominou em *A Paraíba e seus Problemas* como segue:

- O Problema das Distâncias – construção de estradas e vias.
- A Política Hidráulica-construção da grande e pequena açudagem e irrigação.
- Construção do Porto.
- O Saneamento.
- A Ação Dispersa.

O que admira e se afigura de uma forma especial foi o enfoque “Novo”. Era o “Novo” que se apresentava para modificar, direcionar e dar rumo a um território. O progresso chegava, antes, de forma aleatória, sem uma direção e conhecimento de mercados.

José Américo foi “Novo”, na elaboração de informações em uma nova base, que se assentaria o território-Paraíba. Existia a riqueza, se gerava o excedente. Saliente-se, que o excedente gerado seria destruído, a cada seca. Não ocorria prosperidade. A pobreza e falta de perspectivas eram o rumo.

Conclui-se que *A Paraíba e seus Problemas* é um estudo inédito. Apresenta uma análise intersetorial, econômica. A lógica do desenvolvimento da região está contida, ao longo do conteúdo da obra.

O objetivo do trabalho é conectado com os setores que propiciam o desenvolvimento: relevo, clima, políticas administrativas, influências políticas diretas e conformação da crise central – as secas.

Saliente-se que, nos Capítulos, conseqüências econômicas e sociais, é colocado pelo Autor, a necessidade de formação de

profissionais nas áreas técnicas, para atuar junto às principais culturas da região: o algodão e o açúcar.

As políticas a serem mobilizadas no combate às secas, deveriam estar conectadas para que ocorressem ganhos de produtividade em sua execução. O Autor concebeu a obra, onde se poderia construir uma matriz de relações intersetoriais, ou seja, possibilidade de medição dos efeitos das políticas e sua execução. Essa questão constitui o maior avanço nas políticas de impacto, concebidas por José Américo.

Além dos coeficientes técnicos de base e dos impactos, alinhados, novas políticas podem ser agregadas ao plano de ações, ou adotadas e reformuladas. Isto constitui uma forma de acompanhamento das ações.

Excepcional, na obra de José Américo, a forma de intervenção governamental em crises cíclicas. Antecipou-se à política contra crises, no mundo. Adota políticas de investimento – econômicas e sociais – Hidráulica, Açudagem e Irrigação, Construção de um Porto, Saneamento e ganhos de produtividade que José Américo denomina Ação Dispersa.

Resgata a liberdade de produção do excedente econômico, no território, sem que seja destruído via crises cíclicas. Significa restabelecer o equilíbrio no território – Paraíba.

Teve a preocupação com a Educação. Foram criadas várias instituições de ensino técnico-profissional para a agricultura na Paraíba. Detalha o ensino e a educação e se concentra, além da produção do açúcar e algodão, procurando melhoramentos às culturas frutíferas. São as vantagens do aumento da produtividade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Américo. *Antes que me esqueça – memórias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

ALMEIDA, José Américo. *A Paraíba e seus Problemas*. João Pessoa, Paraíba, 1980, 3ed, revista.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1968.

JOSÉ AMÉRICO DIAGNOSTICANDO A TRANSFORMAÇÃO DA PARAÍBA

Carlos Brandão¹⁵

INTRODUÇÃO

A obra de José Américo “A Paraíba e seus problemas”, lançado em 1923, é um livro monumental, que mantém grande atualidade, que busca a identificação de problemas paraibanos e propõe ações concretas para sua solução. Trata-se de um livro erudito e engajado, que se revela “ao mesmo tempo de alto nível cultural e de profunda reflexão sobre uma realidade que necessitava ser mudada” (Almeida, 1923, p. 21).

A iniciativa de republicação deste clássico pela Editora da Universidade Estadual da Paraíba se reveste da maior importância

15 Professor Titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). Bolsista 1 C CNPq. Possui Doutorado e Livre-Docência pelo Instituto de Economia da Unicamp. Mestrado pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG. Pós-doutorado em Ciências Sociais pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Pós-doutorado em Geografia pela Universidade de British Columbia.

e poderá contribuir para o debate do desenvolvimento e para o planejamento regional.

José Américo de Almeida (Areia, 1887 – João Pessoa, 1980) se tornará mais conhecido do grande público, em 1928, com a publicação de “A bagaceira” (1928), marco da escola regionalista, a chamada Geração de 30, que contou com Jorge Amado, Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, dentre outros.

Com origem em ambiente familiar típico da elite oligárquica rural nordestina, tornou-se ao longo da vida um liberal convicto. Foi governador da Paraíba e Ministro da Viação e Obras Públicas no segundo Governo Vargas.

Com uma posição bastante avançada para sua época, defendia a “ação governamental que deve não ter limites no interesse coletivo (...) intervindo todas as vezes que esse interesse estiver em questão. É uma missão de cultura e bem-estar (...) As sociedades em formação carecem do estado providência, incumbido de realizar a felicidade geral. Reduzir ao mínimo essa função ou atribuir-lhe um caráter indireto seria consagrar a inércia esterilizadora” (Almeida, 1923, p. 537). Sustenta uma argumentação da visão ampla possibilitada pelo ente público, posto que (...) onde falha a possibilidade da organização [de mercado], os poderes públicos devem, diretamente ou por meio de empréstimos aos estabelecimentos populares que se fundarem, suprir as deficiências do mecanismo econômico” (Almeida, 1923, p.544).

A perspectiva abrangente e com base nas inter-relações mútuas entre as problemáticas que envolvem o desenvolvimento regional lembram os clássicos da discussão, que conceberiam abordagens teóricas vinte ou trinta anos depois. José Américo com sua perspicácia, dedicação aos estudos de variadas disciplinas e agudeza na observação da realidade concreta e histórica, vai demonstrar ser um desbravador, prenunciando com a sua força analítica e intuitiva muitos conceitos

e perspectivas teóricas que viriam a ser desenvolvidas muito depois por grandes pensadores sociais.

Nosso autor sempre destacava a necessidade de se investigar o papel da região no conjunto macrorregional, estadual e nacional e de se analisar o andamento histórico e a dinâmica de suas estruturas sociais. Neste sentido, intuitivamente e de forma ainda pouco elaborada, ele dá o primeiro passo que todo diagnóstico regional deve ter: situar região no contexto histórico de evolução da divisão inter-regional do trabalho. Ele afirmava: “Não se pode fazer uma revisão da história brasileira sem um conhecimento, em profundidade, da história estadual e municipal. Não que a história seja a soma da história dos municípios e a nacional a soma dos estados, mas o local, o estadual, o regional e o nacional estão de tal forma integrados que não se pode fazer a síntese nacional sem conhecer a problemática das áreas que a compõem” (Almeida, 1923, p.19-20).

Neste breve capítulo procura-se apresentar alguns aspectos da abrangente, dinâmica e promissora visão de José Américo da realidade e dos desafios do processo de desenvolvimento nacional e regional e as potencialidades de seus ensinamentos para a realização de um ambicioso diagnóstico dos problemas e das possibilidades do Brasil, do Nordeste e da Paraíba.

AS PERSPECTIVAS DO AUTOR E SUA OBRA SOBRE A PARAÍBA

Seu ponto de vista sobre o processo de desenvolvimento aponta a necessidade de se levar em conta os comportamentos, os impulsos, os interesses dos vários atores sociopolíticos, embora pareça demonstrar consciência de que as decisões são inerentemente “classiais”, de grupos sociais distintos, que produzem encadeamentos decisoriais diferenciados, a depender da influência e do poder assimétrico de que

dispõem aqueles atores. Por isso é preciso, frente a qualquer problema social, buscar “uma análise das razões, das causas que provocaram os fatos e das reações e atitudes das elites e do povo diante dos acontecimentos” (Almeida, 1923, p.20). Há visões e disputas entre alternativas de solução de problemas. É uma interpretação da realidade regional que lembra os ensinamentos de Celso Furtado (2003, p.151), quando este alertava que: “*O cerne do problema (...) está nas relações estruturais que delimitam o campo no qual as decisões relevantes são tomadas*”.

Impressiona que ele utilize conceitos instigantes, como a necessária provisão de “serviços reprodutivos” “Promover as grandes obras públicas, organizar as forças da produção, propagar a técnica agrária, fundar sociedades de crédito agrícola, introduzir novas culturas, encorajar a iniciativa privada, manter a defesa sanitária das plantas, ativar o policiamento rural, são formas de valorização do solo e do aparelhamento da riqueza” (Almeida, 1923, p.537). Segundo ele, tais ideias, menos que orientadas por uma formulação teórica pré-estabelecida, eram uma “concepção prática”, inspirada pelo solidarismo e pelo cooperativismo. Ressaltava a necessidade de se promover a melhoria das condições de vida da população e a criação de uma perspectiva planejadora pelos diversos atores dos processos sociais.

Cultivava uma noção, embora não desenvolvida, de criatividade, aprendizado e da importância do desenvolvimento científico. Discutindo então a “aplicação da ciência ao aumento da produção”, propõe o aprimoramento do ensino técnico e profissional, pois “cresce dia a dia o aprendizado” e defende a premência, na Paraíba, de “uma escola de agricultura e de um laboratório de química” a fim de se “nutrir a lavoura de elementos propulsores...”. Assim, colocava ênfase nas articulações entre educação, ciência, tecnologia e desenvolvimento.

A “visão ampla possibilitada pelo ente público” que citada acima demonstra, é muito semelhante com a abordagem de François

Perroux (1964), quando este vê o Estado como tendo capacidade ímpar de reunião de informações e de aglutinação de várias perspectivas, conseguindo ter habilidade para a antecipação das decisões e reações. O Estado, enquanto unidade dominante e condensatória de forças, logra empreender macrodecisões (Brandão, 2012), a partir da tentativa de compatibilização de visões e comportamentos discordantes de diversos agentes e atores.

Também na discussão sobre a existência de complementaridade e/ou concorrência entre projetos há pistas importantes no livro. Embora não com tanta elaboração teórica, ele tinha a convicção de que os projetos deveriam apresentar, como muito depois desenvolveu Albert Hirschman (1958), soluções mais sequenciais (do que simultâneas) e encadeamentos para trás e para a frente. É possível perceber muitas similaridades com o que seria a interpretação hirschmaniana do processo de desenvolvimento por efeitos em cadeia. José Américo também tangencia as questões que posteriormente seriam tratadas por Hirschman (1967), tais como a disciplina temporal desde a construção até a operação de um projeto; a centralidade da prospecção dos efeitos secundários puros e mistos do mesmo; e a necessidade de se ter modéstia e ambição no planejamento de projetos.

No mesmo sentido, a sua visão sobre os nexos e as articulações existentes, ou a explorar, entre os vários projetos em implementação (do que se denominava à época de “melhoramentos”), é muito semelhante ao conceito de projetamento, criado pelo maranhense Ignacio Rangel (1959), para discutir os desafios da tarefa de elaborar, justificar e executar projetos no Brasil. Rangel lembrava com este conceito que o projetamento é, simultaneamente, macro e é micro, é teoria e é prática, é verificação do abstrato no concreto, é aplicação de conhecimentos anteriores e formulação de novos problemas. Assim, a visão não restritiva dos projetos sob análise, certamente enriquecerá o acervo de conhecimentos e liberará energias criativas,

desvencilhando da tiraria do manual. Quando o livro aqui discutido defende ideias, obras e os projetos paraibanos, no início da década de 1920, contra seus detratores, parece dialogar com uma interpretação rangeliana do complexo processo de projetamento.

Os projetos, o planejamento e o desenvolvimento não apresentariam tendência a equilíbrio ou estabilização estacionária, posto que os processos sociais tendem a provocar uma cadeia de reações no sentido do impulso inicial, com a mudança subsequente tendendo a reforçar aquele estímulo primário, engendrando uma causação circular acumulativa dos processos, ou seja, as mudanças tenderão a se fortalecer reciprocamente, na visão de Gunnar Myrdal (1957). O conflito em torno dos variados projetos alternativos é uma constância no livro “A Paraíba e seus problemas”. Neste contexto, parece dialogando com Myrdal, seria necessária a ação pública planejadora, que “implicaria uma análise realista das relações causais circulares, implícitas no processo de desenvolvimento acumulativo” (Myrdal, 1957, p.142).

Segundo José Américo, “as soluções para os grandes problemas não são encontradas em planos lineares, mas na conjugação e na convergência de projetos que à primeira vista parecem contraditórios (Almeida, 1923, p.22). Ele tinha a convicção de que era preciso desenvolver instrumentos ordenadores e racionalizadores da ação pública e privada e coordenar minimamente decisões díspares em vários agentes em ação. Com sagacidade, expunha, contra-argumentava e desmontava minuciosamente as estratégias discursivas e as narrativas de seus opositores.

Sobre sua defesa da necessidade de se contar com um bom diagnóstico da situação nacional e regional é muito similar àquela de Anibal Pinto (1973) sobre os “estilos de desenvolvimento”, que sugeria os seguintes componentes de análise do processo de desenvolvimento: meio físico e os recursos naturais; população (com

seus perfis e aptidões); estrutura social; organização produtiva; e a dinâmica de relacionamento externo, do país ou da região. Esses componentes ou dimensões de análise não são muito diferentes dos temas tratados nos quatorze capítulos do livro.

A região deveria ser vista em sua inteireza histórica, em sua inserção em um contexto maior e perseguir o exame da dinâmica da ação de seus variados atores sociais. “A história deve ser social, com uma visão não apenas das posições das elites vitoriosas, mas também dos grupos dominados, dos indígenas, que foram em sua maioria dizimados, dos negros escravos, que foram transplantados da África para realizar trabalhos, sob coação, e que não tiveram condições, como vencidos, de escrever a sua história. Isto porque, geralmente, a história é feita com o concurso das classes dominadas, mas é escrita pelos vitoriosos, pelas classes dominantes” (Almeida, 1923, p.20).

Não resta dúvida que ele tinha uma percepção espacial, ecológica e social arguta, pois sustenta que “a história deve ser geográfica, a fim de que se faça uma análise dos problemas enfrentados por cada geração no processo de controle do meio natural e da exploração dos recursos e das formas e métodos utilizados para controlar a influência mesológica [ecológica]” (Almeida, 1923, p.20).

E arremata “a história deve ser econômica porque necessita aprofundar a análise da infraestrutura que tem repercussões fortes e influência decisiva na formação das superestruturas sociais, políticas e culturais” (Almeida, 1923, p.20).

O livro “A Paraíba e seus problemas” apresenta um diagnóstico físico e humano profundo do espaço semiárido paraibano, realiza a contextualização da província no pacto territorial de poder do funcionamento estrutural e conjuntural do federalismo brasileiro, discutindo as formas de ruptura do seu atraso, do seu isolamento, defendendo um processo de integração na escala nacional, “desempenhando uma ação política mais objetiva”.

Seus capítulos, ricamente documentados, apresenta as controvérsias, as diversas posições dos atores políticos e sugere um prisma de análise de como melhor identificar problemas e buscar ferramentas para a sua solução. As dimensões que um diagnóstico regional deveria ter são quase completas: quadro físico e diversidade do meio ambiente; perfil populacional e dinâmica demográfica; levantamento das infraestruturas físicas, econômicas e sociais existentes e necessárias; das relações intra e inter-regionais; dos principais eixos e vetores de crescimento; dos instrumentos e alternativas de políticas públicas para o enfrentamento das mazelas sociais e ambientais e os desafios socioeconômicos postos na realidade em movimento e em transformação.

Afirmado, desde o início do livro a Paraíba é uma “terra ignota”, ainda pouco estudada, ele procurará realizar um diagnóstico multidimensional e detalhado, partindo de uma profunda descrição do quadro físico, climático, pluviométrico, da qualidade dos solos, da hidrologia do estado da federação, no contexto nordestino e brasileiro.

Dizia que a forma territorial estendida do espaço provincial, ou seja, “oblonga”, conspirava contra a necessária coesão e unidade antropogeográfica e se constituía em um fator de dispersão. Nesse contexto, seria urgente implementar políticas de integração das heterogêneas porções da Paraíba.

Como a pontado acima, à semelhança de Anibal Pinto buscando entender a o andamento evolutivo do estilo de desenvolvimento, José Américo partirá do quadro natural, da população (com seus perfis e aptidões) e da estrutura social presente no território. Ao se debruçar sobre a sua formação socioespacial paraibana, detalhando sua ocupação e seu perfil demográfico, ele defende que “é preciso ter em conta cada um dos contingentes que contribuíram para o nosso caldeamento. O território tinha, na época do descobrimento,

uma densa população aborígine. Duas nações tupis - os tabajaras e os potiguaras - ocuparam, a primeira, a parte do norte e a segunda a parte do sul do rio Paraíba, até 20 léguas do litoral; e os cariris, povo tapuia, subdivididos em muitas tribos, dominavam, desde o planalto da Borborema, todo o interior” (Almeida, 1923, p.423). Relata que a Paraíba tinha, em 1760, 52 mil habitantes, passando, em 1811, a ter 122 mil, em 1860, 212 mil, chegando a 961 mil, em 1920.

Na condição simultânea de “investigador” e “interventor” atento das circunstâncias e dos perfis demográficos, das condições sanitárias e de salubridade, do inventário e do estudo pormenorizado das principais doenças a que são acometidas a população paraibana, discutiu a situação rural e urbana e as necessárias intervenções de engenharia sanitária em várias áreas.

Amparado em pesquisa profunda, discute a irregularidade, a má distribuição e a insuficiência das chuvas, o problema das secas e as especificidades paraibanas nesta problemática. Advoga que é preciso estudar o caso concreto, pois “a história das secas e do combate aos seus efeitos não é a mesma para o Ceará, o Rio Grande do Norte e a Paraíba: cada uma dessas unidades tem sua situação à parte” (Almeida, 1923, p.29). O sertão desservido deveria ser área prioritária para a implantação de obras de engenharia moderna, promovendo a açudagem, com destaque para as soluções de armazenamento de água de pequeno e médio porte e, assim, dotando o Nordeste da infraestrutura adequada de irrigação e de políticas de melhoramento de terras.

Propõe que se discutam os “melhoramentos” em suas “interdependências”, não se tomando cada obra individualmente, mas em suas conexões e articulação e, dentre essas obras, destaca o papel da infraestrutura.

José Américo tem clara consciência do papel central desempenhado pela adequada provisão de suporte infraestrutural, físico

e socioeconômico. Ele destacou a importância incontestável da oferta de infraestrutura (econômico-físico-material) para o processo de desenvolvimento, para a integração intra e inter-regional e para o bem-estar das populações servidas.

Discutiu como as infraestruturas são suportes, plataformas que proveem quantitativa e qualitativamente maiores e melhores bases materiais e imateriais à circulação das pessoas, capitais, informações etc., tomando-a como uma espécie de capital social básico, como o será, muitas décadas depois, pelo pensamento histórico-estrutural latino-americano. Em algumas passagens do livro, parece ter a intuição da natureza da infraestrutura, o que será desenvolvido por Albert O. Hirschman (1958), ao questionar a função da infraestrutura *vis-à-vis* as demais atividades econômicas, que perguntava: se coloca ou vai à frente, na vanguarda, na dianteira ou é caudatária, isto é, vai no rasto, nas pegadas, ou a reboque da dinâmica econômica regional? Na verdade, ele utiliza as expressões “acompanha”, “permite” ou “lidera”, “incita”, para colocar esta disjuntiva. A literatura desenvolvimentista falará em efeitos induzidos ou indutores dos investimentos em infraestrutura. Também argumenta, intuitivamente (percebe, mas não desenvolve) que o suporte infraestrutura envolve indivisibilidades técnicas e alta imobilização de capital (com o implante de instalações longamente duráveis), além de trabalhar com escalas técnicas notáveis. Ou seja, o longo prazo de maturação dos investimentos, o enorme porte, a questão das grandes escalas, o alto custo inicial, o vulto do montante das inversões seguintes, e as brutais imobilizações de capital fixo, dentre muitos outros fatores, conduzem a destacadas “irreversibilidades” e “indivisibilidades” em cada investimento específico.

Discutia o problema das longas distâncias e a falta de articulação entre as partes do território paraibano, com imensos “constrangimentos das comunicações intra e inter-regionais”. Era preciso promover

o encurtamento das distâncias, com a implantação de estradas de penetração que era “reivindicação dos territórios afastados, para o giro de ideias e o intercâmbio comercial, sob risco de agravar o insulamento” (Almeida, 1923, p.580).

Ele colocou uma discussão de grande importância: de que a implantação de infraestrutura geralmente envolve escolhas de localização e construção alternativas (muitas vezes concorrentes entre si). Se uma instalação é viabilizada economicamente, outra, concorrente, pode ser inviabilizada. Detalhadamente ele expõe as vantagens e desvantagens entre os investimentos no Porto Cabedelo vis-à-vis o Porto da Paraíba (atual João Pessoa). Colocava a questão das condições de cada uma de suas hinterlândias e a cristalização e reafirmação de centralidades. Levantou argumentos sobre a área de influência, ou seja, do dinamismo da área tributária do domínio econômico-territorial pernambucano. Pretendia com a infraestrutura proposta engendrar outros vetores de crescimento, nós urbano-regionais e polos econômicos, que pudessem disputar com a polarização exercida por Pernambuco, sobretudo com a hegemonia recifense sobre Campina Grande, a capital e todo o território paraibano. Era preciso criar alternativas, pois a circulação e a passagem obrigatória das mercadorias pelo Porto de Recife, este “centro autônomo e opulento de comércio” (Almeida, 1923, p.352), conspiram contra o desenvolvimento da Paraíba.

Era preciso desconcentrar o processo de desenvolvimento, interiorizando-o, pois corria-se o risco da “a capital insular-se sobre o impulso próprio” (Almeida, 1923, p.352). Em outras palavras, ele fazia por vezes, em suas análises, o contraponto capital-interior.

Pelos seus estudos e experiência tinha, ele tinha clareza dos principais problemas socioeconômicos e a necessária identificação do quadro de carências (“oferta” e “demanda” de infraestrutura econômica e social, equipamentos e serviços urbanos etc.) e, também,

das potencialidades e dos principais eixos e vetores de crescimento da província.

Analizou a dinâmica dos principais centros urbanos e a questão das alternativas de sobrevivência frente às ocupações rurais e urbanas disponíveis em cada lugar. Não bastariam as obras emergenciais, seria preciso formular e sustentar novos horizontes de possibilidades. Procurava demonstrar como “a solução humanitária e econômica seria estabilizar a população. Seria fixá-la em seu centro de produção” (Almeida, 1923, p.322). Seria preciso criar alternativas locais para que a população se tornasse menos errante, mais estabelecida, com oportunidades de reprodução material e cidadã.

Estava ciente dos contingentes populacionais que ficavam à mercê dos movimentos cíclicos do “fluxo e refluxo de nossa atividade mercantil” (Almeida, 1923, p.351). Seria preciso ações públicas consequentes que engendrassem “centros de população e de atividade” e que impulsionassem o “grau de progresso material e de cultura social”.

Propôs que se deve propugnar que a ação pública - “no espírito de reforma que introduziu os grandes melhoramentos (...) - “colabore no estímulo direto e indireto de nossa capacidade econômica” (Almeida, 1923, p.36). O Estado deve participar na coordenação e no incitamento das iniciativas públicas e privadas, buscando criar ou ampliar as atividades econômicas mais bem espalhadas pelo território.

Além disso, ele acrescentava que, os gastos públicos, efetuados no presente, se bem amparados e direcionados, representariam economias e menores dispêndios futuros. Os dispêndios públicos, muitos de natureza contracíclica, fortaleceriam a base econômica regional e resultariam em menores gastos posteriormente. Por exemplo, os gastos emergenciais e as frentes de trabalho, improvisados em cada conjuntura do flagelo das secas, não cristalizavam impulsos futuros. Ao contrário, uma obra estrutural, realizada no tempo atual, o que

ele chamava de “melhoramentos”, além de acudir ao problema angustioso, servirá às finanças públicas, pela supressão das verbas de socorro direto e indireto e, sobretudo, à economia nacional, pela defesa e acréscimo das suas fontes de riqueza [no futuro]” (Almeida, 1923, p. 331).

José Américo foi também um batalhador contra as relações federativas assimétricas, naquele momento em que a influência e a hegemonia das províncias de São Paulo e Minas Gerais, durante a “política do café com leite” da velha República, prejudicavam as possibilidades de alargamento de horizontes para espaços como a Paraíba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

José Américo de Almeida, apesar de sua origem na oligarquia nordestina, tinha grande sensibilidade social, tendo destacado em suas obras e no diagnóstico da Paraíba do início do século XX aqui comentado, o infortúnio humano e as tragédias sociais impostas pela rigidez das estruturas sociais, econômicas e políticas arcaicas são temáticas constantes, como as que tratou no romance, de 1928, “A bagaceira”.

Certamente José Américo de Almeida figura e figurará no Panteão dos paraibanos que deram grande contribuição à construção da nação brasileira, ao lado de Celso Furtado, Augusto dos Anjos, José Lins do Rêgo, dentre outros.

Ele deixa, dentre outras contribuições, também uma lição importante de que se deve evitar as abstrações teoricistas arbitrárias, que “perturbariam a verificação da realidade viva em favor de preconceitos teóricos” (Almeida, 1923, p.36). Tinha a convicção de que a busca de conhecimento da estrutura e da dinâmica regional e social e a transformação da “realidade viva” deve ser uma luta cotidiana.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. Campina Grande: EDUEPB, 2023.
- ALMEIDA, José Américo de. **A bagaceira**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 37ª edição, 2004.
- BRANDÃO, Carlos (2012). Estruturas, hierarquias e poderes: Furtado e o retorno à visão global de Prebisch e Perroux. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 10, p. 81-90.
- FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Nacional, 1980.
- FURTADO, Celso. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- HIRSCHMAN, Albert O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.
- HIRSCHMAN, Albert O. **Projetos de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.
- HIRSCHMAN, Albert O. (1977). Desenvolvimento por efeitos em cadeia uma abordagem generalizada. In: CARDOSO, Fernando H.; FONT, Maurício e SORJ, Bernardo (Orgs.). **Economia e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.
- PERROUX, François. **A economia do século XX**. Lisboa: Herder, 1966.
- PINTO, Anibal. Estilos de desenvolvimento e realidade latino-americana. **Revista de Economia Política**, (2)1, n.5, jan./mar, 1982.
- RANGEL, Ignácio. Elementos de economia do projetamento. In: RANGEL, Ignácio. **Obras reunidas**, vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

UMA OBRA SECULAR

Francelino Soares de Souza¹⁶

Decorridas já dez décadas do seu lançamento e guardadas as devidas proporções, até mesmo ditadas pelas diferenciações estruturais e temáticas, creio poder-se catalogar o livro de José Américo de Almeida “A Paraíba e seus problemas” no mesmo rol de obras consagradas, como o são, por exemplo, “Os Sertões”, de Euclides da Cunha ou até “Casa Grande e Senzala”, de Gilberto Freyre.

Em síntese, o livro procura mostrar “as condições naturais de vida – terra, clima, geografia – enfim, a luta desenvolvida pelo homem numa luta desigual contra uma natureza adversa” e foi escrito para servir de “[...] relatório destinado a escorar a política de obras contra as secas da presidência Epiácio Pessoa”.

Como diz José Octávio, em clara e definitiva afirmação, trata-se d’[“A límpida consciência social de José Américo, repassada de sensibilidade telúrica [...]”]. Em assim sendo, ficam claros, na obra agora centenária, esses dois aspectos que nunca abandonaram o autor, seja

16 Professor aposentado pela UFPB (DLCV/CCHLA), membro efetivo fundador da ACAL – Academia Cajazeirense de Artes e Letras e da ACCAL – Litorânea – Academia Cabedelense de Ciências Artes e Letras. Atua da área editorial.

no vivenciar político, seja no reconhecido perpassar pelo mundo da literatura nacional.

Tanto é assim que não se pode desvincular o elo existente entre os temas abordados em “A Paraíba e seus problemas” (1923) – a luta desigual e constante do homem para sobreviver diante de um ambiente proporcionado pelas adversidades da natureza, castigado pela seca, clima, abandono social – daqueles elementos de sua produção literária, que adveio com a publicação de “A Bagaceira” (1928), que retrata uma análise da vida rural de uma “gente miserável” e, em cujo prefácio, o autor já cunhava a passagem que virou quase um aforismo: “Há uma miséria maior do que morrer de fome no deserto; é não ter o que comer na terra da Canaã”. Depois, vieram os romances, que seguem uma mesma linha de cenário e de problemas: “O Boqueirão” e “Coiteiros” (ambos de 1935).

Pela vivência e pelo conhecimento do ambiente que lhe eram naturais, e dominado pela argúcia de um exímio pesquisador, além do conhecimento dos meandros da política nacional, José Américo sempre defendeu a atenção que se devia emprestar à construção de rodovias e ao armazenamento da água, providências que, se por um lado, facilitariam o escoamento de nossa produção agrícola, por outro permitiriam ao sertanejo sobreviver nos terríveis anos de seca, sem a necessidade de migrar para centros urbanos mais propícios. Enfim, a obra perpassa por implicações de natureza econômica e social, numa busca de amenizar a existência sofrida dos sertanejos nordestinos, no caso, paraibanos.

Como já se disse antes, junta-se José Américo, no plano político-administrativo, guardadas as proporções temáticas, ao mítico Euclides da Cunha, com “Os Sertões” (1902), ou no plano literário, à chamada Geração Regionalista do Nordeste (Geração de 30), que nos deu escritores que sobrelevaram esses mesmos problemas existenciais do nordestino: José Lins do Rego, com “Menino de Engenho” (1932); Graciliano Ramos, com “Caetés” (1933); Jorge

Amado, com “Cacau”(1933); Rachel de Queiroz, com “O Quinze” (1930), entre outros mais.

A partir do início de sua obra, o autor tece considerações sobre a ascendência genealógica do homem sertanejo, não se esquecendo de fazer realçar uma mentalidade disciplinada diante da labuta diária, o que fazia dele um trabalhador contumaz. Esclarece o autor que, ao lado da ascendência de natureza genética, há que se levarem em consideração os aspectos ditados por um meio ambiente que lhe era, quase sempre, hostil, tanto provocado por causas sociais como por pressões do meio em que vivia. De qualquer forma, chega-se à conclusão de que o sertanejo, forte como o era, não foge à luta diante das condições ditadas pelo seu *habitat* natural, o que impedia maior êxito quanto à manutenção de desenvolvimento de uma aceitável prática agrícola/rural.

Como fica evidente, realça o autor que a Paraíba tinha uma economia baseada na agricultura e na pecuária, o que fazia com que os efeitos de um período de estiagem pluviométrica afetassem potencialmente a economia regional. (Ainda bem que, com o advento, mesmo que tardio, da transposição das águas do São Francisco, venhamos a ter suavizados os problemas cíclicos de novas temporadas de secas).

Quando o autor adentra em ambientes próximos ao litoral, as ditas culturas regionais desestimulavam a produção mais intensa por uma questão do precário escoamento da produção, em virtude de boa parte desta ter que ser exportada via Capital pernambucana. Não previa José Américo que este se tornaria um problema mais grave, que geraria sérios conflitos entre autoridades paraibanas e pernambucanas, fatos que deram origem, posteriormente, à “Revolução de 30”. Mas, aí, já seria outra estória.

Fenômenos curiosos, que ainda persistem em algumas áreas, é o processo que conhecemos como “broca” e “queimada” que, como noutros tempos, vai alterando as condições de produção naturais do solo.

Faz o autor uma abordagem sobre o cultivo da cana-de-açúcar e do algodão, mesmo porque, na época, a Paraíba ostentava o título de maior produtor do chamado ouro-branco, em nível nacional. A cultura da cana-de-açúcar persistiu até os dias atuais.

Desde os anos 20, duas culturas naturais da terra – o café e o fumo – foram sendo relegadas, tendo sido a primeira dizimada pelo fenômeno conhecido como “praga vermelha”, e a segunda que se foi concentrando nas Alagoas, mormente no município de Arapiraca.

Dentre as culturas que subsistiram a contento, relata José Américo o caso da batata inglesa, da mandioca e do mel de abelha. Merece ainda destaque a criação de bovinos, caprinos, suínos, ainda persistentes até os nossos dias.

Com conhecimento de causa, sugere que a prosperidade econômica tem por base sólida o “aproveitamento racional da terra”, o que, infelizmente, ainda não era um hábito total e racionalmente adotado fosse por desconhecimento de causa, fosse por menosprezo aos ensinamentos acadêmicos, em que pese a criação de escolas agrícolas e campos de zootecnia. O autor mostra-se um empolgado pela adoção de políticas públicas voltadas para uma educação agrária mais eficiente.

Por outro lado, afirma ser relevante o surgimento de novas tecnologias, com o surgimento de máquinas pesadas e outros equipamentos que, mesmo, à época, existiam ainda de maneira meio tímida, deram um certo impulso ao processo desenvolvimentista da região, em função da adoção de leis que incentivavam a busca do crédito agrícola, fazendo os agricultores deixarem de depender da malfadada “política” da agiotagem financeira que era praticada sem acanhamento ou repressão.

Ressalve-se a importância da construção do Porto de Cabedelo que, integrado por uma rede ferroviária, passaria a facilitar a exportação de produtos oriundos do nosso Estado.

Pode-se por fim afirmar, alto e bom som, que, como o próprio José Américo deixa explícito, o Estado da Paraíba se tornaria mais afortunado com a adoção de políticas públicas originadas de uma produção que fosse mais bem remunerada, o que levaria à “dignificação do sertanejo e ao enobrecimento dos governantes”.

A CONSTRUÇÃO DE A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS

Francisco Sales Cartaxo Rolim ¹⁷

Introdução

O que seria um relatório oficial ufanista de exaltação ao presidente Epitácio Pessoa, transformou-se num livro extraordinário para ajudar a conhecer a Paraíba e o Nordeste, no começo do século XX. *A Paraíba e seus problemas* é essencial à percepção de determinadas características regionais, de peculiaridades que somente muitos anos depois seriam identificadas, já então, com o auxílio de técnicas

17 Iniciou curso de Direito na Universidade Federal do Ceará e concluiu na Universidade Federal da Bahia, bacharelando-se em 1963. Pós-graduado em Problemas de Desenvolvimento Econômico (CEPAL). Foi técnico da SUDENE e do Banco do Nordeste. Foi colaborador associado da CEPLAN – Consultoria Econômica e Planejamento (Recife). Ocupou cargos políticos na Paraíba e Pernambuco - governos Ivan Bichara Sobreira e Miguel Arraes. Publicou estes livros: *Política nos currais* (1979), *Do bico de pena à urna eletrônica* (2006), *Guerra ao fanatismo: a diocese de Cajazeiras no cerco ao padre Cícero* (2016), *Antônio Joaquim do Couto Cartaxo e a formação de Cajazeiras* (2019). Filiado à União Brasileira de Escritores (UBE/PE); Sócio fundador e primeiro presidente da Academia Cajazeirense de Artes e Letras (ACAL); Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP).

de análise no campo da antropologia, da sociologia e, sobretudo, da economia, aplicadas por estudiosos da linhagem científica de Gilberto Freyre e Celso Furtado. Estes adquiriram no exterior ferramentas metodológicas, que lhes permitiram interpretar a realidade brasileira com base em novas teorias do conhecimento, formuladas em centros acadêmicos e utilizadas aqui com a necessária redução sociológica.

José Américo, ao contrário daqueles dois cientistas, teceu sua formação intelectual sem arredar o pé do Brasil. Quase sempre vivendo na Paraíba. Construiu, de maneira autodidata, sua base intelectual, que, somada ao aguçado senso de observação direta do meio, a colocou a serviço de convicções próprias. Não mudou o jeito de ser, nem sequer o modo de falar.

Impossível não levar em conta a ideia inicial, as motivações do autor, a época em que foi elaborado o livro *A Paraíba e seus problemas*. No prefácio, escrito em dezembro de 1923, José Américo esclarece:

O presidente Solón de Lucena achou que o meio mais sensível de expressar ao Sr. Epitácio Pessoa o reconhecimento da Paraíba pelos benefícios outorgados, como solução dos problemas das secas, seria perpetuar num livro a história desse esforço redentor. (...). É um movimento de gratidão, em sua forma mais simples e rara: a confissão pública dos benefícios recebidos e ao mesmo tempo um apelo para o remate dessa construção (ALMEIDA, 2012, pp. 27 e 28).

Dessa tarefa se incumbiria também Celso Mariz, que iniciara a parceria com José Américo, na coleta de dados e em visitas ao interior paraibano, a fim de observarem de perto os efeitos das obras governamentais sobre o meio físico e a “*mentalidade da população sertaneja*”. Nessa época, “*Tiveram, portanto, de encarar o desconforto da ‘sopa’, do trem e às vezes da boleia de caminhões. Onde as vias não permitiam o acesso de veículos*

motorizados tiveram de enfrentar travessias perigosas, no lombo de animais, expostos aos vexames advindo do cangaço que trafegava naqueles ermos. Por sorte não foram molestados". Narração de Maria de Lourdes Lemos Luna.¹⁸

José Américo informa ainda no citado prefácio que Celso Mariz¹⁹, "*solicitado pela imprensa diária e empenhado na feitura da Paraíba no Parlamento Nacional, desligou-se do nosso compromisso*". (p. 29). Portanto, José Américo assumiu sozinho a enorme responsabilidade que ele mesmo demarcou, com total liberdade intelectual, exigida ao aceitá-la. Quem sabe, já imaginara aplicar a ele próprio um aforisma, seis anos depois, inscrito no seu romance *A bagaceira*, em jeito de alerta aos leitores, atinente a outro contexto literário: *Ver bem não é ver tudo: é ver o que os outros não veem*. E ele enxergou, há cem anos, como poucos o fariam, com o instrumental de análise científica então disponível. Note-se que nessa época, sequer circulara na França o primeiro número da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, considerada o marco do que veio a chamar-se de projeto, movimento ou *escola dos Annales*.²⁰

Só José Américo poderia escrever *A Paraíba e seus problemas*, com a dimensão que ele próprio lhe deu, muito além da feição monográfica estadual ou do modesto objetivo original. Por quê? Em virtude da visão pessoal e do embasamento do jovem e erudito filho da histórica cidade de Areia. Nenhum outro cidadão na Paraíba e, talvez, no Brasil, afora José Américo escreveria, naquela época, um livro do vigor de *A Paraíba e seus problemas*.

18 Luna, 2000, p. 33. Lourdinha Luna foi secretária particular de José Américo, nos últimos anos de vida, a quem ele confiava escritos e segredos.

19 Celso Mariz (1885-1982) era sócio do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e já publicara dois livros, de muitos que escreveu acerca da realidade social e política da Paraíba: *Através do sertão* (1910) e *Apanhados históricos da Paraíba* (1922).

20 O primeiro número da revista, raiz da chamada *história nova*, circulou em 1929, portanto, sete anos depois de ser escrito o livro de José Américo.

Neste ensaio, pretendo demonstrar essas assertivas, fugindo de caminhos pavimentados na adjetivação elogiosa, mas firmadas na comprovação factual, arrimada em dados objetivos, devidamente encaixados no contexto do começo do século XX. Dados que envolvem: a) a vivência e capacidade de observação do autor do livro; b) sua formação intelectual, erudita, adquirida de maneira autodidata; c) a utilização do conhecimento histórico disperso em pioneiros estudos. Aí residem, no meu modo de ver, os elementos determinantes da natureza, da abrangência e do curso da empreitada a que se propôs José Américo de Almeida.

SOLÓN DE LUCENA E A POSIÇÃO POLÍTICO-PARTIDÁRIA DE JOSÉ AMÉRICO

É necessário fixar o contexto político-partidário da Paraíba no momento em que José Américo tomou a si o desempenho daquela missão oficial. Por quê? Para situar naquele ambiente o advogado, jornalista, homem de letras e servidor público de 36 anos de idade. E perceber a dimensão multifacetada do livro *A Paraíba e seus problemas*, suas conseqüências para a história paraibana e, também, para a trajetória política de seu autor.

A segunda década do século XX foi período de extrema complexidade política e partidária na Paraíba, causada pelo movimento pendular de aproximação e afastamento entre dois poderosos grupos oligárquicos. Com a morte de Álvaro Machado, em 1912, seu sucessor na chefia, padre Walfredo Leal, assumiu de vez o comando da enfraquecida facção, fez acordo com seu maior adversário, Epitácio Pessoa, para convivência no governo, se não harmônica, pelo menos respeitosa. Manteve-se, porém, a justificada desconfiança mútua entre as duas correntes políticas, manifestada em fissuras aqui e acolá. O acordo durou pouco. Morreu às vésperas da eleição de janeiro de

1915, para o preenchimento de assentos no senado, câmara federal e assembleia estadual.

José Américo – que ainda estudante de direito fizera oposição ao tio Walfredo Leal –, com quem se alinhou? *Dessa vez fiquei ao lado de Walfredo. A família estava toda reunida, inclusive Simeão Leal, mas depois disso fiquei fora da política.* (Camargo e Raposo, p. 108). O epitacismo emergiu daquele pleito com ímpeto dominador, depois do empenho pessoal do *chefe supremo*, que se deslocou do Rio para sua terra, a fim de aglutinar velhos e novos correligionários. Entre estes, Solón de Lucena, humilde mestre-escola do município de Bananeiras.

Solón Barbosa de Lucena (1877-1926) nasceu em Bananeiras, brejo paraibano, foi professor, advogado provisionado, depois de abandonar o curso de Direito, no Recife, onde se fez íntimo de Antônio Pessoa, irmão de Epitácio. Ingressou na política em 1912, mas foi na decisiva disputa eleitoral de 1915, entre as duas poderosas oligarquias paraibanas, que Lucena passou a comandar o epitacismo em sua região. Em torno dele reuniu-se um pequeno e aguerrido grupo dissidente, no interior da facção epitacista, integrado por João Suassuna, Álvaro de Carvalho e Celso Mariz. Eram os *jovens turcos*, em alusão a militares rebeldes da Turquia, naquela época. Isso ocorreu quando Antônio Pessoa governava a Paraíba, no curto período de julho de 1915 a julho de 1916, em seguida à renúncia do presidente Castro Pinto. A dissidência fundou o jornal *A Notícia*, que atacava velhos amigos de Epitácio Pessoa, do tempo de Venâncio Neiva. O advogado Pedro da Cunha Pedrosa foi, talvez, a maior vítima da agressividade dos *jovens turcos*, por ter sido colaborador do alvarismo, na condição de secretário em dois períodos governamentais.

Cunha Pedrosa, em livro de memórias, publicado 16 anos após sua morte, referindo-se aos *jovens turcos*, traçou este perfil de Solón de Lucena:

era o que eu menos conhecia. Vivia muito retirado e não saía de Bananeiras, onde exercia o cargo de Adjunto de professor público primário com minguados vencimentos (...). Ensinava também em um colégio particular. (...). Do cenário político de Bananeiras ele foi sendo visto como capaz de ingressar na vida partidária, trazendo, como trazia, a credencial, que não era pequena, de ser parente e amigo de Antônio Pessoa. (PEDROSA, pp. 180 e 181).

José Américo, com seu jeito afirmativo, realçou assim qualidades do político Solón de Lucena:

“É o homem que não odeia. Nunca disse mal de ninguém, sequer de seus mais assanhados detratores. É o homem que não se irrita. Dotado de apurada sensibilidade, sofre certamente, a corrosão das injustiças, mas vinga-se com o perdão, que é sempre humilhante, quando vem do alto para baixo”. (Citado em Leite, p. 16).

Vencedor na eleição de 1915, Epitácio, assumiu o total controle da política paraibana. José Américo, seu adversário naquele pleito, procurador-geral do estado desde 1911, foi mantido no cargo: *“meu tio Walfredo e Simeão Leal se tinham reconciliado com Epitácio, tinham feito aquele acordo. Com o rompimento de meu tio, permaneci no cargo, mas fiquei independente. Mantive minha posição: estava servindo à Justiça, e não queria ter partidatismo”*; justifica ele, muitas décadas depois. E atribui a Epitácio a decisão. *“Este não pode ser demitido”*, teria dito o *“chefe supremo”*, segundo José Américo, impressionado com sua capacidade de argumentação demonstrada em polêmica, pela imprensa, com um auxiliar no governo de Antônio Pessoa (CAMARGO e RAPOSO, 1984, p. 108).

Poucos meses após a posse, em 22 de outubro de 1920, Solón de Lucena nomeia José Américo consultor jurídico. É nesta condição, com liberdade para advogar, menos contra o estado, que ele recebe a missão de preparar o relatório a respeito das ações do governo do presidente da República Epiácio Pessoa (1919-1922), que lá chegou por circunstâncias inusitadas, interrompendo-se o ciclo de revezamento no cargo entre paulistas e mineiros. Lucena governou entre 1920-1924, escolhido para o cargo, justo quando Epiácio Pessoa era presidente. Portanto, em fase de profunda mudança na forma do governo federal tratar o Nordeste, em particular, a região semiárida, mediante decisiva intervenção do Estado, traduzida na construção de açudes, de estradas de rodagem, na extensão acelerada da malha ferroviária regional, na coleta sistemática de dados estatísticos acerca de condições atmosféricas. Enfim, ações jamais praticadas pelas gestões públicas no Império e na Primeira República. Com Epiácio Pessoa, o Nordeste viveu o primado da *solução hidráulica*, estratégia de combate aos efeitos das secas, priorizando a edificação de grandes barragens que, na visão técnica ou intuitiva preponderante, teria reflexos na mudança do ambiente, inclusive alterando o regime pluviométrico, graças à acumulação d'água em larga escala na zona seca. Isto propiciaria evaporação suficiente, capaz de gerar condições atmosféricas favoráveis à formação de nuvens e, assim, reduzir a irregularidade do inverno na região, o mais aflitivo problema, gerador de desemprego, de desordenadas migrações, fome e morte da população pobre e dos rebanhos animais. Além, é claro, de queda abrupta na produção de alimentos, a subsistência do homem e dos animais.

Conhecedor dessa situação, José Américo de Almeida, então com 36 anos, afastou o *“propósito de organizar um simples inquérito dos serviços. A ação ficaria, destarte, isolada no espaço e no tempo, sem o relevo das circunstâncias especiais que a caracterizam”*. (ALMEIDA, 2012, p. 29).

VIVÊNCIA DO MENINO E DO PROMOTOR

José Américo nasceu em 1887 no engenho Olho D'Água, junto da cidade de Areia, na zona do brejo paraibano. Filho de senhor de engenho, teve com pouca idade a oportunidade de vivenciar duas realidades opostas da geografia e da sociedade nordestinas: as zonas úmidas versus a região semiárida. As experiências de criança o marcaram com traços profundos, tanto que em suas memórias, ditadas na velhice, assim descreveu viagem de 10 léguas, entre Olho D'Água e Jandaíra, ou seja, entre um engenho de rapadura e uma fazenda de gado. Vale dizer, entre o brejo úmido e o sertão seco:

Era a partida para a fazendola de criação, onde passávamos a estação das chuvas, fugindo à lama e ao mosqueiro do engenho.

Fazia-se uma madrugada para chegar ainda com dia.

(...) Minha mãe, muito gorda, sem poder montar a cavalo, viajava na liteira azul. O caçula num panacum, um cesto indígena, à cabeça de um cabra. Cavalgavam os mais velhos animais choutões de carga e a turma média, de que eu fazia parte, ia metida em caçambas, uns caixões de madeira revestidos de lona e pintados de azul, em costa de burros. (1986, p. 42).

A viagem demorava horas e horas, com paradas em casas de parentes e amigos. Muitos anos depois, o menino registrou o que via ou escutava dos adultos:

De longe em longe, *encontrávamos casas plantadas na solidão povoada de malfeitores. Sempre operavam nessa área grupos de cangaceiros, desde Antônio Silvino a João de Banda. “(...) Esse sertão era palco de variedades; muito toco de pau morto e um verde que ressurgia. Toca a andar e entramos em Jandaíra, em*

pleno século XX, numa condução de três séculos atrás, gastando um dia inteiro na viagem”, (ALMEIDA, 1986, pp. 42 e 44) de 60 quilômetros.

Esse ritual se repetia a cada ano, quando as fortes chuvas na região do brejo exigiam a migração para o sertão, fugindo gente e bichos das condições, momentaneamente, adversas. O menino ou o pré-adolescente deve ter feito esse percurso várias vezes, fixando-se em seu espírito o significado desses grandes contrastes, a tão pequena distância.

A essas memórias infantis veio juntar-se, cerca de 10 anos depois, o contato amplo e direto com a realidade sertaneja, fundamental para sua formação e de extrema importância para enxergar melhor. Recém-diplomado em direito no Recife (1908), foi designado promotor público, com apenas 23 anos de idade, para a comarca de Sousa, no alto sertão da Paraíba. José Américo lembrou em *diálogos* para o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas: “*Um dia, saí de Areia para Sousa. Não havia estrada de rodagem, ia-se a cavalo. Levei sete dias viajando*” (CAMARGO e RAPOSO, 1984, p. 81).

Em Sousa, fez amizade com o vigário da freguesia, padre Bernardino Vieira, e com ele viajou várias vezes a lugares do sertão. Cajazeiras é cidade vizinha, mas Princesa, onde padre Bernardino estivera como pároco, fica mais distante, dois dias de viagem, com pernoites para vencer dezenas de léguas. No contato direto com a realidade multifacetada, vivida pelo jovem promotor, José Américo formou conceitos, consolidou sua própria visão das características do semiárido e dos sertanejos. Mais tarde, suas visitas às obras contra a seca, executadas no governo de Epiácio Pessoa, não foram feitas por um estranho, muito embora seja brejeiro. Quem sabe, por ser míope em elevado grau, a natureza lhe tenha aguçado outros olhares para enxergar melhor *o que os outros não veem!* Ele já se familiarizara com as peculiaridades do sertão. A essa experiência, vivida pelo bacharel de

vinte e poucos anos, veio somar-se a base de conhecimento autodidata, como ele mesmo recordou muitos anos depois em seus livros de memórias.

DO SEMINÁRIO À FACULDADE DE DIREITO

José Américo não queria ser padre. Preferia a carreira militar. A forte miopia o impediu. Dois tios, sacerdotes católicos, exerceram muita influência em sua trajetória: padres Odilon Benvindo²¹ e Walfredo Leal.²² Cada qual a seu modo e no seu tempo. Padre Odilon era vigário de Areia, abrigou em sua casa o sobrinho que residia com os pais no engenho Olho D'Água.

Meu tio ignorava minha presença não me dava a menor atenção, nem sequer uma palavrinha. Não tomava liberdades com sobrinhos. (...) Era com um coração imenso o mais seco dos homens. Nunca fez um agrado, tinha pudor de ternura. Só tratava de modo especial a marrequinha-frade, de capuz branco, que lhe conhecia a batina. (1986, pp. 91-92).

Radicado em Areia na condição de vigário colado, padre Odilon foi o maior responsável pelo ingresso, a contragosto, do sobrinho no Seminário. Em suas memórias, já escritor famoso, José Américo reconheceu: *Devo-lhe muito. Devo-lhe lições de viver. Seus exemplos implantaram-se*

21 Tio paterno, Odilon Benvindo de Almeida e Albuquerque, nasceu em 1846, teve dificuldades financeiras para estudar, ordenando-se em idade madura. Foi vigário de Areia entre 1888 e 1912.

22 Walfredo Soares dos Santos Leal (1855-1942), tio materno, ordenado em Roma e vigário de Guarabira. Político influente na Primeira República: deputado estadual e federal, vice-governador, governador, senador. Compartilhou com Álvaro Machado o comando da mais longa oligarquia paraibana 1892-1912.

em meu espírito ainda informe e iriam frutificar na plenitude da idade. (1986, p. 147).

José Américo passou de catorze aos dezessete anos no Seminário. Saiu armado de meios apropriados para a leitura. Ali, onde se fez sacerdote o irmão mais velho, Inácio de Almeida, ele aprendeu línguas estrangeiras, que lhe seriam de extrema utilidade para conhecer os clássicos e as novidades do mundo das letras e da ciência. No entanto, isso não ocorreu no Seminário, mas após sua formação na Faculdade de Direito do Recife. José Américo *queria ser militar, mas não podia por causa da miopia. Foi coagido para o seminário, contra a vontade. E resisti sempre, até que explodi e saí, três anos depois.* (CAMARGO e RAPOSO, 1984, p.70). Mesmo assim era disciplinado. No soturno casarão, que em sua época abrigava cerca de 300 alunos, se estudava, apenas, o que seus superiores permitiam. No entanto, ali, ele adquiriu as condições de acesso à literatura estrangeira, só mais tarde, lida no original. Francês, italiano, inglês. Do latim, ele andou esquecendo... No Seminário *não podia ler nada e não tinha o que fazer. Passávamos os dias debaixo de uma latada de bougainvilles*, recordaria na velhice, aduzindo que a leitura da Bíblia, da história sagrada se fazia no refeitório. (Idem, p. 73).

Ele construiu sua erudição mais tarde. Do Seminário da Paraíba à Faculdade de Direito do Recife foi um passeio. Naquele tempo havia pouquíssimas instituições superiores no Brasil, mas os cursos de direito tinham amplitude além do simples estudo de normas jurídicas, tanto que formavam *bacharéis em ciências jurídicas e sociais*. Os estudantes de direito recebiam noções de economia, sociologia, filosofia e disciplinas correlatas. José Américo, por exemplo, começou a estudar economia a partir do famoso *Cours d'Economie Politique*, de Charles Gide,²³ autor que, não por coincidência, ele cita mais de uma

23 Mais de 50 anos após José Américo, o autor deste ensaio ainda estudou *Economia Política*, na Faculdade de Direito do Ceará, no mesmo compêndio de Charles Gide,

vez em *A Paraíba e seus problemas*. Com a amplitude do curso jurídico, ele expandiu sua base de conhecimento, mesmo que a notável efervescência, vivida em Pernambuco na segunda metade do século XIX, já tivesse esmaecido, em virtude da abolição e da instalação da República. A importância fundamental de sua formação no Recife se atém muito mais à qualificação formal para ocupar cargos públicos, somada a sua inteligência, aos quais foi guindado graças ao prestígio político do tio, monsenhor Walfredo Leal.

Depois da rápida experiência como promotor público em Sousa, ele foi para Guarabira, onde seu irmão era vigário, exercer a advocacia e ler muito, por exemplo, as obras completas de Camilo e Castilho.²⁴ Esse período de sua formação erudita teve continuidade, após sua nomeação para procurador-geral do Estado, como se verá a seguir.

O JOVEM PROCURADOR-GERAL ENTRE JUÍZES MADUROS

José Américo estava em Guarabira quando foi nomeado procurador-geral do estado. Isto lhe foi fundamental. Ele mesmo recordou:

Com o cargo de procurador-geral, mudei de vida. Formara-me com 21 anos, ainda tinha vida de estudante. Mas ia conviver com velhos, e me recolhi. Perdi o contato com a vida social, e passei a estudar(...).

que morrera em 1932, três anos após a *grande crise de 1929*.

24 Camilo Castelo Branco (1825-1890) e Antônio Feliciano de Castilho, escritores representativos do romantismo português. Do primeiro, fez muito sucesso a novela *Amor de perdição*. Castilho foi polemista e fundador de revista literária. Em outras reminiscências, José Américo cita, também, Alexandre Herculano, padre Antônio Vieira, Almeida Garrett, Eça de Queiroz, além de autores franceses.

Foi uma nomeação extraordinária, porque procurador-geral do estado era lugar de desembargador. Tinha havido uma reforma, mas ainda assim não era lugar para um bacharel de 23 anos. Como já disse, quando estava terminando meu curso de direito rompi com meu tio Walfredo Leal, que era presidente do estado. Por causa disso, quando me formei não queria ficar na Paraíba. Tinha havido essa rivalidade, esse afastamento... (CAMARGO e RAPOSO, 1984, pp. 87, 88).

A quem se deve sua nomeação, ao tio? *“Deve ter sido. Apesar daquele choque com ele, deve ter sido por sua influência,* tanto que quem assinou a designação para cargo tão elevado foi o presidente João Machado (1908-1912), irmão do chefe oligarca Álvaro Machado, parceiro inseparável de Walfredo Leal. Essa quadra da vida de José Américo foi fundamental para sua formação intelectual e muito lhe ajudou a escrever *A Paraíba e seus problemas*. De novo, recorro a ele próprio:

Dediquei-me ao tribunal, e passei a ter uma vida muito retraída. Isso me serviu, porque foi uma vida de estudos, não somente ligados ao cargo, mas também estudos de outra natureza. Comprava livros diretamente no exterior. Aliás, nunca se extraviou um livro que eu encomendasse da França, da Itália ou da Inglaterra. (...). Por causa desses estudos mais sérios é que fiquei preparado para escrever meu primeiro livro: *A Paraíba e seus problemas*. Comecei a levantar os dados, mas depois vi que estava em condições de escrever não um relatório, mas um livro. (CAMARGO e RAPOSO, 1984, p. 90).

Aí está à mostra a fonte do lastro teórico que permitiu a feitura do livro. Não apenas isso. Muito pesa, também, o enorme acervo de

leitura de tudo ou quase tudo que se publicara, até então, em torno de temas, de cunho sociológico, sobretudo, em debate no mundo, como provam as citações, às vezes em francês e italiano. E mais, é extensa bibliografia a que recorreu acerca da realidade brasileira, em particular, das condições geográficas, geológicas, climáticas, antropológicas, históricas, institucionais, administrativas, políticas e sociais do Brasil. José Américo leu ou consultou um rol imenso de estudos, por ele analisados de forma crítica, desde relatos de viagens de estrangeiros, que andaram pelo Brasil, até obras mais densas como as de, entre diversos autores, Euclides da Cunha, Oliveira Viana, Alberto Torres, Eduardo Prado, Joaquim Nabuco, Rocha Pombo.

O arcabouço informativo se completa com estudos em torno da realidade paraibana e do Nordeste, na medida em que teve acesso a quase todos os textos, até então divulgados. Aí estão incluídos ensaios publicados em revistas do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, Instituto do Ceará, Academia Cearense de Letras, Revista do Clube de Engenharia.

A SECA E O CANGAÇO

Entre os variados temas abordados por José Américo em sua notável obra merecem realce a reconstituição da história das secas e o problema do banditismo. Questões cruciais e, até certo ponto, entrelaçadas no mundo real do interior do Nordeste. Para tanto, recorreu a escritos fundamentais do senador Tomaz Pompeu de Sousa Brasil, de Tomaz Pompeu Sobrinho, Rodolfo Teófilo, Ildefonso Albano, Gustavo Barroso, para citar apenas autores cearenses, aliás, os que mais se dedicaram a esses dois aspectos da história regional, até o começo do século XX. Impressiona a síntese da evolução do *martírio das secas*, feita por um jovem que, como já assinalado, desde criança

entrara em contato direto com o mundo real ao seu redor: o clima de serra, o chão úmido do brejo, em contraste gritante com a aridez sertaneja. Ele soube captar, com realismo, causas e conseqüências de agudos problemas nordestinos e divisar suas potencialidades.

As condições físicas, sociais, políticas da Paraíba foram avaliadas de modo certo por José Américo. Para isso, repiso, munuiu-se da observação pessoal e do conhecimento científico a seu alcance. Aqui a lista de obras compulsadas é enorme para a escassa bibliografia daquele tempo, a começar pelos registros de impressões de viagens de visitantes estrangeiros até chegar a clássicos de nossa terra, a exemplo de textos, mapas e cartografia de Irineu Joffily, Irineu Pinto, Maximiano Lopes Machado, Beaurepaire Rohan, João de Lira Tavares, Coriolano de Medeiros, Celso Mariz, Manuel Tavares Cavalcanti e outros. Notável é também a utilização de documentos oficiais: Mensagens de governadores da Paraíba ao poder legislativo, relatórios técnicos e raros dados estatísticos. Alguns desses documentos foram divulgados pela imprensa, em especial *O Publicador*, *A União*, *Gazeta da Paraíba*, jornais citados com freqüência. Com todo esse acervo, José Américo reuniu condições de fazer extraordinária apreciação da história das secas no Nordeste.

A gravidade do banditismo, suas causas, as tensões derivadas das incursões de cangaceiros, o contraponto da presença violenta das forças policiais, o desassossego provocado na sociedade, são facetas abordadas por José Américo com clareza e sabedoria. Não esquecer que sua obra foi escrita há um século, quando Lampião, ainda iniciante, não era objeto de pesquisas acadêmicas ou de simples reportagens de jornais.

José Américo encara o cangaço como fenômeno social, tão preocupante quanto as secas do Nordeste, no final do século XIX e início do século XX. É óbvio que, na identificação das causas das secas, o conhecimento científico da época não permitia apreender

com segurança a essência daquele fenômeno natural. Em torno das ações efetivas para combater os efeitos das secas, ele mesmo reconheceu – tempos depois, no aspecto específico da exaltação da grande açudagem, um dos pilares da chamada *corrente hidráulica* –, ser questionável, insuficiente. Note-se que não existia ainda visão econômica desenvolvimentista, em função de estudos técnicos, trazidos por especialistas, como Guimarães Duque, mais adiante usada por Celso Furtado, já então com respaldo em novas estratégias do desenvolvimento, engendradas em anos de pesquisas por técnicos e professores de regiões subdesenvolvidas do mundo inteiro. Mas isso foge ao escopo deste ensaio.

Quanto ao cangaço, José Américo, em 1923, apontou causas, sem utilizar suportes ideológicos ou formulações teóricas construídas a partir de outras situações históricas, às vezes, aplicadas aqui de forma mecanicista. De novo, pesam a vivência e observações pessoais, aliadas à própria erudição, pondo em realce a evolução histórica do Brasil, dos tempos coloniais à Primeira República. Vejamos então como ele trata o problema do cangaço, na longa citação a seguir.

Esse fenômeno é, exclusivamente, social.

O cangaceiro originou-se da instituição do guarda-costas como uma necessidade de defesa das fazendas ameaçadas pelo gentio. Essa organização chegou a ter caráter de milícia, permitida e, depois, tolerada pelas autoridades, incapazes de manterem a segurança pública num extenso território de população escassa e disseminada. Cada casa de campo tinha a sua panóplia.

Quando a região se desassombrou da hostilidade dos selvagens, os fazendeiros não quiseram abdicar desse elemento, que lhes assegurava a força moral do domínio e alimentava a vaidade. E, além dessa função interna, ele seria utilizado para outros fins. A indivisão das grandes sesmarias foi

originando sangrentas questões de terras confinantes e o partidarismo monárquico criou o mandonismo com prerrogativas feudais.

A luta armada, acesa por essas divergências, veio, cada vez mais, formando a psicologia do valentão. A preocupação de atrair “cabras de confiança” degenerou na proteção aos criminosos que acudiam de toda parte ao coito das fazendas dos mais influentes, na certeza da liberdade.

Esse ajuntamento de gente de má índole preparava um meio pervertido. O capanga, despedido da guarda ociosa e desabitado ao labor honrado, tinha o único recurso da “societas sceleris”. Organizava ou procurava um bando.

(...) quando estive em Sousa, em 1909, no exercício de um cargo de justiça, o único motivo de intranquilidade e de ameaça da ordem pública era a contiguidade dos cariris novos, vasto foco de banditismo que o governo de Franco Rabelo tentou destruir.

As fronteiras viviam aos sobressaltos de incursões dos desordeiros profissionais.

(...) Se os fatores do mal são todos sociais, é fácil transformar esse ambiente moral, tanto mais quanto o sertanejo revela singular facilidade de adaptação.

Essa criminalidade específica, não sendo do caráter geral da população nem do instinto da raça, pode ser eliminada pela mentalidade que as obras contra as secas geram na região (ALMEIDA, 2012, pp. 458, 459 e 461).

Pode-se arguir a ausência de alguns elementos na indicação das causas do cangaço ou de fatores significativos da sua existência. Impossível, no entanto, deixar de reconhecer a acuidade do escritor paraibano, ao fixar como social o fenômeno, e indicar de modo

claro os mecanismos efetivos de formação do cangaço ao longo da história do Brasil, desde a época colonial ao começo da década de 1920. Nesse percurso ele identifica práticas percussoras do cangaço, associadas aos sistemas político-institucionais predominantes em cada grande fase histórica: Colônia, Império e República Velha. E descreve processos constituintes do fenômeno, não escapando de sua análise a contribuição do latifúndio, na medida em que este decorre da doação, pelo poder colonial português, de extensas faixas de terra – as sesmarias – base territorial do povoamento dos sertões.

José Américo busca nessa realidade elementos de convicção. E o faz, impulsionado por duas vigas que embasaram seu conhecimento: a leitura atenta de autores variados e o senso aguçado de observação pessoal do ambiente vivido nos contrastes do brejo e do sertão da Paraíba. No caso específico do banditismo, ele cita estudos publicados em francês e espanhol, demonstrando conhecer o assunto, também, sob o ângulo da criminalidade, associada a teses que prosperaram, durante muitos anos, entre juristas da Europa. Isso era visto com superficialidade, é bem possível, no curso de ciências jurídicas e sociais, por ele frequentado na Faculdade de Direito do Recife.

A acuidade na identificação dos fatores presentes no cangaço nordestino é de tal ordem que Frederico Pernambucano de Mello alude, 80 anos após as considerações de José Américo, em *A Paraíba e seus problemas*. No final do capítulo IV, de seu consistente estudo, *Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste*, refere-se aos

dois grandes fatores de estímulo ao cangaço. Um de natureza sociológica, outro de feição mesológica, de forma imediata, mas de profundas repercussões sociológicas: a luta de famílias e a seca. Esta última, acarretando a proliferação do cangaço profissional, e a primeira, armando o palco para o cangaço de vingança. (MELLO, 2011, p. 151.)

Logo em seguida, Mello cita o autor paraibano quando afirma ser

incerta a classificação do bandido, de acordo com as nomenclaturas propostas, segundo adverte José Américo de Almeida já em 1923, como que a recomendar a produção de estudos que viessem a afastar o inconveniente com que se deparam quantos se debruçam sobre o assunto. (MELLO, 2011, p. 151.)

José Américo chega a conclusões otimistas quanto à previsível extinção do cangaço, confiante na facilidade propiciada pelas obras contra as secas, sobretudo a construção de ferrovias e rodovias, que possibilitariam deslocamentos rápidos das forças policiais nas áreas afligidas. Os trilhos e as estradas de rodagem dariam mais agilidade e eficácia à repressão oficial armada. Pode ser contestado o processo, contraditório na aparência, de extinguir um *fenômeno, exclusivamente, social*, como ele qualificou, por intermédio do uso da superioridade policial repressora. Mas inquestionável é a clareza da visão de um jovem estudioso, que não contava com ferramentas adquiridas em cursos avançados no exterior, como fizeram, por exemplo, em outro contexto e com objetivos diferentes, Gilberto Freyre e Celso Furtado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Paraíba e seus problemas não é apenas um estudo a respeito das características físicas, dos contrastes de clima e tipos humanos de um estado, e de sua história. Muito menos o mero registro de ações governamentais de combate aos efeitos das secas regionais.

Cem anos depois da publicação do livro é fácil perceber, na abrangência de temas, na forma de abordagem, o seu significado para a Paraíba, um pequeno estado brasileiro, que só se impôs perante o

país, alguns anos depois. E assim mesmo, por circunstâncias dolorosas que se tornaram trágicas e, ao mesmo tempo, simbólicas para um momento de inflexão na vida institucional, política e social do Brasil.

Em um século o mundo mudou. E muito. Em todos os campos, em todos os lugares. Alterou-se a realidade física e demográfica. Alargou-se como nunca o conhecimento nas diferentes áreas. A ciência alcançou formidáveis níveis de profundidade. O adjetivo formidável aqui é aplicado também em seu sentido etimológico, de temível, pavoroso, aterrorizador. A ciência a serviço da guerra, por exemplo. Transformaram-se os costumes, as instituições, os enredos do poder. Especialistas se associaram, até mesmo para revisitar fatos e atitudes do passado, em busca de formular uma *nova história*, sob o estímulo dos *Annales*. Enfim, vivemos em planeta em constante mutação.

De onde vem tanta força para mudar?

Não cabe aprofundar aqui esse tema. Limito-me apenas a uma síntese, restrita a indicar fatos, momentos históricos, circunstâncias e afinação de ideias que fizeram a humanidade chegar aonde estamos, com a finalidade de situar o livro de José Américo no tempo histórico em que foi escrito.

A Paraíba e seus problemas foi escrito seis anos antes da *grande crise do capitalismo de 1929*, o impactante acontecimento financeiro que provocou alterações substanciais no mundo real, nas relações concretas da humanidade e, como decorrência, na formulação de novas teorias que mexeram com a sociedade, com a natureza e o papel do Estado. Disso derivou um conjunto de reformulações no campo institucional, político e ideológico.

Poucos anos após aquela crise, a *Segunda Guerra* mundial exigiu enormes sacrifícios em vidas humanas, provocou destruições de patrimônios, ao tempo em que acelerou o conhecimento científico, no desesperado afã de fabricar armas de guerra capazes de eliminar

ou neutralizar o inimigo em luta. Um efeito colateral disso foi, por outro lado, o avanço da ciência para aplicações no sentido contrário ao visado pelos belicistas, para uso em benefício da humanidade.

Tudo isso acarretou, ao lado de alterações nos costumes da sociedade, profundas mudanças nos métodos de análise da realidade econômica e social e nos mecanismos e no aparato institucional de intervenção do Estado na economia. A consequência mais imediata, e talvez a mais profunda, operou-se nas chamadas áreas subdesenvolvidas do planeta, com eficazes reflexos no Brasil.

No Nordeste, em particular, graças à atuação de Celso Furtado, um jovem técnico paraibano, então desconhecido, que produziu em 1958 um estudo gerador do processo modernizante de intervenções do setor público na economia de nossa região.²⁵

O avanço notável do conhecimento científico, e sua aplicação em todos os campos, é fato irreversível em nosso tempo. O uso de satélites como instrumento de observação e pesquisa, inclusive do solo e subsolo, facilitam a ação do homem, no campo da ciência, da formulação e execução de políticas públicas. Em paralelo, ocorre a *disseminação e popularização do uso de tecnologia*, propiciando a integração das massas residentes nos mais longínquos rincões da *terra ignota*.

Todo esse quadro, aqui pintado em largos traços, nos leva a perceber, pelo brutal contraste, a significação do esforço individual, realizado há cem anos, por José Américo de Almeida. Esforço que chegou ao ponto de exigir sua presença física em lugares remotos – tendo que *encarar o desconforto da “sopa”, do trem e às vezes da boleia de caminhões ou de enfrentar travessias perigosas, no lombo de animais, expostos aos vexames advindo do cangaço que trafegava naqueles ermos* –, para observar

25 Do estudo resultou o documento: *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*, lançado no bojo da *Operação Nordeste*, em março de 1959, junto com a mensagem ao Congresso Nacional propondo a criação da Sudene, assinada pelo presidente Juscelino Kubistchek.

de perto as obras contra as secas, objeto primitivo e origem do que veio a ser *A Paraíba e seus problemas*. Hoje um clique numa tela de computador nos põe em contato com todos os lugares do mundo...

É tendo esse pano de fundo que se deve ler o centenário livro, escrito pelo jovem advogado da histórica cidade de Areia. Nunca com a preocupação de procurar sua atualidade, num mundo em profundas e constantes mutações. Muito menos deve ser lido para identificar teses superadas pelo avanço da ciência e da tecnologia. Ao contrário, sua leitura, hoje, é caminho seguro para avaliação de um tempo histórico determinado, vivido na Paraíba, no Nordeste e no Brasil, na antevéspera da notável inflexão política, social, institucional provoca pelo movimento que conduziu à *revolução de 1930*.

A Paraíba e seus problemas precede a todos esses fatos. E também à súbita aparição de seu autor como ficcionista ao publicar, cinco anos depois, o romance *A bagaceira*, chamando a atenção da crítica para uma novidade literária de alcance nacional, que encorajou outros escritores nordestinos, dando margem ao *moderno regionalismo brasileiro*. A sombra espreada pelo sucesso de sua mais conhecida obra ficcional, enubla até mesmo um aforisma aplicável a seu inventor: *Ver bem não é ver tudo. É ver os que os outros não veem*. Em 1923, a acuidade do jovem advogado José Américo o fez enxergar longe, superando gigantescas limitações próprias de seu tempo.

Se tivesse, ao contrário, aceito os limites estabelecidos na origem da iniciativa, não se estaria, cem anos depois, relendo o livro que representa notável contribuição à história do Nordeste e do Brasil. E mais outro efeito, difícil obscurecer a projeção de um pequeno estado da federação na cena política nacional, pelo seu valor intrínseco e pelo respeito conquistado pelo autor. A presença de José Américo no cenário nacional deriva também, em certa medida, da respeitabilidade adquirida pelo seu livro de maior densidade no campo das ciências sociais, numa época de carência de instrumental de análise para a

compreensão, com firmeza, de fenômenos naturais, econômicos e sociais. E de suporte teórico confiável para interpretar fatos de nossa formação social. Por tudo isso, é fundamental conhecer como foi gerado e construído *A Paraíba e seus problemas*, a fim de bem situar o livro no campo da História.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Américo de. **A bagaceira**. Rio de Janeiro/João Pessoa: J. Olympio/Secretaria de Educação do Governo da Paraíba, 15 ed., 1978.

_____. **Sem me rir sem chorar**. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1984.

_____. **Memórias**: Antes que me esqueça. 2 ed. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1986.

_____. **A Paraíba e seus problemas**. Brasília: Senado Federal, 2012.

ANDRADE, Manuel Correia de. José Américo e sua contribuição à geografia do Nordeste. In: **Geografia, Antropologia e História em José Américo**. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba/Secretaria da Educação e Cultura, 1982.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales** (1929-1989): a revolução francesa da historiografia. São Paulo: Unesp, 2010.

CAMARGO, Aspásia; Raposo, Eduardo. **O Nordeste e a política**: diálogo com José Américo de Almeida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

CASTRO, Ângela Bezerra de. **Releitura de A bagaceira**: uma aprendizagem de desaprender. João Pessoa: Secretaria de Estado da Educação e Cultura / Conselho de Cultura, Gráfica JB, 2010.

FURTADO, Celso. **Aventura de um economista brasileiro: A fantasia desfeita**, v. 2. São Paulo e Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Seca e poder**: entrevista com Celso Furtado.

Entrevistadores: Maria da Conceição Tavares, Manuel Correia de Andrade, Raimundo Pereira. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. **Diários intermitentes: 1937-2002**. Organização e notas de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Leite, Severino Ramalho. Um homem que encheu sua época. In: **Solón de Lucena: democracia e década de vinte na Paraíba**. João Pessoa: A União Editora, 1979.

LUNA, Maria de Lourdes Lemos de. José Américo de Almeida. **Série Histórica 17**. João Pessoa: A União, 2000.

_____. **Revelações e perfis**. João Pessoa: Ideia, 2003.

_____. **Na varanda do Cabo Branco**: revelações sobre as eleições indiretas dos governadores da Paraíba no período 1971-1978. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 2013.

MARIZ, Celso. **Apanhados históricos da Paraíba**. 2 ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1980.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **Guerreiros do sol**: violência e banditismo no Nordeste do Brasil. 5 ed. São Paulo: A Girafa, 2011.

MELLO, José Octávio de Arruda. Solón de Lucena: ascensão burguesa e democracia na Paraíba. In: **Solón de Lucena: democracia e década de vinte na Paraíba**. João Pessoa: A União, 1979.

_____. Uma interpretação histórico-política em José Américo. In: **Geografia, Antropologia e História em José Américo**. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba/Secretaria da Educação e Cultura, 1982.

_____. Geo-História e a Formação de Cidades na Paraíba. In: **José Américo e a cultura regional**. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1983.

NUNES, Maria Thetis. Antropo-sociologia e humanismo em A Paraíba e seus problemas. In: **Geografia, Antropologia e História em José Américo**. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba/ Secretaria da Educação e Cultura, 1982.

PEDROSA, Pedro da Cunha. **Minhas próprias memórias**: vida política. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1963.

“A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS”: CEM ANOS DE UM LIVRO ÍMPAR

Francisco Gil Messias²⁶

Em 1923 José Américo de Almeida publicou “A Paraíba e seus problemas”, alentado ensaio de quase setecentas páginas sobre os mais variados aspectos de seu estado natal (físicos, climáticos, ecológicos, humanos, político-administrativos, econômicos e culturais), verdadeira e pioneira (sob diversos ângulos) radiografia da realidade paraibana, a partir da qual, levantados os problemas, era de se supor que mais fácil e mais rápida seria a correspondente solução, o que infelizmente não se verificou até hoje. Tinha o autor apenas 36 anos de idade, mas, como se viu, aparelhado por sua formação jurídica e vastas leituras para além do Direito, logrou escrever um clássico

26 Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFPB e Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal de Santa Catarina. Foi Procurador Federal até 2017, quando aposentou-se, tendo chefiado a Procuradoria Jurídica da UFPB por vinte anos consecutivos, nos reitorados dos professores Neroaldo Pontes, Jáder Nunes de Oliveira e Rômulo Polari. Foi colaborador do jornal Correio da Paraíba e continua colaborando no Suplemento Literário "Correio das Artes", do jornal A União, e no blog Ambiente de Leitura Carlos Romero. Publicou os livros: "Olhares - Poemas bissexto", "A medida do possível", "Um dedo de prosa" e "O Redator de Obituários", todos pela Editora Ideia.

das letras paraibanas, nordestinas e brasileiras, ainda hoje atual sob muitos pontos de vista e indispensável aos que desejam e perseguem um conhecimento aprofundado sobre a Paraíba.

Apenas um ano antes, em 1922, José Américo tinha estreado como ficcionista com a novela “Reflexões de uma cabra”, de modo que podemos afirmar que no “homem de Areia” a ficção e o ensaio surgiram praticamente ao mesmo tempo, prenunciando o romancista desbravador – e consagrado – de “A Bagaceira”, de 1928. Nessas primeiras obras, talvez não de forma proposital e consciente, evidenciam-se já muitas das bandeiras apreçadas pelos nossos modernistas de 1922, como bem observou o professor Tarcísio Burity no posfácio da 3ª edição de “A Paraíba e seus problemas”, de 1980 (A União Companhia Editora): “O livro, publicado em 1923, não por acaso tem seu preparo em 1922, ano que assinala o início do Movimento Modernista, semente de uma linha toda ela voltada para a problemática telúrica e, consequentemente, regional”. Linhas essas que Gilberto Freyre iria radicalizar, se assim podemos dizer, no Manifesto Regionalista de 1926, marco teórico do direcionamento das letras brasileiras para temas e assuntos eminentemente nacionais, com ênfase na história, na gente e na cultura regionais, de que “A Bagaceira” será exemplo inaugural na seara do romance.

Aqui é oportuno o registro de observações feitas por outros estudiosos anteriormente, no sentido de se esclarecer, como fez Tarcísio Burity no posfácio citado, a relação temática existente entre “A Paraíba e seus problemas” e a obra ficcional posterior de José Américo (A Bagaceira, Coiteiros e Boqueirão, por exemplo), tal como ocorreu entre “Casa Grande & Senzala” (1933), de Gilberto Freyre, e os romances do ciclo da cana-de-açúcar de José Lins do Rego. Em ambos os casos, os romances dão tratamento ficcional e literário à matéria ensaística que lhes antecede ou lhes é contemporânea. É o

que vemos na Nota Editorial do Volume I da Ficção Completa de José Lins do Rego, Editora Nova Aguillar, 1976:

A obra do mestre paraibano parece provir de uma dupla vertente: a que nos deu em 1928, *A bagaceira*, de José Américo de Almeida, e tem muito de denúncia na sua urdidura romanesca, e a que nos trouxe a obra e a influência pessoal de Gilberto Freyre, como revisão da vida brasileira, no âmbito das casas-grandes, das senzalas e dos sobrados.

Assim também em José Américo, quando se vê nas ficções posteriores a “*A Paraíba e seus problemas*” o tratamento e o desenvolvimento literário de muitas das questões estudadas pelo autor nessa obra ensaística, com a diferença de que, no caso, José Américo teria influenciado a si mesmo, ao contrário de Zé Lins, que teria bebido nas fontes não só do amigo paraibano, como também nas do mestre pernambucano, sem nenhum demérito para o autor de “*Menino de Engenho*”, claro.

O caráter pioneiro da obra foi atestado por ninguém menos que Josué de Castro no prefácio à segunda edição. Com estas palavras:

Obra amplamente documentada, elaborada com amor por um homem que observa e que pensa, e, por isso, conhece admiravelmente a sua terra e a sua gente, ‘*A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS*’ constituiu o primeiro estudo sólido, de conjunto, sobre a estrutura física e cultural desta região do Brasil, ainda tão mal conhecida cientificamente.

Não é pouca coisa. A propósito, é de chamar a atenção essa precoce vocação de José Américo para o pioneirismo intelectual: apenas cinco anos depois do livro desbravador de 1923, ele apresentou ao país seu romance inaugurador do regionalismo nordestino, “*A*

Bagaceira”. Bastaria isso para colocá-lo entre os grandes das letras nacionais.

A gênese de “A Paraíba e seus problemas” é curiosa. Nasceu originalmente como projeto de uma espécie de relatório das realizações do então Presidente do Estado, Solón de Lucena, a ser entregue ao Presidente da República, o paraibano Epitácio Pessoa, que muito tinha ajudado a administração estadual nos esforços de luta contra os efeitos da seca. A encomenda do estudo foi feita ao historiador Celso Mariz e a José Américo, mas terminou sendo levada adiante apenas por este último, face a compromissos outros assumidos pelo primeiro. E José Américo logo deu outra feição ao empreendimento, alargando e aprofundando seu alcance. É o que ele confessa no prefácio à primeira edição:

Afastei o propósito de organizar um simples inquérito dos serviços. A ação ficaria, destarte, isolada no espaço e no tempo, sem o relevo das circunstâncias especiais que a caracterizam. Concebi um plano que comportasse algumas relações de nossa atividade geral na sua interdependência com a iniciativa remodeladora. Dispus a matéria de modo que se atasse numa continuidade lógica o desdobramento das diferentes teses.

Eis aí homem de visão. Fosse intelectualmente míope, como era efetivamente nos olhos sempre ajudados por grossas lentes, teria produzido um simples e burocrático relato, hoje certamente esquecido nalgum empoeirado arquivo governamental. Quando concluiu suas pesquisas e levantamentos, tinha pronto o livro extraordinário que deu a todos a dimensão de seu talento e de suas possibilidades como escritor e homem público.

Muitas coisas chamam a atenção do leitor e do exegeta nesse livro fundador. Uma delas é a constatação, já naquele tempo, de que

a Paraíba tem sido, desde os tempos coloniais, esquecida pelo poder central, dificuldade esta agravada pelo fato de que poucos paraibanos lograram alcançar postos de relevo na administração do país, de modo a poderem fazer algo pela terra natal. Esse descaso por parte dos poderes centrais dura até os nossos dias, não há dúvida, e é responsável pelo ritmo lento do desenvolvimento paraibano, carente de grandes investimentos que, não vindo da iniciativa privada, só poderiam vir do governo central. Outros estados nordestinos receberam ao longo dos anos vultosos e importantes aplicações governamentais. A Bahia, o Ceará, Pernambuco e até o vizinho Rio Grande do Norte beneficiaram-se com a implantação de refinarias de petróleo, de polos industriais, de portos e até por sediarem importantes repartições federais, como a SUDENE (Pernambuco) e o Banco do Nordeste (Ceará). Mas a Paraíba, nada. Pode-se afirmar que a última iniciativa federal de vulto no estado foi a federalização da Universidade da Paraíba, no governo Juscelino Kubitschek, graças aos esforços do então deputado federal Abelardo Jurema. Essa valorosa instituição de ensino tem sido, desde os anos 1960, a única e solitária locomotiva do desenvolvimento local, “a nossa refinaria”, como costumam dizer alguns, brincando. E aqui impõe-se um parêntese incontornável. Para lembrar que a criação salvadora e visionária da Universidade da Paraíba, em 1955, deveu-se exatamente ao mesmo José Américo de Almeida, então governando o estado e já antevendo o papel alavancador que uma instituição universitária exerceria num meio desprovido da atenção dos poderes centrais. Novamente o pioneirismo do “homem de Areia”, o qual, muito antes, já obtivera de Getúlio Vargas a criação, no seu brejeiro município natal, da Escola de Agronomia do Nordeste, centro de excelência em sua área, hoje incorporada à UFPB. Sobre isto, conta-se que, face a insistência do ministro paraibano, Getúlio ter-lhe-ia perguntado para que diabos ele queria tanto criar essa escola em Areia, praticamente um fim de

mundo à época. Ao que teria respondido jocosamente José Américo: “Para casar as minhas conterrâneas, Presidente”. Getúlio deu uma risada gostosa e assinou o ato criador.

Sobre o histórico abandono por parte do governo central, monárquico e republicano, o autor dedicou o quarto capítulo do livro. Esse capítulo inicia-se com as seguintes palavras, que valem como um manifesto: “A história político-administrativa da Paraíba, nas suas relações com os poderes centrais, desde o tempo da conquista até 1919, é um documento de preterições e de abandono”. E acrescenta: “À natureza perenemente generosa não correspondeu a longanimidade dos homens”. No estilo direto e incisivo de tais frases, já dá para identificar a voz particularíssima do escritor e do tribuno que se notabilizariam nacionalmente nos anos posteriores. O ano de 1919 aparece ali como contemporâneo do autor quando escreveu o livro, mas pode-se perfeitamente atualizá-lo para 2021 porque as preterições e o abandono por parte do governo federal, relativamente à Paraíba, continuam os mesmos de sempre, o que prova serem as desigualdades regionais um dos males permanentes do Brasil. O país, por conta de seus sucessivos governantes e suas políticas, não consegue se desenvolver equilibradamente como um todo, de modo a distribuir por todos os estado da federação os benefícios do progresso econômico, social e humano. Quanto a este aspecto, vê-se, assim, a plena atualidade do diagnóstico feito por José Américo há cem anos.

Não foi à toa, portanto, que ele intitulou o capítulo inicial de “A Paraíba e seus problemas” justamente de “Terra ignota”. Se formos ao dicionário, veremos que a palavra ignoto significa “ignorado”, “desconhecido”, “incógnito”, “obscuro”. Seu antônimo é “conhecido”, “desvendado”. Em 1922/1923, a Paraíba era exatamente isso: ignota, desconhecida, ignorada, não só pelo governo da República, mas também pelos próprios paraibanos. Daí o caráter revelador do

livro de José Américo, radiografia detalhada da terra e da gente destas plagas esquecidas, do litoral ao sertão.

Outra constatação feita pelo autor também vale como um manifesto, principalmente perante aqueles, daqui e de fora, que, pessimistas quanto aos nossos recursos naturais, chegaram, segundo José Américo, ao extremo de propor o efetivo abandono do nosso território. A esses equivocados profetas do apocalipse, o autor respondeu com dados objetivos e estudos documentados. Não, a Paraíba não era – e não é – um deserto inaproveitável e inútil. Pelo contrário. Na terra paraibana, considerando-se seus vários aspectos, conclui o autor, “não há um só palmo imprestável”. A Paraíba apresenta-se, entre outras coisas, como “rica de produtos minerais inexplorados” e “dotada de termas de reconhecido valor”. Quanto à agricultura e a pecuária, ambas muito atingidas pelos efeitos das secas periódicas, o diagnóstico e o remédio não poderiam ser mais claros:

A natureza não pode ser mudada em suas linhas gerais, mas pode ser modificada. É este o nosso problema. Não nos é dado conjurar o fenômeno da seca, nem sequer atinar com suas causas; mas sabemos neutralizar os seus efeitos por uma série de providências experimentadas, em situações idênticas, com segura eficiência.

Para tanto, naturalmente, fazia-se e faz-se necessários investimentos do governo central, à míngua de recursos locais suficientes.

Com efeito, se não se pode evitar a seca periódica, pode-se enfrentá-la, com bastante êxito, através dos mais diversos meios de armazenamento de água e de seu conseqüente aproveitamento pela irrigação dos campos, com benefícios imensos não só para os agricultores e criadores diretamente beneficiados, mas também para as cidades próximas, unindo-se num só – e promissor - o destino das populações rurais e urbanas. Isto José Américo escreveu e propôs

em seu livro de 1923. E isto ele realizou, poucos anos depois, como ministro da Viação do primeiro governo de Getúlio Vargas, não só na Paraíba mas em vários estados nordestinos, sem falar na sua ação como governador do estado nos anos 1950. Nessas ações governativas, como ministro e como governador, ele pode ser o político realizador e de visão que se impôs à admiração dos brasileiros, pois conhecia, por dentro e por fora, como nenhum outro contemporâneo, os problemas e as necessidades do Nordeste.

Sabemos todos que ação de Epitácio Pessoa e de José Américo no que tange à construção de açudes e a outras iniciativas no sentido de minorar os efeitos danosos da seca na Paraíba e no Nordeste amenizou em parte o problema. Mas não o resolveu definitivamente, por falta de continuidade administrativa por parte dos governos seguintes. Somente na segunda década do século XXI é que o problema das secas nordestinas foi enfrentado com maior decisão, através das obras de aproveitamento das águas do rio São Francisco para irrigação em vários estados da sofrida região. Os resultados econômicos, sociais e humanos dessas obras ainda não se fizeram sentir em sua plenitude e, portanto, não são ainda mensuráveis. Mas prometem.

Em artigo intitulado “Pensamento de José Américo”, publicado no *Jornal do Comércio*, em 14.7.1957, o escritor e crítico Virgínius da Gama e Melo ressaltou:

Dos homens que conquistaram o poder em 1930, José Américo era o mais categorizado. Oswaldo Aranha era um brilhantismo romântico. O paraibano, entretanto, era o pensamento profundo, a lucidez devassando as águas abismais. Revolucionário no poder, em pleno regime discricionário, a oportunidade era magnífica para a expansão das ideias políticas que, por certo, lhe germinavam no cérebro. O livro *A Paraíba e seus problemas*, obra de vulto, um dos estudos mais

completos de geografia humana já realizados no País, garantia-lhe, pelos subsídios, uma técnica e uma visão brasileira.

Se talvez não tenha sido totalmente determinante para o escritor que já dera as caras em 1922, com a novela “Reflexões de uma cabra”, é certo que “A Paraíba e seus problemas” o foi para o político que José Américo viria a ser a partir desse importante ensaio. Pelo conhecimento coletado em suas pesquisas para tal livro e pelas convicções firmadas com base em tudo que viu e testemunhou em suas andanças pelo território paraibano, José Américo como que assinou um compromisso consigo mesmo, com a Paraíba e com o Brasil, tornando-se, como se tornou, um dos homens públicos mais respeitados de nossa história republicana, modelo de político íntegro, operoso e totalmente a serviço dos interesses coletivos de sua gente e de sua terra.

Como se vê, pelo menos entre os paraibanos, há muito para se comemorar no centenário de “A Paraíba e seus problemas”, obra clássica, orgulho de nossas letras.

**A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS:
INFLUÊNCIAS SOBRE A ATUAÇÃO DE
JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA À FRENTE
DO MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS
PÚBLICAS (1930-1934)**

Jivago Correia Barbosa²⁷

Ana Andréa Vieira de Castro²⁸

Enzo Cabral Fernandes Vieira²⁹

Thayná Fernandes Ferreira³⁰

“José Américo de Almeida
Teu por vir está seguro...”

-
- 27 Graduado e Mestre em História (UFPB), Doutor em Ciências Sociais (UFCG), atua como professor efetivo do Instituto Federal de Educação da Paraíba (IFPB), *Campus* João Pessoa e do Mestrado Profissional (ProfEPT/IFPB). É professor convidado do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos (PPGDH/UFPB) e pesquisador da Fundação Casa de José Américo de Almeida (FCJA).
- 28 Graduada em História e em Arquivologia, Especialista em Organização de Arquivos e Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Coordenadora do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR/UFPB) e pesquisadora da Fundação Casa de José Américo (FCJA).
- 29 Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Federal da Paraíba e bolsista da Fundação Casa de José Américo de Almeida (FCJA).
- 30 Graduando em Licenciatura em Letras pela Universidade Federal da Paraíba e bolsista da Fundação Casa de José Américo de Almeida (FCJA).

(As letras são sempre pêças...)

Tu com teu livro futuro

Serás ministro... das sêccas...”

(Revista *A Era Nova*, 01/07/1923)

1 INTRODUÇÃO

Momentos de crise sempre se caracterizam por períodos de insatisfação, de revoltas, tomadas de consciência e de ruptura da ordem vigente. A década de 1920 e o início dos anos de 1930 ficaram marcados por profundas transformações econômicas, políticas, sociais no Brasil e no mundo. Tempos de prosperidade e de crise responsáveis por uma série de mudanças, revoluções³¹ e rupturas epistemológicas.

No Brasil, o final da década de 1910 e o início dos anos de 1920 ficaram marcados pela morte do então presidente da República Rodrigues Alves – no dia 16 de janeiro de 1919 – e pela necessidade de uma eleição suplementar para finalizar o seu mandato (1919-1922). Dessa forma, no dia 13 de abril do mesmo ano, Epiácio Pessoa venceu as eleições com 249.324 votos, contra Ruy Barbosa, que recebeu 118.303 votos. Após a vitória, Epiácio nomeou diversos ministros, dentre eles, Pires do Rio para o Ministério de Viação, estabelecendo um programa de governo dedicado a construção de ferrovias (1.200 quilômetros), tendo como carro-chefe o combate às secas na região Nordeste, como afirma o historiador Pedro Calmon:

31 Os acontecimentos históricos da década de 20 serão os responsáveis pelo declínio da economia cafeeira que passou a enfrentar uma crise de superprodução, agravada efetivamente pela crise da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929, desembocando no fim da hegemonia da classe burguesa agroexportadora – sobretudo a elite cafeeira paulista que se vê obrigada a migrar para outros setores da economia – e o início de um processo político-econômico-social que desaguardaria na chamada “Revolução” de 1930, fazendo emergir uma burguesia industrial e financeira.

Vindo do Nordeste, identificado com as suas angústias, quis Epitácio ser o salvador da sua desafortunada gente e, entregando o comando das obras ao engenheiro Miguel Arrojado Lisboa, mandou atacar a construção de açudes. Com rapidez, técnica estrangeira, enorme quantidade de material importado, se abriram naquela região, perto de 500 quilômetros de estradas de ferro, 205 açudes, 220 poços... Só não previu a suspensão dos trabalhos, com perda de parte dos equipamentos, por quem lhe sucedesse (1963, p.1891).

Na Paraíba, outro conterrâneo de Epitácio Pessoa se destacava nas letras. Em julho de 1923, a “Revista Era Nova” acaba sintetizando muito bem o papel e a importância de José Américo no início da década de 1920. Os escritores e responsáveis pela revista realizam uma projeção exitosa sobre o futuro daquele que já havia ocupado alguns cargos públicos de relevância – promotor de justiça em Sousa (PB) (1908-1911³²), Procurador Geral do Estado (1911- 1924) – e que já havia escrito a sua primeira novela, intitulada “Reflexões de uma cabra (1922)”. Vale a pena destacar que, durante os anos de 1922 e 1923, José Américo se tornou um dos principais colaboradores da revista “Era Nova”, escrevendo os artigos iniciais da revista, abrindo as portas para diversos escritores paraibanos, ocupando também o cargo de redator do jornal O Norte.

Anos antes, mais precisamente em 1919, ele atuou como relator do memorial elaborado pelo Comitê de Propaganda Areiense que propôs a construção da estrada de ferro Central da Paraíba – de

32 José Américo permanece em Sousa até 1909, porém, a sua exoneração só ocorre no dia 13 de fevereiro de 1911, de acordo com o documento existente no arquivo José Américo de Almeida (FCJA).

Alagoa Grande a Cajazeiras, entregue a Associação Comercial da Paraíba e ao presidente da República, Epitácio Pessoa, estrada de ferro que acabou não se concretizando.

Em 1922, José Américo recebeu o convite do então presidente Sólon de Lucena para elaborar um relatório que reconhecesse os benefícios outorgados pelo então presidente da República, o paraibano Epitácio Pessoa (1918-1922), para a Paraíba, naquele período, sobretudo as obras direcionadas “[...] como solução do problema das secas” (ALMEIDA, 2012, p.27). Celso Mariz também fora convidado para a elaboração do referido relatório, mas não conseguiu concluir a sua participação, pois a função era árdua e exigia certa aptidão para enfrentar vários dias transitando no lombo de jumentos e em boleias de caminhão:

Onde as vias não permitiam o acesso de veículos motorizados tiveram de enfrentar, travessias perigosas, no lombo de animais, expostos aos vexames advindos do cangaço que trafegava naqueles ermos. Por sorte não foram molestados. [...] Diante de tanto desalento não houve outra saída, para nosso historiógrafo, senão pedir dispensa da Comissão, invocando a necessidade de finalizar A PARAÍBA NO PARLAMENTO NACIONAL” (LUNA, 2000, p.33).

Entretanto, mais que um esforço físico e intelectual, pode-se considerar que a feitura do referido relatório representou para José Américo uma complexa missão política de defender e explicitar a importância das chamadas “obras contra as secas” desenvolvidas na Paraíba por Epitácio Pessoa, em um momento em que o ex-presidente sofria inúmeras críticas da imprensa sulista e de seus opositores, devido aos altos investimentos e gastos públicos provenientes das referidas obras. Essas críticas irão acompanhar também a trajetória

do segundo mandato de Epitácio no Senado Federal (1924-1930), como pode-se perceber em seu discurso³³ em resposta a um ataque, ocorrido em dezembro de 1923, pelo senador do Mato Grosso, Antônio Azeredo:

[O SR. EPITÁCIO PESSOA] [...] Senti-me desta mudança; mas, voltando ao Rio, em agosto de 1923, recebi de S. Ex. as costumeiras manifestações de amizade e carinho, e calei as minhas maguas.

Em dezembro do mesmo anno, fui um dia avisado de que S. Ex. ia pronunciar no Senado um importante discurso em defesa das obras do nordeste e para isto já havia pedido a pessoa competente os dados necessarios. Fiquei desvanecido e contente com a noticia. Mais tarde encontrei-me com S. Ex. na igreja da Candelaria; nada me disse do seu projecto, mas falou-me com o mimo e o affecto de sempre. Dous ou tres dias depois o nobre Senador pronunciava a sua esperada oração. Eis aqui o thema do discurso: as obras do nordeste foram uma grande bandalheira...

O SR. A. AZEREDO – “Grande bandalheira?” Não acredito que tivesse dito isso.

O SR. EPITÁCIO PESSOA – ...e o Sr. Epitacio Pessoa com as suas pretensões e arrogancias, quer fazer de Mussolini, mas não passa de um Mussolini de fancaria!

O SR. A. AZEREDO – Isso, sim.

O SR. EPITÁCIO PESSOA – Cahi das nuvens!... (PESSOA, 1926, p.71).

33 Esse discurso está presente na obra “Pela Verdade - Discursos e artigos em defesa de um livro” (1926), escrito por Epitácio Pessoa como uma espécie de documento-manifesto em que o político constrói uma série de argumentações em defesa de sua gestão como presidente da República.

Assim, em meio a esse conflituoso contexto político, no dia 23 de dezembro 1923, a partir do relatório entregue a Sólon de Lucena, José Américo publicou o livro “A Paraíba e seus problemas”, uma obra que superou as expectativas iniciais, tornando-se, segundo Josué de Castro, um “[...] verdadeiro livro de ciências” (*apud* ALMEIDA, 1980, p.26). Dividido em 14 capítulos, a obra contribuiu para a interpretação do meio ambiente levando em consideração as particularidades geográficas do estado paraibano (Cap. I - Terra ignota; Cap. II - O clima), descrevendo também, as características da população que habitava as diversas microrregiões, os principais problemas da Paraíba na década de 1920 e as possíveis soluções encontradas pelo autor a partir da leitura de algumas obras que eram referência à época, além da sua vivência empírica (Cap. III - O martírio; Cap. IV - O abandono; Cap. VII - O problema das distâncias; Cap. VIII - Política Hidráulica; e Cap. XII - Consequências sociais).

Após a repercussão positiva da publicação de “A Paraíba e seus problemas” – com a publicação de diversas matérias no jornal A União sobre a obra durante o ano de 1924 – o presidente Sólon de Lucena nomeou José Américo de Almeida como consultor jurídico do Estado, no dia 08 de maio de 1924:

A nomeação recaiu numa individualidade respeitável em nosso meio social pelos invulgares predicados de sua larga e consolidada cultura jurídica e reconhecido senso de justiça.

O sr. dr. José de Almeida vinha desde de alguns anos desempenhando com raro brilho as funções de procurador geral do Estado e agora, como uma justa recompensa ao seu valor mental, ao seu trabalho, a sua dedicação, achou por bem o govêrno do sr. presidente Solón de Lucena premiar uma intelligencia moça e fecunda.

Hontem, o recém-nomeado prestou compromisso perante o chefe do executivo, recebendo na ocasião cumprimentos das pessoas que se encontravam no gabinete presidencial (A União, 09/05/1924).

José Américo indica, posteriormente, que a sua nomeação ao cargo de consultor jurídico do Estado marca também sua saída do cargo de Procurador Geral³⁴, movimento que o agradou, uma vez que a rotina no tribunal não lhe agradava plenamente e que desejava voltar a advogar: “Fiquei no tribunal até que fui nomeado consultor jurídico do Estado. Como tal, podia advogar. Foi a situação mais vantajosa que já tive: gostava de ser advogado, da parte polêmica, social, da advocacia” (ALMEIDA *apud* CAMARGO *et al* 1984, p.92).

Em outra passagem da referida entrevista, no que diz respeito às tensões entre epítacistas e valfredistas – as oligarquias mais fortes da política paraibana na segunda metade da década de 1910 e início da década de 1920, José Américo enfatiza que sua saída do cargo de Procurador Geral não se deu por rivalidades políticas. Pelo contrário, destaca o período do Governo de Solón de Lucena como um momento de apaziguamento das hostilidades entre os grupos políticos rivais e, mais uma vez, reforça que essa foi uma decisão positiva em sua trajetória: “No governo de Solón de Lucena, quando tinham cessado as hostilidades, fui nomeado consultor jurídico. Deixei o lugar de procurador e pude advogar, exceto contra as questões do estado. Eu estava advogando quando João Pessoa me convidou para

34 Em nossas pesquisas junto ao arquivo José Américo de Almeida (FCJA), encontramos o documento original que atesta a dispensa/exoneração do cargo: “O Presidente do Estado resolve dispensar, a pedido, o Dr. José Américo de Almeida, Consultor Jurídico do Estado, do cargo de Procurador Geral do Estado, que vinha exercendo em comissão. Solon Barbosa de Lucena, em 01 de outubro de 1924”.

trabalhar com ele no Governo da Paraíba, já em 1928” (ALMEIDA *apud* CAMARGO *et al*, 1984, p.92).

Assim, conseguimos perceber que tal nomeação não apenas pode ser compreendida como uma espécie de recompensa pela feitura do livro, mas também como uma demonstração de aproximação de José Américo ao grupo epitacista – tendo Solón de Lucena como mediador – em um período de readequação das relações entre as oligarquias paraibanas³⁵. Essa aproximação fica ainda mais nítida quando o jornal A União publica os telegramas de congratulações escritos pelo ex-presidente da República, Epitácio Pessoa, pelo então deputado João Suassuna – eleito neste mesmo ano presidente da Paraíba (1924-1929) – e por Tavares Cavalcanti:

Dentre os innumerados telegrammas recebidos pelo illustre conterrâneo sr. dr. José Americo de Almeida, por motivo da sua nomeação para o cargo de consultor juridico do Estado, inclusive dos deputados João Suassuna candidato do nosso partido á successão presidencial, e Tavares Cavalcanti, que se <<leader>> da bancada parahybana na Camara, distingue-se por seus termos altamente honrosos, o seguinte transmitido pelo eminente brasileiro senador Epitacio Pessôa: <<-RIO, 10– Seu talento, competencia e integridade são penhores seguros da elevação com que desempenhará o cargo de consultor jurídico. O govêrno do Estado merece parabens pela acertada escolha. Cordeas saudações. – EPITACIO PESSOA>> (A União, 13/05/1924).

35 Mais informações a respeito da aproximação de José Américo ao grupo epitacista, ver BARBOSA, Jivago Correia. **Política e Assistencialismo na Paraíba: o governo de José Américo de Almeida (1951-1956)**. Mestrado em História - PPGH/UFPB. João Pessoa: UFPB/BC, 2012.

Anos depois da construção do livro, a projeção publicada na revista “Era Nova” se concretizaria. Logo após a irrupção da chamada “Revolução” de 1930, o chefe militar do movimento no Norte – Juarez Távora – enviou uma carta a José Américo nomeando-o chefe do Executivo estadual e tornando-o o primeiro interventor da Paraíba. Em seguida, José Américo assumiu o posto de líder do Governo Central Provisório do Norte, passando a nomear todos os interventores do Nordeste e Norte do país: “Por setenta dias foi o ‘Vice-Rei’ do Nordeste, enfeixando força e poder absolutos. Tudo o que fazia era referendo revolucionário” (LUNA, 2000, p.47). Por sua atuação, recebeu o adjetivo de o “espalha-brasas”³⁶ na “Revolução” de 1930.

No dia 3 de novembro de 1930, Getúlio Vargas assumiu a chefia do Governo Provisório após a deposição do ex-presidente Washington Luís, ocorrida no dia 24 de outubro. Dali em diante, o nome de José Américo passou a ganhar maior projeção nos periódicos locais, sendo destaque também na imprensa nacional que desejava saber mais informações daquele homem do Norte que, aos 43 anos de idade, contava com um admirável currículo: escritor nacionalmente conhecido; havia sido um combatente leal e firme aos ideais aliancistas durante a “Revolução” de 1930, possuidor de uma vasta experiência administrativa “[...] que o creditava a reeditar, no plano nacional, o espírito modernizante e reformista já instaurado na Paraíba por João Pessoa” (CAMARGO *et al*, 1984, p.31).

36 Adjetivo dado por Alceu Amoroso Lima a José Américo por sua atuação enérgica e marcante durante os acontecimentos que culminaram com a “Revolução” de 1930. Segundo ele, José Américo foi o responsável por trazer a esse momento político qualquer coisa de “[...] selvagem, de sem-modos, de rude, de telúrico [...] Fostes o **espalha-brasas** [...] de verdades duras, de franquezas candentes de que desde as campanhas épicas de Rui Barbosa estava desabitado nossa política de boas maneiras” (*apud* CAMARGO, 1984, p.2 - Grifo nosso).

No dia 24 de novembro, José Américo assumiu o Ministério da Viação e Obras Públicas, cargo que ocupou durante os anos do chamado Governo Provisório (1930-1934). Antes de se dirigir à Capital Federal para assumir o Ministério da Viação, José Américo indica o nome de um dos principais “revolucionários” do estado paraibano para assumir a chefia do Executivo na condição de interventor federal: o tenente civil Anthenor Navarro, engenheiro e ex-auxiliar do governo de João Pessoa. Sua indicação possibilitou ao novo ministro da Viação continuar interferindo nas questões políticas locais mesmo à distância, no Rio de Janeiro. Durante a sua gestão à frente do ministério, José Américo jamais perdeu de vista as rédeas da política paraibana, interferindo diretamente sobre as nomeações de todos os interventores até à implantação do Estado Novo, em 1937.

Essa recapitulação se faz necessária, ao passo que é nela que fundamentamos a escolha do tema deste artigo, pois foi precisamente durante o desenvolvimento do projeto de pesquisa intitulado “A Paraíba e seus problemas: permanências e transformações”³⁷, vinculado à Fundação Casa de José Américo (FCJA), à Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ) e à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior (SECTIES), que uma questão nos chamou a atenção: por que não realizar uma análise comparativa entre o conteúdo exposto na obra “A Paraíba

37 O referido projeto tem como objetivo realizar estudos e pesquisas abordando a obra “A Paraíba e seus problemas”, escrita por José Américo de Almeida, buscando organizar uma fortuna crítica a partir da elaboração de um material que reúna interpretações de excelência a seu respeito e dos seus impactos na cena política nacional, instigando análises sobre as permanências e transformações de questões sociais, políticas e econômicas tanto no âmbito estadual como no regional. A nossa pesquisa é parte integrante de um projeto maior, intitulado “Preservação da memória e difusão educativa, cultural e científica do acervo da Fundação Casa de José Américo, sendo coordenado pela Profª. Dra. Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (UFPB - FCJA).

e seus problemas” (1923) – mais especificamente os capítulos III (“O martírio”), VII (“O problema das distâncias”) e VIII (“Política hidráulica”) – e a atuação de José Américo enquanto ministro da Viação e Obras Públicas (1930-1934)³⁸? A escolha dos capítulos se deve ao teor dos conteúdos abordados pelo autor, onde percebemos uma nítida simbiose entre o que foi escrito e a sua atuação enquanto ministro.

Depois destas reflexões, delimitamos o seguinte problema: como José Américo, enquanto ministro, conseguiu (ou não) pôr em prática e dar continuidade às obras que haviam sido iniciadas no estado paraibano pelo então presidente Epitácio Pessoa, que acabaram sendo abandonadas após o término da sua gestão e que foram tão bem descritas no livro? Assim buscamos compreender as ações e possíveis contradições entre o discurso presente na obra “A Paraíba e seus problemas” e a sua atuação enquanto ministro. É válido apontar que esse “abandono” e a retomada das obras é descrito pelo próprio José Américo no prefácio da reedição da obra em setembro de 1979: “Não referirei, sequer, como já fiz que, tendo sido suspensas as obras de Epitácio Pessoa, estava tudo desfeito decorridos dez anos de abandono e exposto ao regime torrencial, quando retomei, como ministro da Viação e Obras Públicas, o plano geral até a sua conclusão” (ALMEIDA, 2012, p.26).

Para chegarmos ao nosso objetivo, ou seja, ao desenvolvimento do artigo, utilizamos o método qualitativo, pois as opiniões e informações referenciadas em nosso texto não se caracterizam apenas pela mensuração e quantificação das obras, elas passam por uma

38 Tomando como referência o trabalho do professor Jivago Correia Barbosa, intitulada: “**A integração dos ‘Brasis’**: José Américo de Almeida e o Ministério da Viação e Obras Públicas durante o Governo Provisório (1930-1934)”. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2019.

compreensão de maior profundidade, ao considerar que existe uma relação dialética entre o mundo real e os sujeitos, entre o mundo objetivo e a subjetividade inerente aos sujeitos, o que favorece a exploração e análise de nosso tema, buscando-se ratificar os argumentos aqui expostos. Para tanto, delimitamos como procedimento metodológico a coleta de dados a começar pela pesquisa bibliográfica (fontes secundárias) e documental (fontes primárias), as quais se adequam ao propósito deste estudo.

Foram utilizadas algumas fontes primárias, a exemplo do jornal **A União** – que se encontra digitalizado na Fundação Casa de José Américo e fisicamente na Biblioteca Particular do Sr. Maurílio de Almeida – cuja leitura se deu por amostragem, selecionando-se os anos de 1923 e 1924, dados que foram de vital importância para o desenvolvimento do artigo, pois, além de ser o maior jornal em circulação da época, tratava-se de um órgão oficial do governo da Paraíba que também replicava matérias de jornais de outros veículos de comunicação importantes, a exemplo do Diário de Pernambuco, o Diário Carioca, etc. Utilizamos também outros dois importantes relatórios oficiais publicados por José Américo na forma de livros: “**O Ministério da Viação no Governo Provisório**” (1933)³⁹ e “**O Ciclo Revolucionário do Ministério da Viação**” (1934)⁴⁰, os dois últimos escritos por ele como registros de sua passagem pelo ministério.

39 A escassez de fontes primárias e secundárias sobre o assunto é tão latente, que só conseguimos adquirir uma versão original deste relatório, através de um sebo localizado na cidade de São João Del Rei, em Minas Gerais.

40 Embora tenha sido escrito em 1934, o exemplar que adquirimos foi impresso e publicado em 1982 a partir de uma parceria entre a Fundação Casa José Américo de Almeida e a Fundação Guimarães Duque.

2 OS PROBLEMAS DA PARAÍBA NA DÉCADA DE 1920: O MARTÍRIO DAS SECAS, O PROBLEMA DAS DISTÂNCIAS E A SOLUÇÃO HIDRÁULICA

A obra “A Paraíba e seus Problemas”, como o próprio título sugere, é caracterizada pela construção de diagnósticos precisos sobre os problemas socioeconômicos da Paraíba da década de 1920 e pela elaboração de um conjunto de possíveis soluções para essas problemáticas. Em relação a obra, selecionamos três capítulos para analisarmos: 1º A construção discursiva do autor sobre os problemas das secas (Cap. III - O Martírio); 2º E as possíveis soluções para esses problemas, no que diz respeito à expansão das vias de ligação – estradas de ferro e de rodagem (Cap. VII - O problema das Distâncias) – e a construção de açudes (Cap. VII - A solução hidráulica), pilares das chamadas obras contra as secas.

Esses três capítulos, dentro da proposta de uma análise comparativa entre o discurso e ação de José Américo, nos ajudam a compreender a forma que o autor representa a dor e o sofrimento do povo paraibano nos períodos de estiagem e o impacto que as “obras contra as secas” tiveram na Paraíba naquele período. Portanto, consideramos os discursos presentes nesses três capítulos como centrais no que diz respeito não apenas ao entendimento que José Américo tinha dos impactos sociais das secas na Paraíba, como também da importância dessas obras para amenizar esses impactos, visões que serão retomadas em sua atuação à frente ao Ministério de Viação e Obras Públicas durante o Governo Provisório.

2.1 O martírio e as sucessivas perdas humanas

No Capítulo III, intitulado “O martírio”, o autor descreve o sofrimento da população, a desorganização e desestruturação econômica das regiões afetadas pela migração e pelas secas. À vista disso, também destaca que o homem nordestino não é inferior em nada

por ser descendente de caboclos, indígenas e mulatos, e que a multiplicidade que pertence a essa população é o que a torna forte. Com isso, o autor enfatiza uma perspectiva que compreende os efeitos da miscigenação na população brasileira.

Ainda no início do capítulo, José Américo realiza a seguinte análise: “As secas têm sido, precipuamente, responsáveis, em seus ciclos mortais, pelo retardamento de nossa organização social e econômica” (ALMEIDA, 2012, p. 133). Desse modo, ele atribui o atraso da região paraibana à negligência governamental, expondo que as verbas do governo federal eram direcionadas para o centro-sul, restando muito pouco para o Nordeste. Consequentemente, não havia verba para amenizar os impactos da seca na região a partir do investimento em obras que proporcionariam uma vida mais digna para a população afetada. Afirma, ainda, que a população da província é uma raça blindada, pela sua resistência ao sofrimento e seus instintos de conservação. Dessa forma, José Américo de Almeida acaba desenvolvendo uma pesquisa empírica valiosíssima sobre as secas, sendo carregada por teses históricas, geográficas, antropológicas e sociais.

Para ele, a seca é um fenômeno que alteraria as condições meteorológicas, desde o litoral ao alto sertão, sendo responsável pelo déficit de desenvolvimento econômico que há na região, além de ser um fator extensivo às questões sociais. Posto isso, a semiaridez do sertão paraibano é resultante de fenômenos naturais, sendo intensificado pela ação antrópica e pela ocorrência de periódicas secas, provocando a exploração mais acentuada dos recursos naturais, principalmente por famílias com menor poder aquisitivo, mais suscetíveis a esses tipos de impacto.

O escritor apresenta as peculiaridades morfológicas e climáticas da região do brejo paraibano, e desmente, com isso, a visão errônea que era repetida na opinião pública. O discurso disseminado na época afirmava que o Ceará seria o território mais afetado pelas secas e, por

isto, a prioridade dos investimentos eram voltados para esse estado. No entanto, José Américo respaldou que as terras paraibanas foram cenário de verdadeiras tragédias. Fundamentado nisso, narra a história das migrações dos flagelados famintos e doentes que abandonavam crianças e idosos que pereciam pelo caminho ou invadiam as cidades. Destaca-se, portanto, que o autor usa um teor dramático e tomado de recursos literários naturalistas para enfatizar a lástima dos retirantes.

As migrações começavam doravante os primeiros sinais de seca, ocasionando uma desorganização nas áreas do Brejo e Litoral, onde os retirantes se refugiavam. À vista disso, acarretava uma superpopulação nesses locais, sucedendo graves problemas sociais. Desta forma, o aumento nas taxas de mortalidade eram incontornáveis, chegando a se tornar assustador, devido à desnutrição e suas consequências, à falta de higiene e à formação de grupos de saqueadores que se disseminavam pelas terras. Salienta também que a tragédia era tamanha que morreram de fome até os bichos do mato, logo, até os animais que a população criava para consumo próprio já não existiam como amparo. O autor destaca:

Eram figuras sumidas, escavacadas por um regime alimentar insuficiente e tóxico, que mal se equilibravam nos esqueletos descarnados. E vinham de muito longe e não sabiam onde iam. Os pais marchavam sobrecarregados de crianças que, minadas pela fome, “voltavam ao estado de engatinhar”. Mas esses fardos iam ficando ao longo das jornadas derrubados pela fadiga e pela inanição. Os menos débeis corriam ao encontro da peste, da desonra e dos vexames da mendicância (ALMEIDA, 2012, p. 159).

José Américo faz uma descrição forte e otimista dos paraibanos, como um povo tranquilo e que tem amor ao trabalho, além de

articular um discurso sobre a persistência da população na luta diária para sobreviver e subjugar a natureza. E, depois do aspecto social, explana o infortúnio das relações entre o brejeiro rico e o proprietário de terra e de engenho, e o caatingueiro pobre e flagelado.

A visão do autor acerca do mundo real – o detalhamento das regiões – foi capturado de maneira realista, elencando as causas e consequências dos impetuosos problemas vivenciados pelos paraibanos, não esquecendo as suas potencialidades. Portanto, o autor pressupõe que, para liquidar a miséria e o analfabetismo, seria necessário investir em modernização, em tecnologia, aproveitando os recursos naturais e, a partir disso, observar-se-ia o progresso do sertão.

No que concerne ao cangaço – fenômeno social que ocorreu na região do semiárido brasileiro entre 1870 e 1940 – era considerado alarmante, assim como as secas. Segundo o autor: “E, desse jeito, à miséria veio juntar-se o terror. Alguns fazendeiros abastados que poderiam resistir à crise, durante alguns meses, emigraram, sem demora, temerosos de assaltos” (ALMEIDA, 2012, p. 152). Desse modo, é notório perceber que as secas impactaram as diversas classes sociais naquele período histórico – posseiros, lavradores, comerciantes, fazendeiros, etc. – embora de modo efetivamente distinto, visto que, de um lado, a migração atingia os trabalhadores mais pobres, e, do outro, os fazendeiros tinham medo da invasão e saque de suas terras e animais por parte dos cangaceiros. Além disso, a epidemia da época foi responsável pela morte de muitos retirantes que, apesar da resistência à seca, seus corpos cansados e frágeis não sobreviveram às adversidades. E, aqueles que resistiam, enfrentavam dificuldades mais insuportáveis que as da própria fome. Ainda segundo o autor:

As infecções palustres, o beribéri, a anasarca, as febres perniciosas, o escorbuto, a varíola e outras entidades mórbidas desenvolveram-se na promiscuidade desses frangalhos humanos e, num surto

pestilencial desfalca a população permanente (ALMEIDA, 2012, p. 161).

Consequente à denúncia do martírio dos povos sertanejos da Paraíba, advindo, na visão do autor, como o resultado das negligências de políticas públicas efetivas para os problemas causados pelos seguidos períodos de estiagens nas regiões semiáridas do território paraibano, José Américo busca apontar algumas medidas que possuem como objetivo não apenas amenizar os problemas gerados pelas secas, mas também impulsionar a economia do Estado, delimitando, assim, um projeto de desenvolvimento socioeconômico efetivo para a Paraíba. Dentre essas medidas, destaca-se o tripé de seu plano, que consistia na construção de estradas de ferro e de rodagens, na construção de açudes (de grande, médio e pequeno porte) e na utilização da mão de obra dos flagelados nessas obras.

2.2 O problema da “viação” na Paraíba da década de 1920: as discussões sobre as rotas do desenvolvimento.

No sétimo capítulo da obra, intitulado “O Problema das Distâncias”, o autor apresenta os problemas e as medidas que constituem um importante elemento de seu plano desenvolvimentista. Nele, José Américo discute a dinâmica histórica das construções das estradas de ferro e de rodagem na Paraíba, construções essas que são enxergadas pelo autor como instrumentos que atendiam às solicitações do progresso e da expansão da cultura e da riqueza, além de destacar que haviam gerado grande crescimento econômico em muitas regiões dos Estados Unidos, da Austrália e em boa parte da Europa.

O escritor paraibano destaca, entretanto, que um dos maiores problemas da Paraíba, naquele período, não era apenas a falta de investimento nesse tipo de obra, mas também o fato das estradas de ferro não adentrarem a região dos sertões paraibano, uma vez que: “[...] o trem de ferro não vem conquistar nossos sertões [...] a estrada

de penetração da Paraíba não avança para o deserto. Esse traçado tem um evidente valor econômico, porque corta uma zona de intensa atividade densamente povoada” (ALMEIDA, 2012, p.280). Dessa forma, pode-se afirmar que o grande argumento apresentado por José Américo neste capítulo constitui-se na defesa da construção de vias férreas e de estradas de rodagem por toda a Paraíba, as quais serviriam para interligar, do litoral ao sertão, as diferentes regiões paraibanas, fortalecendo assim a economia do estado e favorecendo o abastecimento das regiões flageladas no período de grandes secas.

Ao fazer uma reflexão sobre a história das vias de comunicação paraibanas, o autor menciona que, até o final do século XIX, a Paraíba tinha apenas três vias de acesso principais, sendo o sistema de comunicação interno da Paraíba, até 1883, extremamente limitado. Sobre esse quadro de atraso, José Américo afirma que “[...] o nosso progresso teve, até essa parte, a morosidade do carro de boi” (ALMEIDA, 2012, p. 281). Apesar da crítica, o autor destaca o alto investimento público para a construção da estrada de ferro Conde D’eu, que ligaria a capital da Província a Alagoa Grande, com ramificações por Ingá e Guarabira. Com um investimento de 6.000:000\$000 (R\$ 150.000,00) e garantia de juros de 7% (Decreto nº 5.974 de 4 de agosto de 1875), a estrada só começou a ser construída em 1880 e foi inaugurada (com tráfego entre a capital e o distrito de Mulungu) em 7 de setembro de 1883, sendo os ramais do Pilar e de Guarabira inaugurados em 1884.

Apesar do grande investimento destinado para a construção da Conde D’eu e de seus ramais, é feita a constatação, a partir dos problemas apontados pelo relatório do engenheiro Retumba – como os altos juros, a má qualidade da ferrovia e os altos preços da passagem –, que tal estrada de ferro não resolvia os problemas da Paraíba, pelo contrário, ao conectar o interior com a praça comercial de Recife, beneficiava mais a economia da capital pernambucana que

a da paraibana. Tal argumento é reforçado a partir da análise da construção do ramal de Itabaiana a Campina Grande (finalizado em 1907). Apesar dessa estrada facilitar o acesso aos sertões, ela reforçava, conforme o autor, o fluxo comercial entre Campina e a capital pernambucana, tendo em vista que “[...] Campina passou a ser uma cidade da praça de Recife com a maior parte de nossa zona pastoril e algodoeira” (ALMEIDA, 2012, p.286). Dessa forma, José Américo de Almeida define que a malha ferroviária paraibana, antes do Governo de Epiácio Pessoa, consistia em uma significativa quantidade de estradas de ferro (351 quilômetros) que traziam mais vantagens para os estados vizinhos, do que para o próprio estado paraibano:

Esse desenvolvimento ferroviário, em sua posição relativa, quanto ao número de habitantes e à área territorial, afigurava-se suficiente a quem não conhecesse as nossas condições e necessidades internas. Mas permanecia a crise de transporte. A ligação aos estados vizinhos, principalmente a Pernambuco, não deixou de ser benéfica, conforme já reconheci; mas não satisfiz nosso problema econômico. (ALMEIDA, 2012, p.286).

Dessa forma, o autor reforça constantemente que tais ferrovias não chegavam aos sertões, o que não alterava em nada a situação de isolamento dessa região com os circuitos econômicos das demais regiões da Paraíba:

O interior continuou apartado. O prolongamento para Campina Grande, além de ter contribuído para maior desvio de nossos produtos, não resolveu as dificuldades de comunicação da zona sertaneja. O comércio entorpeceria-se com a morosidade da circulação. As mercadorias despachadas

para os pontos mais próximos apodreciam nas estações. A nossa riqueza, que se escoava, cada vez mais, para os mercados estranhos, chegava ao seu destino oneradíssima (ALMEIDA, 2012, p.287).

Dessa maneira, era preciso repensar os caminhos das estradas de ferro. A solução defendida pelo autor seria a construção de uma estrada de ferro que “cortasse” o território paraibano, interligando os sertões às zonas produtivas. O desenvolvimento dessa estrada se apresentava como um dos principais objetivos de Epitácio Pessoa para a Paraíba durante seu mandato como Presidente da República. Assim, é narrado que uma das grandes questões que permeavam as discussões sobre a construção da estrada de penetração consistia em decidir qual seria o ponto de partida central dessa ferrovia. José Américo cita em seu livro, duas propostas para a resolução do problema: uma que sairia de Campina Grande – a qual o autor se mostrou contrário, pois, em sua perspectiva, apesar de ser uma zona produtora, afetaria negativamente a situação econômica da capital devido às estreitas relações das praças de Campina com as de Recife – e outra saindo de Alagoa Grande até Cajazeiras – a qual o autor se demonstrava a favor, mencionando, inclusive, um memorial⁴¹, deba-

41 Trecho do memorial citado por José Américo de Almeida: “A do centro, a principal, por sua extensão e por interessar ao maior número de municípios, com o mínimo de desenvolvimento, deve partir de Alagoa Grande em direção a Cajazeiras, como uma linha especial, constituindo a espinha dorsal do Estado, o seu grande eixo econômico, em torno do qual gravitará todo o nosso progresso. A simples inspeção do mapa da Paraíba atesta as suas vantagens. O traçado geral dessa linha, partindo de Alagoa Grande, cortará Areia, Alagoa do Remígio, Esperança, Pocinhos, Soledade, Santa Luzia, São Mamede, Patos, Pombal, Sousa a Cajazeiras. Essa é que *constituirá*, logicamente, a estrada de ferro central da Paraíba” (ALMEIDA, 1994. p. 289). A nossa equipe de pesquisa foi até a Associação Comercial da Paraíba em busca de uma cópia do referido memorial, mas infelizmente não conseguimos encontrá-lo.

tido e aprovado em assembleia pela Associação Comercial Paraibana, em 1919, que continha o roteiro dessa ferrovia de ligação.

Sobre a discussão desses possíveis trajetos, Gurjão (1994) nos dimensiona que esse debate foi travado em um contexto histórico de dinamização da economia algodoeira na Paraíba, que acarretou no desenvolvimento de novas zonas de produção no Agreste, no Cariri e nos Sertões paraibanos. Nesse período, o estado chegou ao posto de segundo maior produtor de algodão do Nordeste. Assim, a década 1920 é marcada pela consolidação do pólo algodoeiro de Campina Grande – que está localizada em uma posição central a essas três regiões produtivas – como um intenso centro comercial, o que impulsionou o processo de modernização da cidade e o enriquecimento de seus coronéis, latifundiários e comerciantes (GURJÃO, 1994, p.28). Tais discussões sobre a estrada de penetração estão postas, portanto, em uma conjuntura de disputas entre os interesses dos comerciantes de algodão provenientes de Campina Grande e os dos senhores de engenho do brejo paraibano – que almejavam não apenas captar para si os excedentes da produção agrícola advindas dos sertões, mas passar a participar de uma rota comercial extremamente lucrativa na qual estavam excluídos.

Dessa forma, a compreensão dessas disputas é fundamental para uma mais nítida interpretação do posicionamento de José Américo, enquanto um representante político das oligarquias do brejo. O autor utiliza-se de uma argumentação voltada ao “bem comum” para estabelecer um discurso legitimador que, primordialmente, visa não só a descentralização de Campina Grande nas rotas do comércio do algodão, mas principalmente a garantia dos grupos do brejo como novos protagonistas nesse cenário. Seguindo a visão de Gurjão (1994), ao olharmos para a conjuntura econômica da Paraíba da década de 1920, percebemos que esse trajeto defendido por José

Américo antes busca atender aos anseios econômicos das elites do brejo que resolver, de fato, os problemas das populações sertanejas.

Tendo em vista esse cenário de embates, o autor nos indica, sem muitos detalhes, que o trajeto com origem em Alagoa Grande foi triunfante. Em junho de 1920, iniciou-se a exploração para o traçado que partiria da Estação Paiano, em Baturité (Ceará), e passaria por diversas cidades do sertão – como Cajazeiras, Sousa, Pombal, Malta, Pocinhos e Esperança – até chegar em Alagoa Grande. Dois anos depois, no último ano do governo de Epitácio Pessoa, as obras se encontravam em estado adiantado e as despesas giravam em torno de 11:141:766\$581 (aproximadamente R\$ 278.525,00). Entretanto, a Comissão Rondon⁴² restringiu a continuidade das obras utilizando a justificativa que tais estradas não passariam por zonas produtivas e que, por isso, devia-se focar as verbas nas construções dos grandes açudes:

Sem atravessar qualquer zona de intensa produção, cortando apenas, entre São João do Rio do Peixe e Sousa, um canto de região de açudes, mais justificável como ramal da mesma Baturité sem prejuízo poderia esperar, para ser construída, a terminação das grandes açudagens e dos canais de irrigação, mesmo porque é de presumir que só possa ter tráfego apreciável depois de removidas as causas das secas (RONDON, apud ALMEIDA, 2012, p. 292).

42 “Convidado pelo presidente Epitácio Pessoa (1919-1922), o Marechal Cândido Rondon ao lado de Paulo de Moraes Barros e Ildefonso Simão Lopes, integrou a comissão destinada a inspecionar a atuação da Inspeção de Obras Contra as Secas e analisar as causas da seca que afetava a região do Nordeste, em 1922” (CABRAL; HOFFBAUER, 2022) Disponível em: <http://mapa.arquivonacional.gov.br>, acesso em 16. dez. de 2022.

As justificativas dadas pela Comissão Rondon, conforme o autor, não apenas demonstram um total desconhecimento (ou até mesmo um certo desprezo) da existência das zonas produtivas do brejo paraibano – que seriam beneficiadas pela construção dessas ferrovias, como também desconsiderou a importância da comunicação e da ligação dessas zonas com as feiras livres do sertão paraibano, que naquele período movimentavam a vida econômica e cultural de cidades populosas como Patos (19.901 habitantes) e Sousa (23.241 habitantes). Dessa maneira, o plano da penetração das estradas de ferro no sertão, apesar de ter sido iniciado, no momento da produção de “A Paraíba e seus problemas”, estava estagnado e nunca chegou a ser concluído.

Outrossim, o autor também defende o argumento que as estradas de ferro não conseguiriam sozinhas dar conta dos problemas que envolviam as vias de comunicação e o abastecimento do interior paraibano e, por isso, teriam que ser combinadas com outro tipo de viação: as estradas de rodagem. Apesar de José Américo enxergar as construções dessas estradas como obras historicamente preconizadas, ele destaca que a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) incluiu essa medida em seu programa, porém não pôde desenvolvê-lo por falta de verbas públicas. Entretanto, apesar das dificuldades orçamentárias, é evidenciado no relatório do engenheiro Miguel Arrojado Lisboa (presidente do IOCS), de 1922, a construção de pelo menos 34 estradas de rodagem e carroçáveis na Paraíba durante o governo de Epitácio Pessoa, resultando em um avanço considerável de quilometragem:

Pode-se resumindo dizer, que a extensão quilométrica de estradas do tipo rodagem, construídas na Paraíba, pelo atual governo até fins de agosto de 1922, é de 404km,728, vários outros estando em construção e já se podendo trafegar ao longo

de 447 km,290; nas carroçáveis o total construído ascende a 587km,997, vários outros estão em construção e já se pode trafegar numa extensão de 700km,680 (ALMEIDA, 2012 p. 303).

Portanto, vale destacar que a construção discursiva de José Américo sobre o plano de desenvolvimento das viações (ferrovias e estradas de rodagem) é tecida por representações que buscam legitimar essas obras como elementos do progresso e da modernização. Elas são expostas como geradoras de riqueza e de bem-estar social para o sertão, pois garantiriam a circulação de mercadorias e de pessoas dessa região que conseguiriam conviver de forma menos sofrida com as secas. Contudo, mesmo com parte dessas obras concluídas, percebe-se que elas constituem um projeto de modernização que não altera as estruturas sócio-econômicas desses espaços, tendo em vista que as condições de vida das populações de camponeses e trabalhadores do sertão permaneceram precárias.

Além disso, esse capítulo segue uma lógica temporal que se repetirá em diversos outros capítulos do livro: a Paraíba (atrasada e invisibilizada) antes do Governo Epitácio e a Paraíba (rumo ao desenvolvimento) depois do Governo Epitácio. Essa construção de uma imagem positiva e quase heróica do maior líder oligarca do Estado no período, evidencia o status de documento oficial do livro, mas não inibe por completo as particularidades do posicionamento de José Américo – que nas minúcias dos seus argumentos prioriza os interesses políticos e econômicos próprios ao seu lugar social.

Dessa forma, todas essas medidas – que surgem a partir da presença de Epitácio Pessoa na presidência da República – foram iniciadas no estado paraibano, mas necessitavam de continuidade no que diz respeito tanto ao término das obras em andamento quanto à conservação das obras já concluídas. Contudo, a eleição que designou o mineiro Arthur Bernardes ao cargo de presidente da República,

em 1922, marca o início de um período de abandono e desprestígio dessas obras, as quais ficarão no ostracismo até a década de 1930.

2.3 A CONSTRUÇÃO DE AÇUDES COMO SOLUÇÃO HIDRÁULICA PARA A PARAÍBA.

Seguindo o propósito deste artigo, chega-se ao Capítulo VIII, reservado à “Política Hidráulica”, onde José Américo, enquanto ensaísta social, atento aos problemas da sua região e do seu estado, traça um pouco da história do suprimento d’água, enquanto elemento essencial para o combate às secas. Dando destaque, é claro, ao sertão paraibano.

Para justificar a tese da açudagem, que veremos mais adiante, o autor apresenta informações de povos e tempos longínquos, sobre a luta pela sobrevivência e desenvolvimento nas áreas desprovidas ou com escassez de chuvas, de terras áridas e desérticas, em regiões como a Índia, sul da África, oeste dos Estados Unidos, norte do México, Chile, Peru, Argentina, Espanha, China, Japão, entre outras. Mostra que os povos antigos (bárbaros e incas) já praticavam a irrigação como solução no processo de melhoramento das terras: “É uma lição do passado. Até os bárbaros se aperceberam das vantagens do emprego racional da água para o aproveitamento dos campos estéreis. Os próprios incas praticavam a irrigação” (ALMEIDA, 2012, p. 310).

Ainda sobre a prática da irrigação nas regiões citadas, mostra os efeitos positivos nos campos produtivo e social, a exemplo das grandes obras irrigatórias, a valorização do deserto, o desenvolvimento da agricultura e o aumento considerável da população. Nessa direção, faz um paralelo com a realidade do sertão brasileiro ao afirmar que: “Enquanto os Estados Unidos domavam o deserto, pelo suprimento d’água, não nos doía que, por falta dessa providência, em zonas povoadíssimas, tantos brasileiros morressem de fome”

(ALMEIDA, 2012, p.312). Vai mais adiante ao declarar que “[...] a experiência do passado e os avanços dos novos processos de cultura pouco nos importavam” (ALMEIDA, 2012, p.312), mesmo dispondo de recursos que a engenharia moderna proporcionava na época, era prática comum deixar nossos vales férteis em benefício das secas que devastavam a vida econômica e social do nordestino.

O estudo comparativo apresentado por José Américo, a partir das suas reflexões, do seu olhar investigativo e da sua “excursão ao interior” paraibano, no que tange à questão hidráulica, sugere algumas indagações. Uma delas é de que: “A história das secas e o combate aos seus efeitos não é mesma para o Ceará, o Rio Grande do Norte e a Paraíba: cada uma dessas unidades tem sua situação à parte” (ALMEIDA, 2012, p. 28). Nesse sentido, as políticas estabelecidas deveriam ser voltadas ao atendimento das especificidades locais. Defende a açudagem como elemento importante para o combate à seca e para o desenvolvimento local/regional. Sua tese tem sustentação em estudos científicos, a exemplo da Comissão Científica⁴³ de 1859, cujas pesquisas já demonstravam que as condições geofísicas do Nordeste são mais favoráveis à açudagem.

José Américo segue realizando sucessivas comparações, especialmente entre comarcas/cidades do Ceará e da Paraíba, mostrando possíveis soluções para o aproveitamento das águas através de pequenos reservatórios (açudagem particular), percebendo-se, nestes trechos do livro, certo beneficiamento às oligarquias locais:

E, como observou o engenheiro Pereira da Silva, a açudagem particular permitira que os municípios paraibanos de Lagoa do Monteiro, Piancó, Catolé do Rocha, Cajazeiras e Sousa atravessassem, “ainda com prejuízos, mas sem as

43 Constituída dos Drs. Freire Alemão (botânico), Capanema, Silva Coutinho (geólogos), Raja Gabaglia, Borja Castro (topógrafos) e Gonçalves Dias (etnógrafo).

derrocadas de outros tempos, o longo período de repetidas secas de 1898 a 1909”. Já o açude de Poços, em Teixeira, tinha proporcionado meios de subsistência a muitas vítimas da estiagem de 1888. Estava indicada, por conseguinte, a medida de salvação (ALMEIDA, 2012, p.313).

Também defende a grande açudagem e a ideia de que, em algumas zonas do alto sertão paraibano, “[...] a média da altura pluviométrica é superior à de municípios da região brejeira” (ALMEIDA, 2012, p.314), ou seja, no alto sertão a chuva é mais frequente, alimentando os depósitos de água projetados, e a raridade de secas longas, com mais de dois anos, tornaria executáveis as ações de enfrentamento aos efeitos das estiagens. Sobre a construção dos grandes açudes e outros beneficiamentos na Paraíba, faz crítica severa aos governos anteriores, ao afirmar que: “Mas os governantes não se compenetraram dessas idéias práticas, ou, se se apercebiam de sua procedência, procuravam torná-las efetivas de forma exígua e morosa, com o sistema condenável dos serviços públicos” (ALMEIDA, 2012, p.316).

Nesse descaso visível, cumpre destacar que a Paraíba não teve nenhum ganho das comissões responsáveis para solucionar o problema do abastecimento d’água. Dos açudes públicos, o de Soledade foi o único a ser estudado. Os poucos recursos, a falta de estudo e a morosidade comprometeram tanto a reconstrução dos açudes que estavam em ruínas, quanto à construção de novos. Um exemplo é o de Bodocongó, em Campina Grande, que foi projetado em 1911 e cuja construção fora suspensa, pois o local não era apropriado e fora constatado que as águas não se conservariam potáveis. Só em 1915 foi escolhido um novo local e a construção concluída em 1917. Era notório que a falta de grandes reservatórios de água, além de comprometer o abastecimento à população, era um entrave, especialmente

para as cidades do interior com potencial para o comércio, prejudicando o seu desenvolvimento.

Questões mais acentuadas de cunho político são evidenciadas no texto, quando da sua narrativa emerge a gestão presidencial de Epitácio Pessoa. Os serviços de açudagem na Paraíba, que antecedem o seu mandato, são caracterizados como “mesquinhos melhoramentos”. A necessidade das grandes obras irrigatórias, a fundação de centros de produção (currais humanos) “[...] não poderia escapar à visão de estadista de um filho do Nordeste” (2012, p. 318). O governo de Epitácio Pessoa também não dispensou cuidados às localidades onde a pequena e média açudagem se diziam necessárias. Como foi preconizado: “[...] a solução do problema do Norte não está em pequenos ou grandes açudes, mas em ambos” (ALMEIDA, 2012, p. 327). Em tempo, essa afirmação não coaduna com a visão sulista de ver o Nordeste, pois as palavras do deputado paulista, Sr. Cincinato Braga, deixa claro isso: “[...] a questão social das secas do Nordeste é substancialmente um problema ferroviário e só adjetivamente um problema de açudagem” (ALMEIDA, 2012, p.320).

Destarte, José Américo acaba refutando essa fala, afirmando que: “A falta de conhecimento pessoal das condições físicas e da forma de existência do Nordeste sempre prejudicou as prescrições propostas para as suas crises por autoridades afeitas ao exame de meios antagônicos. (2012, p.320)

A estrada de ferro é, sem dúvida, um instrumento essencial para o escoamento de produtos, deslocamento de pessoas e redução de distâncias, mas, no contexto das secas, não deveria ser elemento de exclusão de outros recursos e possibilidades de combate às secas naquele período.

Ainda sobre a grande, média e pequena açudagem, os poços tubulares e as barragens, José Américo detalha minuciosamente os dados quantitativos referentes às áreas, a capacidade de armazenagem

de metros cúbicos, os custos/investimentos, o tempo de construção, etc. Qualitativamente, analisa a importância desses equipamentos no combate aos efeitos da seca e, conseqüentemente, para o desenvolvimento social e econômico da região, ou seja, para o progresso paraibano.

No próximo tópico, buscaremos desenvolver a relação entre a teoria – “A Paraíba e seus problemas” – e a práxis, ou seja, até que ponto José Américo consegue concretizar tudo aquilo que foi exposto no seu livro, dando continuidade às obras deixadas pelo ex-presidente Epiácio Pessoa no estado da Paraíba e na região Nordeste.

3 “[...] TENDO SIDO SUSPENSAS AS OBRAS DE EPITÁCIO PESSOA, ESTAVA TUDO DESFEITO”: JOSÉ AMÉRICO E A CONTINUIDADE DO PLANO GERAL DE OBRAS DURANTE O GOVERNO PROVISÓRIO DE GETÚLIO VARGAS (1930-1934)

A partir do início do Governo Provisório, a construção de um grande projeto de desenvolvimento nacional-autônomo precisava ser consolidada e caberia à figura de José Américo de Almeida a condução de boa parte das obras de infraestrutura ao assumir o Ministério da Viação entre os anos de 1930-1934. Após aceitar a pasta, em novembro de 1930, ele foi o único titular que permaneceu, desde o início até o término do Governo Provisório, no mesmo ministério; além de ser o único ministro do Nordeste na primeira organização deste governo temporário.

Embora a historiografia nacional e regional privilegie, efetivamente, o estudo e análise das ações de combate à seca encabeçada por José Américo, à frente do Ministério da Viação e Obras Públicas (MVOP), na região Nordeste do país, o raio de atuação desta pasta, durante o Governo Provisório, foi bem mais abrangente. A maior

parte das obras assumidas por este Ministério estiveram, inegavelmente, vinculadas ao projeto de desenvolvimento nacional varguista e isto fica demasiadamente claro quando verificamos o número de estados e as regiões atendidas ao longo dos anos de 1930-1934: “Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Baía, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal⁴⁴, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiaz” (ALMEIDA, 1982, p.273-301).

Segundo o ministro José Américo, o Ministério da Viação e Obras Públicas foi a pasta com o maior contingente de funcionários, com o maior volume de recursos financeiros e era responsável por uma gama de setores de vital importância para o desenvolvimento do país: iluminação elétrica, estradas de ferro, estradas de rodagem, portos e navegação, marinha mercante, aviação civil, meios de comunicação (correios e telégrafos), obras contra as secas no Nordeste, dentre outros. Foi considerado à época um dos três Ministérios mais importantes do Governo Provisório, ao lado do Ministério da Fazenda e da Justiça, como ele mesmo afirmou:

Quanto ao pessoal, era o maior. O mais importante devia ser o da Fazenda. O da Justiça também, porque fazia política. Mas o da Viação era o de pessoal mais numeroso. Em termos de trabalho, não se imagina a minha vida como foi. [...] Tendo mais pessoal, tinha mais verba do que os outros (ALMEIDA, *apud* CAMARGO *et al*, 1984, pp.195, 196).

44 Importante ressaltar que, neste período, o Distrito Federal estava sediado na cidade do Rio de Janeiro.

Para a melhoria do sistema de transporte rodoviário e a efetiva integração da região Nordeste, foi constituído e levado a cabo um plano rodoviário composto por linhas principais (“troncos”) e linhas subsidiárias (“ramais”). Nos dois quadros abaixo é possível perceber a grande extensão dessas construções e as cidades beneficiadas em 7 estados:

Quadro 1 - Plano Rodoviário do Nordeste

Linhas principais	Extensão (Km)	Cidades beneficiadas
Bahia-Fortaleza	1.350	Canudos (BA); Salgueiro (PE); Alagoinhas, Icó e Russas (CE)
Central de Pernambuco	600	Rio Branco e Salgueiro
Central da Parahyba	600	Campina Grande, Barra, Souza (PB) e Alagoinhas (CE)
Central do Rio Grande do Norte	450	Partindo de Barra (PB); Acary, Assú, Mossoró (RN) e Limoeiro (CE)
Central do Piauí	570	Partindo de Icó, Iguatú, Campos Salles (CE); Picos, Oieras e Floriano (PI)
Fortaleza-Therezina	550	Sobral (CE) e Campo Maior (PI)
Central do Ceará	380	Orós, Senador Pompeu e Cratheus
Penetração de Alagoas	900	Atalaia e Palmeira dos Índios

Fonte: ALMEIDA, 1933, p.91.

Quadro 2 - Plano Rodoviário do Nordeste (Estados)

Estados	Linhas subsidiárias	Extensão (Km)	Cidades beneficiadas
CEARÁ	Ramal de General Sampaio	160	Campos Bellos e Maranguape
	Ramal de Canindé	180	Canindé, açude Choró e Quixadá
	Ramal de Crato	130	Macapá, Jardim e Crato
	Ramal de Missão Velha	20	Missão Velha
	Ramal de Maurity	60	Maurity

Estados	Linhas subsidiárias	Extensão (Km)	Cidades beneficiadas
PARAHYBA	Ramal de Catolé do Rocha	150	Catolé do Rocha e Caicó (RN)
	Ramal de Piancó	230	Piancó, Conceição e Misericórdia
	Ramal de Teixeira	35	Teixeira
	Ramal de Picuhy	170	Picuhy, Areia e Alagôa Grande
	Ramal do Cariri	180	São João do Cariri, Alagôa do Monteiro e Alagôa de Baixo (PE)
	Diversas estradas subsidiárias	180	Parahyba e Rio Grande do Norte
PERNAMBUCO	Ramal de Garanhuns	100	-----
	Ramal de Triunpho	50	-----
	Belmonte	20	-----
	Belém	160	-----

Fonte: ALMEIDA, 1933, p.91, 92.

Na Paraíba, foram construídos os ramais de Piancó, Catolé do Rocha, Picuí, Alagôa do Monteiro, Gramame e Teixeira; em Pernambuco, os ramais de Garanhuns, Triunfo e Belmonte; no Ceará, os ramais de Campos Belos e Canindé.

Além das estradas de rodagem, José Américo buscou ampliar e interligar as estradas de ferro de vários estados das diversas regiões do país, ampliando as suas zonas de influências, além de concluir a construção de inúmeras obras paralisadas que somavam um vultoso patrimônio que se encontrava à deriva. Após a realização de alguns estudos, verificou-se uma ampla desarticulação entre as redes ferroviárias das regiões Norte e Nordeste do país, com linhas isoladas

e com algumas construções importantes que nunca haviam sido concluídas, a exemplo do trecho ligando as cidades de Petrolina, em Pernambuco, até Teresina, capital do Piauí.

Diversos trechos das estradas de ferro da região Nordeste receberam atenção especial por parte do Ministério da Viação, que promoveu a construção e o reaparelhamento de parte da malha ferroviária da região. A seguir, destacamos as principais obras executadas:

Reconstrução de 75 km e substituição de 180.000 dormentes da rede São Luís-Teresina, que além de ligar as duas capitais, permitia o fluxo de carga e de passageiros entre os estados do Maranhão e do Piauí. Por conta da situação de relativo abandono, o Governo Provisório decretou a caducidade do contrato com a ‘Companhia Geral de Melhoramentos do Maranhão’⁴⁵ e autorizou⁴⁶ que o Ministério da Viação construísse a ponte sobre o rio Parnaíba, ligando os dois estados a partir da capital Teresina a cidade de Timon, no estado do Maranhão.

O reaparelhamento da ‘Rede de Viação Cearense’, responsável pelos estados do Ceará e da Paraíba. Com o intuito de articular a rede ferroviária nesses dois estados, o Ministério da Viação construiu 176 km de ferrovias interligando diversas cidades importantes, a exemplo dos trechos entre as cidades de Sobral a Cacimbas (20 km) – no estado

45 A caducidade foi declarada a partir da promulgação do Decreto nº 20.948, de 15 de janeiro de 1932. O documento na íntegra encontra-se no sítio: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20948-15-janeiro-1932-519460-norma-pe.html> - Data de acesso: 24/04/2018.

46 A referida autorização se deu através da publicação do Decreto 21.018, de 02 de fevereiro de 1932. O documento na íntegra encontra-se no sítio: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21018-2-fevereiro-1932-519468-norma-pe.html> - Data de acesso: 24/04/2018.

do Ceará – e das cidades de Pombal a Patos, no sertão paraibano⁴⁷.

Além de intervenções de menor porte nos ramais Petrolina-Teresina, Central do Piauí e Central do Rio Grande do Norte (ALMEIDA, 1933, p.65-69).

Entretanto, mesmo diante de tantos investimentos em estradas de rodagem e ferrovias, a chamada “solução hidráulica” ocupou um inegável destaque dentro das ações desenvolvidas pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, pois, desde o ano de 1930, outra grande seca atingia a região Nordeste, principalmente os estados do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, embora os seus efeitos tenham se alastrado até uma parte da região do Maranhão, Piauí, os sertões de Pernambuco, chegando até a Bahia, num rastro de cerca de 650.000 Km² (LUNA, 2000, p.51), atingindo uma população de “dois milhões de mártires” (ALMEIDA, 1982, p.36).

A profunda experiência e o estudo *in loco* sobre períodos de estiagem e de fome no Nordeste – sobretudo a partir do convite de Sólon de Lucena para a confecção do relatório que culminou no lançamento de “A Paraíba e seus problemas” – levaram José Américo a sustentar a tese de que a seca não era causada pelo subdesenvolvimento do povo nordestino e nem derivava exclusivamente das questões físico-climáticas, os problemas partiam da visão econômica e dos mecanismos da administração pública, principalmente por parte do Governo Federal.

Assumindo a condição de continuador do plano de combate às secas e amparo aos flagelados nordestinos, “criado” pelo

47 Em 1933 foram inaugurados 70 km de estradas de ferro interligando as cidades de Pombal a Patos, na Paraíba, integrando as estações Arruda Câmara, Malta, Argemiro de Souza e Patos (ALMEIDA, 1933, p.68).

ex-presidente da República Epitácio Pessoa, José Américo passou a atacar essa problemática sob três aspectos: 1º. construção de açudes públicos e privados, buscando terminar as obras que haviam sido iniciadas por Epitácio Pessoa e que haviam sido supostamente abandonadas na gestão do ex-presidente Artur Bernardes; 2º. construção de estradas, utilizando prioritariamente a mão de obra dos flagelados que se encontravam alojados em grandes “centros de concentração”, expressão utilizada pelo próprio ministro para designar os lugares – terrenos descampados, fazendas, dentre outros – onde eram abrigados os retirantes, chegando alguns deles a alojar mais de 100.000 mil pessoas, a exemplo do “centro de concentração” estabelecido entre a cidade do Crato e a capital Fortaleza (ALMEIDA, *apud* CAMARGO, 1984, p.215); 3º. o combate às migrações em massa de flagelados, evitando que as populações dos diversos estados atingidos se deslocassem para a região litorânea ou até mesmo para os estados do sul do país e para o norte, mais especificamente em direção à região do Amazonas. A região Nordeste ficou sob a responsabilidade da Inspetoria Federal de Obras Contra às Secas (IFOCS) que, além das obras de açudagem, passou a assumir as chamadas estradas de rodagem, empregando a mão-de-obra dos flagelados retirantes em suas construções.

Para o estabelecimento de uma “nova” indústria das secas, comandada agora pelo ministro da Viação e Obras Públicas, era preciso a confluência de três situações específicas: 1º um momento de grande estiagem que provocasse uma grave crise econômica; 2º criar ou copiar – como foi o caso – uma política de investimento de verbas públicas em obras contra a seca; 3º estabelecer um *lobby* para desviar os recursos enviados para o combate à seca (CUNIFF, *apud* FERREIRA, 1993, p.72-73), beneficiando os líderes políticos das regiões afetadas que estivessem ao lado do ministro.

Na exposição dos motivos para aprovação do novo regulamento da IFOCS, ao então presidente da República, Getúlio Vargas, José Américo mostra que, embora outros tipos de soluções já tivessem sido postas em prática por governos anteriores – “[...] estradas de ferro e de rodagem, perfuração de poços e cisternas, o desvio do curso do S. Francisco para o Jaguaribe, a arborização, etc.” (ALMEIDA, 1982, p.379) –, a solução mais eficaz para combater os efeitos da seca seria através da solução hidráulica:

Mas o que convém, precipuamente, como correção da natureza semi-árida do nordeste, é armazenar água copiosa que, distribuída irregularmente, se escôa pelo seu solo impermeável e declivoso. Obstar essa perda pela açudagem em larga escala é a solução directa do problema da sêca, visando estabilizar a população sujeita a um desastroso nomadismo e aproveitar terras propícias a tôdas as culturas agrícolas (ALMEIDA, 1982, p.379).

O fato é que não havia uma unanimidade em relação às soluções propostas pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, pois embora as propostas de construções de açudes, barragens e pavimentação fossem o “carro chefe” das saídas apontadas pelo ministro e pela IFOCS no combate às secas, alguns estudos sobre os impactos dessas obras comprovavam a sua ineficácia, principalmente em relação às estruturas socioeconômicas da região do semiárido nordestino. Essa é a denúncia apontada na obra de Francisco de Oliveira, intitulada “**Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**”:

[...] interessante notar, de passagem, que o melhor pessoal científico da antiga IFOCS e depois DNOCS quase sempre esteve em oposição à

política de obras executadas pelo Departamento; mesmo timidamente, e em termos conservadores, pode-se notar na obra mais conhecida de Guimarães Duque, *Solo e Água no Polígono das Secas*, um clássico da ecologia do Nordeste semi-árido, uma denúncia das condições sócio-econômicas, da exploração dos camponeses, pequenos sitiantes e meeiros pelos grandes fazendeiros do algodão-pecuária (OLIVEIRA, 1977, p.51).

Destarte, mais uma vez, a solução hidráulica foi posta em prática como uma tentativa de resolver a problemática da seca. Para desenvolver o seu projeto e consolidar as suas bases políticas, faltava agora o essencial: os recursos. Assim, à frente de um dos mais importantes ministérios – um dos principais tentáculos do estado forte e centralizador encabeçado por Vargas –, José Américo passou a interferir diretamente sobre as construções de todos os açudes públicos e privados erguidos pela IFOCS, além de investir fortemente nas obras de restauração e construção de estradas de rodagem e carroçáveis, como vimos anteriormente. Em 1932, José Américo recebeu carta branca de Getúlio Vargas para investir cerca de dez mil contos de réis nas obras de combate às secas em toda a região Nordeste.

Embora a seca atingisse a maior parte da região Nordeste do país, do Piauí à Bahia, três estados passaram a canalizar, estrategicamente, a maior parte desses recursos: Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, a partir da decisão tomada pelo ministro sob as seguintes alegações: 1º por serem esses os lugares mais atingidos pela estiagem; 2º por possuírem o maior contingente populacional; 3º pelas condições geofísicas das regiões que possibilitariam com maior facilidade a construção dos açudes e barragens; 4º e por possuírem alguns “[...] problemas em comum: a cultura do algodão, a pecuária, a cultura de sisal que se iniciou lá e depois se deslocou para a Bahia”

(ALMEIDA, *apud* CAMARGO *et al*, 1984, p.212). Coincidência ou não, o fato é que esses estados privilegiados eram governados por aliados políticos de José Américo, interventores de sua confiança que continuavam mantendo em seus estados o projeto intervencionista do Governo Provisório: no Ceará, encontrava-se o irmão do ministro da Agricultura, Fernandes Távora; à frente da interventoria do Rio Grande do Norte, encontrava-se Irineu Joffly; e na Paraíba quem ditava as regras do jogo político, era o próprio ministro da Viação e Obras Públicas, indicando diretamente os primeiros interventores locais (Anthenor Navarro: 1930-1932; e o seu primo, Gratuliano de Brito: 1932-1934).

Os relatórios do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) (ARAÚJO, DNOCS, 1982, pp.141-143),⁴⁸ afirmavam que o Governo Provisório e o ministro José Américo buscaram incentivar e ampliar os investimentos, de uma forma mais efetiva, na construção de açudes em cooperação com particulares. Para justificar essa parceria público-privada, o ministro alegou que até o ano de 1930 haviam sido construídos 36 açudes particulares, um número pequeno diante de tão grave situação. Assim, em 1931, foram iniciadas as obras de 14 destes açudes; e no triênio 1931-1933, 51 açudes (ALMEIDA, 1982, p.167). Quando analisamos a aplicação de verbas públicas nesses “investimentos”, percebemos que em três anos foram construídos cerca de 65 açudes particulares, quase o dobro de todas as construções realizadas até a “Revolução” de 1930.

A partir dos dados quantitativos analisados no relatório do DNOCS, percebemos uma relativa diferença no número de açudes e barragens públicas (29) e público-privadas (65) construídas durante o

48 Mais informações sobre as barragens públicas construídas pelo IFOCS, durante a gestão do ministro José Américo, e sobre os açudes construídos na Paraíba entre 1930-1931, ver BARBOSA, 2019, pp.125, 126.

período em que José Américo esteve à frente do Ministério da Viação e Obras Públicas. Essa disparidade era legitimada pelos discursos do ministro, que apontavam a açudagem particular como uma das importantes soluções para a seca que abatia o Nordeste:

O Governo Provisório incentivou, o mais possível, a construção de açudes em cooperação com particulares. [...] O açude particular, como já acentuei em meu relatório anterior, **constitui um precioso elemento subsidiário na correção dos efeitos da seca**. Si não é um fator de transformação econômica da região, **representa uma solução individual que tem evidenciado a maior utilidade**, permitindo, em longos períodos de estiagem, **que as fazendas se mantenham, como verdadeiros oásis, em meio à devastação geral**, no seu regime de trabalho agrícola (ALMEIDA, 1982, pp.166, 167, grifo nosso).

Embora sejam tratadas como “solução subsidiária”, as construções dos açudes particulares tiveram um papel imprescindível para a consolidação da imagem do ministro, pois ampliaram o seu poder em praticamente todos os estados nordestinos, estabeleceram vínculos de aproximação com as velhas oligarquias, mantendo-as sob o controle intervencionista de José Américo e de seus interventores, além de propagarem a imagem do ministro da Viação e Obras Públicas como um homem ligado ao povo, tornando-o uma espécie de “salvador do Norte”, mais especificamente, das populações sertanejas “vítimas” da seca.

Dessa forma, quando analisamos, de forma minuciosa, o quadro comparativo de despesas realizadas pelo Ministério da Viação entre

1930 e 1934⁴⁹, percebemos um extraordinário aumento das verbas encaminhadas à IFOCS em comparação a outros recursos destinados aos diversos órgãos de sua competência – portos, navegação, correios, telégrafos, estradas de ferro, estradas de rodagem, dentre outros, especialmente em 1934.

Com a máquina estatal em suas mãos, tanto no estado paraibano quanto em âmbito nacional, através do Ministério da Viação e Obras Públicas, José Américo pôde angariar os recursos necessários para consolidar a sua liderança utilizando as verbas da IFOCS e o tão propagado discurso de “combate às secas”. O resultado desse estratagema político foi a ampliação de suas bases políticas no estado paraibano, quando o PP conseguiu eleger todos os representantes para as cinco vagas disponíveis à bancada paraibana na Assembleia Nacional Constituinte:

Nesse processo de arregimentação de bases políticas, José Américo passou a atrair e congregar antigos perrepistas, líderes das mais tradicionais oligarquias, inclusive as que se opuseram ao reformismo preconizado por João Pessoa. Braço partidário do americismo, o Partido Progressista, constando com as verbas ministeriais enviadas, apesar de ter perdido as eleições na capital, obteve, no restante do país, esmagadora vitória, elegendo todos os representantes à Assembleia Nacional Constituinte (CITTADINO, 2006, p.70).

Essa não foi a única, nem a última vitória de José Américo e dos seus aliados do Partido Progressista nos primeiros pleitos do pós-“Revolução” de 30, pois em 1934 foi registrada uma “conquista” ainda maior e, provavelmente, mais importante nas eleições para a

49 Ver BARBOSA, 2019, p.170.

Assembleia Constituinte Estadual e Câmara Federal, embora balizadas pelos mesmos problemas de corrupção e violência enfrentados nos sucessivos pleitos que marcaram a República Velha.⁵⁰

As eleições de 1934 deram ao partido situacionista mais de 80% dos votos, além do cargo de governador, e de oito entre nove deputados federais, cabendo ao PRL a ocupação de apenas uma cadeira. Para a Constituinte Estadual, os progressistas fizeram 27 das 30 cadeiras, e os libertadores, apenas três. Contando com a maioria das cadeiras do Legislativo, o PP elegeu como governador, através do pleito indireto, o então secretário Argemiro de Figueiredo, que também acumulava a presidência do partido e cujo nome foi indicado por imposição de José Américo (CITTADINO, 2006, p.71).

Esses acontecimentos mostram que José Américo conseguiu reestabelecer a “indústria das secas” na Paraíba, a partir do controle das verbas do ministério, destinadas principalmente à IFOCS, seguindo à risca os rastros das obras inacabadas do ex-presidente da República, Epitácio Pessoa. As sucessivas vitórias dos grupos políticos atrelados ao ministro, nessas eleições, representaram efetivamente a recomposição das oligarquias políticas locais, processo esse que já havia sido preparado por ele desde o princípio de sua gestão à frente da pasta da Viação e Obras Públicas, na segunda metade dos anos 30.

50 Mais informações sobre as eleições de 1934, vide SANTANA, Martha M. F. de Moraes. **Poder e Intervenção Estatal – Paraíba: 1930-1940**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2000; e GURJÃO, Eliete de Queiróz. **Morte e vida das oligarquias: Paraíba (1889/1930)**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1994.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da publicação do relatório que deu origem à obra “A Paraíba e seus problemas” (1923), percebemos que José Américo assumiu, de forma veemente, a construção de estradas de ferro, de rodagem, de açudes e barragens – públicos e privados – como a solução mais apropriada para se combater a escassez de água nos sertões paraibanos, defendendo a mesma tese da maior expressão oligárquica da Paraíba: o ex-presidente Epitácio Pessoa.

Ao analisarmos os capítulos III (“O martírio”), VII (“O problema das distâncias”) e VIII (“Política hidráulica”) da obra, entendemos que, enquanto escritor e cronista do seu tempo histórico, o autor oferece reflexões importantes sobre as condições socioeconômicas, culturais e socioambientais da Paraíba, retratando a concepção geográfica, antropológica e histórica do seu tempo histórico, ou seja, do início da década de 1920.

A partir de suas experiências e vivências pelos territórios do pequenino estado de origem, capturando suas expressões linguísticas e costumes, o escritor deixa sua marca, sendo considerado um dos maiores trabalhos de pesquisa regional até aquele momento, referenciado por grandes nomes da intelectualidade do período – recepção essa que será objeto de novos estudos do projeto – como Olívio Montenegro, José Lins do Rego e Gilberto Freyre. Este último, em uma resenha crítica publicada no jornal Diário de Pernambuco, no dia 15 de maio de 1924, tece comentários reconhecendo a importância da obra: “[...] seu livro é antes formidável obra de reportagem e avaliação. [...] Um belo esforço de geografia e sociologia regionais. [...] Ver de perto, e só de perto, é, em regra, ver mal. Mas o sr. José de Almeida viu de perto, e só de perto, viu bem. Vantagens talvez, do vidro do seu pince-nez.” (Diário de Pernambuco, 15/05/1924 - grifo nosso).

Em âmbito nacional, entendemos que os “rastros” deixados pelo ministro evidenciam que o Ministério da Viação e Obras Públicas foi de fundamental importância para as políticas de desenvolvimento econômico no pós-1930, pois o discurso nacionalista de integração das regiões do país, e sua execução, passavam, inevitavelmente, pela melhoria de toda a infraestrutura nacional, ou seja, a partir de um vultoso investimento em estradas de ferro, estradas de rodagem, soluções hidráulicas, portos e aeroportos, além da melhoria na qualidade dos meios de comunicação (correios e telégrafos).

Em âmbito regional, José Américo pôde implantar as bases do seu clã político, denominado de americismo, a partir da utilização das verbas da Inspeção Federal de Obras Contra às Secas, restabelecendo a chamada “indústria da seca”, dando continuidade às obras que o ex-presidente da República Epitácio Pessoa havia deixado inconclusas. Sem sombra de dúvidas, toda essa articulação política encabeçada por José Américo só alcançou êxito – não apenas na Paraíba, mas em toda a região Norte do país – graças ao apoio incontestado de Getúlio Vargas, que lhe deu carta branca para estruturar a política de combate à seca a partir das soluções hidráulicas e de pavimentação, captando recursos para os políticos, fazendeiros e empresários aliados ao americismo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Américo. **A Paraíba e seus problemas**. 4 ed., v. 172. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012.

_____. **A Paraíba e seus problemas**. 3ª. ed. revista. João Pessoa: A União, 1980.

_____. **O Ciclo Revolucionário do Ministério da Viação**. 2 ed. João Pessoa: Fundação Casa José Américo de Almeida/Fundação Guimarães Duque, Coleção Mossoroense, 1982.

_____. **O MINISTÉRIO DA VIAÇÃO NO GOVERNO**

PROVISÓRIO. Rio de Janeiro: Oficinas dos Correios e Telegraphos, 1933.

ANDRADE, Manuel Correia de. José Américo e sua contribuição à geografia do Nordeste. **In Geografia, Antropologia e História em José Américo.** João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba/Secretaria da Educação e Cultura, 1982.

_____. **Seca e poder:** entrevista com Celso Furtado.

Entrevistadores: Maria da Conceição Tavares, Manuel Correia de Andrade, Raimundo Pereira. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

BARBOSA, Jivago Correia. **Política e Assistencialismo na**

Paraíba: o governo de José Américo de Almeida (1951-1956).

Mestrado em História - PPGH/UFPB. João Pessoa: UFPB/BC, 2012.

_____. **“A integração dos ‘Brasis’: José Américo de Almeida e o Ministério da Viação e Obras Públicas durante o Governo Provisório (1930-1934)”.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2019.

CABRAL, Dilma; HOFFBAUER, Daniela. **Cândido Mariano da Silva Rondon.** Artigo on-line presente no site do Arquivo Nacional, 2022. Disponível em: <<http://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/component/content/article?id=1035>>. Acesso em: 16 dez. 2022.

CALMON, Pedro. **História do Brasil.** José Olympio Editora, 1963, Vol. VI, p.1891.

CAMARGO, Aspásia *et al* (orgs.). **O Nordeste e a política:** diálogo com José Américo de Almeida. Aspásia Camargo e Eduardo Raposo. CPDOC/FGV - Fundação Casa José Américo de Almeida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

CITTADINO, Monique Guimarães. Cap. I - Biografia e política. In: **Poder Local e Ditadura Militar: o Governo João Agripino – Paraíba (1965-1971)**. Bauru, SP: Edusc, 2006, pp.63-67.

Decreto nº 20.948, de 15 de janeiro de 1932. O documento na íntegra encontra-se no sítio: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20948-15-janeiro-1932-519460-norma-pe.html> - Data de acesso: 24/04/2018.

Decreto 21.018, de 02 de fevereiro de 1932. O documento na íntegra encontra-se no sítio: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21018-2-fevereiro-1932-519468-norma-pe.html> - Data de acesso: 24 abr. 2018.

DNOCS. **Barragens no Nordeste do Brasil**. José Amaury de Aragão Araújo (Coord.) Fortaleza: 1982.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993.

GAMA E MELO, Virgínius da. **Estudos Críticos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1980.

GOLDIM, José Roberto. **Eugenia**. UFRGS, 1998.

GURJÃO, Eliete de Queiróz. **Morte e vida das oligarquias: Paraíba (1889/1930)**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1994.

LUNA, Maria de Lemos. **José Américo de Almeida**. Paraíba: Nomes do Século. Série Histórica, nº 17. João Pessoa: A União, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re (li) gião** (SUDENE, Nordeste, planejamento e conflito de classe). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PESSOA, Epitácio. **Pela Verdade** - discursos e artigos a respeito de um livro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1926.

REGO, José Lins do. **Ligeiros Traços**. Seleção, introdução, organização e notas de César Braga Pinto. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 2007.

SANTANA, Martha M. F. de Moraes. **Poder e Intervenção Estatal** – Paraíba: 1930-1940. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2000.

JOSÉ AMÉRICO: O DEMIURGO DE TAMBAÚ

Luciano Albino

O livro “A Paraíba e seus problemas”, de densidade política e sociológica, pode ser considerado um esforço compreensivo semelhante ao que Euclides da Cunha fez em “Os Sertões”, só que no contexto paraibano, mas não “só isso”. Tendo João Pessoa na presidência do Estado, José Américo passou a ser o quadro qualificado que projetou um novo modo de fazer política. Neste caso, com a utilização das principais ferramentas científicas modernas para orientar as ações governamentais. Em outras palavras, o livro assume o protagonismo pioneiro do que veio posteriormente a ser muito usado no Brasil a partir da Era Vargas, que foi o planejamento. Na verdade, o tripé: nacionalidade, planejamento e integração, em grande medida estabeleceu as bases do que definiu boa parte da política brasileira no século XX no que ficou conhecido como nacional desenvolvimentismo.

Oportuno se faz estabelecer certas ligas de entendimento à compreensão da magnitude dessa obra, uma vez que há bases estruturais próprias do pensar e agir de José Américo, cuja complexidade esteve presente em “A Paraíba e seus problemas”, mas também na

obra que, talvez, deu-lhe maior notoriedade: “A Bagaceira”. De modo resumido, do que trata tais referências nodais?

A “Revolução de 30” não teria ocorrido sem o uso político do assassinato de João Pessoa. Foi o movimento da “Frente Liberal” liderado pelo Rio Grande do Sul, Paraíba e Minas Gerais que induziu o fim da “Política dos Governadores”, assim chamada em decorrência do poder federal definido a partir de São Paulo e Minas na famosa política do “Café com Leite”. Havia em 1930 o clamor por novos ares, mais especificamente aqueles da urbanização e industrialização modernas, e as estruturas arcaicas dos coronéis rurais. Minas rompe o acordo por São Paulo não apoiar o candidato mineiro à presidência naquele pleito.

Getúlio Vargas e João Pessoa representavam essa possibilidade de mudança e foram candidatos a presidente e vice numa eleição cujo resultado deu vitória a Júlio Prestes, paulista. Nesse contexto histórico duas bandeiras ficaram bem hasteadas. A primeira, das oligarquias rurais, com destaque para os barões do café paulistas e, de outro, os “jovens liberais” com promessas modernizantes. O golpe de 1930 representou o “fim do coronelismo” e o nascimento do “estado desenvolvimentista” que perdurou por quase todo o século XX, seja em formatos autoritários como o foi no Estado Novo de Vargas e entre os militares pós 1964, seja em versões democráticas como em Juscelino Kubitschek e no breve governo de João Goulart, assim também nas versões (neo)desenvolvimentistas de Lula e Dilma no início do século XXI.

No caso mais particular da Paraíba, tanto João Pessoa quanto José Américo são egressos da Faculdade de Direito do Recife e tiveram, como tantas outras gerações, a influência de Joaquim Nabuco e Tobias Barreto. Não é uma hipótese absurda afirmar que o pernambucano influenciou José Américo que o cita em “A Paraíba e seus Problemas”, com destaque para as preocupações que tinha em

relação aos valores liberais modernos. Embora tenha defendido a monarquia e um possível terceiro reinado com a Princesa Isabel, viu o país se republicanizar na esteira e inspiração da América do Norte, o novo pólo de orientação aos tupiniquins. Com isto se afirma que o desafio brasileiro, na recém criada república, seria empoderar-se em relação aos imperativos industriais da sociedade moderna. Em outras palavras, João Pessoa e José Américo são uma espécie de “coronéis de casca”, de ares liberais e contrários à política “Café com Leite”, de São Paulo e Minas, como também, do “algodão com rapadura” tão bem representados pelos coronéis José Pereira e Cunha Lima (Sertão e Brejo), na Paraíba⁵¹.

Sem sombra de dúvidas, José Américo tornou-se o herdeiro político de João Pessoa, tanto em nível estadual quanto federal. Oportuno se faz lembrar que ele e Juarez Távora se converteram, com a “Revolução de 30”, nas principais autoridades políticas do Norte/Nordeste, nomeando interventores da Bahia ao Pará.

Foi nesse contexto de disputa entre coronéis, os da capoeira e do canavial de um lado, e os de maresia e cafés, de outro, que a obra de José Américo de Almeida toma forma e define um eixo argumentativo coerente, nos documentos formais como “A Paraíba e seus Problemas” e nos literários, como em “A Bagaceira”. Significa afirmar que a sociologia e a literatura dele possuem a mesma motivação conjuntural que põe essas duas obras na condição de duas faces da mesma moeda. Sertão e Brejo na relação tensa e contraditória, pela seca que as une e separa, que se mostram aos observadores menos cuidadosos aspectos opostos e tangiversos de um para outro, mas que se complementam como a relação trágica entre Dagoberto, Lúcio e

51 Ver o documentário: **O Homem de Areia**: A vida de José Américo de Almeida (1982). Disponível em <[O Homem de Areia - A vida de José Américo de Almeida \(1982\) - YouTube](#)> Acesso em 15/02/2023.

Soledade. Sertão e Brejo da Paraíba que precisava mudar, que carecia de ciência e de novas lideranças para que suas potencialidades fossem exploradas e houvesse desenvolvimento.

Com as letras científicas e literárias unidas pela poesia e entusiasmo político foi possível o surgimento de um demiurgo que se lançava à rede, aos solavancos, para sonhar, pela inspiração de um homem que se tornou uma espécie de farol para os líderes políticos do Nordeste e do país como um todo. Aliás, um autor de tiradas fantásticas, cujo sentido instiga qualquer um que as leia, como os seguintes petiscos retirados de “A Bagaceira”:

1. Há uma miséria maior do que morrer de fome no deserto:
é não ter o que comer na terra de Canaã;
2. ... ir à janela é uma forma de fugir de casa.
3. ... um alheamento de enfado ou displicência.
4. ... as almas se misturam numa intimidade aperitiva
5. ... saí de casa olhando para trás, como quem quer voltar
6. ... não tinha pressa em chegar porque não sabia aonde ir.
7. ... engolindo golfadas de ódio
8. ... havia um ar mais de decadência que de humildade
9. ... andar para um ponto mais da imaginação que do espaço
10. ... rede parada é feita para dormir, aos embalos é feita para sonhar

Pelo exposto é possível afirmar que José Américo não foi apenas precursor do Romance e 30, o que já seria muito, como reconhecem os críticos literários. Na verdade, algo mais pode ser dito a seu respeito. A definição das bases para uma *Revolução Conservadora*, nos termos de Joaquim Nabuco, estão resignificadas na sua ideia para a Paraíba e o Brasil dos anos de 1930. É certo que, segundo

Vamireh Chacon⁵², Joaquim Nabuco era monarquista e parlamentarista. Depois, foi nomeado Embaixador da República em Washington, onde morreu em 1910, sendo o grande intelectual e político da transição entre Brasis em choque (Monárquico e Republicano). José Américo será o amálgama dessa herança “revolucionária”, para não dizer reformista. Entendido o termo na sua concepção política, como a realização de mudanças dentro do mesmo modelo, sem, de fato, revolucionar ou transformar radicalmente o sistema. É nesse contexto sociológico e literário que José Américo se credencia, em função dos inúmeros cargos que ocupou e do que escreveu, como um conselheiro permanente, uma figura sempre consultada, que de sua varanda na cada da praia, discorria sobre literatura e política, e por muito requisitado, seja com Jorge Amado ou Tarcísio de Miranda Burity, um demiurgo de Tambaú.

52 CHACON, Vamireh. **Joaquim Nabuco**: revolucionário conservador. Brasília: Senado Federal, 2000.

JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA: O LUTADOR INCANSÁVEL

Otamar de Carvalho ⁵³

1 INTRODUÇÃO

“Obra amplamente documentada, elaborada com amor por um homem que observa e que pensa, e, por isso, conhece admiravelmente a sua terra e a sua gente, ‘A Paraíba e Seus Problemas’ constituiu o primeiro estudo sólido, de conjunto, sobre a estrutura física e cultural desta região do Brasil, ainda tão mal conhecida cientificamente. Ademais, por suas diretrizes científicas, pelos processos de indagação utilizados e pelas tentativas de interpretação de certos fenômenos

53 Eng. Agrônomo (pela Universidade Federal do Ceará-UFCE), economista (pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE) e doutor em economia (pela Universidade Estadual de Campinas-Unicamp). Foi técnico e Diretor da Assessoria Técnica da Sudene; Secretário Geral-Adjunto do antigo Ministério do Interior; Coordenador de Planejamento Regional do IPEA; Secretário de Agricultura e Abastecimento do Ceará; e técnico e Coordenador de Planejamento da Codevasf. Atua como consultor independente, desde 1992, tendo trabalhado para instituições nacionais e internacionais. É autor, dentre outros, do livro **Desenvolvimento em bases regionais (experiências com políticas públicas)**. Campina Grande-PB, EDUEPB, 2021, além de opúsculos, prefácios e prólogos, e vários artigos em revistas técnicas, sobre assuntos ligados às secas, ao manejo dos recursos hídricos e ao desenvolvimento em bases regionais.

nitidamente regionais, este livro veio abrir horizontes novos à Geografia Humana entre nós, inaugurando o método profícuo dos estudos monográficos, tão de gosto de geógrafos da envergadura de um Jean Brunhes, de um Pierre Deffontaines.” (Josué de Castro, 1937: p. 25-26.)⁵⁴

José Américo de Almeida escreveu sobre os problemas da Paraíba sob o manto de sua notória competência como cientista social, político e autor de vários livros. Por isso pôde construir a obra magnífica que é *A Paraíba e seus Problemas*, aqui estudada.⁵⁵ Teve fôlego para também produzir obras literárias como *Reflexões de uma Cabra*⁵⁶ e *A Bagaceira*.⁵⁷ Fixou flagrantes que servem como “Uma Súmula de Vida”, a exemplo dos que estruturam o livro *Eu e Eles*.⁵⁸ Nesse livro, ele abre seu coração, para nos informar:

“Quando cresci, passei a refugar o que era contrário à minha índole.

Minha primeira professora fazia questão de que eu imitasse sua letra e eu resistia, caprichando em ter uma caligrafia de homem.

Resultado: aprendi a ler, mas não sei escrever. Todo o trabalho é ditado.” (ALMEIDA, **Eu e eles**. Op. cit., p. 9.)

54 CASTRO, Josué de. “Prefácio da segunda Edição.” *In: A Paraíba e seus problemas*. Rio de Janeiro-RJ: J. Olympio, 1937, p. 25.

55 ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus Problemas**. 3 ed. rev. João Pessoa-PB: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1980. 730 p. il.

56 ALMEIDA, José Américo de. **Reflexões de uma cabra**. Rio de Janeiro-RJ: INL, Editora Leitura, 1971. 152 p. (1ª edição 1922.)

57 ALMEIDA, José Américo de. **A bagaceira**. 9 ed. rev. Rio de Janeiro-RJ: Livraria José Olympio Editora, 1967. 155 p. (A 1ª edição é de 1928.)

58 ALMEIDA, José Américo de. **Eu e eles**. Rio de Janeiro-RJ: Editora Nosso Tempo, 1970. 253 p. (Coleção Documentos, 3.)

(Imagine-se o esforço para preparar um livro com mais de 700 páginas, como *A Paraíba e seus Problemas!*)

Nessas condições e como político, José Américo chegou a denominar sua Paraíba de “pequenina e doida”, em determinado momento de sua carreira. Denominou-a assim durante o primeiro governo de João Pessoa (levado a cabo no período de 1918-1922), do qual foi Secretário-Geral, por ter o pequeno estado do Norte ousado enfrentar a política do Catete. Foi assim que ele, de fato, se expressou: “agora não se diz mais pequenina e boa: é Paraíba pequenina e doida”. Esse achado consta da Dissertação de Mestrado de Guaracy Medeiros de Assis: *A Paraíba pequenina e doida: José Américo e a Revolução de 30* (2005).

Penso que ao escrever um livro seu autor o faz com um determinado propósito. Se for um romance e o autor já estiver no mercado literário, o livro é escrito como parte do seu trabalho. Se o autor for um técnico, um pesquisador ou um cientista, o livro é escrito como contribuição ao avanço da ciência, assim como ao desenvolvimento de um determinado espaço ou de um dado setor ou subsetor da economia. O autor também pode estar ligado a outras áreas da literatura, como a biografia, a poesia e o jornalismo, além de outras. O ambiente onde o autor vive e atua também sofre influências internas e externas ao país de sua nacionalidade, que contribuem para dar novos significados às suas obras.

No início da segunda década do século XX, quando *A Paraíba e seus Problemas* foi escrito, o mundo rural e as cidades tinham organização bem diferente da que foi sendo observada dali em diante. Então com 36 anos, José Américo soube muito bem captar a evolução observada nos espaços rurais e urbanos internos e externos à Paraíba. Soube também intuir o que deveria ser feito nas diferentes zonas de seu Estado, por conta das dificuldades impostas pelas secas

em algumas delas, como as do Sertão e da Caatinga. Ele entendia que essas duas zonas eram bem diferentes umas das outras, embora as secas as afetassem de modo diverso. Captou particularidades importantes porque soube observar, ler, ver e rever as informações disponíveis sobre cada pedaço de chão. Note-se, ademais, que as informações então disponíveis sobre recursos naturais, economia, geografia humana e sociologia, referentes à Paraíba e ao Norte do Brasil, como ainda era denominado o Nordeste, eram escassas ou pouco detalhadas espacialmente.

A Paraíba e seus Problemas foi escrito em 1923. Seu autor tinha então 36 anos de idade. Ao escrevê-lo atendia à demanda que lhe fora feita por Solón de Lucena, então Presidente da Província da Paraíba⁵⁹, para preparar um estudo sobre as necessidades e possibilidades de desenvolvimento do Estado. O livro sob exame contribuiu para pôr em evidência as iniciativas e percepções que fazem de José Américo um dos grandes intérpretes da questão nordestina e paraibana, *v. g.* no que se refere ao planejamento e às estratégias de desenvolvimento para o Nordeste.

O livro *A Paraíba e seus Problemas* é um longo livro, estruturado por 14 capítulos. Desenvolvidos de forma equilibrada, eles são assim denominados:

- Capítulo I. Terra Ignota;
- Capítulo II. O Clima;
- Capítulo III. O Martírio;
- Capítulo IV. O Abandono;
- Capítulo V. O Homem do Norte;
- Capítulo VI. A Redenção;

59 Foi eleito presidente da Paraíba em 22 de julho de 1920, governando o Estado de 22 de outubro de 1920 a 22 de outubro de 1924.

- Capítulo VII. O Problema das Distâncias;
- Capítulo VIII. Política Hidráulica;
- Capítulo IX. O Porto;
- Capítulo X. O Saneamento;
- Capítulo XI. A Ação Dispersa;
- Capítulo XII. Consequências Sociais;
- Capítulo XIII. Consequências Econômicas; e
- Capítulo XIV. Impressão Geral.

Em *A Paraíba e seus Problemas* há inúmeras referências bibliográficas, mas o autor não fez uma listagem dos livros e artigos consultados. Essa ausência exige do leitor um grande esforço para bem compreender os desenvolvimentos dos vários capítulos do livro. *A Paraíba e seus Problemas* teve quatro edições até hoje – 2023, ano do seu centenário. A **1ª Edição** foi publicada em 1923, e teve o próprio autor, José Américo de Almeida, como seu prefaciador. A **2ª edição**, publicada em 1937, teve seu Prefácio a cargo de Josué de Castro. A **3ª Edição** veio a público em 1980, sendo prefaciada, novamente, por José Américo de Almeida. Além desse Prefácio, o livro em sua **3ª Edição** contou com novos textos e prefácios anteriores, assim especificados:

- i. *A Paraíba e seus problemas: um livro exemplar (um amplo texto comentando o livro): José Honório Rodrigues;*
- ii. *Nada de Novo (um quase prefácio): José Américo de Almeida;*
- iii. *Prefácio da 2ª Edição: Josué de Castro;*
- iv. *A fisionomia cultural do autor de “A BAGACEIRA”: Jackson de Figueiredo; e*
- v. *Prefácio da 1ª Edição: José Américo de Almeida.*

Da **3ª Edição** constam ainda os seguintes textos, apresentados ao final do livro:

- vi. Apêndice (Tréplica aos reparos da Comissão Rondon):
Epitácio Pessoa; e
- vii. Posfácio – Matriz e antecipações sociológicas em “A Paraíba e seus Problemas”: *Tarcísio Burity*.

A **3ª Edição** informa ainda em sua última página que o livro foi composto e impresso pela A UNIÃO Companhia Editora, para a Secretaria da Educação e Cultura do Estado, nos meses de novembro/dezembro de mil novecentos e oitenta, ano das seguintes efemérides paraibanas: centenário de morte do jornalista e tribuno MANOEL PEDRO CARDOSO VIEIRA, centenário de nascimento do poeta AMÉRICO AUGUSTO DE SOUZA FALCÃO, centenário de nascimento do romancista JOSÉ DE ARAÚJO VIEIRA, centenário de morte do padre FRANCISCO JOÃO DE AZEVÊDO, quinquentenário de morte do poeta SEVERINO PERILO DOLIVEIRA e cinquentenário da Revolução de outubro.

A **4ª Edição**, publicada em 2012, pelo Senado Federal, não teve prefácio propriamente. Em seu lugar foi objeto de duas apresentações. Além delas, igualmente ao que foi feito em relação à 3ª Edição, o livro foi acrescido de novos textos e prefácios anteriores, tal como especificados a seguir:

- i. Apresentação 1: *Senador Humberto Lucena*;
- ii. Apresentação 2: *Ronaldo Cunha Lima*;
- iii. Estudo de Manuel Correia de Andrade sobre *José Américo e A Paraíba e seus problemas*, desdobrado em dois tópicos:
- iv. A Importância da Figura de José Américo de Almeida;
- v. A Paraíba e seus Problemas;
- vi. Nada de Novo (um quase prefácio): *José Américo de Almeida*;

- vii. Prefácio da segunda Edição: *Josué de Castro*;
- viii. Prefácio da primeira Edição: *José Américo de Almeida*.

Ao final do último capítulo da **4ª Edição** são apresentados ainda os dois seguintes textos:

- ix. Apêndice (Trata da mesma Tréplica aos reparos da Comissão Rondon): *Epitácio Pessoa*;
- x. José Américo de Almeida: *Cronologia de vida e obra*; e
- xi. ÍNDICE ONOMÁSTICO.

A apreciação aqui feita sobre *A Paraíba e seus Problemas* contempla, além da Introdução e das Referências Bibliográficas, os seguintes tópicos:

- i. Uma *Proxy* sobre os Propósitos de *A Paraíba e seus Problemas*;
- ii. Os Sertões Paraibanos;
- iii. As Secas;
- iv. Visão Geral e Comentários Relevantes sobre *A Paraíba e seus Problemas*;
- v. Diferenciações Espaciais da Paraíba.
- vi. Contribuição de José Américo de Almeida para o Desenvolvimento Regional.

Destaco de antemão que a ênfase dada ao resumo dos 14 capítulos do livro contribui para que o item 4 seja bem mais amplo do que os demais. Assim foi feito para produzir uma base mais equilibrada ao texto deste artigo. Os demais itens são mais balanceados, no tocante aos seus respectivos desenvolvimentos. Saliente-se também que o estabelecimento dos itens que estruturam o texto deste artigo tem por base os propósitos e o sentido do texto de *A Paraíba e seus Problemas*. Significa dizer que cabem nos objetivos e propósitos do

livro **A Paraíba e seus Problemas Cem Anos Depois**. Espera-se, assim, contribuir para o fortalecimento das homenagens prestadas ao autor daquele importante livro.

Por fim, agradeço ao amigo *Cidoval Morais de Sousa*, professor da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB e Diretor da Editora da Universidade Estadual da Paraíba-EDUEPB, por ter me conferido a honra de participar da elaboração do importante livro **A Paraíba e seus Problemas Cem Anos Depois**. Parabênzo-o, ao mesmo tempo, por liderar a justa homenagem concedida a José Américo de Almeida, um dos mais importantes intelectuais da Paraíba e do Brasil.

2. UMA PROXY SOBRE OS PROPÓSITOS DE A PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS

A princípio (José Américo), foi poeta. (...) Em seguida, se fez articulista, publicando artigos em jornais. E, enfim, escreveu romances, novelas, ensaios, memórias. Um de seus romances, *A Bagaceira*, projetou nacionalmente o seu nome, antes que a política o projetasse além das fronteiras da Paraíba, Estado onde nasceu. José Américo de Almeida soube unir, com fidelidade de pensamento, a literatura e a política. (...) Moldou uma literatura adequada ao exercício de sua personalidade combativa – uma literatura de denúncia do homem esmagado pelo rigor da seca e desamparado de tudo e de todos. (...) [Residindo na Praia de Tambaú] Toda a gente de João Pessoa sabe onde mora o ministro José Américo. Toda a Paraíba o conhece e o reverencia como o seu filho mais ilustre. E ele é mais que isso. É hoje patrimônio nacional, mentor da nacionalidade, um paradigma para as novas gerações de homens públicos, por ter sido ele um propugnador intransigente da decência administrativa e um defensor

implacável da preservação incondicional do patrimônio da Nação e da Província natal, às quais serviu com verdadeiro espírito público e raro descortínio administrativo. (...) Em seu retiro de Tambaú, ele não vive isolado de tudo e de todos. (...) Foi por isso que, quando lhe perguntei se a solidão o deprime, teve esta resposta antológica: - ‘A solidão liberta-me e valoriza-me. Enquanto estou só, crio o meu mundo e me basto. Mas uma presença é sempre um raio de sol a reconciliar-me com o mundo exterior’ (AYRES, 2002).

A Paraíba estudada por José Américo era estruturada por um território dotado de grande diversidade espacial. Embora as bases de informação ainda fossem frágeis àquela época, ele se esforçou para bem identificar suas diferenças. Varou muito chão – de carro, a cavalo e a pé (quando tinha que acessar o topo das muitas serras paraibanas), divisando belas e variadas paisagens.

A compreensão de *A Paraíba e seus Problemas* não é simples. Não basta lê-lo, capítulo por capítulo. Ao fazer isso fica-se apenas com uma vaga ideia sobre o que consta do livro, em relação aos propósitos do autor. O leitor só ficará com mais elementos a respeito da obra se tiver feito anotações sobre o que viu de interessante, no curso de sua leitura. Se o seu interesse for analítico, ele constatará que será preciso ver e rever, para poder captar o que de essencial o livro contempla.

Chegará um momento em que sua compreensão será ampliada se for feita uma inversão do título do livro. Ao trocar o título para “Os Problemas da Paraíba”, abrir-se-á um outro campo de possibilidades. Isso porque o autor não tratou apenas de problemas, porque seus interesses e propósitos estavam relacionados mais à busca de soluções do que da mera identificação dos inúmeros problemas da Província da Paraíba.

Por isso José Américo desdobrou o estudo do território paraibano em dois capítulos, denominando o Capítulo I de *Terra Ignota* e o Capítulo II de *O Clima*. Pôde assim dispor de elementos para bem conhecer suas particularidades espaciais. Articulou o que viu em suas inúmeras viagens com o que já estava estabelecido na literatura e base de informações disponíveis, para poder delimitar com mais precisão os espaços caracterizados por notáveis particularidades específicas. Pôde assim criar elementos para construir uma *Regionalização para a Paraíba*. Com essa regionalização, conseguiu identificar necessidades e demandas a serem incluídas em planos e programas esperados pelo Presidente da Província da Paraíba, *Solón de Lucena*, e apresentáveis a *Epitácio Pessoa*, que fora Presidente da República no período de 1919-1922. Essa percepção lhe seria também de grande utilidade, quando ascendesse ao posto de Ministro de Viação e Obras Públicas.

Com essa percepção tentamos fazer uma breve aproximação dos problemas e soluções, por mim visualizados, de forma simplificada, a partir das detalhadas descrições constantes de *A Paraíba e seus Problemas*. Aludida percepção não corresponde a uma síntese dos 14 Capítulos do livro. Como apresentada no item 5, pode corresponder a uma razoável apreciação dos propósitos do livro, examinados capítulo a capítulo.

José Américo caracteriza bem os problemas da Paraíba, durante época em que ainda se conhecia pouco o interior do seu Estado. Especifica as particularidades físicas do território, distinguindo os espaços cujas características fundamentais são pouco ou muito afetadas pelas variações do clima. É o que faz em relação à Zona Litoral-Mata, ao Agreste e às Serras. Aos espaços costumeiramente afetados pelas secas faz uso das forças engendradas pelas variações climáticas. Tais espaços são agregados sob a categoria de Sertão. A variação de seus limites geográficos é comandada pela maior ou menor intensidade das secas. No mesmo sentido também influem a

ausência ou a menor presença da ação pública. Esses fatores foram ganhando força à medida em que o conhecimento técnico-científico se expandia.

Segundo a narrativa de José Américo, os problemas mais graves da Paraíba estavam relacionados aos espaços sertanejos, que eram os mais afetados pelas secas, particularmente em termos sociais. Era ali onde viviam as populações mais frágeis, do ponto de vista econômico. Aquelas eram também as áreas menos dotadas de infraestrutura e de conhecimentos requeridos para a promoção do desenvolvimento. No primeiro quartel do século XX José Américo já usava essa expressão, embora fossem poucos os que de fato conheciam suas reais possibilidades. Os poucos que sabiam do que estavam falando José Américo e Epitácio Pessoa constituíam destaques importantes.

A falta ou o escasso uso das técnicas de planejamento à época eram demonstrados pelo grande número de Relatórios e Manifestos elaborados, como os que foram dirigidos ao Presidente Epitácio Pessoa. Juntavam-se a essas carências as inúmeras leis e decretos estabelecidos. As secas constituíam problemas graves, mas funcionavam, de certo modo, como elementos norteadores da prática do planejamento. Isso porque as providências necessárias à adoção de *medidas de salvação* ou de apoio só podiam ser adotadas sob o respaldo de leis e decretos. Mesmo assim muitas iniciativas deixavam de ser executadas por conta do lento andamento da máquina pública. Assim era no tempo das Comissões Técnicas, que funcionaram no curso da segunda metade do Século XIX e continuou sendo até o final da primeira década do Século XX, quando foi criada, em 1909, a Inspeção de Obras Contra as Secas-IOCS.

José Américo uniu o muito por fazer e o grande acervo de obras e iniciativas diversas planejadas e executadas por Epitácio Pessoa, realizando uma perfeita defesa de seu legado. Uma síntese neste sentido consta do Capítulo XIV. Ele discute em *A Paraíba e*

seus Problemas, historicamente, a constituição do Estado da Paraíba, desde os tempos da Colônia e do Império. Trata das condições físicas, climáticas e sociodemográficas do Estado para poder identificar e analisar os problemas e efeitos das secas em sua Paraíba. O livro foi escrito e publicado em 1923. O Jornal *A União*, Órgão do Partido Republicano da Paraíba do Norte, publicou no sábado 19 de janeiro de 1924, em sua primeira página a seguinte notícia: o livro *A Paraíba e seus Problemas*, de autoria do Sr. Dr. José Américo de Almeida, foi concluído. Publicado pela Imprensa Oficial do Estado, “a obra foi encomendada pelo Sr. Dr. Solón de Lucena, presidente do Estado, a José Américo de Almeida e ao jornalista Celso Mariz.” Mariz fora “o pesquisador do *Através do Sertão* e dos *Apanhados Históricos da Paraíba*. (...) Estava, assim, aparelhado para mais essa demonstração da sua capacidade. (...) Os dois, em novembro de 1922, haviam viajado pelo Estado (*“percorreram 1.650 km de automóvel e 178 de estrada de ferro”*) levantando dados para a obra.” Segundo Flávio Ramalho de Brito, a obra seria escrita como uma “homenagem à atuação administrativa do Sr. Dr. Epitácio Pessoa na terra adorada do seu nascimento.”⁶⁰

José Américo informa ainda que o Presidente Solón de Lucena considerava que o livro (o livro por ele escrito) seria “*o meio mais sensível de expressar ao Sr. Epitácio Pessoa o reconhecimento da Paraíba pelos benefícios outorgados, como solução do problema das secas*”. Epitácio Pessoa, que deixara a Presidência da República em novembro de 1922, havia

60 Veja-se, a respeito: BRITO, Flávio Ramalho de. **O livro A Paraíba e seus problemas e a sua primeira análise crítica**. Cf. <https://dobrasilreal.wordpress.com/2021/07/06/o-livro-a-paraiba-e-seus-problemas-e-a-sua-primeira-analise-critica/> 05 de julho de 2021. Acesso em 17 mar.2023. In: *Jornal A União* (Órgão do Partido Republicano da Parahiba do Norte), Ano XXIII, nº 15, João Pessoa-PB, 19 jan. 1924, p. 1. Cf. (Volumes/Dados/Desktop/José%20Américo%20e%20os%20Sertões%20da%20Para%C3%ADba/O%20livro%20A%20Para%C3%ADba%20e%20seus%20Problemas%20e%20a%20sua%20primeira%20análise%20cr%C3%ADtica.webarchive (Acesso em 17/03/2023.)

implementado, durante o seu mandato presidencial, um grande programa de obras no Nordeste que havia sido objeto de intensas críticas por parte da imprensa oposicionista (BRITO, 2021, p. 2).

Certo é que para escrever o importante livro, aqui examinado, José Américo dispôs, para as condições da época – parte do primeiro quartil do Século XX – de uma insuficiente base técnica de informações para examinar as condições gerais (físicas, edafoclimáticas e demográficas da Paraíba e de seus habitantes.)⁶¹ No início dos anos de 1920, o *vocábulo desenvolvimento*, que iria ser considerado importante mais de um quarto de século à frente, não era utilizado para tratar dos problemas enfrentados por José Américo. Ele se baseou, especialmente, em estudos de autores estrangeiros, vindos ao Brasil e ao Nordeste, por conta dos trabalhos científicos de pesquisadores contratados para colaborar na produção dos estudos necessários à construção das obras a cargo da Inspetoria de Obras Contra as Secas-IOCS – durante os anos pós-1910. Esses estudos foram sequenciadas pelos que iriam ser planejados e executados pela Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas-IFOCS, que substituiria a IOCS em 1919. Os estudos de então foram de grande valia aos trabalhos que José Américo de Almeida realizou, na qualidade de Ministro de Viação e Obras Públicas-MVOP.

61 Eis o que a este respeito diz José Américo no Prefácio da 1ª edição do Livro, de dezembro de 1923: “Infelizmente, a insuficiência de dados e a pressa do trabalho nos fugidios lazeres de um ofício absorvente, impediram-me de referir essa diligência em toda a extensão de seu êxito. (ALMEIDA, 1980: 48.) Mas dentre os que comentaram o livro até hoje, há os que, como o ex-Governador da Paraíba, Tarcísio Burity, destaca a utilização de “estudos que impressionam pela massa de informações, com, inclusive, clara demonstração de conhecimentos de Geologia, até surpreendentes, porque nos encontramos na presença de um advogado, de um jurista, que, mesmo assim, revela extraordinária soma de fundamentos geológicos.” BURITY, Tarcísio. “Matriz e antecipações sociológicas em *A Paraíba e seus Problemas*”. In: ALMEIDA, 1980, op. cit., p. 716.

A Paraíba e seus Problemas contribuiu para que José Américo se desse bem com Gilberto Freyre. Isso aconteceu depois do retorno de Gilberto Freyre dos Estados Unidos, onde fizera seu curso de Mestrado. Na capital pernambucana, ele escrevia artigos, regularmente, para o jornal *Diário de Pernambuco*. No dia 15 de maio de 1924, Gilberto analisou, criticamente, *A Paraíba e seus Problemas*, publicado na Paraíba, quatro meses antes. O artigo foi a primeira crítica recebida pela obra de José Américo. Nele Gilberto Freyre iniciava o seu texto escrevendo que o livro dava, ao primeiro contato, “*a falsa impressão de simples esforço de apologeta*”, acrescentando que “*os panegiristas são como os poetas: nascem. E ninguém nasceu menos panegirista que o sr. José Américo de Almeida.*” No artigo, Gilberto afirmava ainda: “Sem o ranço dos panegíricos oficiais, seu livro é antes formidável obra de reportagem e avaliação. Reportagem e avaliação dos elementos econômicos e sociais que constituem a Paraíba. Um belo esforço de geografia e sociologia regionais” (BRITO, 2021, p. 7).

No final do primeiro quartil do Século XX, Gilberto Freyre tratava em seu citado artigo para o *Diário de Pernambuco*, a conjuntura pela qual passava, na época, a região nordestina, expressando-se assim: “O Nordeste brasileiro, como o chamado ‘old South’ nos Estados Unidos, vem sofrendo consideráveis refrações na sua personalidade regional. Nos seus mais íntimos valores e interesses. Contra esse processo de absorção serviu um pouco de contravapor a presidência do Sr. Epitácio Pessoa. Mas sem efeitos definidos e definitivos.” José Américo de Almeida, em *A Paraíba e seus Problemas*, atribuía a Epitácio Pessoa grandes iniciativas, a exemplo da referida à “salvação integral do Nordeste” e “à segurança do nosso ingresso na fraternidade do regime”. Gilberto Freyre contradisse essa opinião considerando que a atuação do presidente paraibano, em favor do Nordeste, não alcançara tamanha amplitude, embora reconhecesse que “pela energia e superior bravura de ação, o Sr. Epitácio muito

honrou, na Presidência da República, suas origens nordestinas”. Mas destacou as ênfases proferidas por José Américo da seguinte maneira: “preocupa-o, como a todo nordestino que se não tenha desgarrado de suas raízes, a condição precária dum grupo de estados como os nossos ante a força soberana dos três estados do Sul [São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro] que nos regulam, ao sabor dos seus interesses regionais, a vida política e nos querem até impor uma como curatela da economia particular, sem o menor critério representativo. Não é uma questão de estados pequenos, a da nossa subalternidade de províncias lacaias: a questão é, mais propriamente, de zona”, opina o escritor paraibano. No tocante à parte estilística do livro, Gilberto Freyre escreveu: “Em páginas que adquirem às vezes um sabor trágico de romance russo, mostra-nos o Sr. José de Almeida a ação erosiva das secas sobre valores de toda espécie – às vezes quando o fruto da natureza não se deixa fixar por um tão fino processo, vem um pouco de cor e as paisagens nos aparecem em ‘guaches’ deliciosas [...] Assim, ‘o estio embalsamado pelos pereiros em flor é um mortífero derrame de luz que transforma as campinas num cinzeiro... E no meio desse cinzeiro ‘rebenta um paraíso de supetão’ [...] Isso está saborosamente dito. Sente-se a fragrância da paisagem tropical em constante processo de renovo e revirginização, desorientando-nos quase pelo seu ritmo difícil de seguir” (BRITO, 2021, p. 9).

Em seu já mencionado artigo, Gilberto Freyre dizia ainda que a obra do escritor paraibano lhe causara grande impressão. Isso fez com que ele assim o concluísse: “Tanto há no livro do Sr. José de Almeida de provocante e digno de nos reter, que é como um lago cheio de peixe, à beira do qual se tem vontade de ficar dias inteiros, pescando à linha. [Seu] livro é dos melhores que se têm produzido no Brasil. É um belo e forte livro. Surpreende o estar escrito com uma tal elevação, que não parece ter sido escrito todo de perto, na

própria Paraíba, sem espaço para as vantagens da perspectiva. Nada como a distância para ver bem um objeto. Ver de perto, e só de perto, é, em regra, ver mal. Mas o Sr. José de Almeida viu de perto, e só de perto, e viu bem. Vantagens, talvez, do vidro do seu pince-nez” (*Apud*: BRITO, 2021, p. 9).



José Américo e Gilberto Freyre

Fonte: Flávio Ramalho de Brito, 2021, p. 1.



José Américo de Almeida (por volta dos anos de 1940)

Fonte: Flávio Ramalho de Brito, 2021, p. 1.

3 OS SERTÕES PARAIBANOS

Os Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte têm relativamente poucos habitantes, e sua luta pela vida nos últimos 200 anos constitui uma das epopeias da América do Sul. Expulsos de casa vezes sem conta pela sede e pela fome, sempre

voltaram e ainda estão no sertão⁶², suportando privações inenarráveis e esperando com infinita paciência a chegada de tempos mais felizes. (Ralph H. Soper. **The geology of Parahyba and Rio Grande do Norte**. Philadelphia, USA, The American Philosophical Society, 1916, p. 2.)

Os **Sertões Paraibanos** são os *Sertões de José Américo*, tal como tratados em *A Paraíba e seus Problemas* (1980). São sertões distintos dos *Sertões Baianos*, de Euclides da Cunha; dos *Sertões Mineiros*, de Guimarães Rosa, apresentados em *Grande Sertão, Veredas*; dos *Sertões Cearenses*, de Rachel de Queiroz, estudados em *O quinze* (1978). Distintos, mas com parencas muitas vezes niveladoras, realizadas em anos de secas novedosas, como poderiam ser assim entendidos os *Sertões Epopeicos*, de Ariano Suassuna, tal como misteriosamente considerados em *A Pedra do Reino*⁶³. São também distintos dos *Sertões Baianos*, de Euclides da Cunha. Os Sertões de Euclides da Cunha

62 "Sertão" é a palavra usada no Nordeste do Brasil para designar o sertão ou o interior" (SOPER, Op. cit., p. 2).

63 Veja-se, sobre o assunto: (i) WANDERLEY, Vernaide & MENEZES, Eugênia. **Viagem ao sertão brasileiro**; leitura geo-socioantropológica de Ariano Suassuna, Euclides da Cunha, Guimarães Rosa. – Recife-PE: CEPE / FUNDARPE, 1997. xvi, 205 p. il.; (ii) PINTO, Otávio Sitônio. **Dom Sertão, Dona Seca: Ensaio**. 2ª ed. João Pessoa-PB: Patmos Editora, 2016. 482 p.; (iii) SILVA, José Borzacchiello da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; ZANELLA, Maria Elisa; MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade. (Orgs.) **Litoral e sertão: natureza e sociedade no Nordeste brasileiro**. Fortaleza-CE: Expressão Gráfica, 2006. 446 p. il. (Coleção Estudos Geográficos, 1.) (iv) FREYRE, Gilberto. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. Apresentação de Manoel Correia de Andrade; bibliografia de Edson Nery da Fonseca; notas bibliográficas revistas, bibliografia e índices elaborados por Gustavo Henrique Tuna. – 7ª ed. rev. São Paulo-SP: Global, 2004. 255 p.; (v) MENEZES, Djacir. **O outro Nordeste**. Fortaleza-CE: Expressão Gráfica e Editora, 2018. 364 p. (Ensaio sobre a Evolução Social e Política do Nordeste da "Civilização do Couro" e suas implicações históricas nos problemas gerais.) 3ª edição, comemorativa dos 80 anos

têm muito a ver com as áreas sertanejas de Pernambuco e Bahia, no que de mais árido (ou semiárido) elas têm de comum. Têm pouco (ou menos) do que os Sertões da Paraíba, em direção ao norte, até o Ceará, ou mesmo o Piauí. Mas isso se deve ao fato de terem sido aquelas as áreas – de Pernambuco e da Bahia – vistas e sentidas por Euclides (1957, p. 42-47).

Como espaço interior, tanto do Nordeste como do Brasil, os **Sertões** assumem significados de terra misteriosa, bravia, incivilizada, fora do alcance do braço da lei. Neste sentido, os Sertões dos autores antes mencionados se aproximam. Os *Sertões de José Américo* são espaços também afetados pelas secas. Têm início no vale do rio Curimataú, rio que nasce no município de Campina Grande. Depois de atravessar os municípios de Bananeiras e Caiçara, entra no Rio Grande do Norte. As terras planas ao longo do rio são interrompidas, vez por outra, pelos serrotes dispersos com escamas de mica. Os *Sertões Paraibanos* de José Américo integram o conjunto das seguintes regiões ou zonas: o *Litoral* (ou Costa), a *Caatinga*, o *Brejo*, o *Cariri* e o *Alto Sertão*. Vez por outra, o autor do livro aqui estudado altera a denominação, como se dá quando subdivide a **Zona do Sertão** em *Subzona da Caatinga Sertaneja* e *Subzona das Várzeas Sertanejas*, como se verá no subitem 6.3.3, do Item 6. As descrições que ele faz a respeito são amplas e precisas, sempre constatáveis por quem conhece aquelas plagas. A linguagem e o estilo aproximam-se bem das categorias a este respeito utilizadas por Euclides da Cunha. Nada contra, pois o que interessa saber é se o livro de José Américo atende aos propósitos com que foi concebido.

Uma *característica climática* (a semiaridez ou as secas) e *não o semi-árido* (o espaço de ocorrência de secas no Nordeste, caracterizado

da 1ª edição, publicada pela Livraria José Olympio Editora, em 1937, refundida, definitiva e aumentada de um longo capítulo final e anexos pertinentes.)

por uma multiplicidade de problemas para os que ali residem) deu o tom a todas as discussões realizadas sobre a região afetada pelas secas no Nordeste, até meados do século XX. Contribuições técnicas, ensaios, romances e políticas de governo trataram a seca como tema responsável, em última instância, pelo subdesenvolvimento do Nordeste. As exceções corresponderam a livros como *A Paraíba e seus Problemas* (de 1923), objeto deste artigo, e a trabalhos como os de Djacir Menezes, com *O Outro Nordeste* (de 1937), divulgado no mesmo ano em que veio a público *Nordeste*, um dos clássicos de Gilberto Freyre, depois de *Casa-Grande & Senzala* (1933); e ao clássico *Solo e Água no Polígono das Secas* (1949), de Guimarães Duque, ainda hoje um dos mais importantes estudos sobre as áreas afetadas pelas secas, que integram os espaços conhecidos como Polígono das Secas, Zona Semiárida do Nordeste ou *Região Semiárida do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste-FNE*, todos resumíveis a uma só expressão: **Nordeste Semiárido**.

Trataremos a seguir de questões mais específicas dos Sertões na Paraíba. Em trabalho que produzi em 1996-1997 (1996, p. 36-40), ficou estabelecido que os *Sertões Paraibanos* corresponderiam à Mesorregião do Sertão da Paraíba, integrada pelas Microrregiões de Catolé do Rocha, Cajazeiras, Sousa, Patos, Piancó, Itaporanga e Serra do Teixeira. Esses Sertões estavam integrados, em 1993, por 65 municípios, assim distribuídos nas sete seguintes Microrregiões:

- i. *Católé do Rocha* (09): Belém do Brejo do Cruz, Bom Sucesso, Brejo do Cruz, Brejo dos Santos, Catolé do Rocha, Jericó, Lagoa, Riacho dos Cavalos e São Bento;
- ii. *Cajazeiras* (11): São João do Rio do Peixe, Bom Jesus, Bonito de Santa Fé, Cachoeira dos Índios, Cajazeiras, Carrapateira, Monte Horebe, Santa Helena, São José de Piranhas, Triunfo e Uiraúna;

- iii. *Sousa* (10): Condado, Desterro de Malta, Lastro, Malta, Nazarezinho, Paulista, Pombal, Santa Cruz, São José da Lagoa Tapada e Sousa;
- iv. *Patos* (08): Cacimba de Areia, Mãe D'Água, Passagem, Patos, Quixaba, Santa Terezinha, São José de Espinharas e São José do Bonfim;
- v. *Piancó* (09): Aguiar, Boqueirão dos Cochos, Catingueira, Coremas, Emas, Nova Olinda, Olho D'Água, Piancó e Santana dos Garrotes;
- vi. *Itaporanga* (10): Boa Ventura, Conceição, Curral Velho, Diamante, Ibiara, Itaporanga, Pedra Branca, Santana de Mangueira, São José de Caiana e Serra Grande; e
- vii. *Serra do Teixeira* (08): Água Branca, Desterro, Imaculada, Juru, Manaíra, Princesa Isabel, Tavares e Teixeira.

Assim configurado, o *Sertão da Paraíba* dispunha de uma superfície total de 22.699 km² (40,1% do total do Estado). E era habitado, em 1991, por 802.925 pessoas (25,1% da população paraibana). Sua densidade demográfica era então de 35,4hab/km². Esse indicador é significativo das dificuldades enfrentadas pela população que vivia nas áreas sertanejas da Paraíba, dada a escassez relativa de recursos naturais que a caracteriza. Por isso, sua população tem estado sujeita a condições de insustentabilidade, tanto econômica, como social e ambiental. Essas condições são bem mais difíceis de controlar do que as encontradas nas Mesorregiões da Zona da Mata e do Agreste da Paraíba. Aproximam-se, ao mesmo tempo, das condições observadas na Mesorregião da Borborema. Comparado aos demais espaços semiáridos do Nordeste, o *Sertão da Paraíba*, é o mais afetado pela degradação ambiental (MATALLO Jr, 1994, p. 40). Os municípios paraibanos inseridos na *Região Semiárida do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste-FNE* integram a área delimitada pela

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE, no Estado, onde a precipitação pluviométrica média anual é igual ou inferior a 800mm.

A *Região Semiárida do FNE na Paraíba* compreende uma superfície de 48.502km² (86% do território do Estado). Está integrada por 128 municípios (74,9% dos 171 municípios paraibanos), sendo habitada por uma população de 1.901.408 habitantes (59,4% do total do Estado). Sabe-se que a fixação da isoietas de 800mm como critério único para a delimitação da Região Semiárida do FNE (nordestino, paraibano, cearense ou pernambucano) é frágil. Mas este é o critério oficial, legal, adotado tanto pela Sudene como pelos diferentes estados do Nordeste nos momentos em que parcelas, muitas vezes, consideráveis dos seus territórios são afetadas pelas secas (totais ou parciais).

A economia das Áreas Sertanejas da Paraíba apresenta particularidades notáveis. Até as décadas dos anos de 1980 e 1990, ainda dependia, no tocante ao setor agrícola, das atividades do complexo pecuária-algodão-lavouras alimentares. Em 1980, em plena seca de 1979-1983, o Sertão Paraibano ainda produzia em relação às atividades desse complexo:

- i. 79% de todo o algodão da Paraíba (21.432 t);
- ii. 91% de todo o arroz da Paraíba (8.937 t);
- iii. 47% de todo o milho da Paraíba (17.797 t);
- iv. 37% de todo o feijão (7.100 t).

Em 1985, ano de chuvas normais, o quadro anterior alterou-se positivamente. Até mesmo a produção algodoeira passou por um período de melhora, apesar da crise, em 1983, do “bicudo do algodoeiro”, que entrara antes no Estado. As demais lavouras do complexo pecuária-algodão-lavouras alimentares também apresentaram melhor

desempenho. As participações percentuais dessas lavouras no Sertão da Paraíba, em comparação com os totais do Estado, foram maiores, com exceção da cultura do arroz. Mas os quantitativos absolutos de suas respectivas produções foram, em todos os casos, algumas vezes superiores. A produção de algodão, por exemplo, cresceu 40,4%, passando de 21.432 t, em 1980, para 30.084 t, em 1985. As culturas do milho e do feijão tiveram sua produção acrescida, respectivamente, em mais 401% e 71%.

Os efetivos de asininos, suínos, caprinos e ovinos também cresceram no período 1980-1985, embora os aumentos observados não tenham sido dos mais expressivos, exceção feita aos suínos, cujo efetivo cresceu 23,7% ao longo dos cinco anos. Os equinos e muares tiveram os efetivos um pouco reduzidos. O mesmo aconteceu com o rebanho bovino, que sofreu um decréscimo de **menos** 7,3 pontos percentuais. É importante notar que a melhora observada na agropecuária do *Sertão da Paraíba*, em 1985, foi insuficiente para manter o mesmo perfil, a partir de 1990, quando teve início um novo ciclo de secas parciais, que só seria encerrado, ainda no Século XX, em 1993.

Mas a atividade mais penalizada por aqueles quatro anos de seca (1990-1993) foi a pecuária bovina, cujo efetivo reduziu-se a 216.200 cabeças, representando uma redução de **menos** 58,7 pontos percentuais, em relação a 1985, quando o efetivo chegou a ser de 523.000 cabeças de gado, e de **menos** 56,4 pontos percentuais, com referência ao efetivo de 1980. Esses números indicam uma destruição nesse estoque de capital nunca observada no Estado. Em termos relativos, parece ter sido a maior já verificada em qualquer um dos outros estados do Nordeste. (CARVALHO & QUINTANS, 1996, p. 38.)

As informações apresentadas mostram como a agropecuária de sequeiro continua dependente das variações climáticas. O mais grave é que as atividades modernas, que, aos poucos, vinham sendo

introduzidas no Sertão (do Nordeste ou da Paraíba), como a do tomate, embora apresentando evolução crescente de sua produção, ainda era insuficiente para modificar o quadro geral das atividades agrícolas e pastoris. A irrigação já apresentava um perfil razoável, mas seu crescimento também era lento. Em 1980, havia 9.946 ha de áreas irrigadas no Sertão da Paraíba (55% do total estadual). Mas em 1985, já só estavam sendo irrigados 8.724 ha (46,2% da área irrigada no Estado).

Os níveis de progresso técnico continuaram baixos. Em 1980, a relação entre área trabalhada e área total era de apenas 28,6% no Sertão Paraibano. O indicador área irrigada/área trabalhada, em 1980, era também muito baixo (1,66%), embora fosse superior ao do Estado (1,27%). O número de estabelecimentos que usavam fertilizantes era de 2.216 no Sertão (10,9% do total do Estado). A porcentagem desses estabelecimentos no Sertão Paraibano, frente aos que não usavam tal insumo, correspondia a 4,9%, valor equivalente a 0,41% do Estado. Em relação aos defensivos, o número de estabelecimentos que usavam fertilizantes era de 34.964 no Sertão Paraibano (33,6% do total do Estado). Aquele número correspondia a 77,8% do total de estabelecimentos do *Sertão Paraibano*, que equivaliam a 1,3% do valor do Estado. No *Sertão da Paraíba* eram utilizados 741 tratores em 1980 (23,8% do Estado). Essa relação é muito baixa, pois a área ali explorada por trator era de 807ha, correspondente a 1,82% da mesma relação no tocante ao Estado.

Um dos níveis de progresso técnico, de interesse para a pecuária, a relação área de pastagens plantadas/área total de pastagens era, em 1980, de 4,3% no Sertão, correspondente a 0,42% do mesmo indicador, referido ao Estado.

Os indicadores referidos, observados em 1985, mostraram-se um pouco melhores. Mas os níveis identificados não sugerem modificações de caráter extraordinário. Na realidade, as melhoras obtidas

correspondiam às expectativas dos agricultores, favorecidas pelas condições climáticas mais estáveis.

Por tudo isso, a dinamização da agropecuária no Sertão da Paraíba exige esforço denodado por parte do Estado, em parceria muito bem estabelecida e negociada com os agricultores e fazendeiros. Ao Estado (federal ou paraibano) caberá melhorar, inicialmente, suas estruturas operacionais, apoiar a capacitação dos quadros técnicos (de pesquisa, assistência técnica, tratamento pós-colheita) e ampliar os esquemas de estímulo aos agricultores, com incentivos adequados e crédito, em muitos casos, facilitado, como ocorre em particular com as iniciativas de revigoração da economia algodoeira e de fortalecimento da pecuária.

Os indicadores ambientais examinados reforçam as dificuldades observadas no *Sertão da Paraíba*. O indicador Área Alterada – expresso pela relação entre o somatório da Área de Lavouras (Permanentes e Temporárias) + Área de Pastagens Plantadas + Área de Matas Plantadas e a Área Total – indica que a área de terras cultivadas com lavouras, pastagens e matas alcançava 30%, em 1980, valor superior ao observado em 1985, que foi de 24,4%. É provável que esse resultado decorra das práticas adotadas nos Programas de Frente de Trabalho conduzidos durante a seca de 1979-1983, quando o atendimento das populações afetadas era dado no interior das propriedades rurais, em atividades de destocamento e preparo do solo para diferentes formas de cultivo. Em condições normais, esse indicador mostra o grau de utilização das terras com cultivos diversos e o avanço do desmatamento sobre as terras ainda não utilizadas. Referido grau de utilização da cobertura vegetal nativa é complementado com o indicador Área de Matas/Área Total, que mostra, mais especificamente, o nível de desmatamento numa determinada área. Neste sentido, o desmatamento no *Sertão da Paraíba* foi crescente no período 1980-1985, embora tenha sido menor do que

os níveis observados no Estado como um todo. Por fim, destaca-se a relação hectare de Área de Mata/Pessoa Ocupada, que passou de 1,83, em 1980, para 1,63, em 1985. (CARVALHO & QUINTANS, 1996, p. 39.)

As expectativas de fortalecimento da agroindústria no Sertão Paraibano, especialmente com matérias-primas oriundas de atividades produzidas em áreas irrigadas, têm exigido grande e adicional empenho por parte dos agentes públicos e privados, envolvidos na recuperação do desenvolvimento das áreas sertanejas. A retomada, nas bases mencionadas, das atividades algodoeiras e sisaleiras, bem como da pecuária, pode constituir uma contribuição adicional de forte impacto econômico. Mas esses esforços terão expressão reduzida se não forem melhoradas as condições de saúde e de educação da área.

O comércio na Paraíba acompanhou o ritmo da indústria, no que diz respeito à redução dos níveis de atividade econômica. O pequeno e o médio comércio estão, assim, constituindo uma opção para o desemprego. Os **shoppings e supermercados** se disseminaram em João Pessoa e em Campina Grande e fluíram para o *Sertão Paraibano*. Cresceram as boutiques das senhoras, como expressão da luta feminina por espaço econômico e independência individual. E começou a ser instalado um crescente número de lojas ligadas ao mundo da informática, vendendo material e equipamentos e serviços.

Destaque-se ainda que o número de bancos (e agências bancárias) existentes no *Sertão Paraibano* era pouco expressivo. Eram apenas 40 unidades, espalhadas nos 65 municípios sertanejos referidos, provavelmente concentrados em sua maioria nos municípios mais importantes, dificultando a concretização dos negócios nos diferentes setores econômicos, localizados nos municípios de menor porte.

4 AS SECAS

Tal qual o conhecemos na atualidade, o fenômeno da ‘seca’, dificilmente poderia explicar-se restringindo a análise ao quadro natural, ou seja, aos fatores hidrológicos e geológicos com seus prolongamentos na cobertura vegetal. As peculiaridades desse quadro devem ser tidas em conta, particularmente a coexistência dos solos rasos submetidos à precipitação violenta e elevada evaporação com os oásis de brejos de pés de serras, onde frequentemente se obtêm várias colheitas no ano. É natural que se indague: por que não se formou no Nordeste uma economia ecologicamente mais adaptada, a exemplo do ocorrido em outras regiões bem mais inóspitas? A verdade é que seria difícil explicar o povoamento da vasta região semiárida nordestina como um projeto autônomo; houvesse existido tal projeto, a região teria características socioeconômicas bem distintas das atuais. Consideremos a hipótese de um processo autônomo de ocupação. Como justificar o investimento em meios de produção e no traslado de população para uma região pouco apta à agricultura, incapaz de criar excedente de exportação? Uma pecuária que se limita a produzir peles e couros não deu lugar, em nenhuma parte, a um projeto autônomo de colonização⁶⁴ (FURTADO, 1997, vol. II: 44-45).

64 FURTADO, Celso. “A Fantasia Desfeita”. In: **Obra Autobiográfica de Celso Furtado**. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 1997. 3 v. (1.070 p.) [Conteúdo: vol. I. Contos da vida expedicionária, A fantasia organizada; vol. II. Aventuras de um economista brasileiro; A fantasia desfeita; vol. III. Entre inconformismo e reformismo; Os ares do mundo. Rio de Janeiro-RJ: Editora Paz e Terra S. A., 1997.]

Os historiadores e pesquisadores de vários domínios do conhecimento informam que tem sido grande o número de secas ocorridas no Norte do Brasil (como se dizia antigamente) ou no Nordeste (como se diz hoje). Desde 1559, quando o Padre Serafim Leite fez anotações sobre a primeira seca, em terras do Sertão da Bahia (SANTOS, 1984: 17)⁶⁵, até 2011, ocorreram 72 secas no Nordeste brasileiro, como mostra a tabela 4.1. Isso dá a média de uma seca para cada 6,3 anos, ao longo de 452 anos de registros sobre esse fenômeno. Do total de 72 secas, 40 foram anuais e 32 plurianuais.⁶⁶

Sobre o assunto, assim se manifesta José Américo em uma de suas percepções especiais a respeito do tema: “Conheço a seca e as reações que provoca. E conheço o campo de suas devastações, como a palma de minha mão. Mas fui revê-lo, de perto, consoante anunciara, desde o primeiro instante de minha volta ao Ministério. (...) Numa quinzena de outubro, sobrevoei cerca de cinco mil quilômetros, passando de um avião para outro, conforme os campos de pouso. E viajei de automóvel, andei a pé, corri tudo. (...) Olhava para baixo e reconhecia angustiado as caatingas desfeitas do planalto da Borborema; os cenários do Seridó, resseco e desolado; o chão do Ceará, todo cinza e salpicado da verdura perene que as gotas d’água acumuladas por seu povo laborioso iam regando; o ar de fogo do Piauí; as solidões de Pernambuco. (...) Tudo perdera o colorido. Não havia mais o que secar. (...) E baixava para os contatos humanos que me davam a medida dessas conspirações da natureza.” (José

65 SANTOS, Rinaldo. **A revolução nordestina-1: a epopeia das secas**. Recife-PE: Tropical, 1984. 350 p. Itamar de Souza e João Medeiros Filho, em **Os Degredados Filhos da Seca** (1983:29), também fazem referência à seca de 1559.

66 CARVALHO, Otamar de. “As Secas e seus Impactos”. Capítulo 2 do livro **A Questão da Água no Nordeste**/ Centro de Gestão de Estudos Estratégicos. Agência Nacional de Águas. – Brasília-DF: CGEE, 2012: 45-100. (ISBN 978-85-60755-45-5.) 432 p.

Américo de Almeida. **As secas do Nordeste**. Rio de Janeiro-RJ: MVOP, 1953, p. 9).

O número de secas no Nordeste, como se vê na tabela 4.1, cresce à medida em que a região vai sendo povoada. Tanto é assim que a primeira seca produziu impacto mais grave sobre a população indígena, menos preparada para enfrentar a falta de alimentos. O colonizador alfabetizado apenas registrou o fato, mas não foi afetado por essa limitação. Significa dizer que a seca acontece de concreto onde há gente, e gente que sabe fazer registros sobre a falta de chuva e a falta de alimentos. Certo mesmo é que a seca é “percebida” onde há gente; mesmo assim, o fenômeno climático ocorre de qualquer forma. A tabela 4.1 mostra que ao longo dos séculos XVI e XVII só ocorreram nove secas, quatro no século XVI e cinco no século XVII. A situação começa a mudar no século XVIII, ao longo do qual ocorreram 25 secas, sendo oito anuais e 17 plurianuais. (CARVALHO, 2012, p. 55).

De acordo com os critérios especificados nas notas da tabela 4.1, as 72 secas havidas envolveram 112 anos de secas. Significa dizer que esse número de anos de secas corresponde a 24,8% do total dos 452 anos que vão de 1559, inclusive (ano da primeira seca), a 2010 (ano da última seca considerada na Tabela 4.1 referida).

Não há registros específicos de seca em relação aos espaços correspondentes aos atuais Estados do Maranhão, Piauí, Alagoas e Sergipe. Isso não significa que não tenha ocorrido secas naqueles territórios. O que acontece é que em alguns deles, como o Maranhão, não há espaços semiáridos. Ali pode haver redução da precipitação pluviométrica, mas não necessariamente secas. No Piauí houve secas no correr dos 452 anos referidos. As ocorrências a este respeito ou foram subentendidas como ligadas às secas do Ceará ou não alcançaram a Mídia e a Academia. A ausência de registros de secas no Piauí deve-se ao fato de as terras desse Estado terem estado nos

séculos XVII e XVIII ora integradas à Província de Pernambuco, ora à Província da Bahia, passando em 1715 para a jurisdição da Província do Maranhão. Ligações semelhantes ocorreram também nos atuais Estados de Alagoas e Sergipe. (CARVALHO, 2012, op. cit., p. 50.)

TABELA 4.1 - SECAS ANUAIS E PLURIANUAIS OCORRIDAS NO NORDESTE, NOS SÉCULOS XVI a XXI

SÉCULO	SECAS ANUAIS		SECAS PLURIANUAIS		SECAS ANUAIS E PLURIANUAIS	
	NÚMERO DE SECAS	Nº DE ANOS DE SECAS	NÚMERO DE SECAS	Nº DE ANOS DE SECAS	Nº TOTAL DE SECAS	Nº TOTAL DE ANOS DE SECAS
	(A)	(B)	(C)	(D)	(A) + (C)	(B) + (D)
Século XVI	4	4	-	-	4	4
Século XVII	5	5	-	-	5	5
Século XVIII	8	8	17	37	25	45
Século XIX	8	8	10	19	18	27
Século XX	10	10	5	16	16	26
Século XXI	5	5	-	-	5	5
TOTAL	40	40	32	72	72	112

Fonte: CARVALHO, Otamar de. “As Secas e seus Impactos”. Capítulo 2 do livro **A Questão da Água no Nordeste**/ Centro de Gestão de Estudos Estratégicos. Agência Nacional de Águas. – Brasília, DF: CGEE, 2012: 45-100. (ISBN 978-85-60755-45-5.) 432 p.

Para José Américo, “A seca é (...) um fenômeno extraterritorial que desarranja as condições meteorológicas do litoral ao alto sertão. Nenhum ponto do território escapa aos seus efeitos. Mas essa nefasta influência é favorecida ou neutralizada, de longe em longe, pelas causas locais.” Neste sentido, “se não são agentes diretos, agravam os seus efeitos algumas circunstâncias coadjuvantes, como o afastamento da costa, a posição relativamente aos ventos reinantes, a natureza do

solo, a ausência da vegetação e as queimadas” (ALMEIDA, op. cit., 1980: 152).

O autor de *A Paraíba e seus Problemas* também destaca nesse *livro exemplar* os reforços adicionados pela imprensa. Para os que fazem a imprensa, eram grandes as dificuldades enfrentadas por todos, inclusive pelos cidadãos de mais posse. A propósito, cita o *Jornal O Publicador*, de 09/05/1878: “Continua a seca, e com ela a emigração do interior da província para esta capital em busca dos socorros oficiais. As famílias mais abastadas do alto sertão, e que tinham alguns recursos com os quais resistirão durante os dois passados anos, sem abandonarem os seus lares, vendo esgotados todos os meios, de que podiam dispor, já descem na última miséria, sofrendo a fome e caminhando a pé”. (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 199.)

José Américo destaca bem o valor do sertanejo. “No exame das faculdades do sertanejo, antecipei a refutação das fantasias do Dr. Paulo de Moraes Barros, cujas conferências só pude conhecer, há poucos dias, em resumos da imprensa. Em vez de ‘inconstante, volúvel e sem mais ambição do que qualquer outro caboclo brasileiro’, esse experimentado lutador é, conforme proclamei, incessantemente laborioso. Como que atalhando essa injustiça, acrescentei: “E, graças a tanta diligência, vive, se não o salteiam as vicissitudes climáticas, em feliz mediania. Enquanto os deserdados da região fertilíssima, favorecida por um regime regular de chuvas, vegetam numa inacreditável miséria, não há sertanejo que não tenha qualquer coisa de seu: a casa de telha, algumas vacas ou o chiqueiro de cabras. Se não fossem as devastações periódicas, todos viveriam na abastança.” (ALMEIDA, op. cit., Prefácio à 3ª Edição, 1980, p. 45.)

A percepção expressa acima parece ser a de que as secas reduzem a capacidade de acumulação dos agricultores e fazendeiros. José Américo não diz, mas o problema é mais sério, em relação aos pequenos produtores. Os grandes dispõem de melhores mecanismos

de defesa. Nas grandes secas, especialmente nas ocorridas no Século XIX, o efeito devastador era praticamente comum a todos os produtores, pois a infraestrutura era frágil em relação a todos eles.

Eram mesmo terríveis aqueles tempos. Um jornal paraibano da época (*O Libertador*), bem lido por José Américo de Almeida, contava, em abril de 1879, uma história trágica:

“A 27 de março próximo findo a retirante Dyonisia dos Anjos encontrou na casa de mercado da cidade de Pombal a menor Maria, de 5 anos de idade; levou-a com o maior carinho para sua casa, próxima ao cemitério; aí chegando, decapitou a mesma menor, enterrou a cabeça e comeu a carne do corpo de sua vítima! Presa, Dyonisia confessou este horroroso crime. Está sendo processada pelas autoridades daquela cidade”. (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 200.)

Esse tipo de violência acontecia sob outras formas, como os suicídios por parte dos chefes de família que não conseguiam propiciar o sustento dos seus dependentes ou não podiam pagar dívidas incorridas à conta das secas.⁶⁷

Vários outros episódios, de peso idêntico ou superior, alguns deles de forte conotação política, foram identificados e analisados por José Américo de Almeida. Para não ficar a repetir evidências dessa natureza, pede-se licença a dois poetas populares – Nicandro Nunes do Nascimento e Bernardo Nogueira –, mencionados por José Américo, para citar uma estrofe do grito de dor que produziram, sobre o flagelo por eles vivenciado: (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 208):

“– Ó, meu Deus, grande é o pecado
Deste povo que é teu,
Morto à fome, como eu,

67 Muitos nordestinos apelaram para essa auto violência, por motivos semelhantes. Em todos os casos, é sempre o sentimento de honra ou da palavra empenhada que os impele a cometer tais desatinos. A imprensa noticiou vários casos a este respeito, acontecidos durante secas como as de 1958, 1970 e 1979-1983.

Magro, nu e acabado!
Nem em casa, nem no roçado
Não se vê, não se acha pão,
Não há mais no duro chão
Raiz de pau ou semente,
Morre, se acaba a gente!
Foge, povo do sertão!”

A ajuda aos retirantes das secas, até o século XIX, restringiu-se às chamadas *medidas de salvação*, que eram tópicas e extremamente frágeis, em matéria de socorro efetivo. Os auxílios para a aquisição e distribuição de alimentos e para albergamento dos retirantes, que conseguiam chegar às capitais, tardavam ou não alcançavam, muitas vezes, os destinatários, com vida. (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 304.) Essas medidas foram sendo modificadas na proporção em que o Estado podia introduzir melhoras na infraestrutura de estradas e de açudamento dos sertões. Esse progresso passou a ter lugar em fins do século XIX e início do século XX. Os registros sobre a fome e a sede naqueles períodos, resultavam mais da penúria, expressa pela falta de mantimentos, no longo percurso de uma região inculta e despovoada, do que da ocorrência de secas.

As *medidas de salvação* acabaram por fundamentar a “oficialização” das secas, em anos apenas irregulares, do ponto de vista climático. Para uma região com a economia assentada na agricultura e na pecuária extensiva, como o Nordeste Semiárido, exploradas em áreas caracterizadas pela semiaridez de vastas faixas do seu território, e onde a infraestrutura hídrica, além de escassa, foi marcada por seu baixo nível de aproveitamento, inclusive pela via da irrigação, não seria muito difícil transformar anos de pluviosidade irregular em anos de seca. A frugalidade no estilo e na forma de armazenar e consumir os pouco variados artigos alimentares, e por isso mesmo em constante processo de aproximação dos limites da fome, desempenharia

papel relevante na caracterização *ad hoc* de muitas situações tidas e havidas como de seca. Não se incluem nesses casos, de nenhum modo, secas seculares como as de 1744-1746, 1790-1793, 1845 e 1877-1879, que foram realmente de intenso e notório impacto para as populações nordestinas das épocas respectivas. (CARVALHO, 1988, op. cit., p. 204.)

O atendimento aos retirantes das secas, até o século XIX, restringiu-se às chamadas *medidas de salvação*, não apenas tópicas, como extremamente frágeis, em matéria de socorro efetivo. Os auxílios para a aquisição e distribuição de alimentos e para a albergamento dos retirantes, que conseguiam chegar às capitais, tardavam ou não alcançavam, muitas vezes, os destinatários, com vida. Por isso tinha razão José Américo, quando dizia que até 1845 “a assistência oficial consistia na distribuição de esmolas.” Assim, a fome e a sede registradas em várias circunstâncias nesse período, resultavam mais da penúria, expressa pela falta de mantimentos, no longo percurso de uma região inculta e despovoada, do que da ocorrência de secas. (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 304.) A frugalidade no estilo e na forma de armazenar e consumir os pouco variados artigos alimentares, e por isso mesmo em constante processo de aproximação dos limites da fome, desempenharia papel relevante na caracterização *ad hoc* de muitas situações tidas e havidas como de seca (CARVALHO, op. cit., 1988, p. 204).

José Américo faz um breve histórico das secas ocorridas no período de 1692 a 1915. As informações sobre o que ele observou e escreveu a respeito dessas secas são identificadas e apresentadas de forma sucinta a seguir.

Seca de 1692. “Foi, sem dúvida, a primeira seca que desolou o Nordeste conquistado. (...) Os indígenas foragidos pelas serras (...) reuniram-se em numerosos grupos e caíram sobre as fazendas

das ribeiras devastando tudo” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 168-169).

Seca de 1711. “O flagelo distendeu-se até ao Maranhão. (...) É natural que a Paraíba tenha padecido ainda mais por sua notória acessibilidade às crises do clima.” (Idem, p. 169.)

Seca de 1721. José Américo cita Rocha Pitta, para quem “o sol abrasava naquele ano toda a nossa América, secando as águas, estagnando as fontes, esterilizando as lavouras e matando os gados... Os vizinhos das províncias do Ceará e do Rio Grande (do Norte) se ausentaram das praças e foram habitar as margens dos rios para não acabarem ao rigor da sede. (...) Nesse tempo os filhos, genros, escravos e parentes de uma tal Maria de Oliveira, residente a 12 léguas da cidade da Paraíba, organizaram um bando que depredou o interior da capitania.” (Idem, *ibidem*.)

Seca de 1723-1727. “Essa seca durou obra de quatro anos. Uma Carta Régia da época indica os estragos sofridos pela capitania da Paraíba. Seguiu-se à seca uma imensidão de lagartas, consumindo as plantas todas. Também foram registrados furtos contínuos, com a repetição de muitas mortes.” (Idem, 169-170.)

Seca de 1736-1737. O Senador Thomas Pompeu Sobrinho, em sua “Memória sobre o Clima e Secas do Ceará”, já referida, fala de uma seca nos anos de 1736 e 1737, mas não dá notícia de sua intensidade. (Idem, 170-171.)

Seca de 1744-1746. Nesses anos morreu muito gado. E a fome no povo foi considerável, “de sorte que os meninos que já andavam tornaram ao estado de engatinhar. E a calamidade prolongou-se até 1746.” (Idem, *ibidem*.)

Seca de 1777-1778. José Américo informa que não há notícia de que a Seca de 1772 tenha

atingido a Paraíba. Já a de 1777, “cujos efeitos já se acentuavam no ano anterior e se estenderam até 1778, foi das mais desastrosas. Ficou perdido quase todo o gado da capitania.” (Idem, idem.)

Seca de 1790-1793. O sertão estava a se refazer das secas passadas, mas de repente “rebentou a chamada *seca grande*. Segundo o Senador Thomas Pompeu, “havia chovido escassamente em 1790, menos em 1791, nada em 1792 e pouco em 1793. Morreram de fome até os bichos do mato.” (Idem, ibidem.)

Seca de 1803-1804. José Américo informa que depois da seca anterior, voltou a chover pouco em 1802. Em 1803 e 1804 as chuvas faltaram. E o pouco que chovia era insuficiente para sustentar as plantações. Era grande o número de pessoas passando fome. Também ocorriam muitos furtos. (Idem, p. 173.)

Seca de 1824-1825. “O período de 1824 e 1825 foi para os paraibanos uma das maiores catástrofes do século, não tanto pelo rigor do fenômeno climático, como pelos danos da revolução que se alastrou pela zona sertaneja.” (Idem, p. 174.) É o que informa José Américo.

Seca de 1844-1846. “As secas parciais de 1827 e 1830 – data em que terminou a construção do *açude velho*, de Campina Grande – pouco danificaram a Paraíba. (...) Estavam-lhe reservadas, porém, aflitivas aperturas. O ano de 1830 foi, à falta de chuvas, de escassez geral. (...) Essas crises eram agouros de conjunturas mais sinistras. (...) Começou a manifestar-se o flagelo no mês de fevereiro de 1844, inteiramente seco. (...) Em 1846 recrudesceram esses horrores. (...) Em Areia e outros pontos de aglomeração de famintos grassou a varíola com violência. (...) As velhas notas de Felipe Guerra são preciosas, porque,

sobre a fidelidade do testemunho, se reportam constantemente as impressões do nosso meio: “Vítima da fome, da indigência e da miséria, a honra das donzelas, a fidelidade de casadas, a boa fé de muitas, a penúria de diversos que ontem eram abastados e dispunham de recursos; tudo deu pano à usura e à perversidade.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 180.)

Seca de 1877-1879. “Em 32 anos mais ou menos regulares a Paraíba recobrou-se desse cataclismo.” Os negócios prosperaram nos sertões. As fazendas povoaram-se, embora os invernos não tenham sido sempre regulares. “Falharam mais ou menos os anos de 1851, 1853, 1860, 1865, 1866, 1869 e 1870. Foram os chamados *repiquetes* ou pequenas manifestações de secas. O ano de 1869 foi o mais aflitivo. (...) O ano de 1877 foi o início de uma conjunção de influências funestas como nunca se vira. (...) As finanças provinciais eram precaríssimas. A lavoura, fonte principal das rendas, estava em crise pela depreciação de seus produtos – o açúcar e o algodão.” No dia 6 de maio de 1877, o *Jornal A Opinião* noticiava a continuação da falta de chuvas; que a seca ia se tornando cada vez mais devoradora, com o crescente aumento das migrações rumo aos brejos. O crime também era intensificado, aumentando a audácia dos cangaceiros. Assim, “à miséria veio juntar-se o terror. (...) Amiudavam-se os latrocínios. (...) Reproduziam-se os atentados à honra que tanto têm aviltado a história das secas.” O ano de 1877 findou em prostração, diante do que ia sendo observado e descrito. (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 182-192.)

O ano de 1878 não foi melhor, encerrando-se, como destaca José Américo, como “o despertar de um pesadelo. “A era de 77 figura como um

ponto de referência no passado dos paraibanos, no seu calendário de calamidades. (...) Toda a psicologia desse povo ficou sendo dominada pelo conceito da seca.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 210-211.)

Seca de 1888-1889. “A Paraíba ainda não se havia recobrado, em dez anos de reconstrução, dos últimos estragos, quando ressurgiu o flagelo. (...) O ano de 1885 tinha sido minguaado. A fome ainda entrara a oprimir a população. (...) O ano de 1887 fora abundante, mas suspenderam as chuvas em julho e o período estival decorreu sem a mínima precipitação pluvial no cariri e além-serra. (...) Iniciou-se o ano de 1889 com dois meses soalheiros. Depois, vieram chuvas inconstantes, salteadas, imprestáveis, que não modificaram a crise esgotante. (Todas as zonas estavam assoberbadas por essa situação. (...)) O interior não estava inteiramente desassombrado dos fatores de violência e de rapina. (...) Adolfo *Meia Noite*, o pavor do alto sertão e, principalmente, da comarca de Patos, onde se refugiara, durante muitos anos, fora cercado, a 3 de setembro de 1887, pelo alferes de polícia, Pedro Paulo Garcez Alves Lima, e, como tivesse resistido sozinho, de dentro de um matagal, contra toda a força, tombara com o crânio varado por uma bala. (...) Chuvas parciais beneficiaram a região cortada pelos rios Genipapo, Gravatá e Piancó; mas uma praga de gafanhotos assolou as culturas promissoras. (...) O presidente mandou ainda distribuir, gratuitamente, feijão, milho e arroz pelos pequenos agricultores, fomentando, destarte, a principal fonte de receita do Estado.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 211-216.)

Seca de 1898. “Não tardou muito o flagelo. As estações tinham-se tornado, ruidosamente,

irregulares. Em 1891, 1892 e em 1896, até novembro, os *repiquetes* haviam ocasionado sensíveis perdas. (...) O ano de 1897 fora precedido de chuvas copiosas em dezembro, mormente em Piancó, em Pombal e no Rio do Peixe, e decorreria normalmente. Mas a epizootia devastara os rebanhos enfraquecidos pela seca parcial do ano anterior. (...) E sobreveio a tantos contratemos a calamidade de 1898. (...) Se a açudagem estivesse mais disseminada, teria proporcionado recursos à população. O açude de *Poços*, conquanto não concluído, foi, durante toda a crise, um inestimável benefício para os habitantes do município de Teixeira. (...) E enquanto se consertavam medidas paliativas, o sertão se esvaziava. A multidão atarantada rolava pelos caminhos extensos aos rescaldos do sol inclemente. (...) O meio desfazia-se de suas mais valiosas energias, porque só os espíritos resolutos e empreendedores se abalanchavam à aventura da emigração. (...) É assim que se explica a epopeia do Acre. (...) E vagueavam pelos caminhos, ora consolados pela esmola miúda, ora escorraçados por lavradores ríspidos. (...) Foi a minha primeira impressão pessoal da calamidade. E a retentiva infantil tocada por cenas tão violentas é indelével. Nunca mais me esqueceu o espetáculo contristador que eu mal compreendia e que ainda hoje me arrepia a sensibilidade. (...) Em 1898 a desgraça não teve a extensão de 1877-1879, mas apresentou os alarmantes sinais daquela incomparável calamidade. Foi de pouca dura, mas com um ‘nimbo de fogo’ que jamais se observara: em muitos lugares decorreu o ano sem um milímetro d’água.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 216-221.)

Seca de 1900. “Dessa feita, a população não teve tréguas para se recompor dos recentes prejuízos.

Ao paralelismo das primeiras secas sucedia o flagelo em curtos prazos. (...) Mas se o Ceará se livrara, mais ou menos, do mal, em 1898, com chuvas parciais, enquanto a Paraíba ardia na mais rigorosa das estiagens, em 1900 ocorreu, exatamente, o contrário.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 221-222.)

Seca de 1903-1904. “Em junho [de 1903] já estava, intensamente, declarada a seca, na conjunção de seus nocivos efeitos.” Os socorros apresentados foram muito reduzidos. “Os brejos sufocavam na plethora da população. Sucedeu, conseqüentemente, que as febres e as câmaras de sangue tiveram um assombroso surto epidêmico, notadamente, em Areia, Alagoa Grande, Bananeiras, Guarabira, Itabaiana e Mamanguape. (...) Os retirantes capazes que invadiam a capital eram aproveitados em serviços públicos. Foram reconstruídos, desse modo, os prédios onde, atualmente, funciona a Recebedoria de Rendas e se acha aquartelado o 22º Batalhão de Caçadores. (...) O ano de 1904 não foi propriamente seco: caíram chuvas escassas no alto sertão de janeiro a abril, de maio por diante no litoral até Campina Grande e, afinal, no cariri.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 222-224.)

Seca de 1915. “O *repiquete* de 1907 fora violento no alto sertão. Os fazendeiros do Rio do Peixe haviam retirado seus rebanhos para o Ceará, durante a grande estiagem; mas, sem embargo dessa providência, sofreram desanimadores prejuízos. (...) Seguiram-se alguns anos, mais ou menos, regulares, até que ocorreu a seca de 1915. (...) Para se aquilatar o rigor dessa crise climática na zona sertaneja basta atentar nas observações pluviométricas do ano. A média anual de Conceição do Piancó, que atingira 1.613mm no ano anterior,

declinou a 83,4mm, e a de Alagoa do Monteiro baixou de 1.030,3 a 99,6mm. (...) Os criadores da caatinga ⁶⁸ onde a estiagem foi menos intensa, compraram grande quantidade de reses para refazê-las. (...) Mas os efeitos do cataclismo foram, dessa vez, aliviados por uma série de circunstâncias providenciais. (...) Interveio o prestígio nacional do Dr. Epitácio Pessoa, que voltara a militar na política do Estado. À ação dos poderes locais veio logo juntar-se a assistência federal. Foram iniciadas obras de açude e estradas. (...) E, ao cabo de três anos, quando rebentou o *repique* de 1919, o sertão estava ainda mais aparelhado dessa defesa e sob os auspícios do governo que se iniciava para o resgate de penas prefiguradas eternas.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 224-226.) Note-se, ademais, que ao final do Capítulo III, José Américo chamara atenção para o que seria uma tentativa de síntese: “A angústia da síntese não me permitiu reconstituir toda a vastidão desses desastres. Se me ative, às vezes, em miudezas de interesse puramente local, para satisfazer uma curiosidade, porventura, mais exigente, preteri lances expressivos e de maior sentimento histórico. (...) De tudo se vê que a Paraíba sofreu muito, com uma resignação calada que lhe escondia as dores. (...) Não se contam as mortes pela fome pelos e pelos outros males consecutivos à seca, os lares destruídos, os despenhos na miséria, as forças vivas escoadas para meios inóspitos, todos os danos acumulados das repetições da calamidade.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 226-227).

68 A caatinga está aqui referida de forma geral, ou seja, não se especifica se corresponde à caatinga litorânea, à caatinga serrana ou à caatinga sertaneja. As distinções a este respeito são tratadas no Subitem 6.3 adiante.

5 VISÃO GERAL E COMENTÁRIOS RELEVANTES SOBRE A *PARAÍBA E SEUS PROBLEMAS*

O Presidente Solón de Lucena achou que o meio mais sensível de expressar ao Sr. Epitácio Pessoa o reconhecimento da Paraíba pelos benefícios outorgados, como solução do problema das secas, seria perpetuar no livro a história desse esforço redentor. (...) Ninguém mais do que ele está senhareado por esse sentimento. Vendo alcançado a fortuna de governar o Estado nesse período memorável, testemunhou, a solicitude permanente de nossa salvação, movido de um ardente patriotismo. Teve o fado de ver seu programa de realizações concretas coroado de êxito. E tanto se identificou, pela harmonia de vistas e oportuna ostentação, com essa atividade, que é, enfim, o mais habilitado para preconizar seu valor. (...) Dir-se-ia escusada esta divulgação, porque os melhoramentos se acham mencionados em relatórios oficiais. Mas, a documentação dispersa e de caráter técnico não está ao alcance da inteligência comum. Não obtém, sequer, por sua circulação limitada ao âmbito das secretarias, um conhecimento amplo. À unidade do vasto plano estão vinculados trabalhos disseminados por todo o território paraibano, ora em proporções vultosas, ora desconhecidos por sua exiguidade. (...) Para se fixar a medida dessa organização é preciso juntar todos os elementos esparsos. (...) Demais, dilui-se, rapidamente, a impressão dos benefícios... Cumpre transcrevê-la em forma duradoura, ao menos, para o apreço dos pósteros... (José Américo de Almeida, op. cit., 1980, p. 35-36.)

Como uma espécie de contraponto ao que foi dito acima por José Américo no Prefácio à 1ª Edição de *A Paraíba e seus Problemas*, vale apresentar a manifestação de Manuel Correia de Andrade, inserida na 4ª Edição desta importante obra:

“Neste livro, que consideramos básico para o conhecimento da Paraíba atual, ele [José Américo de Almeida] dedicou capítulos às condições naturais, descrevendo a terra e o clima tão mencionado em consequência do flagelo periódico das secas; o abandono a que o pequeno estado fora relegado pela Primeira República; a persistência do homem em sua luta diária para domar a natureza; a necessidade da construção de estradas que encurtassem as distâncias e facilitassem a circulação da produção; a necessidade de uma política de armazenamento de água, característica das regiões semiáridas; a necessidade de melhoramento e aparelhamento de um porto que libertasse a Paraíba da dependência do Recife – causa das divergências entre os políticos do litoral e do sertão –, e as consequências gerais, quer sociais, quer econômicas, do quadro paraibano.” (ANDRADE, 2012, p. 21.)⁶⁹

O que está escrito acima por Manuel Correia de Andrade responde a uma sintética qualificação dos capítulos do livro sob exame. É um bom começo para o que fazemos a seguir de forma ampliada, em relação a cada um dos 14 capítulos de *A Paraíba e seus Problemas*, assim explicitados, como já mencionado: Capítulo I. *Terra Ignota*; Capítulo II. *O Clima*; Capítulo III. *O Martírio*; Capítulo IV. *O Abandono*; Capítulo V. *O Homem do Norte*; Capítulo VI. *A Redenção*; Capítulo VII. *O Problema das Distâncias*; Capítulo VIII. *Política Hidráulica*; Capítulo IX. *O Porto*; Capítulo X. *O Saneamento*; Capítulo

69 ANDRADE, Manuel Correia de. “A Paraíba e seus problemas”. In: ALMEIDA, José Américo. 4ª Ed. **A Paraíba e seus problemas**; com estudo de Manuel Correia de Andrade. – Brasília-DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012, 612 p.: Il. – p. 21. [Edições do Senado Federal; v. 172.]

XI. *A Ação Dispersa*; Capítulo XII. *Consequências Sociais*; Capítulo XIII. *Consequências Econômicas*; e Capítulo XIV. *Impressão Geral*.

No livro, José Américo discute, historicamente, a constituição do Estado da Paraíba desde os tempos da Colônia e do Império. Como é natural, esse desenvolvimento começa no *Capítulo I*, denominado *Terra Ignota*. O capítulo contém informações gerais e específicas a respeito dos contornos físicos e geográficos da Paraíba e do que é hoje o Nordeste. As informações não são bem detalhadas, do ponto de vista quantitativo, embora o governo da Paraíba já fizesse àquela época notáveis esforços para ampliar a base de informação sobre os temas objeto do livro. Os capítulos são densos, seguindo todos eles bom padrão de qualidade. A descrição resumida que faço aqui sobre cada um deles também segue padrão aproximado, embora os resumos dos diversos capítulos não tenham o mesmo tamanho.

5.1 TERRA IGNOTA

O **Capítulo I** tem como título *Terra Ignota*. José Américo inicia assim o capítulo: “Num trabalho destes moldes, destinado ao exame de alguns problemas relacionados com os grandes empreendimentos aplicados na melhoria de nossas condições gerais, é de interesse fundamental o conhecimento do meio.” Por isso, “tento fornecer a ideia do campo em que se desdobrou essa vasta ação administrativa, não somente para tornar mais compreensível a distribuição local das obras, mas também para que se evidencie que a Paraíba corresponde, vantajosamente, pelo conjunto de seus elementos físicos, ao emprego dos dinheiros públicos despendidos em seu benefício.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 51.)

O desenvolvimento do Capítulo I teve influência de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha. Isso pode ser visto no Capítulo I daquele livro, cujo terceiro tópico tem o mesmo título do Capítulo I do

livro de José Américo: **Terra Ignota**. Depois de referir Euclides da Cunha dizendo que “O sertão de Canudos é um índice sumariando a fisiografia dos sertões do norte”, José Américo afirma que “O Cariri é de nossas zonas a que mais se aproxima desse *facies* desértico ou, antes, semiárido. É talvez o mesmo horizonte geológico e quase a mesma *sylva horrida*. (...) Um pouco adiante, ainda sob a influência de *Os Sertões*, afirma: “A *expressão ingrata* acentua-se, ao norte do planalto, no vale do Curimataú – rio que nasce no município de Campina Grande e, depois de atravessar os municípios de Bananeiras e Caiçara, entra no Rio Grande do Norte. A planura é interrompida, de espaço a espaço, pelos serrotes dispersos com escamas de mica.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 77-78.) A linguagem e o estilo aproximam-se bem de Euclides da Cunha. (O grifo é meu.) Nada contra, como já afirmei em outra parte, pois o que interessa saber é se o estudo de José Américo atende aos propósitos com que o livro foi concebido⁷⁰.

5.2 O CLIMA

O Clima é tratado no **Capítulo II**. O assunto poderia ter sido trabalhado no capítulo I, juntamente com outros temas do meio físico. Mas José Américo deslocou-o para um capítulo independente “para lhe atribuir um desenvolvimento compatível com a sua função” nos destinos dos que viviam na Paraíba. Salienta, a propósito, ser o

70 É importante estar-se atento para o número de municípios da Paraíba. Quando da 1ª Edição, em 1923, o Estado contava com 39 municípios e tinha uma superfície “que não deve ser inferior a 60.000 quilômetros quadrados”. (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 51 e 60). Hoje, em 2024, o número de municípios é de 223, distribuídos ao longo de uma superfície de 56.467,242 km². (Cf. <https://empaer.pb.gov.br/Servicos/limites-municipais-da-paraiba#:~:text=Por%20outro%20lado%2C%20se%20em,e%20de%20grande%20dificuldade%20de> (Acesso em 24 jul. 2023.)

clima, “o regulador de nossa atividade econômica ou, por assim dizer, de nossa existência histórica que tem oscilado aos seus ritmos perturbadores de todas as leis sociais. (...) Se não se concilia a avaliação de outros fatores naturais, acirra-se, cada vez mais, esse antagonismo no conceito das condições meteorológicas.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 113.)

No Capítulo II José Américo discute a influência do clima sobre a formação do caráter dos povos, permeando a justa medida de seu valor, que depende de circunstâncias locais. Salienta, a propósito, que, em nosso caso, essa apreciação é mais complexa. Destaca também que “As antigas definições do clima abrangiam todos os agentes naturais exteriores.” E destaca que Friedrich Ratzel restringe-o “às influências que derivam das propriedades sensíveis do ar, isto é, do calor e do frio, da umidade e da secura, como se apresentam distribuídas e combinadas.” Essas influências “resultam da combinação dos elementos meteorológicos, variáveis ou sujeitos às condições externas, representados pela temperatura, como o mais apreciável, a pressão barométrica, a umidade absoluta, o grau higrométrico, o regime dos ventos e as precipitações pluviais. O quadro desses valores médios e extremos caracteriza a climatologia de cada região.” Daí a importância de conhecer “esses agentes para as zonas de estações normais, quanto mais para as nossas irregularidades periódicas. (...) As ações atmosféricas que alteram profundamente o nosso solo, não atingem a vida animal com a mesma violência, senão pela incursão das secas.” (Idem, p. 113-114.)

O autor de *A Paraíba e seus Problemas* também salienta que a climatologia da Paraíba não se assemelhava totalmente à vigente no Nordeste. Aproximava-se, até certo ponto, às observações realizadas, de forma sistemática, no Ceará, por Thomás Pompeu de

Sousa Brasil⁷¹, que ali iniciou essa ordem de estudos. Fez isso em “Memória sobre o Clima e Secas do Ceará” (SOUSA BRASIL, 1877) e “O Ceará no Começo do Século XX” (SOUSA BRASIL, 1909). Juntamente com outras investigações de mais ou menos peso, os dois livros de Thomás Pompeu de Sousa Brasil lançam alguma luz sobre o fenômeno comum a esta grande parte do País.⁷² A partir daí, José Américo procura dar uma ideia da expressão climática da Paraíba. Mas até neste caso, diz ele, o Estado foi mal servido. Quando da elaboração de *A Paraíba e seus Problemas*, em 1923, o Estado contava com apenas três estações termo-pluviométricas: a da capital, a de Guarabira e a de Campina Grande. Nenhum dos municípios do Alto Sertão paraibano – o centro mais importante do fenômeno das secas – foi dotado desse serviço. Neste sentido, salienta, na terceira

71 Os livros desse autor aqui citados escrevem o **SOUSA** ora com **S**, ora com **Z**. Preferi manter o **S** em todas as referências.

72 Thomaz Pompeu de Sousa Brasil é um dos naturalistas – tanto brasileiros como estrangeiros – mais importantes, referidos por José Américo. Ao lado de vários outros, também citados pelo autor de *A Paraíba e seus Problemas*, faz parte de um grande conjunto de *naturalistas* que prestaram notável contribuição ao estudo da natureza de várias províncias do Nordeste, como o Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Dentre eles, destacam-se: João da Silva Feijó (1760-1824), George Gardner (1812-1849), Francisco Freire Alemão (1797-1874), Thomas Pompeu de Sousa Brasil (1818-1877), Rodolpho Marcos Theóphilo (1853-1877), Albert Löfgren (1854-1918), Francisco Dias da Rocha (1869-1960), Adolpho Ducke (1876-1959), Philipp von Luetzelburg (1880-1948), Thomaz Pompeu de Sousa Brasil Sobrinho (1880-1967), José Guimarães Duque (1903-1978), Raimundo Renato de Almeida Braga (1905-1968), Jean Louis Rodolphe Agassiz (1807-1873), Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa (1872-1932), Rodolpho Theodor Wilhelm Gaspar von Ihering (1883-1939), Guilherme Schüh Capanema (1824-1908), Antônio Bezerra de Menezes (1841-1921), John Casper Branner (1850-1922), Jacques Huber (1867-1914), Emilie Snethlage (1868-1929) e Roderic Crandall (1885-1967). A produção científica desses autores é ampla. Veja-se, a respeito: PAIVA, Melquíades Pinto. **Os naturalistas e o Ceará**. Fortaleza-CE: Instituto do Ceará, 2022. 354 p. (Por sua ampla produção científica, Melquíades Pinto Paiva é também um naturalista importante. Nasceu em 1930 e veio a óbito em 2021.)

nota de pé de página da p. 115, que “Escapou à solícita assistência do presidente Epitácio Pessoa o desenvolvimento da rede meteorológica da Paraíba.” Destaca, ainda, que as primeiras observações pluviométricas da Inspetoria de Obras Contra as Secas-IOCS, na Paraíba, datavam de 1910. Complementa, no mesmo sentido, que a Diretoria de Meteorologia, criada em 1921, fora instituída por conta das bem-sucedidas reformas do governo Epitácio Pessoa, especialmente as realizadas por conta da introdução dos serviços de meteorologia agrícola. (Idem, p. 115.)

O estudo do clima realizado por José Américo seguiu a classificação geral aceita na época em que escreveu o livro sob exame. Reconheciam-se então quatro tipos de climas, assim especificados: I. Climas hipertérmicos, ou de média superior a 20°C; II. Climas térmicos, ou de média de 15 a 20°C; III. Climas mesotérmicos, ou média de 10° a 15°C; e IV. Climas atérmicos ou de média inferior a 5°C. O Estado da Paraíba estava incluído no primeiro tipo de Clima. Mas devido à variedade fisiográfica do território estadual, encontravam-se em seu interior outras regiões climáticas. (Idem, p. 116.)

Para aprofundar essas informações, o autor desdobrou-as em três regiões (ou zonas) climáticas: o *Litoral*, a *Serra* e o *Sertão*. Como as três regiões são diferenciadas em subzonas, caracterizadas pela estrutura geológica ou pelo padrão florestal, era natural que esses fatores exercessem, igualmente, influência sobre a formação do clima. “Diversificam, com efeito, esses caracteres, tanto mais quanto a parte que denominamos Litoral tem tamanha extensão que vai, pouco a pouco, se subtraindo à influência do mar. A Serra, por sua vez, também se diferencia, sob esse aspecto, do Brejo para o Cariri.” Por isso, diz ele, “sou forçado a manter o critério das três regiões pela impossibilidade de delimitar os pontos intermediários e para simplificar as deduções autorizadas pelos exíguos dados ao meu alcance. Procurarei, ao longo das observações, acentuar as circunstâncias diferenciais.” (Idem, p. 116-117.)

Na sequência, José Américo apresenta várias outras distinções encontradas ao longo do território da Paraíba, referidas às seguintes variáveis: precipitação pluviométrica, temperatura, pressão, umidade e grau higrométrico. Destaca, além disso, não dispor “de dados para definir o clima do alto sertão.” Mas diz: “Afigurasse-me quente e seco. E é esse, verdade, o seu tipo. Na época das chuvas, a temperatura abranda e apraz até nos sítios mais baixos; mas, no rigor do verão é, em certos lugares, literalmente abafante.” (Idem, p. 129.)

O autor de *A Paraíba e seus Problemas* destaca que “As variações anuais do clima da Paraíba reduzem-se, do natural de sua zona, a duas estações e, ainda assim, mal definidas: a das chuvas ou do *inverno* e a do estio” ou do *verão*. (Idem, p. 131.)

As chuvas são elementos centrais do clima na Paraíba. A esse respeito, o seu território é dividido por José Américo nas seguintes zonas: a Costa, a Caatinga, o Brejo, o Cariri e o Alto Sertão. Essas zonas – ou regiões naturais paraibanas – têm suas diferenciações explicáveis. Tomando por base diagrama organizado pela IOCS, correspondente à média de 11 anos de observações, “apura-se que as maiores alturas pluviométricas se verificaram em Mamanguape e na Paraíba” (a capital). “É a costa, por conseguinte, a zona mais chuvosa.” (Idem, p. 135.)

No Capítulo II, José Américo trabalha ainda aspectos climáticos responsáveis pela presença de áreas caracterizadas pela semiaridez, consideradas como efeito e não causa da falta de chuvas. As áreas semiáridas estão presentes no Alto Sertão, no Cariri e no Curimataú. Na Paraíba, as secas ocorrem com mais frequência nesses espaços. As causas do fenômeno das secas não são dadas como certas. No ano de 1923, quando o livro *A Paraíba e seus Problemas* foi escrito não havia certeza (ou clareza) quanto às causas do fenômeno. Prevalecia então, segundo o autor, a hipótese levantada – dentre outros – pelo Barão de Capanema, que subordinava “essa manifestação à periodicidade

das manchas solares”⁷³. No mesmo sentido, outros autores estabeleciam a relação da ocorrência de secas aos anos de menor intensidade das manchas solares (HULL, 1953).

5.3 O MARTÍRIO

O *Martírio* (das Secas) é estudado no **Capítulo III**. Nele, José Américo começa dizendo que “As secas têm sido, precipuamente, responsáveis, em seus ciclos mortais, pelo retardamento de **nossa** organização social e econômica.” Diz também que, “Ajudada, vantajosamente, de recursos naturais que, nos anos regulares, lhe asseguram a expansão da riqueza, a Paraíba tem tido a obra relutante de seu progresso, realizado sem nenhum acoroçoamento dos poderes centrais, periodicamente aniquilada por essa fatalidade.” A Paraíba tem sido afetada com frequência pelas secas, embora tenha mostrado energia para se refazer dos efeitos provocados por esse fenômeno. (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 161.)

Daí o destaque à percepção de Rodolpho Theophilo, sobre o assunto:

O Ceará, dos Estados do norte do Brasil, é o que sofre com maior intensidade e mais repetidas vezes, os flagelos das secas. Não porque os Estados vizinhos, mormente nas zonas do interior, não estejam sujeitos à mesma falta de chuvas, mas por causa da natureza do solo cearense, da sua hidrografia. No Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, além de rios perenes, há

73 Uma breve apreciação dessas hipóteses consta da obra: BRAGA, Renato. **História da Comissão Científica de Exploração**. Fortaleza-CE: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 96. Giacomo Raja Gabaglia, um dos membros dessa Comissão, escreveu o seguinte trabalho sobre o assunto: *A questão das secas na Província do Ceará*. Esse estudo ganhou “as palmas de precursor do estudo das secas”, no Brasil. Foi publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, em 1861.

grandes brejos, terrenos alagadiços em grandes extensões, que produzem melhor pelo verão do que pelo inverno” (THEOPHILO, 1901).

Mesmo assim, José Américo não concorda de forma integral com a “primazia do martírio” atribuída por Rodolpho Theophilo ao Ceará. A Paraíba também é muito afetada pelos efeitos das secas. Neste sentido, ele afirma: “A serra da Borborema (...) divide o nosso solo, em duas bacias.” À época em que escreveu o livro sob exame, a rede hidrográfica do Piranhas não tinha água permanente. Era impetuosa na força das chuvas; mas no estio reduzia-se a alguns poços nas depressões dos leitos vazios dos rios. “É essa a região vitimada.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 162.)

No Capítulo III, José Américo continua examinando o problema da seca apoiando-se na tríplice divisão espacial do território, em relação ao clima: Litoral, Serra e Alto Sertão. Chegado à segunda zona, ou seja, às Serras, ele destaca que ali não há propriamente rios, mas apenas “alguns riachos perenes em breves trechos. Os que coletam as águas dos brejos são pequenos cursos dependentes, em sua maioria, da estação. E quase todos os que atravessam o litoral e deságuam, diretamente, no oceano são de curta correnteza, alimentada, no verão, pelas marés. São os rios da vertente oriental da serra (da Borborema), cujos benefícios se limitam às várzeas litorâneas.” Por isso, ele afirma que a Paraíba tem “menos de terça parte do território isenta dos efeitos diretos do flagelo, sem contar a zona da caatinga.” (Idem, p. 162.)

A partir dessas reflexões, ele critica as argumentações de autores que defendem ser esse ou aquele estado mais seco do que aquele outro. Confronta essas percepções com as constantes de obra de outros autores, que afirmam:

No Brejo de Areia, Paraíba, houve inverno, o que foi um recurso valioso que a Providência ministrou; afluiu para ali a população de diversas

partes; exerceu o trabalho, a plantação e a lavoura; abundaram legumes que iam para outros lugares por entre a imensa dificuldade de transporte, que foi o que mais oprimiu⁷⁴.

O livro de Philippe Guerra & Théophilo Guerra é considerado “um documento de nossa índole acolhedora. Mas nem sempre nossa situação alcançou essa hospitalidade benfazeja. Tamanha exuberância, sem a ajuda dos métodos racionais de cultura, falhou, alguns anos, em detrimento da população local, por não poder resistir ao sorvedoiro dos adventícios. (...) Demais, a incerteza das estações ameaça, muitas vezes, todas as zonas do Estado – não tanto pela escassez das precipitações, como pela sua extemporaneidade. (...) A experiência também evidencia que não há secas, propriamente ditas, em nossas zonas agrícolas, mas há invernos tardios que prejudicam a lavoura.” Certo é que a história das secas na Paraíba ainda estava por escrever. Enquanto isso, os cearenses já haviam registrado em livros os lances dos supremos desastre produzidos pelas secas. O martírio dos paraibanos ainda se achava, a bem dizer, inédito. (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 165).

O Capítulo III contém outras importantes percepções sobre o Martírio das Secas. Finalizo-as com a referência feita a Thomás Pompeu Sobrinho, assim explicitada:

De toda a vasta região que as secas devastam desde o norte de Minas Gerais ao Piauí é o Ceará o centro de mais profundos e maiores sofrimentos porque a intensidade dos efeitos do

74 ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. Op. cit., p. 164. *Apud*: GUERRA, Philippe & GUERRA, Théophilo. **Seccas contra secca**; Rio Grande do Norte; Seccas e invernos; açudagem, irrigação, vida, costumes sertanejos. 3ª ed. Mossoró, Escola Superior de Agricultura/Fundação Guimarães Duque/CNPq, 1980, p. 21. (Coleção Mossoroense, 29.)

fenômeno é proporcional não à falta relativa de chuvas, mas à condensação da população⁷⁵.

5.4 O ABANDONO

O Abandono (da Paraíba) é objeto do **Capítulo IV**. José Américo chama de *O Abandono* as dificuldades da colonização enfrentadas pela Paraíba, assim se expressando: “A história político-administrativa da Paraíba, nas suas relações com os poderes centrais, desde o tempo da conquista até 1919, é um documento de preterições e de abandono. (...) Sobre lhe falecer, desde os primórdios, a ação tutelar necessária a todos os corpos sociais e, mormente, aos núcleos nascentes, foram desfalcados, com uma gana insaturável, seus principais elementos de vida própria. (...) E, se esta fonte inesgotável de recursos manifestou, através de tantos reveses, uma vitalidade que subsistiu a todas as circunstâncias adversas, não deixou de quebrantar, de quando em quando, às provações mais ingratas. Mas recobrava-se, dentro de poucos anos, desses desfalecimentos com a índole de progresso que tem sido o milagre de suas realizações. (...) Se os fados esquivos ou hostis foram obstáculo ao ingresso da civilização em nossas plagas, erros sucessivos prolongaram, ainda depois desse evento, o estado primitivo” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 229).

De fato, os problemas enfrentados pela Paraíba foram muito graves. E eram de variada ordem: agrícolas, de serviços em geral e políticos. O Abandono, segundo José Américo, também era devido à falta de líderes políticos, com influência na esfera do poder central.

75 ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. Op. cit., p. 166. *Apud*: SOUSA BRASILEIRO SOBRINHO, Thomas Pompeu de. **História das secas (Século XX)**. Fortaleza-CE: A. Batista Fontenele, 1958, p. 10. (Instituto do Ceará. Monografia, 23.)

Caracterizou-se ainda pelo fato de (quase) nenhuma instituição ligada ao combate aos efeitos das secas ter sido instalada na Paraíba.

Depois de muitas refregas entre portugueses, índios e espanhóis, João Tavares foi incumbido da missão de apaziguamento entre as partes. Nessa missão, ele fundou a Paraíba, dando-lhe o nome de Filipeia, a cinco de agosto de 1585, depois de 10 anos de malogradas tentativas. Daí em diante, seguiram-se muitas diatribes, até que a Paraíba começou a florescer, tornando-se, segundo um cronista da época a terceira capitania do norte, depois da Bahia e de Pernambuco. Mas o processo de colonização adotado voltou a passar por fortes descontinuidades, a ponto de o primeiro governador da Província, João Fernandes Vieira, que tomara posse em 12 de fevereiro de 1655, ter de manter a tropa à sua custa por dois anos (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 233-239).

“E a Paraíba, ao termo de 215 anos de colonização, tinha, apenas, a história de um progresso tantas vezes construído, quantas vezes desfeito.” José Américo fortalece essa evidência destacando que a “Paraíba ia entrar o grande século”, ou seja, o Século XIX, “numa situação que, por assim dizer, só diferia do estado da natureza porque se achava semimorta a raça dos aborígenes e as matas virgens tinham sido destruídas pelas queimadas.” (Idem, p. 251.)

O Reino também se preocupava com a cobiça da França, que poderia assaltar e tomar aquele território. Por isso instou a adoção de medidas protetivas, ainda que fossem, em parte, custeadas com recursos dos fiéis vassalos. A renda da Capitania elevava-se, à medida em que se ampliavam os resultados obtidos com a lavoura algodoeira. A chegada de D. João VI ao Brasil suscitou esperanças de desafogo para a Capitania. De todo modo, “As medidas de ordem geral pouco aproveitavam à Paraíba. A exportação de algodão para a Inglaterra foi, talvez, o único benefício que lhe decorreu das vantagens outorgadas ao país.” Nessa época (princípios dos anos de

1800), “a Capitania já contava com uma população de 80 a 100 mil habitantes.” Acentuava-se então “a linha de separação, traçada por outras causas, entre o norte arredio e o sul florescente ao contato da realeza.” (...) Importa reconhecer que o fracasso da Revolução de 1817 “implicou outra grave solução de continuidade na tendência progressista. A luta paralisara as forças produtoras e a represália sangrenta sacudiu, à sanha das comissões militares e da alçada, as bases da sociedade nascente” (Idem, p. 252-254).

Todos esses problemas sucessivos contribuíram para aniquilar “as fontes de renda e desorganizaram a Província (...), mas não estancavam as fontes de riqueza do meio.” José Américo atribui, a essas alturas, que “uma boa administração seria capaz de promover a prosperidade geral.” De conformidade com nota colhida com base nos estudos de Irineu Pinto, “não se podia pagar as despesas ordinárias da província, estando a meio soldo os empregados militares, a tropa há quatro meses sem receber dinheiro e há quatro anos sem fardamento. (...) Nesse período realizaram-se alguns melhoramentos, como a ponte sobre o rio Sanhauá, o cais do Varadouro e o açude velho de Campina (Grande).” (Idem, p. 255-256.)

José Américo aprofunda os estudos sobre os processos de gestão – vocábulo ainda desconhecido à época – para dizer: “era morosa e negligente a administração pública. (...) Pedindo ao governo imperial meios de consertar o palácio do governo, declarou o presidente [da Província], em 1841:

... é um casebre indecente e tão velho que estou vendo o momento em que me cai em cima e de toda a minha família. Não tem mobília, não há preparada uma sala para cortejo, nem um retrato capaz de S Majestade o Imperador. Só posso assegurar que mesmo particular nunca vivi em casa tão ordinária e tão desmontada. (Idem, p. 256-257.)

E diz também que o “regime monárquico não favorecia a Paraíba. Os presidentes não permaneciam em seus cargos e a separação partidária, militando com veemência, desassociava as energias patrióticas.” O presidente Bandeira de Mello, em mensagem de 22 de maio de 1854, apresenta boa parte das causas da decadência da Província”, assim expondo-as:

É incrível o número de dificuldades com que luta atualmente nesta província o Agricultor. A estreiteza do mercado, monopolizado, por assim dizer, o alto prêmio dos avanços de que carece são condições que o desanimam, além das más estradas e grandes despesas de transporte que sobrecarregam a produção. Assim diminutos são os seus lucros e dificilmente pode ele guardar as reservas necessárias para dar ao seu estabelecimento os melhoramentos de que porventura carece. Tive o pensamento de promover nesta cidade a criação de um banco que direta ou indiretamente fosse ser útil à agricultura. Mas desde logo conheci que com os capitães da província não poderia ele ter lugar, porque as pessoas que têm fundos disponíveis contam com maiores lucros negociando-os de própria conta e dirigindo-os sem o intermédio de qualquer instituição de crédito (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 259).

Outro presidente da Paraíba que atuou positivamente para promover seu progresso foi o tenente-coronel Beaurepaire Rohan, considerado por José Américo um verdadeiro gênio de organização. Sobre ele, assim se manifestou: “Em ano e meio de exercício, fundou o Colégio das Neves e a Biblioteca Pública; intentou esclarecer os limites provinciais e municipais; mandou levantar uma carta corográfica da província e a planta da capital; promoveu a abertura de inúmeras ruas; iniciou o jardim botânico, como base de uma escola

de agricultura; contratou a vinda do agricultor Gabriel Soeiro para ensinar a cultura do trigo em Teixeira; executou grandes melhoramentos no palácio da presidência; mandou reparar o açude *Zabelê* e fazer um em Guarabira; autorizou a construção de um cemitério em Areia, etc. (...) Suas mensagens são documentos de surpreendente visão administrativa e, sobretudo, de iniciativas que, infelizmente, não foram aproveitadas pelos seus sucessores.” (Idem, p. 261.)

José Américo aponta vários outros aspectos do desgoverno e, portanto, do Abandono, da Paraíba, destacando a excessiva centralização administrativa, “que obstava todas as iniciativas”. (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 269.) Por fim, escusou-se “de referir outros muitos fatos que comprovam o nosso desprestígio.” Mas reforçou que a “Inspetoria Agrícola, por exemplo, foi suprimida em 1915 e passou a ter sede no Rio Grande do Norte. (...) Tudo se conjurava contra a prosperidade da região que, sem embargo, realizava o seu ideal de independência financeira e econômica, liberta de quaisquer compromissos. (...) A Paraíba ainda não tem uma organização modelada pelos grandes centros de trabalho e de progresso. Mas, ao exame de seu longo passado de esterilidade e de acidentes, pasma ver o estado atual de suas conquistas. (...) A construção de nossa riqueza e de nossa cultura data, sem exagero, da outorga da autonomia republicana. (...) E teria sido atingida uma situação exemplar, se não houvesse falhado, inteiramente, o impulso federal. (...) O Estado aguardava a solução dos seus problemas fundamentais como resgate das injustiças inveteradas e ponto de partida de sua necessária grandeza.” (Idem, p. 276-277.)

5.5 O HOMEM DO NORTE

O *Homem do Norte* é o objeto do **Capítulo V**. Esse capítulo é, com justiça, dedicado a *Epitácio Pessoa*. Sua leitura comprova a

importância de se ler os livros clássicos, de autores clássicos. Penso assim que *A Paraíba e seus Problemas* é um livro clássico de um autor clássico, não apenas da Paraíba e do Nordeste, mas também do Brasil. José Américo de Almeida é dotado de uma clara visão da estrutura da política no Brasil. Foi considerado por muitos como um político conservador, mas pelo que produziu nos domínios da política e da literatura seria de bom alvitre caracterizá-lo como um *liberal progressista*. É assim que tenho lido um bom número de suas obras e reforço meu conceito sobre ele depois de ler e reler *A Paraíba e seus Problemas*.

A caracterização de Epitácio Pessoa por José Américo de Almeida é justa e precisa. Para chegar a Epitácio Pessoa como o candidato do Norte escolhido para Presidente da República, José Américo examina os que o antecederam nessa mesma função. E o faz depois de concluir que “Era preciso reintegrar a democracia brasileira na sua finalidade como anteparo à onda demagógica. (...) Foi essa a renovação precursora da candidatura do Sr. Epitácio Pessoa. (...) A transformação espiritual que se operava, desde 1910, ao alento de um formidável apostolado, não aproveitou ao mais intelectual dos nossos estadistas, que a agitava, mas determinou a convocação de requisitos do mesmo quilate. (...) Foi uma imposição das circunstâncias. Ao nome de Ruy Barbosa só poderia ser contraposto o de Epitácio Pessoa. As correntes políticas contrárias à ascensão do gênio da raça, nesse instante de sobressaltos, socorreram-se de outro expoente compatível com o estado de opinião gerado pela veemente propaganda liberal. E, de fato, essa solução aplacou a efervescência.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 287.)

Naquele momento, Epitácio Pessoa se encontrava ausente do País. Mas sua “evidência na Conferência de Paz, ao contato da grande cultura cosmopolita, foi a sugestão mais imperiosa. (...) E os representantes das forças partidárias dos Estados, atentos, igualmente, aos interesses gerais, sabiam que contavam com um homem

para as circunstâncias difíceis. Sabiam que ele traria para o governo uma orientação destemerosa, um vasto patrimônio de ideias, uma esclarecida acuidade de jurista e sociólogo, uma rígida intransigência de princípios e uma probidade pessoal nunca suspeitada. (...) Com a posse desses predicados de cultura política e de caráter resoluto, ele correspondia aos reclamos da coletividade e às exigências da ordem constitucional. (...) A opinião pública (...) teve (...) nessa emergência, a visão das supremas necessidades da pátria e aplaudiu a fórmula tendente a conciliar os governados com os governantes.” (Idem, p. 287-288.)

Epitácio Pessoa foi assim o primeiro presidente do Norte (e, portanto, do Nordeste) eleito pelo voto direto.⁷⁶ “E coube, por uma compensação do acaso, à Paraíba, sempre abandonada e deprimida, essa glória imprevista. (...) Não foi uma concessão aos Estados setentrionais que aspiravam, de muito tempo, a essa investidura. A escolha não obedeceu ao critério regional, mas satisfez um justo reclamo.” (Idem, p. 290.)

“Tudo era de esperar da visão superior do Sr. Epitácio Pessoa. (...) Contava-se que ele, numa aplicação mais detida de suas extraordinárias faculdades, (...) retificasse com ideias estáveis os nossos destinos públicos. Mas, filho da terra mártir, com a impressão visual dos nossos sofrimentos, testemunha das agonias sem remédio de milhões de seus patrícios, o homem do norte, sem descurar de outras reformas vitais, deveria inclinar-se, principalmente, para a solução do problema secular da zona devastada. (...) Era a ele que cabia sistematizar a integral salvação do nordeste, tentada, de forma tarda e hesitante, em medidas fragmentárias, sem o plano que convinha a uma tarefa tão complexa. (...) Só ele poderia prestar fé às nossas solicitações, para nutrir o organismo exausto e condenado pelos

76 Epitácio Pessoa nasceu em Umbuzeiro, Paraíba, em 23 de maio de 1865.

que reputavam as obras contra as secas uma empresa aventureira e preferiam malbaratar os dinheiros públicos em melhoramentos suntuários. (...) A Paraíba, que emergia de sua obscuridade para uma compensadora evidência, não se continha jubilosa e esperançada. (...) A Paraíba (...) tinha razão em acreditar nas perspectivas de ressurgimento.” Antes de visitar qualquer outro ponto do território nacional, Epitácio Pessoa quis “rever o torrão natal. (...) A esse primeiro contato com a opinião brasileira, emitiu ele ideias gerais, vazadas em uma entrevista concedida ao jornal *A União*, que resumiam o plano de nosso soerguimento. (...) Falando com conhecimento dos serviços de todos os ministérios, deteve-se longamente em salientar a necessidade para o Brasil de intensificar a sua produção e defendê-la da concorrência estrangeira. Nesta ordem de ideias acrescentou (...) que dois problemas correlatos se impõem desde logo à atenção do governo: a extinção das secas no Nordeste e o saneamento do interior do país. Realizados estes dois empreendimentos, a capacidade econômica do Brasil aumentará em proporções assombrosas.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 296-300.)

As palavras pronunciadas por ocasião de discurso que fez como Presidente da República, na Paraíba, foram reiteradas, momentos após, na Associação Comercial desse Estado, ao dizer que “aquela solenidade era o ponto de partida dos maiores augúrios do progresso de sua terra.”⁷⁷

5.6 A REDENÇÃO

O **Capítulo VI** é denominado de *A Redenção*. Trata da ausência de conciliação do homem com a terra, no que diz respeito ao combate aos efeitos das secas. Fez isso recorrendo a José Bonifácio

77 Cf. Jornal *A União*, de 19 de julho de 1919.

e, depois do Patriarca, a Euclides da Cunha. Euclides dissera em *Contrastes e Confrontos*: “As secas do extremo norte delatam, impressionadoramente, a nossa imprevidência, embora sejam o único fato de toda a nossa vida nacional ao qual se possa aplicar o princípio da previsão” (CUNHA, 1995, p. 153). José Américo reforça essa percepção afirmando ser “indefensável essa negligência. A catástrofe chegou com a lei da periodicidade, a aprazar os meios de resistência aos seus danos. Depois, como que desafiando a indiferença dos poderes públicos, acelerou o ritmo destruidor. Era comum a percepção dessa fatalidade,” sendo “lastimável a desorientação com que fora encarado esse ponto, de tamanho interesse para o futuro do Brasil.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 303-304.)

Para José Américo,

[...] até 1845 a assistência oficial consistia na distribuição de esmolas. Esperava-se que a população sertaneja se deslocasse de seus lares, abandonando o resto dos haveres, para intervir com socorro insuficiente. A aglomeração nas localidades mais próximas do litoral, até onde chegavam os víveres, constituía infalíveis focos de epidemias. (...) Uma pequena parte da verba destinada ao auxílio era empregada em igrejas e cadeias (Idem, p. 304).

Foi a partir da seca de 1845 que o governo passou a atender os retirantes em trabalhos de açudes e estradas de rodagem. “Essas obras eram, porém, dirigidas pelos chefes políticos locais e, por isso, além de consumirem avultadas quantias no interesse partidário, não obedeciam às necessárias condições técnicas. Desapareciam aos primeiros invernos.” De tal maneira que, em 1877, não havia um só desses pequenos benefícios. Entre os anos de 1845 e 1877, ou seja, durante 32 anos, o governo imperial esqueceu-se dos problemas da

seca, ou melhor, deixou de pensar que outras secas poderiam ocorrer. E foi o que aconteceu a partir de 1877, quando teve início a grande *Seca de 1877-1879*. No curso dessa seca as opiniões dos conhecedores do assunto naquela época variavam, tanto em relação às causas como à indicação de soluções. (Idem, p. 304-305.)

Na segunda metade do Século XIX, várias soluções foram aventadas para o enfrentamento das secas e seus efeitos. Houve quem sugerisse a destilação de água do mar por meio de grandes alambiques. Era uma sugestão sem sentido, para aquela época. Entidades importantes, como o Instituto Politécnico do Rio de Janeiro, sugeriram várias outras providências, algumas de caráter preventivo, como as apresentadas pelo Barão de Capanema. O Barão já estivera no Ceará com a Comissão Científica de Exploração-CCE (BRAGA, 1962).

Outras soluções, relacionadas à acumulação de água, em uma rede de açudes em grande escala, foram sugeridas pelo Dr. Zósimo Barroso, que dizia: “Tenho para mim que na construção de açudes em grande escala está o principal remédio para o mal. Superfícies de evaporação entreterendo um certo grau de umidade atmosférica, além de produzirem permanentemente grande bem à vegetação, fornecerão os vapores aquosos necessários à formação das chuvas, e ainda que em certos anos os ventos tendam a dispersá-los a constância do suprimento desses vapores assegurará mais cedo ou mais tarde (dependendo do estabelecimento das convenientes condições atmosféricas) a queda dos mesmos sob a forma de chuva, na região onde existirem tais superfícies d’água.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 306.)⁷⁸

78 O acerto total desse tipo de sugestão, apregoadada por vários entendidos da época, aos poucos perderam força. O que dela permaneceu valendo foram as evidências de que a construção de açudes nos espaços semiáridos do Nordeste constituía medida

Sugestões complementares continuaram sendo apresentadas. Uma delas foi formulada e desenvolvida pelo conselheiro Beaurepaire Rohan, a partir de estudo por ele elaborado (ROHAN, 1877). O conselheiro sugeriu o estabelecimento em grande escala de açudes e a plantação de arvoredo em torno deles, formando desta sorte espécies de oásis, a semelhança dos que se observam nos desertos do Saara. Essas árvores, segundo ele, deveriam ser frutíferas, contribuindo assim para o desempenho de mais uma função positiva no apoio à população afetada pelas secas, qual fosse a de prover mais alimento aos que ali vivessem. (Idem, p. 306-307.)

Ao final do encontro, informa José Américo, foi aprovada e apresentada ao governo imperial a seguinte proposta:

Ativar ou executar, para dar trabalho e salários à população: a construção das vias férreas já estudadas na região flagelada pelas secas; as obras de melhoramento de portos marítimos e fluviais; a construção de linhas telegráficas, gerais; a desapropriação dos terrenos marginais dessas vias férreas para serem divididas pelos retirantes ou colonos nacionais; construir, quanto antes, no interior da província do Ceará e outras assoladas pela seca represas nos rios e açudes nas localidades que para tal fim fossem mais apropriadas ao abastecimento d'água no mesmo interior e prolongar a estrada de Baturité; e estudar as medidas indicadas pelo Dr. Raja Gabaglia, em relação ao Ceará. (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 308.)

Para detalhar as iniciativas decorrentes de tais sugestões foi criada, em 7 de dezembro de 1877, uma comissão específica,

indispensável. A sociedade do Semiárido Nordestino foi, de fato, estruturada em torno e a partir dos açudes (de todos os tamanhos) ali construídos.

composta do conselheiro Beurepaire Rohan e dos engenheiros Limpo de Abreu, Lassance da Cunha, Alfredo José Nabuco de Araújo Freitas, Julius Pinkas, Henrique Foglare, Adolpho Schwartz e Leopoldo Schrimmer. Essa comissão foi encarregada de estudar no Ceará os meios práticos de abastecimento d'água durante as estiagens e de um sistema de irrigação. Estudou também meios para evitar as inundações da cidade do Aracati; explorou o sistema hidrográfico do Ceará em uma zona de 20 a 30 léguas do litoral e, afinal, indicou ao governo a realização de várias obras. Conforme salientado por José Américo, nenhuma, porém, para o estado da Paraíba. Várias outras obras foram sugeridas pelo engenheiro José Américo dos Santos. A maior parte delas relacionada a estudos de perfuração de poços, construção de canais, de poços artesianos e de cisternas. Também sugeriu medidas orientadas para a produção e divulgação de conhecimentos relacionados ao desenvolvimento da agricultura (SANTOS, 1878).

José Américo destaca também a contribuição do Engenheiro Joaquim Nogueira Jaguaribe⁷⁹, que fez sugestões de iniciativas importantes, inclusive para o Estado da Paraíba. Ele escreveu que “Se o Governo quiser fazer açude como o de Quixadá, indicarei localidades igualmente próprias e que com a décima parte do que se tem gasto no encantado açude se farão obras tão agigantadas”, como as seguintes:

- O Boqueirão de Curema no município de Piancó;
- O Saco de D. Ana no mesmo município;
- O São Gonçalo no município de Souza, na fazenda do Sr. Luiz Ferreira Rocha, entre dois apertados espigões no rio Piranhas;

79 O livro (*A Paraíba e seus Problemas*) não traz a indicação completa do nome do engenheiro Jaguaribe, nem indica o título da obra de onde as informações referidas foram extraídas.

- O de Poços das Porteiras no Vale do riacho da Mãe D'Água, sete léguas acima de Patos, no município de Teixeira; e
- O do Morro Redondo, no município de Cajazeiras. (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 317.)⁸⁰

Com a Proclamação da República, a situação ainda permaneceria difícil. Só em 1904, o governo Rodrigues Alves achou por bem sistematizar os serviços de combate às secas. Pouco tempo depois foram criadas as Comissões de Açudes e Irrigação, de Estudos e Obras Contra os Efeitos das Secas e de Perfuração de Poços. Funcionaram separadamente até 1906, quando foram fundidas na Superintendência de Estudos e Obras Contra os Efeitos das Secas. Para corrigir os problemas resultantes da pouca eficácia dos trabalhos dessas comissões, o ministro Francisco Sá criou no governo Nilo Peçanha, em 1909, a Inspeção de Obras Contra as Secas-IOCS. (Idem, p. 318-319.)⁸¹

As instituições referidas fizeram muito pouco pela Paraíba até 1919. Até essa data, foi feito muito pouco pela Paraíba. Até então, “as obras de açudagem limitaram-se à construção dos pequenos açudes de Soledade, Bodocongó e à reconstrução dos de Mogeiro e Cajazeiras. Tinham sido inaugurados apenas cinco poços públicos. A única estrada de rodagem concluída fora a de Campina a Soledade. Havia 38 estações pluviométricas e 3 meteorológicas. Foi, portanto,

80 *Apud*: TAVARES, João de Lyra. **Apontamentos para a história territorial da Paraíba**. Mossoró-RN: Fundação Guimarães Duque, 1982/1989. 2v.

81 Tudo indica que os autores do GTDN e da Comissão de Planejamento de Combate às Secas não leram *A Paraíba e seus Problemas*. E se leram não citaram. Tanto o Banco do Nordeste do Brasil S. A., como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-Sudene, puseram em prática orientações estudadas no livro em apreço. Não citaram, mas criticaram muito a IOCS, a IFOCS e o DNOCS.

o Estado onde menos se fez sentir a ação da Inspetoria.” (Idem, 1980, p. 323.)

Quanto ao uso dos recursos financeiros, Jose Américo faz uma síntese importante a esse respeito, ao afirmar: “Era o mal crônico dos serviços públicos. As sanguessugas do afilhadismo, o emperro das medidas, a descontinuidade dos planos, a intervenção dos interesses dispersivos – tudo desvirtuava e impedia o programa de melhoria das condições do Nordeste.” (Idem, p. 324.)

Os nortistas ou nordestinos não se conformavam com os erros resultantes dos processos de aplicação dos recursos da União nas emergências, e muito menos nos períodos entre os anos sem secas. O Deputado Federal Ildefonso Albano, do Ceará, “renovou a sensibilidade pública e despertou os espíritos mais alheados com o seu discurso pronunciado na sessão de 15 de outubro de 1917, a respeito do assunto.” (2019). Apresentamos a seguir uma pequena amostra de seu clássico discurso:

Sr. Presidente, quem, porventura, com olhar pesquisador e ânimo imparcial lançar as vistas para as condições dos vários Estados da União Brasileira, notará sem grande dificuldade que alguns marcham desassombadamente na larga senda do progresso, no meio da fartura e prosperidade de seus habitantes, em busca das mais nobres conquistas da humanidade, enquanto outros, retardatários do progresso, jazem em uma apatia desesperadora, se debatendo na miséria e no atraso, com todas as suas fontes de riqueza estioladas, em franca decomposição econômica. Nestes estão compreendidos os Estados do Nordeste brasileiro, sujeitos ao flagelo da seca, que periodicamente os assola, matando, deslocando suas populações, dizimando seus rebanhos, aniquilando sua lavoura e comércio e

embaraçando sua evolução. (ALBANO, [1917] 2019, p. 31.)

Concluiremos esse Capítulo VI fazendo referência à constituição de uma Comissão, integrada por cinco membros, representando os estados mais diretamente interessados na solução do problema das secas do Nordeste, assim mencionados: deputados Octacílio de Albuquerque (Paraíba), Ildefonso Albano (Ceará), José Augusto (Rio Grande do Norte), Pires Rabello (Piauí) e Correia de Brito (Pernambuco). Essa Comissão preparou um Plano de Ação no Congresso Nacional, destinado a organizar e conferir prioridade ao que houvesse sido sugerido nos diversos estudos até então elaborados. O Plano foi entregue a Epitácio Pessoa, logo após a sua eleição para a Presidência da República. José Américo enfatiza: “Só o homem que sabia a história de nosso martírio e de nosso abandono e possuía, além de tudo, a experiência de nossas possibilidades teria a coragem desse cometimento patriótico. (...) Epitácio Pessoa, estadista de ideias precisas, escorava-se na certeza de que povos civilizados têm modificado a natureza com surpreendente proveito; não ignorava que o solo do nordeste é prodigiosamente fecundo; estava seguro de que a fortuna da zona dependia da distribuição d’água abundante; comovia-o o sentimento de estabilidade da família sertaneja; calculava o valor da vida humana. (...) Não poderia, portanto, permitir que persistisse o maior dos tropeços à prosperidade da nação. (...) Não se achava tolhido para essa tarefa pelas dúvidas e temores que entibiam os governichos estéreis. (...) Animado por esse pensamento, deliberou saldar o que Euclides da Cunha chamou uma dívida de quatrocentos anos, antes que se comemorasse o centenário de nossa emancipação política.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 326-328.)

5.7 O PROBLEMA DAS DISTÂNCIAS

O *Problema das Distâncias* é tratado no **Capítulo VII**. Nesse bem estruturado capítulo, José Américo trata das necessidades e demandas de infraestrutura do interior da Paraíba. Começa pondo em destaque o que os modernos economistas salientam como função dos meios de transporte “e, notadamente, do caminho de ferro no desenvolvimento dos países novos. (...) Cumpre levar, deserto em fora, ‘a civilização no limpa-trilhos.’ (...) Esse instrumento, que atendia às solicitações do progresso, é destinado, hoje em dia, a expandir a cultura e a riqueza pelos mais remotos ermos.” (Idem, p. 341.) Põe em evidência que, em toda parte, a facilidade de comunicação estimula o desenvolvimento das forças produtivas. Neste sentido, a história do transporte confundia-se com a do comércio. Na Paraíba, as distâncias constituíam um grande problema. “A forma oblonga do território” era um fator de dispersão. (...) A estrada de penetração da Paraíba não avança pelo deserto.” Seu traçado tem um evidente valor econômico, “porque corta uma zona de intensa atividade e densamente povoada. (...) São múltiplos os seus destinos; mas é fácil justificá-lo pelo só interesse da produção.” (Idem, p. 343-344.)

José Américo lembra os *três caminhos colonizadores da Paraíba*, indicados por Irineu Joffily – “todos três em sua fronteira meridional, porque somente desta direção terrestre e pela linha marítima podia vir-lhe a vida civilizada.” Ditos caminhos estiveram assim delimitados: o *primeiro caminho* correspondia à estrada que unia a Paraíba a Pernambuco. Por ele chegavam recursos para a defesa e a estabilidade do núcleo nascente. Tinha “o seguinte traçado: partindo de Olinda, passava por Igarassu e, depois, por Goiana e, penetrando em nosso território, através de Taquara, Alhandra e Jacoca, entrava na capital, primeiro pelas marés e, afinal, por Cruz das Almas. (...) Mas em 1620 a conquista do interior já havia atingido o atual município de

Itabaiana, onde se contavam fazendas de criação.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, 344.)

O *segundo caminho* era “o marcado pelo itinerário do padre Nantes para a aldeia dos cariris, no Boqueirão. Não parecia haver um caminho praticável, através, em certa passagem, de uma floresta de onze léguas de extensão, emaranhada de canas silvestres ocas por dentro, com metade da espessura do braço.” (Idem, p. 345.)

O *terceiro caminho* foi a vida da *entrada* dos sertanistas da margem do São Francisco. Por aí foi trazido o gado com que se fundaram as primeiras fazendas do Alto Sertão. O nosso progresso teve, até essa parte, a morosidade do carro de boi. Em dezembro de 1871, foi autorizada “a incorporação de uma companhia para construir a estrada de ferro, que teve o nome de Conde d’Eu, entre a capital da província e Alagoa Grande, com ramificações para Ingá e Guarabira.” O andamento da construção da ferrovia sofreu vários atrasos, devido à burocracia. Por conta disso, a Paraíba passou longos anos reduzida a uma viagem ao longo de 144 km: 118 de Cabedelo a Guarabira e 26 de Entroncamento a Pilar. “A zona feracíssima dos brejos e os sertões futurosos continuaram insulados.” A precariedade dos meios de transporte rumo à hinterlândia sertaneja funcionou por um bom tempo como um grande problema. (ALMEIDA, op. cit., 1980, 347.)

Em 1901 foram construídos mais 23 km em direção aos brejos paraibanos, iniciativa caracterizada como vantajosa para aquela região. No período de 1904 a 1907, a Paraíba foi ligada a Natal, no Rio Grande do Norte. Em 1907, foi construído o ramal de Itabaiana a Campina Grande. Foram 82 km, através da caatinga, “até à passagem para o cariri, que facilitaram o acesso ao sertão. Mas, Campina passou a ser uma cidade social e comercialmente pernambucana, como empório das transações da praça do Recife com a maior parte de nossa zona pastoril e algodoeira.” Finalmente, foi contratado em 1909 o prolongamento de Guarabira a Picuí. Esse traçado entra no

plano da rede ferroviária de que carece o Estado para o seu completo desenvolvimento. Essa linha não foi, porém, além da Borborema. Assim sendo, “quando o Sr. Epitácio Pessoa assumiu a Presidência da República, havia, apenas, na Paraíba 351 km em tráfego.” A ligação aos Estados vizinhos, principalmente a Pernambuco, não deixou de ser benéfica. Mas o interior continuou apartado, com o comércio entorpecido com a morosidade da circulação. As mercadorias despachadas para os pontos mais próximos apodreciam nas estações. “A nossa riqueza, que se escoava, cada vez mais, para os mercados estranhos, chegava ao seu destino oneradíssima.” (Idem, p. 350-352.)

José Américo esclarece que algumas carências foram sanadas a partir dos Planos realizados pela IOCS e pela IFOCS. Não foi feito mais por falta de estudos.⁸² Do que ele comenta a respeito, pude extrair uma característica importante do seu trabalho. Trata-se do fato de ele escrever sobre fatos que estão acontecendo, numa época de escassas informações. Ou seja, ele pesquisava para saber o que estava ocorrendo em relação aos objetivos do livro e, de imediato, passava os resultados para o papel. Vejamos o seguinte: o livro foi escrito em 1923, mas ele incluiu informações sobre o avanço das ferrovias obtidas em setembro de 1922. (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 356.) Como se verá adiante, ele escrevia em 1923 sobre o que acontecera em 1921. E mencionava o que a Comissão Rondon verificara em outubro de 1922. Pode-se dizer que escreve “em cima do laço”, ou seja, quase no momento em que os fatos estavam acontecendo. É impressionante!

As dificuldades para fazer maiores avanços na construção das ferrovias fortalecem a defesa do autor de *A Paraíba e seus Problemas* a

82 Eu não havia visto até agora informações como essas em vários outros estudos sobre as epepeias de órgãos sub-regionais como a IOCS e a IFOCS ou regionais, como o BNB e a Sudene, em relação ao enfrentamento das secas e ao desenvolvimento do Nordeste. Ponto para o Sr. Dr. José Américo de Almeida.

respeito das possibilidades de desenvolvimento do Sertão. Eis o que ele diz a propósito de críticas de membros da Comissão Rondon: “Se o nosso sertão fosse o deserto, que se afigura aos que o veem de longe ou de corrida, sendo a terra ‘boa e fértil’, como observaram os argutos membros da comissão, por que não intentar explorá-la, por esse meio, empregado, intensivamente, em outros países? (...) Mas é uma região povoadíssima: a contar de além-serra”, os municípios (eram) bem povoados para aquela época. “E nada produz esse efetivo humano num meio tão fecundo, perturbado, apenas, pelas secas espaçadas? (...) O sertão é, ao revés, centro de uma proveitosa atividade. (...) São fardos sem conta carregados, com exorbitantes *fretes*, em costas de animais. (...) E, se forem concluídas as grandes barragens, essa produção não terá limites.” (Idem, *ibidem*.)

Para fortalecer a importância das rodovias, José Américo cita todas as estradas de rodagem construídas na Paraíba, tomando por base o Relatório de 1922 do Inspetor da IFOCS, *Miguel Arrojado Lisboa*. A respeito, o autor de *A Paraíba e seus Problemas* diz o seguinte: “Tenho a impressão pessoal dessa influência. Em 1909, venci a distância que vai de Areia a Sousa, a cavalo, em nove dias de penosa travessia. E, em novembro de 1922, realizei a mesma viagem, de automóvel, em 24 horas, sendo o percurso, ordinariamente, mais rápido. (...) Maravilhou-me a renovação dessas plagas longínquas, operada, sob o influxo das obras contra as secas, no lapso de dois anos e meio e pico.” (ALMEIDA, *op. cit.*, 1980, p. 364-372.)

O Capítulo VII é encerrado com a seguinte manifestação de José Américo:

“Naquele meio, onde eu vivera, há tempo, alheio, muita vez, ao movimento geral, um mês a fio, pelo retardamento das comunicações, a locomotiva, cortando as várzeas aprazíveis, era o instrumento e o incentivo do progresso. (...)”

Os homens de boa vontade devem ser tocados por esses prenúncios de uma esplêndida prosperidade, que depende da fácil conclusão da via férrea e do remate e conservação das estradas de rodagem.” (Idem, p. 375.)

5.8 A POLÍTICA HIDRÁULICA

A *Política Hidráulica* é o objeto do **Capítulo VIII**. Aqui se trata da produção, distribuição e utilização da água para o uso humano e a irrigação em várias partes do mundo, com destaque para a Índia, Ceilão, Estados Unidos da América-EUA, México, Peru, Chile, Argentina e Austrália. Parte da identificação do que chama de *regiões ressentidas de chuvas insuficientes* (ou mal distribuídas). Discute o que chama de *zonas ingratas*, transformadas pelos recursos de *raças empreendedoras*, onde avultam esses esforços contra o clima. Faz referência às áreas semiáridas dos EUA e à criação do *United States Bureau of Reclamation-USBR*. (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 378-379.)

Ao falar dos avanços da irrigação nos países mencionados, diz o seguinte: “É fantástico esse empenho, em toda parte, para subtrair a terra ao regime desértico. (...) Mas a experiência do passado e os avanços dos novos processos de cultura pouco nos importavam.” Parece ter estranhado o que leu, dizendo: “No tempo em que os recursos da atividade humana eram limitados, não se abandonava o solo por falta d’água, e nós, com todas as facilidades da engenharia moderna, deixávamos nossos vales ubertosos à mercê das secas devastadoras. Não nos moveram, sequer, os exemplos dos semibárbaros do Peru. (...) Quando as civilizações ocidentais envidavam beneficiar os países conquistados, pela correção da natureza, ficavam desaproveitados tratos promissores de nosso território, por um mal calculado espírito de economia. Enquanto os Estados Unidos domavam o deserto, pelo suprimento d’água, não nos doía que, por falta dessa providência,

em zonas povoadíssimas, tantos brasileiros morressem de fome.” (Idem, p. 380-381.)

José Américo argumentava que se as secas decorriam da irregularidade na distribuição das chuvas, seria desejável e natural promover o seu armazenamento nas épocas de abundância. Sendo raríssimas as secas longas, de mais de dois anos, como a de 1877-1879, era justificável o seu armazenamento em açudes maiores. O autor de *A Paraíba e seus Problemas* trata no Capítulo VIII e, mais adiante, no Capítulo IX, das vantagens da transposição de águas do Rio São Francisco para os Sertões do Nordeste. Manifesta-se favorável a tal iniciativa considerando esforços semelhantes intentados nos Estados Unidos.⁸³ Discute, inclusive, os prós e os contras a esse tipo de iniciativa. Mas em alguns momentos termina por ficar do lado dos que eram contra a Transposição. (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 380-381 e 406 a 409.)

Trata também no Capítulo VIII da importância dos açudes de menor porte, tanto os construídos pelo setor público como pelo setor privado (açudagem particular). Informa também que “A zona semiárida carecia, sobretudo, d’água que caía, copiosamente, mas se escoava pelo terreno impermeável e declivoso. Obstar essa perda — eis a solução que se impunha. (...) E a estrutura do sertão oferecia-se a essa empresa com vantagens que se não deparavam em outros sítios: bastaria ‘restaurar a terra’, fechar os *boqueirões*. (...) É uma das formas mais fáceis de corrigir a irregular distribuição das chuvas.” Ao refletir sobre as possibilidades da construção de açudes no sertão, José Américo pensa nas oportunidades oferecidas pelo Rio Nilo. Neste sentido, afirma: “O Nilo recebe no curso superior as precipitações

83 De fato, a transposição de águas do Rio Colorado foi levada a cabo posteriormente no Oeste Americano, como de grande significado econômico, mas muito criticada como ambientalmente indesejável. Veja-se, a respeito, o livro que se tornaria um clássico no assunto: REISNER, Marc. **Cadillac desert**; the american west and its disappearing water. New York, Penguin Books, 1993. 582 p.

abundantes do Sudão oriental e, acarretando, anualmente, essas águas pelas terras adustas, facilita a tarefa da irrigação.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 382.)

Discute o que foi feito em países como o Turquestão russo e os Estados Unidos, onde os rios descem de regiões montanhosas, favorecidas pelos ventos pluviosos. (...) “Se esses cursos se originam de neves perpétuas, o fluxo continua pelo verão; mas, se não têm essa fonte perene, enfraquecem e se extinguem, como no Arizona, no Novo México e até, em alguns anos”, em outras partes banhadas pelo Rio Colorado. No Oeste Americano, as Montanhas Rochosas só conservam a umidade inexaurível na extremidade norte. (...) Daí a necessidade da construção de imensos reservatórios que possam comportar a transitória fluência. (...) Em outras regiões, como no Saara argelino, as reservas do subsolo, captadas por meio de poços ordinários ou artesianos, suprem a falta d’água superficial. (...) No Nordeste do Brasil, basta reconstruir as serras abertas pelas erosões, para deter os rios que se escapam por esses lanços.” (ALMEIDA, op. cit., p. 382.)

As questões levantadas por José Américo, sobre *Política Hidráulica*, em *A Paraíba e seus Problemas* estavam, em boa medida, relacionadas à falta de políticas de desenvolvimento – global e regional. Mas aludidas questões foram sendo solucionadas, em parte, com a criação de instituições de fomento, como a IOCS e a IFOCS, assim como de organizações similares, tanto na Paraíba como nos demais estados afetados pelas secas. A criação e a recriação, e, ademais, o fortalecimento de instituições orientadas para a *gestão proativa* de iniciativas dessa natureza continuam sendo reclamadas atualmente.

5.9 O PORTO

O Porto é o tema do **Capítulo IX**. Nele José Américo se empenha em demonstrar a necessidade de construção de um porto para a Paraíba. Centra suas observações em tudo que se refere à construção do Porto de Cabedelo. Mas passa pelas tentativas de instalação de outras estruturas semelhantes, pensadas, estudadas, trabalhadas ou tidas como se fossem melhores e mais adequadas do que Cabedelo.

Pensando nas discussões e estudos realizados para a construção do Porto, diz também que já havia procurado representar a feição do litoral paraibano, “modificado, de onde em onde, pela foz dos rios ou pelas barretas que se vão alongando para o sul. (...) Devido à próxima fundura do Atlântico e, talvez, à direção dos ventos dominantes, não se formam dunas nas praias protegidas pelos recifes. As barreiras constituem, em outros pontos, obstáculos à invasão das areais marítimas.” Essas características eram importantes para a localização de um porto. De fato, foram “as condições naturais dos nossos ancoradouros que atraíram, de preferência, a pirataria nos tempos coloniais. A partir dos limites setentrionais, o rio Guaju, que se lança no oceano ao norte do pontal do mesmo nome, tem a barra seca e cercada dos recifes que se avizinham; mas é navegável por barcaças, com o fluxo das marés, até a distância de três quilômetros. (...) A Baía da Traição tem a forma de um crescente, com duas grandes barras e uma barreta.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 411-412.)

Faz referência ao Rio Paraíba que forma, “perto da foz, (...) uma península, em cuja extremidade está Ponta do Mato e do lado da terra a fortaleza de Santa Catarina.” É a partir desse ponto que se estendem graciosas praias até ao Cabo Branco. Seguem-se enseadas até ao Cabo Branco, todas expostas aos ventos, sendo a de Tambaú a principal. Daí em diante, chega-se até o Rio Goiana, cuja limitada navegabilidade interessa mais a Pernambuco. Restava saber qual

desses portos era o que mais convinha aos interesses da Paraíba. Todas as discussões a respeito convergiam para o Porto da Capital, que era o preferido desde a fundação da cidade. Viajantes estrangeiros, como Ferdinand Deni e Varnhagen, manifestaram-se desde o princípio do Século XIX, a favor do Porto da Capital, por ser o mais interessante para a Província, do ponto de vista econômico. “Por falta de beneficiamento e de defesa, foi diminuindo, pouco a pouco, a profundidade do ancoradouro e do canal.” (Idem, p. 415.)

Sobre o assunto, ainda chegaram a ser realizados estudos e trabalhos, de 1891 a 1893, sobre o Porto da Capital, que iam da barra à capital. “Mas, como parecesse dispendiosa a dragagem, ficou resolvido que se executasse o melhoramento do porto de Cabedelo. “A maioria da imprensa e da opinião pública do Estado não se conformava com a direção desses trabalhos conhecidos, vulgarmente, por *pioramento do porto*. (...) Mas em 1918, o cais de Cabedelo, constante de uma estacada de madeira, já estava construído na extensão de 128 metros correntes. (...) Mas esse porto não acudia ao ideal de emancipação econômica da Paraíba.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 416-417.)

Os problemas e indecisões continuaram até a posse de Epitácio Pessoa na Presidência da República. A construção da obra, como Porto da Capital, era uma aspiração dos paraibanos. Com essa localização, o porto funcionaria “como meio de evitar a baldeação das mercadorias e o transporte de passageiros, com todas as vantagens econômicas e sociais do contato com o movimento marítimo.” Demais, “a ligação ferroviária a Cabedelo já fora encarada como uma ameaça ao comércio da Paraíba. (...) O governo empreendedor do Sr. Epitácio Pessoa não poderia deixar de enfrentar esse problema. A comissão incumbida do seu estudo levantou uma planta do estuário, desde o farol até a bacia do Sanhauá, em frente à capital.” Depois de verificadas as condições vantajosas, “a Inspetoria de Portos organizou

o projeto com o respectivo orçamento, aprovado pelo decreto nº 14.414, de 15 de outubro de 1920.” (Idem, p. 418-419.)

O local escolhido para o porto nos anos de 1920 foi a capital. Depois da realização de vários estudos e pareceres, “Eram justíssimas as aspirações da praça da capital e de todos os habitantes do Estado. O Porto de Cabedelo não correspondia às nossas exigências de progresso e contribuía para a agravação do custo de vida.” (Idem, p. 426.) Por fim, José Américo afirmou: “E, assim, a Paraíba está prestes a realizar o seu antigo sonho de se constituir um centro autônomo e opulento de comércio.” (Idem, p. 430.)

Mas o Porto que prevaleceria no futuro seria o de Cabedelo. Esse porto foi inaugurado em 23 de janeiro de 1935, com o Governo Estadual explorando-o de 07 de julho de 1931 até 28 de dezembro de 1978, quando a administração portuária foi transferida para a Empresa de Portos do Brasil S.A.-Portobras, criada pela Lei nº 6.622/1975. Extinta essa empresa, em 1990, a administração do porto passou para a União. Mediante o Convênio de Descentralização de Serviços Portuários nº 004/90, SNT/DNTA, celebrado em 19 de novembro de 1990, e por força do Decreto nº 99.475, de 24 de agosto de 1990, a administração do porto passou a ser exercida pela Companhia Docas do Rio Grande do Norte (Codern) através da Administração do Porto de Cabedelo. Em 04 de fevereiro de 1998 foi celebrado um novo convênio de delegação entre a União (Ministério dos Transportes) e o Estado da Paraíba, passando o porto a ser administrado pela Companhia Docas da Paraíba-Docas-PB. Atualmente, a Docas é vinculada à Secretaria Especial dos Portos-SEP, órgão criado no ano de 2007, que tem como objetivo equalizar os portos brasileiros no mesmo patamar de competitividade, além de fomentar

o setor portuário com investimentos do Programa de Aceleração de Crescimento-PAC.⁸⁴

5.10 O SANEAMENTO

O **Capítulo X** tem *O Saneamento* como objeto de exame. Trata-se de assunto pouco estudado e trabalhado na época em que Epitácio Pessoa assumiu a Presidência da República. Introduzir o Saneamento naquela época significava dispor-se de uma noção precisa das exigências do desenvolvimento. Mas foi isso que Epitácio Pessoa fez. E foi esse também um dos temas trabalhados por José Américo de Almeida. Por certo, tal iniciativa o caracterizaria, desde logo, como um autor notável. O tom de sua narrativa nesse capítulo pode ser notado já em seu primeiro parágrafo, assim explicitado:

Ao tocar a Paraíba, de volta de sua gloriosa missão internacional, nesse primeiro encontro com a alma pátria, o presidente eleito e reconhecido declarou (...) que recusara de apresentar plataforma, porque suas ideias já eram conhecidas; mas, não se conteve que não manifestasse o propósito de encarar dois problemas fundamentais: o da seca e o do saneamento. (ALMEIDA, 1980, op. cit., p. 431).

A ideia de saneamento inicialmente trabalhada referia-se ao tratamento das doenças epidêmicas, como a febre amarela, a varíola e o sarampo. “A proteção sanitária seria, desse modo, uma medida de defesa econômica. Acudir às unidades do trabalho seria o primeiro movimento para a reorganização da vitalidade nacional.” A narrativa vai dos anos de 1597 até o ano de 1923. Abrange o que foi visto pelo

84 Cf. <https://portodecabedelo.pb.gov.br/historia/> (Acesso em 07 ago. 2023.)

autor na Paraíba, em Pernambuco e em outras províncias do Brasil. (Idem, *ibidem*.)

Os ainda escassos conhecimentos sobre os assuntos aos quais conferira prioridade, derivados, em parte, do conhecimento imperfeito do clima e do preconceito das moléstias tropicais, ainda eram causas de prevenção contra o norte do Brasil. O tipo climático da Paraíba era favorável à saúde. Não se tinha “calores excessivos que, por sua ação direta ou indireta, perturbem as condições de saúde e de trabalho. Nem calores debilitantes, nem umidade deprimente. (...) Apesar de termos atravessado tantos séculos sem um aparelho de defesa e reação para combater e debelar” as doenças epidêmicas evitáveis, “o quadro da mortalidade só se elevou, assustadoramente, nas irrupções do *cólera-morbo* e das epidemias consecutivas às grandes secas.” (ALMEIDA, *op. cit.*, 1980, p. 433-434.) O autor descreve a ocorrência de outras epidemias, como a varíola, assim como as vacinas então utilizadas. Trata também da invasão da febre amarela no Norte do Brasil, primeiro em Pernambuco e, depois, na Paraíba. Destaca que custava “a crer como num meio tão descuidado a epidemia não tenha sido mais destruidora. Escasseavam talvez os mosquitos transmissores.” (Idem, *op. cit.*, p. 437.)

Os cuidados sanitários com essas epidemias eram difíceis de realizar, dada a falta de estruturas de saúde e de profissionais de medicina. Aos poucos, o governo da Paraíba foi organizando comissões sanitárias, enviando ambulâncias para diversos pontos infestados. Por volta de 1912, a peste bubônica, importada do Recife, irrompeu em Campina Grande. “Teve início na casa de um comerciante, que foi vítima, bem como sua mulher e um criado presentes à abertura de um caixão de fazendas” (tecidos) vindo da capital de Pernambuco. (...) A população desconhecia o mal, a que chamava *febre de caroço*.” (Idem, *op. cit.*, p. 443.)

A pandemia da gripe irrompeu na capital em outubro de 1918 e declinou em dezembro. (...) Irradiou-se, rapidamente, por todo o interior, mas com o mesmo caráter benigno em quase todas as localidades.” (Idem, op. cit., p. 444.) O atendimento das pessoas afetadas pelas doenças e epidemias foi bem apoiado pelas Santas Casas de Misericórdia. (Idem, op. cit., p. 448.) As instituições privadas, com apoio da maçonaria, contribuíram positivamente para debelar doenças e epidemias diversas. “A ação do Estado propriamente não progrediu. Mas o Presidente (da Paraíba) Camilo de Holanda, com o seu programa de empreendimentos materiais e embelezamento da cidade, com o ajardinamento de ruas, melhorou, consideravelmente, as condições da higiene urbana. (...) Essa era a situação da Paraíba, quando o Sr. Epitácio Pessoa assumiu o governo da República. (...) Fiel à sua promessa, ele expôs ao congresso, em mensagem especial, de 1919, a orientação mais compatível com o atual estado da ciência sanitária e as necessidades gerais.” Por conta disso, criou pelo Decreto nº 14.354, de 15/09/1920, o Departamento Nacional de Saúde Pública, um modelo do gênero. Essa instituição, dotada de métodos novos, “visava a profilaxia da lepra e das doenças venéreas e, de acordo com os Estados interessados, o saneamento rural (Idem, op. cit., p. 452-453).

No Capítulo X, José Américo também informa sobre os diagnósticos realizados a respeito das verminoses, ocorrentes de forma generalizada, em quase todo o Brasil, situação da qual o Nordeste não esteve isento. Neste sentido, afirma que “é a seguinte a ordem da frequência das helmintíases em nossas zonas contaminadas: a ascarirose, a mecatoriose, a tricocefalose, a anguilulose, a esquistossomose e a

oxiorose. As outras formas são raras e a astenia é quase desconhecida.” O autor destaca que essas doenças são sempre mais frequentes entre as classes pobres dos campos. “Nos povoados, nomeadamente da região serrana, são raríssimos os opilados. O tipo da população de Areia e de outras cidades e vilas da Borborema é um exemplar de saúde e vigor. A gente anemiada está, sobretudo, nos municípios litorâneos.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 455.)

O autor vai aos poucos referindo as diversas doenças que ocorrem e afetam o Estado, com mais e menos ênfases, de acordo com as zonas fisiográficas. Ele mostra também que são raras doenças como “a pneumonia, a difteria, o tracoma e a leishmaniose. Pela afluência de pessoas de outros Estados, na maior atividade das obras contra as secas, a úlcera tropical atacou muitos trabalhadores das estradas de rodagem; mas não chegou a contagiar a população. O sarampo e a coqueluche acometem, às vezes, epidemicamente, as crianças, mas, sempre de forma benigna.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 458.)

A contribuição da agricultura irrigada era (e continua sendo) dada como importante em relação ao aumento da produção. Mas se for posta em prática sem o corretivo da drenagem adequada, a água empregada pode espalhar-se em focos palustres. “Mas se são evitados os viveiros de mosquitos, pela natureza do terreno ou por uma distribuição parcimoniosa, desaparece a causa desse temor.” Toma como apoio uma percepção do Dr. Thomas Pompeu de Sousa Brasil, quando afirma:

Um lance de vista sobre as regiões irrigadas do globo patenteará esta verdade em toda sua nudez, demonstrando igualmente que onde a rega é feita sistematicamente, sem desperdícios, deu-se notável melhoramento nas suas condições sanitárias. (SOUSA BRASIL, 1909, p. 653).

José Américo faz ainda referência a outras doenças, como a sífilis e a tuberculose. E um pouco mais adiante informa sobre problemas de *saneamento urbano*. Indica que o Presidente da Paraíba, Solón de Lucena, “encarou, resolutamente, o principal problema da higiene urbana: os esgotos da capital. A cidade é, topograficamente, dividida em alta e baixa ou varadouro. Aos lados e na frente se apresentam os *mangues*, lavados pelas marés. Na parte elevada se encontra uma bacia fechada, onde as águas pluviais se acumulam. É uma lagoa acusada sob o ponto de vista da saúde pública e que o presidente Álvaro Machado já pretendia dessecar.” Esclarece também que o saneamento depende da remoção de dejetos e da derivação de todas essas fontes de impureza. [O sistema de saneamento utilizado é o do] *separador completo* ou *absoluto*: a rede sanitária é distinta da pluvial.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 475.)

O saneamento urbano seria complementado com atividades de *abastecimento d’água*. Neste sentido, José Américo assim se expressa: “E, como complemento do serviço de esgoto, foi ainda contratada a reforma e ampliação do abastecimento d’água que já é insuficiente para as próprias necessidades ordinárias, devido, em parte, ao sistema de torneiras livres, pela inutilização dos hidrômetros.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 475.)

O Capítulo X é assim concluído:

O meio físico da Paraíba é extraordinariamente propício ao desenvolvimento da vida humana. (...) Só assim se explica o surpreendente crescimento da população, sem embargo da miséria debilitante desta terra de fartura, por uma péssima organização do trabalho, e dos males consecutivos a esse estado social. (...) A assistência oficial veio, porém, em boa hora, assegurar a estabilidade da saúde coletiva, socorrendo os pontos mais precários (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 477.)

5.11 A AÇÃO DISPERSA

A Ação Dispersa é o título do **Capítulo XI**. Aqui José Américo interpreta as razões do atraso da Paraíba, a partir das formas de utilização inadequada dos seus recursos naturais e do emprego dos seus recursos financeiros. A Ação Dispersa compreendia ações de fomento à agricultura – com ênfase nas atividades de pesquisa agrônômica, produção de sementes melhoradas e capacitação de pessoal, além da concessão de crédito aos agricultores. Incluía também ações relacionadas à criação de novas estruturas e instituições. Tais ações eram caracterizadas como de caráter setorial e espacial. Neste sentido, José Américo pensou e agiu, pioneiramente, segundo ideias relacionadas ao planejamento e ao desenvolvimento em bases regionais. Ao atuar desse modo, ele conseguia captar e adotar as ideias pioneiras do Presidente Epitácio Pessoa. Na Mensagem ao Congresso Nacional, de 1921, o Presidente reconhecia:

Jaz inexplorada no Brasil a maior parte de sua riqueza natural. Quase todos os ramos de nossa atividade produtiva encontram-se adstritos a processos rudimentares, e é lícito afirmar que a maior parte dos nossos problemas econômicos ainda são, antes de tudo, problemas técnicos a resolver. (*Apud*: ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 480.)

A partir dessa percepção, José Américo dizia: “Essa visão das necessidades da terra dotada de tantos recursos deveria ter um impulso prático, em benefício do organismo anemiado por míngua da iniciativa pública, em sua assistência técnica e atuação continuada.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 480.)

O estudo técnico e científico dessas questões demandava informações, em boa parte, ainda não disponíveis. Por isso foram incluídos

no Programa de Recenseamento de 1920 os Censos Industrial e Agrícola. Ademais, foram lançadas a partir de então “as bases de nossa independência econômica, por uma intervenção requerida, insofridamente, pelas condições especiais de um país rico e desamparado. (...) Essa função deveria interessar, especialmente, à Paraíba.” Com os olhos voltados para sua terra, José Américo dizia: “a agricultura e a pecuária são as fontes de nossa riqueza. (...) A terra inexaurível fornece todas as vantagens às necessidades primordiais. Mas esse meio entorpecia-se no estado primitivo de sua exploração. A cultura rudimentar e a criação à lei da natureza não poderiam competir com o regime econômico de outros centros de atividade.” Por isso, “O tipo dos engenhos e dos currais e as formas de aproveitamento das espécies vegetais e animais ainda conservam, em regra, a feição colonial.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 481.)

Feitas essas constatações, José Américo passa a tratar das iniciativas postas em prática pelo Ministério da Agricultura. Destaca a respeito a criação, em maio de 1920, do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas. Trata-se de “um aparelhamento de funções complexas que tem como órgão em cada Estado uma Inspetoria. (...) O serviço foi organizado de forma prática e econômica com o seguinte pessoal: o inspetor, dois ajudantes, um escrevente, um distribuidor de plantas, uma arador, um mecânico e um porteiro-servente.” Era com esse pessoal que se realizavam as tarefas “de coleta de dados e de observações locais para estudos que tornassem infalíveis as providências indicadas. Cumpria conhecer as variedades das plantas cultivadas, as diversas formas de preparo dos terrenos, os métodos de cultura, de colheita, de tratamento dos produtos, de conservação e, sobretudo, para a orientação científica do problema, era preciso determinar as propriedades do solo em cada zona, evitando incertezas supridas à custa de desalentadores prejuízos.” Era um conjunto amplo de atividades variadas sob a responsabilidade

de um conjunto reduzido de técnicos. Mesmo assim, a Inspetoria realizou um conjunto importante de atividades, nos anos de 1921 e 1922, em vários municípios integrantes de várias zonas de produção na Paraíba. (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 482-483.)

Dada a importância da cultura algodoeira para a Paraíba foi criada uma Superintendência Especial para tratar das demandas técnicas dessa lavoura. Por conta dessa particularidade e de demandas técnicas formuladas por outros Estados, foi criada “uma Delegacia regional em cada Estado, a partir de São Paulo até o Pará, e Estações Experimentais nos Estados que oferecessem ao governo federal as terras necessárias para a sua instalação.” Neste sentido, foram instituídas três Estações experimentais na Paraíba. Várias outras melhoras na área técnica foram realizadas na Paraíba. (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 485.) “Uma das obras mais meritorias de que foi dotada a Paraíba, nesse período de benéficas realizações, foi o Patronato Vidal de Negreiros, situado a dois quilômetros da cidade de Bananeiras, e com capacidade para 200 educandos.” O Patronato dedicava-se ao ensino primário, combinado com noções concretas de ciências físico-químicas e de história natural e de elementos de higiene e de desenho; e de atividades agrícolas, por meio da participação dos menores em todos os trabalhos de exploração da terra. Além das atividades práticas, o Patronato ministrava aulas teóricas sobre irrigação, drenagem, mecânica agrícola, doenças e pragas das plantas, meteorologia, zootecnia, contabilidade agrícola e outras. (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 493-495.)

As atividades pastoris também foram beneficiadas. Em 1921, instituíram-se serviços a este respeito, com a criação da Delegacia de Indústria Pastoril; do Posto de Assistência Veterinária, com auxiliares destacados em Campina Grande, Itabaiana e Pombal. O governo carreeu apoios para outras atividades ligadas aos domínios da pecuária.

O Banco do Brasil foi autorizado a apoiar as iniciativas desse subsector. (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 499.)

Quase ao mesmo tempo, o governo conferiu apoio aos serviços de correio e telégrafo, que eram bastante deficientes. “O tráfego postal era moroso e limitado e as linhas, mal conservadas e sem desenvolvimento, não satisfaziam a celeridade de seu destino, em prejuízo de necessidades do comércio e da vida social.” As melhoras desses serviços foram levadas ao interior. “A comunicação foi, de mais a mais, abreviada pelo sistema de transporte de malas em automóvel de Campina Grande a Patos, dando lugar a que muitas localidades sertanejas entrassem a receber a correspondência da capital no dia seguinte ao da expedição,” como aconteceu com Soledade, Juazeiro, Taperoá, Passagem e Patos.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 500-501.)

O Capítulo XI é assim concluído: “Eu poderia ainda mencionar outros préstimos desse empenho de ressarcimento do abandono, em que se estagnava a Paraíba. (...) Desfrutamos, apenas, um pequeno quinhão das iniciativas liberalizadas em prol do futuro da nacionalidade. E encontra-se em toda parte o traço dessa passagem providencial.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 509.)

5.12 CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS

O **Capítulo XII** é dedicado ao exame das *Consequências Sociais*. José Américo começa dizendo que não “escapou ao descortino de sociólogo do Sr. Epitácio Pessoa a impressão de nossas necessidades físicas e culturais, dependentes do plano sistemático de redenção do Nordeste. Movido pelo sentimento de fraternidade nacional e, ainda mais, de solidariedade humana, ele reputou esse empreendimento um impulso moral ou, na sua justa expressão, um ‘dever de humanidade’,

⁸⁵ que não se restringe ao simples conceito da assistência.” Na sequência, destaca tratar-se de “um pensamento encarecido por todas as relações de nossa existência histórica. (...) Resta indagar se a raça é capaz dos destinos que lhe atribui essa renovação. (...) Escuso, ainda desta feita, de me emaranhar na controvérsia sobre os fatores naturais. (...) O elemento etnográfico, susceptível de irrecusáveis modificações, não pode ser avaliado por preconceitos teóricos.” (ALMEIDA, *op. cit.*, 1980, p. 511.)

Nesse capítulo, José Américo trata com interesse do estudo das relações da demografia com o progresso ambiente, para que possam ser determinadas as influências dominantes, assim como conhecidas as suas origens. Neste sentido, procura saber qual é a influência indígena. Diz que, embora não disponha de especialização científica para o estudo de particularidades de nosso povo, se serve da observação direta – o meio que mais convém ao conhecimento dos fenômenos sociais – para estudar essas particularidades. Seria ociosa esta explanação, se o cruzamento (entre raças ou tipos raciais) tivesse se operado uniformemente. “Mas a dosagem varia conforme a densidade dos elementos. Daí, haver tipos regionais – senão com um caráter definido, por efeito das influências opostas, distintos dos produtos de outros meios. (...) Essa diferenciação assinala-se, por assim dizer, de Estado a Estado e até (...) de zona a zona, não somente pela atuação de agentes físicos, porque se evidencia a diversidade entre pontos sujeitos ao mesmo clima, como, principalmente, pela preponderância dos fatores internos e dos sistemas de vida.” Daí não reconhecer a uniformidade racial adotada por Euclides da Cunha, para todos os sertanejos. Em reforço às evidências por ele estabelecidas, afirma que o “território tinha, na época do descobrimento, uma densa população aborígene. Duas nações tupis – os

85 Mensagem da Presidência da República, de 19 de setembro de 1919.

tabajaras e os potiguaras – ocupavam, a primeira a parte do norte e a segunda a parte do sul do Rio Paraíba, até 20 léguas do litoral; e os cariris, povo tapuia, subdivididos em muitas tribos; dominavam, desde o planalto da Borborema, todo o interior.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 511-513.)

Outra característica importante do processo de colonização da Paraíba faz com que José Américo, em *A Paraíba e seus Problemas*, não reconheça, em sua inteireza, a violência dos colonizadores, assumida por alguns de nossos historiadores. “A aliança do colono com os tabajaras preservou-os da eliminação, embora os mantivesse em luta com os inimigos comuns. (...) Os potiguaras, quase sempre hostis, sofreram, naturalmente, maiores perdas; mas, afinal, foram assimilados.” Apesar de destroçados pela guerra e pela escravidão, os índios não foram destroçados de seu habitat. O cruzamento de colonizadores com indígenas contribuiu para o estabelecimento de uma convivência, mais ou menos pacífica. “Desacompanhados de elemento feminino, os bandeirantes eram padreadores de índias. (...) As bandeiras eram em quase sua totalidade constituídas de portugueses, indígenas e mamelucos. Não havia, por assim dizer, mescla de outro sangue. O terço de pretos (...) estacionou no Assu.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 514-517.)

A fusão dos colonizadores com os indígenas processou-se com tal naturalidade que o Presidente da Província da Paraíba, em comunicação com o governo imperial, assim se expressou, em sete de maio de 1845:

“Os índios que existem nesta província estão todos aldeados e habitam pela maior parte em vilas sujeitas às autoridades civis, pois que são todos civilizados ou ao menos tanto quanto o são ordinariamente os indivíduos da classe ínfima da população do interior e são eles restos de algumas

das tribos que habitavam a Província e já tão degenerados da origem primitiva que a maior parte nem o idioma de suas tribos falam: estão hoje confundidos na massa da população e apenas nas vilas de Alhandra, Conde e antiga vila da Bahia da Traição vivem no meio das outras raças que inteiramente os sobrepujam em número e importância.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 523.)

José Américo também trata da presença dos holandeses – e possivelmente dos espanhóis – no resultado dos cruzamentos entre nativos e estrangeiros. E o faz em relação aos sertanejos. “Na população sertaneja como que se divisam traços do tipo flamengo. Admitida a hipótese da *entrada* dos intrusos, corroborada por opiniões e documentos de algum valor, essa persistência é explicada pela pureza do elemento, sem mistura de novos cruzamentos. (...) Os espanhóis talvez tenham contribuído também para o povoamento definitivo. (...) A redução do número dos íncolas mostra como o seu sangue já estava misturado na população. Na expressão mulatos estavam compreendidos os mestiços descendentes dessa raça, isto é, os mamelucos e, em menor proporção, os cafusos. Daí serem, em sua maioria, livres.” (Idem, op. cit., p. 519-520.)

Do que se expôs, o elemento português sobressai, *em primeiro lugar*, em todo o território paraibano. “Foi o tipo da colonização em escala sempre ascendente, ao passo que os outros estacionaram, em seu caráter lídimo, e se fundiram, mais facilmente, em outro sangue. Acentua-se a sua hegemonia étnica nas classes superiores. Não importa que sejam ou não *brancos puros*, se conservam os caracteres antropológicos da raça. Demais, se nos primeiros tempos do povoamento, o colonizador cruzou com maior intensidade, depois, com a constituição da família e a veleidade aristocrática do império, surgiu o preconceito de cor, evitando os consórcios desiguais. As senzalas continuaram, todavia, a fornecer o contingente menos

ponderável da mestiçagem que os recruzava. Em segundo lugar, (...) vem o fator americano disseminado em todas as camadas sociais.” As maiores autoridades sobre o tipo antropológico do índio brasileiro (Marcgrave, A. de Saint-Hilaire, D’Orbigny, Martius, Couto de Magalhães, Barbosa Rodrigues, Ehrenreich e outros) trouxeram ao assunto graves contribuições que não se uniformizam em seus resultados, em virtude da variedade das tribos.” Os sinais exteriores “denunciam-se de forma mais ou menos definida, em parte da população.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 524.)

Do que foi exposto por José Américo “resulta que no sertão o cruzamento se operou entre índios e portugueses, quase com exclusão do negro. (...) A população sertaneja é quase toda clara. Parece que, além de tudo, sempre se forrou ao recruzamento com o africano por essa repugnância que caracterizava o índio. É tão clara, até nas classes inferiores, que não pode constituir os ‘curibocas puros’, apresentados por Euclides da Cunha como tipo normal desse povo. (...) O decrescimento da parcela considerada como *homo afer* é visível, ⁸⁶ por efeito da seleção étnica e, principalmente, porque constitui o rebotalho da miséria exposto a todos os fatores patológicos. São raríssimos os homens de cor da Paraíba que lograram subtrair-se a essa subalternidade.” ⁸⁷ (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 526.)

O conjunto demográfico da Paraíba era constituído, em sua maioria, de brancos e de mestiços indo-árícos ou indo-arianos. “O

86 O fator “inferior” do mulato, o negro, era irrecuperável: era o “*homo afer*”, “filho das paragens adustas e bárbaras, onde a seleção natural (...) se faz pelo uso intensivo da ferocidade e da força”. Cf. CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**: (campanha de Canudos) / edição, prefácio, cronologia, notas e índices de Leopoldo M. Bernucci. – 2ª edição – São Paulo-SP: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado, 2001, p. 55. – (Clássicos comentados, 1).

87 “Só pelo prestígio da inteligência, alguns, como Eliseu César, ascenderam a outro plano social.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 526.)

contingente que povoou o nosso território não teve a eiva da primeira colonização de degredados. Foi, certamente, em grande parte, de origem plebeia; nos trouxe, por isso mesmo, a disciplina do trabalho e a ambição de outro destino. (...) Nossos índios, chamados *bultrins* pelos antigos colonos, foram escorraçados para o interior pelos seus inimigos do litoral. Diz Theodoro Sampaio que eles ocuparam grande extensão do Brasil, da Bahia para o Norte, antes de se concentrarem nos sertões de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e do Ceará. (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 528-532.) Esses índios tapuias eram robustos, de grande estatura e resistentes. “Foi essa resistência que plasmou o mártir das secas.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 533.)

Dentre outros aspectos, José Américo aprofunda a análise das particularidades dos índios na formação do brasileiro do Norte/Nordeste. “O mestiçamento favorece as realizações da inteligência e da vontade, como atesta a história do pensamento e do progresso brasileiros. (...) O paraibano, pelo menos, não é essa contradição viva, essa vítima do desencontro dos elementos de formação física e moral, da suposta divergência introspectiva, figurada pelos que confundem manifestações eventuais da ignorância e do fanatismo, verificadas alhures, com os movimentos normais da alma coletiva. (...) A psicologia do paraibano tem características precisas: o sentimento da família, a benevolência, o amor à gleba, o espírito de ordem, a fortaleza de ânimo e a dedicação ao trabalho. Sua vontade é, porém, desorganizada por uma lamentável imprevidência que alguns atribuem à herança moral dos selvagens. É a falta de senso econômico, do hábito de amealhar, o descaso pelo dia de amanhã que o leva a esbanjar em poucos meses todo o produto dos anos prósperos, sem temos às crises inevitáveis.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 538-540.)

Além dessas particularidades, José Américo indica várias outras em relação ao perfil do paraibano por ele traçado, segundo a divisão das zonas: o praieiro, o lavrador e o vaqueiro. Trata também da

instituição do cangaço e da origem do cangaceiro, como decorrentes da “instituição do guarda-costas, como uma necessidade de defesa das fazendas ameaçadas pelo gentio. Essa organização chegou a ter um caráter de milícia, permitida e, depois, tolerada pelas autoridades, incapazes de manterem a segurança pública num extenso território de população escassa e disseminada. Cada casa de campo tinha a sua panóplia. (...) A preocupação de atrair *cabras de confiança* degenerou na proteção aos criminosos que acudiam de toda parte ao coito das fazendas dos mais influentes, na certeza da liberdade.” A propósito discute o processo de formação de alguns cangaceiros importantes, além de Lampião, como Antônio Silvino, Adolfo Meia Noite, Jesuíno Brilhante e Rio Preto. (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 540-559.)

Penso que a percepção anterior é de que as secas reduzem a capacidade de acumulação dos agricultores e fazendeiros. José Américo não faz esta afirmação. Mas o problema é mais sério, em relação aos pequenos produtores. Os grandes dispõem de melhores mecanismos de defesa. Nas grandes secas, especialmente nas ocorridas no Século XIX, o efeito devastador era praticamente comum a todos os produtores, pois a infraestrutura era frágil em relação a todos eles.

O Capítulo XII contém ideias relacionadas aos impactos da instalação de iniciativas de infraestrutura sobre a constituição de atividades caracterizadas por manifesta função social. É o caso da construção das estradas de ferro, em relação às quais o sertanejo confessa: Aonde chega o “vapor de terra” desaparece o cangaço.⁸⁸ (...) Dantes, a força pública movia-se tardiamente, na perseguição de grupos que haviam depredado a dezenas de léguas de distância; mas os caminhões já facilitam as diligências. (...) A estrada de ferro completará essa missão de ordem. (...) E com a renovação geral desaparecerão as outras causas

88 BARROSO, Gustavo. **Heróis e bandidos**; os cangaceiros do Nordeste. Rio de Janeiro-RJ: Editora ABC, 2012. 197 p. *Apud*: ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 561.

do fenômeno: a miséria e o analfabetismo. (...) Com o novo surto de progresso, a Paraíba ficará, em muitos pontos, aparelhada para receber a imigração que introduzirá nas classes trabalhadoras o espírito da previdência.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 561.)

Ao final do Capítulo XII (*Consequências Sociais*), José Américo indica as áreas de trabalho dos intelectuais que contribuíram positivamente para o desenvolvimento de sua Paraíba. Diz que tudo “se justifica em favor de uma raça que, nos primórdios de sua formação, já produzia *diplomatas, guerreiros, sábios e inventores*. (...) Essas qualidades culminaram na estrutura de super-homem de Epitácio Pessoa. Coeficiente dessa raça forte e criadora, cumpria-lhe restituir-lhe em benefícios tantas reservas acumuladas. E deu-lhe, por isso, o direito à vida e a outras conquistas do progresso, como o maior bem possível. Correspondeu a um ideal cheio de ansiedade. (...) A alma patricia renova-se às perspectivas dessa transformação.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 563.)

5.13 CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS

O **Capítulo XIII** está dedicado ao estudo das *Consequências Econômicas*. É estruturado a partir de um zoneamento agrícola do Estado, preparado pela Diretoria do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas do Estado. Dada a natureza setorial desse zoneamento, José Américo resolve complementá-lo com uma abordagem espacial, que ele já referira, em parte, em capítulos anteriores. Dá início ao capítulo, dizendo: “Todos convêm em que o combate aos efeitos das secas é, por excelência, um problema econômico.”⁸⁹ (...) Quem quer

89 Identifiquei-me com essa percepção, sem ter lido *A Paraíba e seus problemas*. Com efeito, em 1970, como Diretor da Assessoria Técnica da Sudene, trabalhei intensamente na elaboração de um *Plano para o Combate às Secas*, com essa orientação. Vejo e revejo agora o caráter pioneiro da obra de José Américo de Almeida, de

que tenha estudado a região e as suas possibilidades reconhece as vantagens desse aproveitamento pela correção dos desvios da natureza fecunda e incerta. (...) É do interesse nacional a utilização dessa fonte de riqueza que, ainda mesmo aos azares do clima, nunca deixou de demonstrar sua virtualidade.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 565.)

Embora já houvesse tratado, em capítulos anteriores, de conceitos e opiniões mais gerais, a respeito dos impactos das secas, o autor de *A Paraíba e seus Problemas* considerou importante ser mais específico, em relação à Paraíba, neste capítulo. Daí afirmar que do “desenvolvimento da agricultura e da pecuária dependem um maior movimento de progresso e decorrerão outros aspectos para nossa atividade geral. São esses os fundamentos de nossa vida própria. Sua prosperidade alentará o comércio e criará novas energias na multiplicidade de nossas relações. (...) Pode-se avaliar o que alcançaremos com o aparelhamento de nossos recursos naturais pelo que já temos realizado, através de ingratos contratemplos, nesse campo de ação. (...) Avantage-se, antes de tudo, o território na variedade das regiões de cultura, correspondentes às diversas composições geológicas, às formas de terreno e às modalidades do clima.” Neste sentido, ele se apoia em estudo realizado pela Inspetoria Agrícola, dividindo o Estado em três **Zonas**, assim especificadas: **Litoral, Serras e Sertão**. (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 565-566.)

Cada uma dessas três Zonas foi subdividida em Subzonas, na forma a seguir:

forma não ortodoxa, nos domínios do desenvolvimento em bases regionais, para uma região como o Nordeste. E compreendo que intuí e coloquei em prática ideias sobre o *combate aos efeitos das secas*, no curso da elaboração do Plano para o Combate às Secas, que me propus levar adiante no início de 1970. Vide a respeito: CARVALHO, Otamar de et alii. **Plano integrado para o combate preventivo aos efeitos das secas no Nordeste**. Brasília-DF: Ministério do Interior-MINTER, 1973. 267 p.

- i. **Zona do Litoral:** Subzonas de Praia, Várzeas Litorâneas, Caatinga Litorânea, Arisco e Tabuleiro;
- ii. **Zona das Serras:** Subzonas do Brejo, da Caatinga Serrana e do Agreste; e
- iii. **Zona do Sertão:** Subzonas da Caatinga Sertaneja e das Várzeas Sertanejas. (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 566.)⁹⁰

As Subzonas compreendiam, por sua vez, Áreas constituídas por espaços ocupados por diferentes tipos de lavoura. Por exemplo, a **Zona do Sertão** incluía as *Subzonas da Caatinga Sertaneja* (com Áreas dedicadas à Criação) e as *Subzonas das Várzeas* (com Áreas dedicadas ao Algodão de Fibra Longa).

José Américo destaca que essa divisão espacial (ou geoeconômica) corresponde à “conclusão de um excelente trabalho aprovado pela Diretoria do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas.” De acordo com essa divisão estão “determinadas as várias fisionomias do solo com os seus caracteres particulares e suas aptidões. Mas esse documento não comporta em sua sobriedade oficial senão os grandes traços da superfície de exploração.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 566.)

As atividades desenvolvidas na Paraíba, ao longo das três grandes regiões (ou zonas) foram apoiadas de diferentes formas, por iniciativas dos governos provincial, imperial e republicano. As carências maiores foram, em grande medida, de natureza institucional. Mudanças importantes, ainda que não totalmente positivas, se deram a partir de 1859, após a visita do Imperador D. Pedro II, à Paraíba, Pernambuco e Bahia. Como resultado dessa viagem, adveio a criação,

90 Criou-se um Item 6 **neste artigo** para tratar das *Diferenciações Espaciais da Paraíba*. É ali que se cuidará da descrição das atividades realizadas em cada uma das três Zonas mencionadas, por Subzonas e Áreas.

em virtude do decreto de 28 de julho de 1860, “da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, a 16 de fevereiro de 1861.” Essa providência não foi positiva para a Paraíba. (...) Não nos serviu, sequer, a garantia de juros ao capital empregado em explorações agrícolas. (...) E as classes produtoras continuaram desajustadas de um dos principais fatores ao desenvolvimento das culturas. (...) O governo Epiácio Pessoa teve a noção dessa necessidade. Além das medidas já indicadas, concorreu para a fundação dos armazéns gerais que evitam a venda imediata dos gêneros desvalorizados, facultando, pelo endosso do *warrant*, os meios de aguardar melhor cotação.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 648.)

Por fim, diz José Américo: “A melhor política seria nutrir a lavoura desse elemento propulsor, independentemente do capitalismo e do Estado. Mas onde falha a possibilidade dessa organização, os poderes públicos devem, diretamente ou por meio de empréstimos aos estabelecimentos populares que se fundarem, suprir as deficiências do organismo econômico. (...) São esses os apelos para que a Paraíba cumpra o seu destino afortunado de uma produção intensa e remuneradora, dignificando, destarte, a obra do governo transato. (...) Eu espero dessas realizações um vastíssimo futuro.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 650.)

5.14 IMPRESSÃO GERAL

Impressão Geral é o título do **Capítulo XIV**. Nesse último capítulo, José Américo reforça a discussão dos pressupostos que o levaram a escrever *A Paraíba e seus Problemas*. Neste sentido, louva a obra realizada por Epiácio Pessoa em seu Estado. Trata-se de um avantajado capítulo de síntese impressionista sobre o que consta nos treze capítulos anteriores. É o que fica demonstrado já no primeiro parágrafo de sua *Impressão Geral*. “Delineei estudar a obra do Sr.

Epitácio Pessoa na Paraíba, de acordo, como diria o Sr. Cincinato Braga, com ‘os precedentes históricos e os subsequentes políticos e econômicos justificativos do empreendimento’” (BRAGA, 1924, p. 45).

Vale a pena ampliar um pouco mais os pressupostos estabelecidos no início do Capítulo XIV. “Esse patrimônio representa em si o grandíssimo esforço de uma organização resoluta e consciente. Ainda que deslocado das nossas circunstâncias especiais de espaço e tempo, apresenta as vultosas proporções de um plano complexo e eficiente. Mas, perante o nosso passado, em face de nossas necessidades, como uma providência que atendeu aos clamores seculares do martírio e do abandono, num meio extremado pela excelência de seus fatores físicos, de irregularidades redutíveis, em tais condições essa assistência vale pela maior das benemerências. (...) Só à percepção dessas particularidades se alcança ter em conta o valor integral da iniciativa. (...) O sentimento da história, da natureza e dos problemas de minha terra elaborou-me a convicção do acerto e das vantagens dessas medidas. (...) Confesso, em minha consciência incorrupta e livre, que não dominaram os meus conceitos senão os movimentos da justiça irresistível e a visão dos interesses gerais. (...) Dir-se-á que minha solidariedade de paraibano e meu fervor patriótico formam um espírito artificial de falsa imparcialidade. Mas, ainda bem que meu critério coincide com julgamentos idôneos e de irretorquível isenção.” Nesse capítulo, José Américo mostra toda sua personalidade, assim como o vigor que o caracteriza. (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 652.)

Os melhoramentos em iniciativas governamentais, concebidas e postas em prática por gestores públicos, “devem ser aquilatados pelos que possuem a experiência do estado anterior, para poder ser medido o contraste das situações. (...) Mas o Sr. Epitácio Pessoa pôs empenho, no momento em que ia destituir-se das sugestões do poder, que sua obra fosse julgada por homens de capacidade

técnica e de compreensão dos problemas públicos, autorizados e insuspeitíssimos. (...) Essa desassombrada decisão denuncia, só por si, uma tranquilidade de consciência e, ainda mais uma confiança no esforço bem dirigido, na eficácia da ação vigilante, no supremo sacrifício da coragem das responsabilidades, que deveria escusá-lo, previamente, de quaisquer falhas, porventura, verificadas no vasto empreendimento. (...) Eu não sei de uma resolução mais estóica do que essa de um dirigente que assume, perante seus jurisdicionados, a responsabilidade de uma ciclópica empresa exposta, repentinamente e em diversos pontos, à desorganização do caráter nacional. (...) Esse homem fiava-se no poder da vontade própria e no prodigioso desdobramento de suas faculdades.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 654-655.)

No Capítulo XIV, José Américo chama atenção para os elogios feitos a Epitácio Pessoa pelo General Rondon, assim como pela Comissão Rondon, a propósito dos resultados de sua administração como Presidente da República. Na mensagem da Comissão Rondon são mencionados os trabalhos realizados na Presidência de Epitácio Pessoa, no âmbito nacional e no da Paraíba. Salientam ali ser “digna de menção a organização técnica e administrativa, os serviços, a cargo dos contratantes das obras, que satisfazem plenamente a todos os requisitos necessários para o seu andamento rápido, sendo excelente o aparelhamento, proficiente, zeloso e disciplinado. (...) O pessoal profissional merece também francos louvores, a parte das construções, a fiscalização e os estudos, confiados à Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, cuja boa organização, zelosa assistência e proibidosa ação nos distritos da Paraíba e Ceará, são notórios e teve esta comissão oportunidade de verificar, agradecendo mais uma vez, a confiança com que aprouve a V. Excia. distinguir-nos para o encargo de tanta relevância e responsabilidade.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 657-658.)

Em seu Relatório a Comissão Rondon especifica pontos de divergência. “Mas o Sr. Epitácio Pessoa, que havia orientado a sua ação pelo minucioso conhecimento de nossas necessidades,” não deu maior atenção àquelas objeções “que já haviam sido balanceadas nos projetos dos melhoramentos por uma argúcia previdente. E, não somente juntou à expressão patrimonial a parcela de outros serviços não inventariados, como destruiu, uma por uma, com estupefaciente poder de dialética e de verdade, as restrições opostas. (...) É um documento que supre qualquer obra de defesa à diretriz de nossa redenção.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 660-661.)

É forte a réplica de Epitácio Pessoa, especialmente em relação às críticas feitas pela Comissão Rondon a respeito das metas estabelecidas para fazer avançar a irrigação no Nordeste. A réplica de Epitácio Pessoa é forte e clara. Eis como ele se manifesta sobre o assunto: “Pensa a comissão que o objetivo econômico das obras, só em parte será alcançado: parece-lhe muito pequena a área das terras que serão irrigadas e que ela avalia em 110 a 160.000 hectares; de outro lado, afigura-se-lhe muito elevado o preço médio (...) que ela calcula para cada hectare (segundo as duas hipóteses que imagino), resultado a que chega com a simples divisão do custo das obras pelo número de hectares irrigados. Parece-me aliás acanhado e insuficiente este método, que não enxerga a transformação radical por que vai passar o nordeste, quando todas as obras estiverem em pleno funcionamento, transformação que em outros países tem dado em terra com todas essas previsões. (...) A extensão das terras irrigadas depende não só do regime de irrigação adotado, mas ainda de fatores que só depois de ultimadas as obras se podem conhecer; tal é, entre outros, a perda d’água nos canais, a qual varia segundo a natureza do terreno atravessado. Ora, admitindo-se a perda de 30% para a evaporação e absorção na bacia hidráulica e no trânsito dos canais e um metro para a dose de água por hectare-ano, segundo os cálculos

que tenho de um especialista, a área irrigável do Orós no Ceará, que a comissão avalia em 60.000 hectares, será ‘de mais do duplo’, isto é, será de 122.500 hectares, ‘ficando ainda um bilhão de metros cúbicos d’água no açude, para a hipótese de uma seca. (...) A comissão avalia em 10.000 hectares a área irrigável da Paraíba. Ora, a área levantada ali pela Inspeção de Secas ‘ascende já a 14.676 hectares’, e o serviço está longe de ser ultimado. (...) O que se diz do Orós e da Paraíba, aplica-se por igual às demais avaliações da comissão e mostra como são inseguros os seus cálculos. (...) A área irrigável das barragens do nordeste, será, pois, muito superior a 110 ou 160.000 hectares e conseqüentemente, o custo do hectare irrigado, muito inferior à média de 2:178\$000 ou 2.404\$000, encontrada pela comissão.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 663-664.)

O Sr. Epitácio Pessoa discute vários outros pontos levantados criticamente pela Comissão Rondon, com base em evidências empíricas inofismáveis. “A última restrição do relatório, é referente aos portos, ‘cuja construção avoluma consideravelmente o vulto das despesas, pondo em risco o seguimento normal das obras municipais’, e, em tais condições, ‘não haveria mal em esperar que o ‘início do desenvolvimento econômico, conseqüente à irrigação’, reclamasse os respectivos melhoramentos. (...) Algumas das considerações que acima aduzi, a respeito das estradas de ferro e de rodagem, aplicam-se também aos portos. O melhoramento e aparelhamento dos da Paraíba, Natal e Fortaleza, eram necessários e urgentes, não só para o recebimento do material destinado à construção das grandes barragens, como para a prestação de socorros imediatos dos outros Estados, em caso de seca, e ainda para a exportação dos produtos da zona beneficiada, que já são abundantíssimos nos anos normais e, com as obras já feitas e as que ainda se fizessem antes de nova irrupção do flagelo, sê-lo-iam também mais tarde, nos anos de crise. Adiar esses trabalhos seria tripudiar sobre o desânimo que, dia a dia,

invade a população daquelas regiões, cujos esforços e cujos sacrifícios, ainda nos anos de estações regulares, se perdem inteiramente por falta de transporte e de saída para a sua produção.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 671.)

Em defesa de Epitácio Pessoa entra em cena o Deputado Federal Simões Lopes. José Américo transcreve uma parte importante de seu depoimento. Os argumentos de defesa apresentados por Simões Lopes são bem estruturados. Como diz José Américo, ele é incisivo: “Em todo caso, eu queria, desde já, dar à Câmara esta explicação da conduta da comissão que vistoriou as obras do nordeste, e, sobretudo, responder a essa atmosfera desagradável, de ordem moral, que paira sobre essas grandes obras, porque, até hoje, continuo como membro dessa comissão, como deputado e como amigo pessoal, considerando a individualidade do Dr. Epitácio Pessoa muito fora do alcance de qualquer increpação menos airosa, porque dele formo, até agora o juízo que sempre fiz: homem de bem, homem de caráter, de energia e sabedoria, e ainda uma das grandes esperanças da nossa Pátria.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 674.)

José Américo sintetiza bem a importância da fala de Simões Lopes, ao dizer: “É uma ratificação confortativa. O ilustre membro da Comissão Rondon repete não ter apurado, apesar das investigações a que procedeu, as irregularidades visionadas, de longe, por pessoas que não têm a menor ideia sobre o nordeste e as suas obras. Mas, dando de barato que tenham ocorrido esses desvios, resguarda de qualquer increpação ‘o homem de bem, o homem de caráter’, que seria o primeiro a ressentir-se do desvirtuamento de seu tenaz programa de patriota. (...) Poder-se-iam juntar a esses abonos os depoimentos reiterados das representações da Paraíba e do Ceará no Congresso Federal; mas, posto se imponham, de ciência certa, seriam suspeitados do interesse geral da região.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 675.)

O paraibano de Areia indica as inúmeras realizações de Epitácio Pessoa, em favor das diversas regiões do Brasil. Poderia “ter consumado, como consumou, esse insigne programa de conquistas civilizadoras e de realizações materiais, presidido pela mais austera moral política; mas, se tivesse preterido a secular aspiração do nordeste, se, filho da terra sofredora e abandonada, tivesse retardado essa reivindicação, todos os bons brasileiros amaldiçoariam sua insensibilidade e patriotismo. Não se relevaria a nenhum outro presidente a protelação desse problema, quanto mais ao homem predestinado, pela primazia de suas faculdades, a corrigir as desigualdades da prática do regime político.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 679.)

As iniciativas de construção da execução de açudes de grande porte foram condenadas. Mas o Presidente Epitácio Pessoa “respondeu a essa crítica com os argumentos fulminantes da mensagem de 1921: ‘A construção das grandes barragens, porém, é tarefa de alta responsabilidade, principalmente quanto às fundações feitas no leito dos rios, em pontos onde em geral as rochas estão decompostas. Apesar das prescrições rigorosas da técnica, numerosos têm sido, nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França, na Espanha, na Áustria, os desastres ocasionados por deficiências na elaboração dos projetos ou por defeitos de construção.’ Por conta dos problemas encontrados em relação aos projetos construídos pelo governo, restou, “como única solução razoável, a **administração contratada**, já sancionada pela experiência de certos serviços em São Paulo, de muitos na Europa e também na prática da América do Norte, onde constitui a única forma seguida na execução de obras de irrigação. (...) Ninguém nega aos engenheiros brasileiros os talentos e a capacidade que admiramos nos outros países; mas empreendimentos como os das obras do nordeste não reclamam somente atividade e competência técnica: exigem organizações **especializadas**, com pessoal dirigente afeito a esse gênero de trabalho, com material adequado, abundante e

valiosíssimo, cousas que não se obtêm só com inteligência e estudo, mas demanda tempo, experiência e capitais avultados.’ As empresas nacionais brasileiras dispunham, ademais, de pouco capital para construir grandes obras.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 685-687.)

José Américo comenta com firmeza indicações críticas de corrupção feitas a Epitácio Pessoa. Neste sentido, ele diz: “E alguém já acrescentou que as injúrias são sempre grandes razões para quem não as tem. (...) Não alimento a veledade de modificar essa prevenção contumaz, que pouco importaria, se não envolvesse os interesses indeclináveis de uma causa nacional. Não há filho do nordeste que se não insurja contra uma campanha originada, em grande parte, pelo despeito dos benefícios conferidos à região malsinada. (...) E é tanto mais justa esta revolta, quanto se sabe que toda a celeuma visa impedir a prossecução dos melhoramentos, por arraigada e criminosa má vontade e para que não seja atribuída a glória da solução integral, dependente de um pequeno impulso, ao estadista do norte. (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 691.)

Os problemas examinados mostravam os impactos das “secas cruéis”. Daí a recapitulação da história do Martírio e do Abandono, para que não se debitasse tudo isso na conta de um regionalismo exagerado a arguição de tamanha iniquidade. “A Paraíba sentiu-se desvanecida com essa ampliação da iniciativa de um seu filho. Em vez de pretender desfrutar a situação privilegiada que o acaso lhe conferia, almejava, apenas, participar das vantagens de uma medida de salvação, arvorada em programa nacional. E o seu sentimento de solidariedade, cimentado nas crises comuns, regozijava-se de poder contribuir, por essa forma indireta, para a fortuna de todo o nordeste. (...) Já se julgava bem paga das preterições sistemáticas com a solução de seus problemas fundamentais e prefigurava outro destino, no desafogo dos males que a haviam atormentado e no fomento dos seus grandes recursos. (...) Mas não seria dado pôr termo, dentro em

três anos, a uma avantajada construção que não se achava, sequer, projetada. Tudo estava por fazer. E nesse espaço de tempo ficou tudo quase feito. A comissão Rondon calculou em um ano, mais ou menos, os prazos para a conclusão das obras principais. Outras dependiam de poucos meses de trabalho.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 693.)

Mas as distâncias do centro de decisão eram muito expressivas. De fato, tão logo, “o presidente paraibano deixou o governo da República, foi expedida a ordem de suspensão dos serviços, nesse estado de adiamento. (...) A Paraíba sentiu-se revertida aos maus fados. (...) E os sertanejos, que antegozavam a perene fartura das várzeas irrigadas, viram, como num pesadelo, desmontadas as dispendiosas instalações das duas principais barragens. (...) Quando ia estreitar-se a comunhão da família paraibana, pelo encurtamento das distâncias, paralisaram os trabalhos da estrada de penetração. E em vez desse meio de reivindicação do território afastado, para o giro de ideias e o intercâmbio comercial, agrava-se o insulamento: avança nesse sentido a via férrea de Mossoró como um fator de dispersão. Os leitos preparados esboroam-se e o material encostado danifica-se.” Epitácio Pessoa previra os perigos dessa instabilidade. (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 693-694.)

Diante desses problemas, Solón de Lucena⁹¹, então Presidente da Paraíba escreve ao Presidente da República, Arthur Bernardes, solicitando providências, para solucionar as dificuldades ampliadas. Por telégrafo, o Catete deu-lhe a seguinte resposta em 02 de maio de 1921:

Situação difícil Tesouro obrigou governo muito seu pesar reduzir volume e atividade obras em execução em todos os Estados do Nordeste. Bem

91 Como já foi dito, Solon de Lucena foi eleito presidente da Paraíba em 22 de julho de 1920, governando o Estado de 22 de outubro de 1920 a 22 de outubro de 1924.

compreendendo, porém, necessidade concluir trabalhos iniciados, principalmente aqueles a que se referiu V. Exc. em seus últimos telegramas. Dei ordem nesse sentido e logo que os recursos financeiros permitam, exercerei na medida destes intensidade serviços. Nenhuma vantagem haveria acelerá-los desde já com risco ficarem pessoal, operários e funcionários, com pagamentos longamente retardados, como está infelizmente acontecendo por míngua numerário mesmo para pessoal dispensado. Pode V. Exc. estar certo de que não abandonarei interesses e aspirações desse Estado e procurarei corresponder patrióticos desejos V. Exc. Cordiais saudações. – Arthur Bernardes (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 695).

Diz então o Sr. José Américo de Almeida: “A Paraíba, além de se fiar na clarividência do Sr. Arthur Bernardes, distingue no seu ministro da Viação, o Sr. Francisco Sá, um dos mais atentos patronos do nordeste – o atilado criador da Inspetoria de Obras Contra as Secas. (...) Esses espíritos de organização e de previdência não deixarão de rematar uma obra que já custou tanto esforço e auspícia um Brasil mais feliz e opulento.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 696.)

O autor de *A Paraíba e seus Problemas* assim encerra o Capítulo XIV de seu livro exemplar, para mais uma vez, lembrar a expressão cunhada pelo historiador José Honório Rodrigues:

Credor do culto que todo povo bem formado deve aos seus grandes homens, Epitácio Pessoa granjeou ainda, com essa constância de amor à nossa causa e esses valiosíssimos préstimos, títulos que não podemos solver. (...) Mas a Paraíba ufana-se de apregoar esta gratidão (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 699).

Destaque-se, por fim, o que um coestaduano de José Américo pôe em relevo sobre a obra aqui estudada:

A participação de José Américo na implementação de ações voltadas para o equacionamento dos problemas causados pelas secas que assolam o Nordeste, foi expressa a partir de 1923, quando publicou **'A Paraíba e seus Problemas'**, onde dentre outros temas abordou de forma profunda, aspectos relacionados ao clima, ao homem, à política hidráulica, às consequências econômicas e sociais, constantes do plano de obras do Presidente da República Epitácio Pessoa, cuja execução estava a cargo da IFOCS – Inspeção Federal de Obras Contra as Secas, atual DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (CARNEIRO, 2004, p. 10).

6 DIFERENCIAÇÕES ESPACIAIS DA PARAÍBA

[A caracterização dos Sertões é fundamental.]
“Modernamente, a realidade geográfica é abordada do ponto de vista da organização do espaço e da própria produção e reprodução do espaço. Produção e reprodução tanto se referem ao espaço cotidiano, onde se desenvolvem as ações comuns e complexas realizadas pelas pessoas, como ao espaço planetário, onde ocorrem as ações econômicas, políticas, sociais e históricas de todos os povos e nações. As escalas variam, assim como os fluxos entre os diversos espaços. Permeando todos esses espaços, desde os vividos, passando pelos representados e até os simbólicos, os homens, enquanto atores, percebem, valorizam, assumem posições e atitudes, e, particularmente, mitificam os aspectos geográficos. (...) Assim, na procura da identidade do sertão

brasileiro, não se pode esquecer o geográfico, o 'onde' se organiza e se produz o espaço. O sertão pode ser visto como um território, como um pedaço, um torrão de uma parte (Brasil) da Terra. Enquanto território, ele possui dimensões espaciais de tamanho, limites, forma, movimento, localização relativa e absoluta, população, aglomerações urbanas, ocupações rurais, acidentes geográficos. Porém, o sertão não se restringe ao território concreto, porque as pessoas estabelecem laços íntimos com a terra, sentem-se pertencentes a esse determinado espaço. O sertão apresenta unidade temporal e geográfica, e, primordialmente, cultural. A unidade transcende o socioeconômico, atingindo os vínculos de parentesco, as famílias, o compadrio, as trocas de produtos, a divisão da água, a solidariedade nas alegrias e nas dores e, essencialmente, as manifestações do artesanato e do folclore. As festividades locais congregam os moradores, dando vida e substância, estreitando as relações espaciais. O espaço se torna, assim, um lugar, um mundo próprio, um lar. Mas são espaços fragmentados culturalmente, nos quais seus habitantes se agrupam e se reagrupam, crescendo, encolhendo, tentando preservar suas visões, concepções e suas relações entre os grupos (WANDERLEY & MENEZES, 1997, p. 29-30).

Território, espaço e tempo são conceitos trabalhados com ênfase por José Américo de Almeida. Mas ele faz isso sem, necessariamente, pretender que está buscando soluções para problemas de natureza regional, sub-regional ou local. A Paraíba estudada por ele era (e ainda é) um território dotado de grande diversidade espacial. Embora as bases de informação ainda fossem frágeis, ele se esforçou para bem identificar suas diferenças. Para isso, varou muito chão: por carro, a cavalo e a pé (para acessar o topo de muitas serras), dividindo

belas e variadas paisagens. Consultou estudos pioneiros, de cientistas estrangeiros e brasileiros. Mas ele destaca que àquela época, as contribuições dos estrangeiros foram mais importante, porque eles tinham mais tempo de estudo do que os nossos cientistas.

6.1 PRELIMINARES

O conhecimento das especificidades das secas e suas consequências sobre a população e o estudo das possibilidades de aproveitamento dos recursos naturais dos Estados do Norte⁹², por volta dos anos de 1860, receberam importante contribuição de cientistas e engenheiros estrangeiros, que estiveram no Nordeste (ainda chamado de Norte), como Charles Frederick Hartt (americano), Jules J. Revy (francês) e P. O'Meara (inglês) (ALVES, 1953). O trabalho desses engenheiros, assim como os de Rodolpho Theophilo (um baiano radicado no Ceará) (1922), todos eles interessados no estudo dos recursos naturais, contribuiu positivamente para ampliar os conhecimentos do Nordeste. Seus livros e relatórios serviram de apoio, no princípio do século XX, aos estudos realizados por técnicos e cientistas, brasileiros e estrangeiros, que ajudaram a criar a Inspeção de Obras Contra as Secas-IOCS, dentre os quais se destacaram Luetzelburg (1922) e Albert Loefgren, que souberam aproveitar a orientação inovadora do engenheiro Miguel Arrojado

92 O Nordeste passou, de fato, a ser mencionado como Região a partir de 1910, com a criação da Inspeção de Obras Contra as Secas-IOCS. Daí em diante passou a ser caracterizado de fato como tal. A constituição do Nordeste, como recorte espacial específico, foi objeto de uma discussão especial, levada a cabo por *Durval Muniz de Albuquerque Jr.* Veja-se, a respeito, seu livro sobre o assunto: ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2ª ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo-SP: Cortez, 2001. 340 p.

Lisboa, dirigente máximo da IOCS e, posteriormente, da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas-IFOCS⁹³.

O trabalho dos autores referidos foram bem utilizados por José Américo de Almeida. Ele também utilizou os estudos dos cientistas que integraram a **Comissão Científica de Exploração-CCE**. Os membros dessa Comissão eram cientistas de nomeada, como Francisco Freire Alemão (botânico), Guilherme Schüh Capanema (geólogo), Manuel Ferreira Lagos (zoólogo), Giacomo Raja Gabaglia (geógrafo) e Antônio Gonçalves Dias (etnólogo) (BRAGA, 1962). Embora buscassem ouro e pedras preciosas, o tema das secas acabou por marcar seus relatos e registros sobre os recursos do Nordeste. Os membros da CCE viajaram ao Nordeste em 1859. Mais tarde, viriam outros, como Rodolpho von Ihering,⁹⁴ José Augusto Trindade,⁹⁵ Vinicius Berrêdo (S. n. t) e José Guimarães Duque (1949). A contribuição dos cientistas brasileiros foi fundamental.

93 Arrojado Lisboa, o primeiro Inspetor das Secas, é autor de importante contribuição sobre a natureza das secas no Nordeste. Veja-se, a respeito: LISBOA, Miguel Arrojado Ribeiro - "O problema das secas." (Conferência pronunciada no Rio de Janeiro, em 1913, na Biblioteca Nacional.) In: **Memória da seca**. Mossoró, Fundação Guimarães Duque, 1980, pp. 107-36. (Coleção Mossoroense, vol. CXXXIV.)

94 IHERING, Rodolpho von & BONANÇA, Dora von Ihering. **Ciência e belezas nos sertões do Nordeste**. Fortaleza-CE: DNOCS, 1983. Rodolpho von Ihering foi o chefe da Comissão Técnica de Piscicultura, criada em 1932, responsável pelo desenvolvimento da piscicultura nas águas represadas no semiárido nordestino, principalmente as armazenadas pela IOCS. Cf. GUERRA, Paulo de Brito - **A civilização da seca**. Fortaleza-CE: DNOCS, 1981, p. 79-81. 324 p.

95 Sobre José Augusto Trindade, agrônomo mineiro, radicado no Nordeste, cabe destaques importantes. Ele foi o primeiro chefe da Comissão Técnica de Reflorestamento e Postos Agrícolas do Nordeste, criada, em 12 de novembro de 1932, pelo Presidente Getúlio Vargas. A partir do trabalho do Posto Agrícola de São Gonçalo, localizado no Município de Sousa, na Paraíba, Trindade criou e pôs em funcionamento, naquele mesmo sítio, o Instituto Experimental da Região Seca, subordinado à Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas-IFOCS. Em 1941, após

O autor de *A Paraíba e seus Problemas* utilizou também informações de autores paraibanos, como Irineu Joffily, com suas “Notas sobre a Paraíba”, publicadas em 1892, texto prefaciado por Capistrano de Abreu. Essas notas “representam uma obra de experiência e, sobretudo, de surpreendente intuição de nossa natureza.” Incluiu na mesma linha os livros “A Paraíba”, de João de Lyra Tavares, e “Esforço de Corografia”, de José Gomes Coelho. (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 56.)

José Américo informa ainda que o “interior foi estudado de relance e parcialmente. Em 1847 e 1848, o engenheiro Francisco Pereira da Silva percorreu alguns municípios, por ordem do comendador Frederico Carneiro de Campos.” Mas o esforço local mais importante deveu-se à contratação, por Sá e Albuquerque, então Presidente da Província da Paraíba, do naturalista Luís Jacques Brunet, em 1853. Essa contratação tinha como objeto ‘observar a posição geográfica dos principais pontos da Província: direção, volume, temperatura das águas, sua composição química, quando elas apresentarem propriedades particulares; estado higrométrico e temperatura da atmosfera; a quantidade d’água que cai em um ano, medida por meio do udômetro, se for possível obter um do Rio de Janeiro; inclinação e declinação da bússola, suas variações diárias, assim como as do barômetro; natureza do solo da Província, diversas camadas, de que é formada, posição, densidade, extensão

a morte do seu fundador, o Instituto Experimental, passou a ser denominado de Instituto José Augusto Trindade-IAJAT. Deve-se a esse Instituto grande parte dos conhecimentos agrônômicos e ecológicos com que se conta atualmente em relação ao semiárido nordestino. Cf. GUERRA, Paulo de Brito. **O Instituto Agrônômico José Augusto Trindade**. Fortaleza-CE: DNOCS, 1984, p. 9-13. Veja-se, a respeito: CARVALHO, Otamar de. **Avaliação dos programas de desenvolvimento regional do Nordeste do Brasil**. Brasília-DF: SEPLAN-PR & IICA, set., 1994. 354 p. Mimeogr. (Texto produzido para a SEPLAN-PR e IICA, no âmbito dos trabalhos do Projeto Áridas.)

e direção das ditas camadas; minerais e relíquias fósseis que elas encerram, sua abundância ou variedade; propriedade, utilidade de diversas substâncias minerais; árvores e outros vegetais que crescem naturalmente nas diversas partes da Província, os terrenos e localidades que elas preferem; seu emprego no país, sua utilidade, quer como madeira de construção, ou de ornato, quer como plantas alimentárias, tecíveis, fibrosas, medicinais, venenosas, colorantes, resinosas, odoríferas etc.; animais vertebrados e invertebrados que vivam nas águas, matas e campos, com utilidade, ou nocibilidade, os meios de multiplicá-los ou destruí-los; juntar coleção de diversos minerais que formam o solo da Província e particularmente daqueles que podem ter um emprego nas artes ou indústrias; outra de grãos ou sementes de vegetais mais úteis para que se possa multiplicá-los no Jardim Botânico do Rio de Janeiro e dali nas diversas províncias do Império; coleção de gomas e resinas que possam ser utilmente empregadas e de outras produções vegetais; coleção de peles de animais mais notáveis ou menos conhecidos”. (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 57-58.)⁹⁶

Dessas e outras informações, José Américo salienta que “lucramos, apenas, o trabalho do engenheiro Roderic Crandall – ‘Geografia, Geologia, Suprimento d’Água, Transporte e Açudagem nos Estados Orientais do Norte do Brasil, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba’ – ainda assim incompleto. Na nota de pé de página 18, da p. 59, de *A Paraíba e seus Problemas*, José Américo (1980) diz que de nenhuma

96 José Américo informa o que disse a respeito o presidente (Beaurepaire) Rohan, em seu relatório de 1857: ‘Há anos que o Sr. Luís Jacques Brunet foi encarregado de examinar o estado mineralógico desta província, mas até agora nenhuma conta tem dado de suas explorações. É de esperar, porém, que um dia apresente o relatório dos seus exames, justificando desta sorte a confiança da administração e o conceito em que é tida a sua ilustração.’ (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 58, nota de pé de página 13.)

forma pôde obter o trabalho de Ralph H. Soper – “Geologia e suprimento d’água subterrânea no Rio Grande do Norte e Parahyba.” Recorri à Amazon, em 06/06/2023. Também não encontrei o texto referido. Procurei então na Abebooks, onde encontrei o texto – não era um livro, mas um artigo, encadernado como um opúsculo. Estava disponível na França. Fiz o pedido por intermédio da Abebooks (<https://www.abebooks.com>). Recebi o opúsculo, quase um mês depois, em 03/07/2023.⁹⁷ Reproduzo sua capa a seguir, como Foto 6.1. Recebido o opúsculo, vi nele um mapa geológico dos Estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Reproduzo-o adiante, como Cartograma 6.1.⁹⁸

97 O opúsculo foi-me enviado por Sandrine Natcham. Seu endereço é o seguinte: *Avenue Marechal Foch, Bâtiment les Sapins, Code d'adresse postale: 77500, Chelles, France*. O texto de 1916 tem a seguinte referência: SOPER, Ralph H. *The geology of Parahyba and Rio Grande do Norte, Brazil*. Philadelphia, USA, The American Philosophical Society, 1916. 28 p.

98 Seria possível dizer ao Sr. Dr. José Américo de Almeida: esteja onde estiver, neste ano do centenário de publicação de *A Paraíba e seus Problemas*, o Senhor pode ficar tranquilo. As fontes utilizadas pelo Senhor para escrever sobre os recursos naturais da Paraíba são as mesmas trabalhadas por Ralph H. Soper: *J. C. Branner e Roderic Crandall*.

PROCEEDINGS
OF THE
American Philosophical Society
HELD AT PHILADELPHIA
FOR PROMOTING USEFUL KNOWLEDGE

Vol. LV.

1916.

No. 1.

CONTENTS

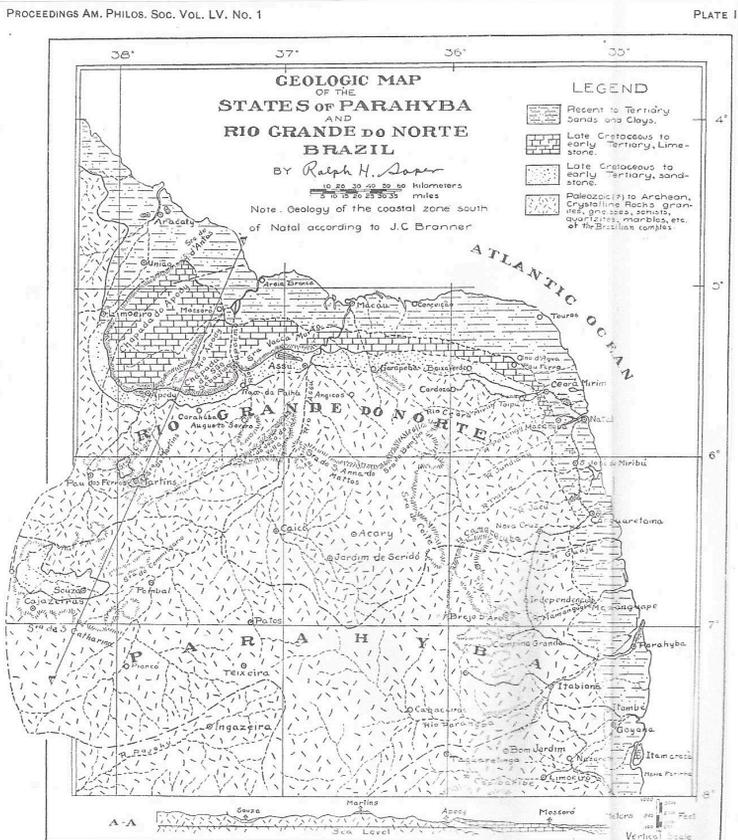
The Geology of Parahyba and Rio Grande do Norte, Brazil.

By RALPH H. SOPER



PHILADELPHIA
THE AMERICAN PHILOSOPHICAL SOCIETY
104 SOUTH FIFTH STREET
1916

Foto 6.1. Opúsculo de Ralph H. Soper: “Geologia e suprimento d’água subterrânea no Rio Grande do Norte e Parahyba.”



Cartograma 6.1. Mapa Geológico da Paraíba e do Rio Grande do Norte
 Fonte: SOPER, Ralph H. *The geology of Parahyba and Rio Grande do Norte, Brazil*.
 Philadelphia, USA, The American Philosophical Society, 1916, p. 21.

6.2 ATIVIDADES ECONÔMICAS POR ZONAS E/OU REGIÕES

No início da segunda década do século XX, o mundo rural e as cidades tinham organização bem diferente da que foi sendo

observada dali em diante. José Américo soube capturar os elementos centrais da evolução que observava. Soube também intuir o que deveria ser feito nas diferentes zonas de sua Paraíba, em boa medida, por conta das dificuldades impostas pelas secas em algumas delas, como as do sertão e as da caatinga. Ele entendia que essas duas zonas eram diferentes, embora as secas as afetassem de modo diverso. José Américo captou particularidades importantes porque soube observar, ver e ler informações disponíveis sobre cada pedaço de chão.

A Paraíba foi tratada por José Américo como um território de grande diversidade, tanto do ponto de vista físico-climático como ambiental. Esse procedimento tinha por base suas preocupações sobre a ocorrência de secas em grandes porções do ecúmeno parai-bano. Como tal eram entendidas as áreas da superfície terrestre do Estado, que já haviam sido, estavam sendo ou poderiam vir a ser ocupadas por novos contingentes populacionais, desejosos de ali se fixarem, explorando-as economicamente. Neste sentido, as preocupações de José Américo de Almeida, em *A Paraíba e seus Problemas*, foram bem examinadas pelo historiador *José Honório Rodrigues*, considerando elementos de historiografia municipal, estadual, regional e nacional.

Para José Honório Rodrigues, notável historiador do Rio de Janeiro, José Américo, nos idos de 1922 e 1923, já tinha uma noção clara da importância da historiografia estadual, pois não esquecia as semelhanças e diferenças básicas que juntavam e separavam dois ou mais Estados limítrofes ou quase limítrofes. Sabia, ademais, que tanto a província como o Estado continham uma seção econômica e uma fronteira política, podendo unificar-se pelas condições geográficas e sociais, assim como pela consciência de seus ideais e costumes e pelo sentimento da sua distinção, vis-à-vis as outras partes do País. Demonstrava também saber que a historiografia nacional não era uma soma de histórias estaduais – e, mesmo, regionais, assim como essas não eram a soma das histórias locais. Para Honório Rodrigues,

era importante, “estimular o desenvolvimento de historiografias estaduais, regionais e locais,” não porque somadas elas constituíssem a história nacional, “mas porque são individualidades históricas que caracterizam a nação” (1980, p. 11-22).

A história estadual tinha, pois, um sentido, bem estabelecido por José Américo. Muito ligado ao seu território, ele pressentiu e registrou que tudo “nasce ali, nas primeiras horas da nossa criação, no sentido da nossa aprendizagem, no amor à nossa paisagem, nas paixões humanas, no sentimento da gente que primeiro nos viu, no que se imitou, se detestou e se admirou. Em qualquer lugar em que tenhamos nascido é nele que nós tomamos consciência dos fatos que nos cercam, e é nele que crescemos conscientes das particularidades que nos envolveram. Nisto está o valor da história estadual. Ela está sempre conosco, estejamos ou não nela.” Era necessário também saber-se que há “uma outra sociedade por fora, na qual o maculado convive com o puro, o complexo com o simples, o agora com o futuro, ou com o eterno. Estamos todos abertos às mesmas influências, as paroquiais e as gerais, mas o sentimento do meio inicial nos marca para sempre. (...) As diferenças essenciais de povoamento histórico, de estrutura econômica e social e de superestrutura do poder dão caráter [e sentido] à história estadual. No campo as variações podem ser outras, provocadas pela propriedade da terra, pela exploração agrícola, pelos recursos naturais, pelos meios de comunicação. Tão importante quanto a diversidade das economias rurais determinada pelas diferenças regionais tem sido a diversidade da estrutura social e da terra. (RODRIGUES, op. cit., p. 14.)

Daí a importância da qualificação apresentada por Honório Rodrigues, ao denominar *A Paraíba e seus Problemas*, de **livro exemplar**, fosse “pela amplitude da pesquisa, pela correção metodológica, pela capacidade crítica, pela informação bibliográfica, pelo uso das fontes, até mesmo relatórios de presidentes de província e

discursos no Parlamento – o que não era usual na sua época –, pela elaboração do plano, sistemático, ordenado, orgânico e pelo resultado obtido, frutífero, cheio de originalidade e novidades, não só fatuais, mas sobretudo interpretativas. O livro é esplendidamente bem-organizado, estudando a terra, o clima, as secas, a história político-administrativa, os dois problemas básicos, as distâncias e a água, o estudo antropológico, e o econômico.” O livro tinha [e tem] uma unidade orgânica perfeita. Começava com o estudo da terra, da sua fisionomia, passava pelo clima, muito importante na região, examinava os acidentes, as secas, contava a história política e administrativa, estudava as distâncias e a questão da água ligada às secas, caracterizava o povo e analisava a estrutura econômica do Estado, pondo em destaque as consequências econômicas e sociais da Paraíba. (RODRIGUES, op. cit., p. 17.)

As diferenças físicas do território paraibano foram postas em evidência por José Américo, especialmente, no Capítulo I (Terra Ignota), no Capítulo II (O Clima) e no Capítulo III (O Martírio). Com base nessas diferenças ele definiu as várias regiões e/ou zonas da Paraíba. De início, ele destaca que “Para mais evidente representação fisiográfica,” entra “a discriminar as regiões em que se diferencia o Estado. É uma transição de recursos e de aspectos que encarece as suas sucessivas possibilidades e ostenta uma natureza multiforme. (...) Uns assinalam essa diversidade pelas linhas da Borborema e outros pela feição da flora.” E destaca: “É, sem dúvida, a variabilidade da constituição dos terrenos, modificados pelos agentes externos, que caracteriza os nossos padrões terrenos, modificados pelos agentes externos, que caracteriza os nossos padrões botânicos. A influência da altitude é, até certo ponto, anulada por outros fatores, porque, no mesmo plano, diferem as condições naturais, pelo efeito das ações atmosféricas.” José Américo salienta que estes aspectos são também

influenciados pelo Clima, assunto que ele trata no Capítulo II de seu livro. (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 70-71.)

6.3 ENSAIO DE REGIONALIZAÇÃO

A regionalização da Paraíba utilizada por José Américo tinha como objetivo definir espaços estruturados pelo conjunto de fatores físicos, socioeconômicos e institucionais, dotados de relativa homogeneidade. A partir dessa leitura, foi possível definir e articular iniciativas destinadas a solucionar problemas, como os da falta de água, mediante a construção de açudes, a construção de estradas, a construção de um Porto para escoar a produção, diminuindo a concorrência da Província de Pernambuco.

A regionalização de *A Paraíba e seus Problemas* foi realizada a partir do desdobramento espacial mencionado no Item 5 anterior – *Visão Geral e Comentários Relevantes*. Fosse qual fosse o critério adotado, cada uma das três Zonas ali referidas foram subdivididas em Subzonas e Áreas, na forma a seguir:

- I. ZONA DO LITORAL: compreende as Subzonas de **Praia** (Área de Coqueiro); de **Várzeas Litorâneas** (Área de Cana); de **Caatinga Litorânea** (Área de Algodão de Fibra Curta); de **Arisco** (Área da Mandioca); e de **Tabuleiro** (Área de Mangaba e Batiputá);
- II. ZONA DAS SERRAS: abrangem as Subzonas do **Brejo** (Áreas de Café e Fumo); da **Caatinga Serrana** (Áreas de Algodão e Criação); e do **Agreste** (Áreas da Batata Americana e do Fumo); e
- III. ZONA DO SERTÃO: inclui as Subzonas da **Caatinga Sertaneja** (Área exclusiva de Criação); e das **Várzeas**

Sertanejas (Áreas de Algodão de Fibra Longa).
(ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 566.)

José Américo destaca que essa divisão espacial (ou geoeconômica) corresponde à “conclusão de um excelente trabalho aprovado pela Diretoria do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas.” De acordo com essa divisão estão “determinadas as várias fisionomias do solo com os seus caracteres particulares e suas aptidões. Mas esse documento não comporta em sua sobriedade oficial senão os grandes traços da superfície de exploração.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 566.)

Para dar seguimento a essa Regionalização, será necessário voltar ao Capítulo XIII – *Consequências Econômicas* –, especificando cada uma das três Zonas ali estabelecidas e adotadas por José Américo. São descritos a seguir os elementos centrais das Zonas, Subzonas e Áreas antes especificadas.

6.3.1 Zona do Litoral

A Zona do Litoral compreende as Subzonas e Áreas seguintes: Subzonas de **Praias** (Área de Coqueiro); de **Várzeas Litorâneas** (Área de Cana de Açúcar); de **Caatinga Litorânea** (Área de Algodão de Fibra Curta); de **Arisco** (Área da Mandioca); e de **Tabuleiro** (Área da Mangaba e do Batiputã). A descrição de cada um desses espaços e subespaços é feita a seguir.

6.3.1.1 Subzona de Praias

A Zona do Litoral começa pela Subzona de Praia. A primeira Área dessa Subzona é a de Coqueiro. As Praias são circundadas, em grandes trechos, por vigorosos coqueirais. O *coqueiro* é cultivado em

quase toda a Paraíba, inclusive na Zona do Sertão, mas sem a compensadora produção do interior. O sistema cultural dessa Zona é o de *viveiros*, onde as sementes germinam dentro de quatro meses. As variedades de coco preferidas são o coco branco e o vermelho (ou da Bahia), cuja amêndoa é mais desenvolvida e mais rica em óleo.

Nos anos de 1920 ainda havia extensos terrenos baldios para novas plantações. Mas essa exploração ainda não fora intensificada por falta de beneficiamento e de exportação que valorizassem o produto. O comércio remunerador era considerado como uma consequência da solução do problema de transporte marítimo. Isso porque o Litoral da Paraíba era adequado a um notável incremento do plantio de coqueiro, com as vantagens da precocidade, da resistência, da imunidade e da produção. Na Subzona de Praias ainda eram cultivadas variedades de vários tipos de frutas, em pomares com mangueiras e jaqueiras. Ali também se cultivavam abacaxis e uvas. Também eram aproveitados o caju e o jenipapo, ambos indígenas. (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 567-569.)

6.3.1.2 Subzona de Várzeas Litorâneas

As terras dessa *Subzona de Várzeas Litorâneas* eram aproveitadas no cultivo da *cana de açúcar*. José Américo informa que em 1634 já estavam instalados na Paraíba os seguintes engenhos: Barreiras, do Meio, Inhobin, Novo, Santa Catarina, Santo André, São Felipe, São Jacó, São João Baptista, Três Reis Magos, São Gonçalo, São Francisco, São Tiago Maior, Miriri, Santa Lúcia, Santo Antônio, Espírito Santo, Itapuá e Camaratuba. Encontravam-se ainda outros engenhos em ruínas. Havia um movimento de expansão de atividades, que se irradiava das várzeas do Rio Paraíba, exploradas até onze léguas da capital, para as várzeas do Mamanguape, do Gramame e do Abiaí. “A grande lavoura era de cana de açúcar. Apesar da imperfeição dos

maquinismos e do cultivo da cana crioula, franzina e pouco sacarina, havia geral abundância e o produto era tão bem reputado na Europa que o Príncipe Maurício de Nassau deu, como escudo de armas, à capitania conquistada três pães de açúcar.” A cana caiana foi importada de Pernambuco. Com essa variedade, a produtividade da cana de açúcar aumentou três vezes.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 569-570.)

O autor de *A Paraíba e seus Problemas* descreve os avanços e recuos, em matéria de produção, produtividade, beneficiamento e preço dos produtos (cana e açúcar, dentre os principais). Diz que o aumento dos preços derivou, em grande medida, da abolição da escravatura. Saltando no tempo, disse ser possível informar que a indústria açucareira das Várzeas da Paraíba progredira nos últimos anos (primeiro quartel do Século XX), pela adoção de métodos científicos aplicados à produção e beneficiamento da cana. “A enxada foi sendo substituída pelo arado tirado a bois, o trator, as grades e as capinadeiras.” A cultura intensiva passou a ser utilizada por usinas e por alguns engenhos. Nessa fase, ainda não se usava a adubação da cana. A produção de cana não avultava “por causa da rapadura fabricada por quase todos os engenhos do interior para o consumo interno e dos sertões vizinhos e porque os processos de cultura e de aproveitamento” ainda eram antigos – exceto nas Várzeas Litorâneas. (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 572-574.)

6.3.1.3 Subzona da Caatinga Litorânea

Essa Subzona era dedicada ao cultivo do *algodão herbáceo*, de fibra curta. A Caatinga Litorânea foi, nos tempos coloniais, “centro de indústria pecuária em currais ao longo do rio, dos quais o mais afastado era o de Jerônimo Cavalcante, em Gramame, em Mumbaba e em Mamanguape. O gado foi suprido, durante algum tempo, pelo Rio Grande do Norte, mas, depois, a criação de bois, carneiros, cabras

e porcos foi,” segundo cronista holandês, “superior às necessidades da capitania. Os cavalos de sela eram reputados como os melhores do Brasil.” O gado passou a ser suficiente apenas “para o trabalho e o aproveitamento do leite.” (...) Depois, à medida que se dilatava a vida civilizada, foi iniciada na caatinga, então coberta de matas típicas, a cultura do algodão” (herbáceo). “Esse novo campo de atividade chegou a competir, em breve tempo, com os engenhos de açúcar no número de escravos, nas construções e nos lucros assegurados pela preciosa malvácea. E a economia paraibana passou, desde então, a ser regulada por esses dois produtos, em surtos de prosperidade, em declínios passageiros ou em providências alternativas.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 579-580.)

O cultivo do algodoeiro herbáceo foi muito afetado por pragas, com destaque para o *Bicudo do Algodoeiro*.⁹⁹ A expectativa era de recuperação dessa lavoura, com base no algodoeiro herbáceo, depois que essa recuperação viesse a se concretizar nos Estados Unidos. “O governo Epitácio Pessoa procurou desenvolver (...) esse ramo da agricultura. E o presidente Solón de Lucena, inteirado de que é essa a maior fonte da nossa riqueza pública e particular, não tem sido menos solícito em protegê-la. Manteve o Serviço de Defesa do Algodão, organizado pelo Sr. Camillo de Holanda, para o combate à lagarta rósea que flagelou essa lavoura durante três anos. (...) O expurgo das sementes, a poda de variedades perenes e a incineração das anuais têm sido as principais medidas profiláticas. Dominado ainda por essa política econômica, o Sr. Solón de Lucena fundou três campos de cultura nas principais zonas algodoeiras do Estado – mata, cariri e alto sertão – destinados ao plantio do *herbáceo*, do

99 É classificado como *Anthonomus grandis* Boheman, conhecido na literatura internacional como **Boll Weevil**, ou *Bicudo do Algodoeiro*. Essa praga ataca tanto o algodoeiro herbáceo (anual) como o algodoeiro arbóreo (de fibra longa, mais conhecido como algodão mocó).

quebradinho e do *mocó*,¹⁰⁰ para fixação de seus caracteres. E ainda mandou distribuir sementes por cerca de 2.500 agricultores pobres, principalmente da caatinga.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 581-582.) Comentários adicionais sobre o algodoeiro mocó serão apresentados no item 6.3.3, adiante.

6.3.1.4 Subzona de Arisco

Essa Subzona era dedicada ao cultivo da mandioca. Embora se tratasse de espaço pobre em elementos fertilizantes, por sua própria formação, prestava-se, de acordo com os estudos realizados, em particular ao cultivo de plantas com raízes tuberosas, como a mandioca. A lavoura desse produto encontrava condições privilegiadas em grande parte do Estado. “Mas pela frequente desvalorização da farinha, que só obtém maior preço nos anos secos, não tem ainda a expansão de uma indústria remuneradora. Seu aproveitamento, estimulado pelos governos do Estado e da União, com os decretos nº 4.540, de 6 de fevereiro de 1922, e 1.155, de 16 de julho do mesmo ano, respectivamente, poderá pesar, mais tarde, em nossa balança comercial.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 575-576.)

A farinha de mandioca era o gênero de maior consumo em toda a Paraíba. Mas, nos anos normais, depreciava-se, porque não lograva “ser conservada com a umidade. Só a *manipeba* pode deixar de ser colhida sem o perigo do apodrecimento das tuberas.¹⁰¹ Daí, a falta de uma cultura intensiva. Ainda não se tentou introduzir o pão de

100 O algodoeiro *mocó* era cultivado em maior escala na Zona do Sertão.

101 Tuberas (ou túberas) “são fungos ascomicentes, por vezes cultivados, da família das tuberáceas, de aparelho esporífero subterrâneo, e de constituição tubercular. Em regra, aromáticos e comestíveis.” As tuberas podem “ter uma forma arredondada ou irregular, devido ao terreno em que se encontra.” Cf. <https://receitinhasdaavo.com/tuberas-o-que-sao-4-receitas/>. Acesso em 24 jul. 2023.

farinha mista para o maior aproveitamento desse produto”. Nessa Subzona também eram explorados pomares, onde se cultivavam “as laranjas, os abacaxis, as mangas, os sapotis, os abacates e as bananas. Poderiam ser cultivadas nesse clima temperado muitas árvores frutíferas europeias, como pereira, macieira etc.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 589.)

6.3.1.5 Subzona de Tabuleiro

Essa Zona compreende a Área de Mangaba e Batiputá. Correspondia a um espaço pouco estudado à época em que José Américo escreveu *A Paraíba e seus Problemas*. A vegetação típica dessa Área indicava o seu aproveitamento. Tratava-se de “sociedade florística composta de mangabeira, de cajueiro bravo e de batiputá. (...) A primeira dessas espécies vegetais armazena tamanha quantidade de sílica que, por sua aspereza, é utilizada como lixa, para polir a madeira.” A *Hancornia sp.*” ou seja, a mangaba, “carrega-se de abundantes frutos, semelhantes ao damasco e muito apreciados por seu delicado sabor. É um recurso da população pobre dos arredores. Mas seu produto econômico é o látex que exsuda em quantidade e fornece boa borracha.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 577.)

Um estudo mais detalhado sobre os Tabuleiros Costeiros do Nordeste viria a ser realizado, em 1970, pela Sudene. Trata-se do **Uso agrícola dos Tabuleiros Costeiros do Nordeste do Brasil: um exame de pesquisas.**¹⁰² Vale a pena referir um trecho de sua Introdução:

102 HAYNES, James L. **Uso agrícola dos tabuleiros costeiros do Nordeste do Brasil: um exame de pesquisas.** Recife-PE, Sudene, Departamento de Agricultura e Abastecimento-DAA, dez., 1970. 151 p. Mimeogr. (Dito estudo foi financiado pela Agência para o Desenvolvimento Internacional-AID, por solicitação

“Intermitentemente ao longo da costa nordeste do Brasil encontra-se uma planície com elevações de 30 a 150 metros acima do nível do mar. Essa planície elevada faz encontro com morros do cristalino em sua parte ocidental, terminando em seus limites orientais, na planície costeira, geralmente com encostas íngremes ou escarpas. A superfície dessa planície elevada foi formada numa era anterior, sendo elevada à sua atual altitude durante o intervalo de tempo após a sua formação. Em alguns locais, a superfície dessa planície antiga permanece intata por uma distância de 40 ou 50 quilômetros do mar. Mais comumente, a superfície da planície sofreu dissecção, restando apenas extensos planaltos escarpados e morros de topo plano como as únicas superfícies da planície original. Nos locais onde ocorrem, as superfícies remanescentes dessa velha planície formam uma notável característica da topografia local. Tanto no uso popular como técnico, os remanescentes da superfície dessa planície elevada são conhecidos como os *tabuleiros costeiros*”. (HAYNES, 1970, p. 1.)¹⁰³

Uma exploração de mais futuro será a do batiputá. “O agrônomo Alfeu Domingues publicou interessantes observações a respeito dessa planta frutífera”, assim expressas: “É fácil de compreender que o tabuleiro do Estado da Paraíba, zona agrícola inteiramente

do Departamento de Agricultura e Abastecimento da Sudene, no âmbito do Contrato AID - 12-665, de 1970.)

103 Um estudo bem mais recente, a cargo a Embrapa, foi conduzido pela seguinte equipe: PEREIRA, Ailton Vitor, PEREIRA, Elaine Botelho Carvalho, SILVA-JÚNIOR, Josué Francisco da & SILVA, Dijalma Barbosa da. **Mangaba (*Hancornia speciosa*)**. In: “Plantas para o futuro-Região Centro-Oeste”. Brasília-DF: Embrapa, s. d. (Capítulo 5, Alimentícias.) 10 p.

desvalorizada, nos tempos que correm, poder-se-ia tornar digna de melhor sorte, desde que as iniciativas de projeto se concretizem em fatos. (...) Valorizar a referida região é tarefa que se impõe.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 578.)

6.3.2 Zona das Serras

Depois de passar a Caatinga Litorânea, alcança-se “a ubertosa zona de cultura da serra”, segundo a expressão de José Américo. A agricultura colonial encontrou ali um novo campo para sua expansão. “A Borborema permaneceu, porém, inexplorada, porque as várzeas do litoral, além de serem igualmente fecundas, ofereciam a vantagem de menor distância da capital.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 584.)

A Zona das Serras é integrada pelas Subzonas e Áreas Seguintes: Subzonas do **Brejo** (Áreas de Café e Fumo); da **Caatinga Serrana** (Áreas de Algodão e Criação); e do **Agreste** (Áreas da Batata Americana e do Fumo). Esses espaços são apresentados de forma simplificada a seguir.

6.3.2.1 Subzona do Brejo

Durante a colonização, “As *entradas* tiveram (...) outra direção.” Diz José Américo, seguindo Irineu Joffily: “Os primeiros habitantes dos brejos devem ter sido os agregados dos fazendeiros do sertão, que ali faziam plantar lavouras para mais fácil abastecimento de todo o pessoal das fazendas e dos aventureiros que os acompanhavam como soldados. Os sítios não começaram com a fixação ou residência dos seus proprietários, eram simples queimadas, formando clareiras nessas grandes matas, onde se fazia a plantação de mandioca, milho e feijão, havendo ao lado ou no centro a casa de aviamentos, coberta de pindoba, catolé ou sapé” (JOFFILY, 1892, p. 117).

Os municípios de Areia, Serraria e Alagoa Nova eram cobertos de canaviais. Em 1909, Areia contava com 102 engenhos de rapadura, alcançando nas épocas secas uma grande cotação. Ultimamente, observara-se “a tendência de substituir a cultura da cana preta pela do café.” Em Bananeiras a *Coffea arabica* já era “a principal cultura, com uma produção média de 50.000 sacos de 50 quilos. É feita à sombra, principalmente de uma mimosácea denominada *vassourinha*. Os cafezais são muito densos, com os ramos entrelaçados, porque as plantas são dispostas em retângulo de 2,0 metros por 1,0 metro e até mais chegadas.” A substituição da cana pelo café quase chegou a se completar, só não se concretizando por conta da ocorrência de uma praga de grande efeito destrutivo – o *cerococcus parahybensis* ou *vermelho*, coccídeos que se propagam assustadoramente. (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 586-587.)

6.3.2.2 Subzona da Caatinga Serrana

Essa Subzona desdobra-se em Áreas de Algodão e Criação. José Américo informa que a “segunda seção da serra é a denominada curimataú, ¹⁰⁴ situada no vale do rio do mesmo nome e cariri no planalto central.” Trata-se de espaço dotado de aspereza, com vegetação resistente. “É a caatinga de plantas espinhosas, de xiquexique, macambira, facheiro, palmatória e coroa de frade. (...) Os cactos e as bromélias constituem um recurso inesgotável para a criação nos anos escassos (de chuvas). Porque nas quadras regulares o capim mimoso e, em alguns pontos, o panasco acamam nos campos ao vento forte do planalto. (...) O gado não morre de fome nessa terra

104 Como *região natural*, segundo Guimarães Duque, o Curimataú integrava o Polígono das Secas e, portanto, o Nordeste Semiárido. Veja-se, a respeito: DUQUE, J. Guimarães. **O Nordeste e as lavouras xerófilas**. Fortaleza-CE: BNB, 1964, p. 93.

dura, por mais que se prolongue a seca, se não lhe faltam os cuidados do trato. Não há esforço capaz de destruir essa reserva que se renova como por encanto. A *ribeira do Cariri* é centro da indústria pastoril desde o último quartel do século XVII.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 592.) A primeira seção (ou Área) corresponderia aos chamados Cariris Velhos, integrantes da Serra da Borborema, de acordo com Guimarães Duque (1964, p. 87).

Nas áreas de Caatinga Serrana, as “maiores perdas são os bebedouros impuros – as águas estagnadas e poluídas de poços cavados no alveo dos rios ou dos tanques de pedra. (...) O prejuízo está sendo remediado pela açudagem difundida na região.” José Américo observa a este respeito que o “presidente Solón de Lucena, atento, por sua vez, a essa necessidade, cogita de mandar ‘construir poços higiênicos para que venham a servir de exemplo e estímulo aos criadores’, nesse ‘grande reservatório de forças desaproveitadas’”. (...) E no seu estado natural, essa zona resolve, a contento, a questão caprina. (...) Para essa criação ‘o cariri é um paraíso’, no conceito autorizado do Dr. Diógenes Caldas, esclarecido inspetor agrícola.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 592-593.)¹⁰⁵

Na Subzona da Caatinga Serrana também se cultivava o Algodoeiro Mocó, em municípios como como os de Batalhão, Teixeira e Alago do Monteiro. Essa cultura era explorada em consórcio com o milho e o feijão macassar. Também eram cultivados “o arroz, a mandioca, a cana de açúcar e, nas vazantes, batata-doce, feijão e abóboras. (...) Contam-se muitas árvores frutíferas. As pinhas ou atas são deliciosas, como na caatinga. O cariri exporta, principalmente, algodão, gado, peles e corda. (...) Uma outra fonte de exploração é a invencível abundância de plantas têxteis para a preparação de cordas, tecidos etc. (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 594.)

105 CALDAS, Diógenes. “A Paraíba por dentro.” In: **Paraíba Agrícola**, n. 12, p. 17.

6.3.2.3 Subzona do Agreste

Do ponto de vista da agricultura, a Subzona do Agreste compreende Áreas da Batata Americana e do Fumo. Essa Subzona abrange terras de menor grau de umidade. Recorro ao mestre Guimarães Duque, para dar mais brilho às abordagens pioneiras de José Américo. Essa Subzona abrange terras dos municípios de Esperança e Remígio, entre o Brejo (Mata), o Cariri Velho e o Curimataú. “O clima ali é o da Serra da Borborema, com temperatura agradável e o ar meio úmido, vindo do município de Areias.” (DUQUE, 1964, op. cit., p. 106.) Suas terras se prestam para o cultivo da Batata Inglesa, iniciada por volta 1817, pelos alemães. Seu cultivo foi bem desenvolvido, “a ponto de abastecer grande parte do Estado e já ser exportada para Recife e Natal. (...) Mas nessa parte do território paraibano, sem preparo racional do terreno, sem aração nem gradagem, e sem adubação, é tão produtiva e livre de acidentes que, por falta de mercados e de meios de conservação, tem descido a preços desanimadores.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 590.)

O cultivo do fumo era realizado nas chapadas de Bananeiras e em Alagoa do Remígio, do município de Areia. Isso foi “ainda mais florescente, quando se exportava o produto, em grande escala e a alto preço, para o Amazonas e o Pará.” (...) É tentadora a indústria do fumo. (...) “A falta de transporte tem embaraçado o desenvolvimento dessa fonte de riqueza.” A superprodução local e as dificuldades de mercado desvalorizam bastante “os produtos que, como reconhece a Diretoria do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas,¹⁰⁶ ‘o agricultor loucamente às vezes os incinera, por não haver margem no

106 “Circulação dos produtos agrícolas e custo de vida, em relação aos artigos de alimentação, no Estado da Paraíba do Norte”, no *Diário Oficial*, de 09/08/1923.

momento para lucro.” Dessa Subzona também se exportava fumo para fora do Estado. (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 587-591.)

6.3.3 Zona do Sertão

A Zona do Sertão inclui as Subzonas da **Caatinga Sertaneja** (Área exclusiva de Criação); e das **Várzeas** (Áreas de Algodão de Fibra Longa). Verifica-se, assim, que a Paraíba apresenta três Subzonas de Caatinga: a *Subzona da Caatinga Sertaneja*, característica da Zona do Sertão, mais a *Subzona da Caatinga Serrana* e a *Subzona da Caatinga Litorânea*, descritas de forma breve nos itens 6.3.2.2 e 6.3.1.3 anteriores, respectivamente. Elas se distinguem por conta do detalhamento da natureza, no tocante ao clima, à vegetação, aos recursos hídricos e ao relevo. Por isso, têm tido aproveitamento distinto na agricultura e na pecuária. O mesmo é possível dizer em relação às Várzeas, desdobradas na regionalização aqui apresentada em *Subzona de Várzeas Litorâneas* e *Subzona de Várzeas Sertanejas*.

6.3.3.1 Subzona da Caatinga Sertaneja

A Subzona de Caatinga Sertaneja – a Caatinga mais interior, que integra o Sertão – é mais seca, ou seja, tem temperatura mais elevada e umidade mais baixa, tanto de dia, como de noite. A situada em altitude superior a 400 metros (Caatinga Serrana), assim como a Caatinga Litorânea têm maior umidade atmosférica. Por isso, apresentam noites frescas. Como diz José Américo, essa Subzona fica localizada ao ocidente da Serra da Borborema. Constituem os vastos campos da bacia central do Piranhas. (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 595.)

A exploração da *Subzona de Caatinga Sertaneja* teve uma marcha curiosa. “Enquanto a vida civilizada se concentrava no Litoral, sem

ânimo para galgar a serra, após a tentativa de Elias Herckman, se é que os flamengos não se fixaram em Princesa, enquanto estacionava, ainda em 1670, em terras hoje ¹⁰⁷ pertencentes ao atual município de Itabaiana, a Casa da Torre invadia o nosso sertão. Antônio de Oliveira estabeleceu-se, quase ao mesmo tempo, à margem do Paraíba e do Boqueirão levara, enfim, a conquista até Pombal. (...) Suscitam-se dúvidas sobre a ação dos paulistas no desbravamento do nosso longínquo oeste. (...) As bandeiras do norte foram, realmente, de combate aos quilombos e de caça ao índio. Mas o domador dos Palmares, que levou até o Piauí e o Maranhão o gado dos latifúndios meridionais, não deixaria de se utilizar de nossos campos excelentes.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 595-596.)

A exploração pastoril foi ‘uma das forças de propulsão dos invasores’, segundo Oliveira Vianna, citado por José Américo. Para aquele, ‘o sertanista povoador, por onde vai passando, deixa, como prova de sua passagem, o sinal de sua posse, um curral. Depois de metido o gado, alega esse fato e os dispêndios e as lutas com o gentio, e pede a sesmaria assim preliminarmente “povoada”. (...) Acrescenta que ‘o curral é o meio mais rápido de conquista e povoamento: depois vem a fazenda, o engenho, o arraial, a povoação, a vila.’ E conclui: ‘O vaqueiro é, então, em nossa história a vanguarda da civilização. É o batedor dos engenhos. Anuncia-os. Prepara o meio à nova instalação; abre clareiras a fogo; afugenta as feras; bate o índio, e o expulsa; e assegura por toda a parte a tranquilidade indispensável ao labor das sementeiras.’ ¹⁰⁸ (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 596-597.)

107 Digamos início dos anos de 1920.

108 VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. S. n. t., p. 85. A referência atual completa é a seguinte: VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília-DF, Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. 423 p. (Edições do Senado Federal, v. 27.)

Em relação à Paraíba, “Não foi diferente o regime de nossa expansão territorial. (...) O pastoreio foi uma forma de povoamento. Atraídos e fixados os *bandeirantes* pelas condições propícias à indústria do gado, operou-se, mais tarde, a dispersão, à procura de recursos para o sustento das fazendas, no sentido dos brejos. (...) As primeiras fazendas, de três léguas de comprimento e uma de largura, [que era] quanto mediam as sesmarias, fixaram-se às margens dos rios principais. Daí, os nomes de ribeiras do Cariri, Espinharas, Piranhas, Piancó, Rio do Peixe, etc. Ainda hoje, as rezes são marcadas no lado esquerdo com o *ferro da ribeira*. A marca do lado direito indica a propriedade. (...) Os terrenos mais afastados, onde se criavam os *barbatões* à lei da natureza, denominam-se *fundos de pasto*, pouco a pouco, à medida do incremento da criação, formando *logradouros* e, enfim, novas fazendas. Confundem-se os rebanhos na indivisão dos campos abertos. Desse tácito compáscuo originou-se o hábito das *juntas* e *apartações* no fim do inverno, para que cada vaqueiro conduza os bichos de sua *conta* ou administração, que se regula por uma parceria com o lucro da quarta parte da produção. A partilha é feita no dia da *ferra*. As despesas com o tratamento e a criação correm por conta do proprietário.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 597-598.)

Ao lado da pecuária bovina exploravam-se outros rebanhos, como os ovinos, os caprinos, os muares e os equinos. José Américo trata com adequado domínio técnico dessas explorações. Apresenta também informações precisas sobre os processos de produção utilizados, carentes, quase sempre, de tecnologias mais adequadas. No mesmo sentido, apresenta informações sobre as pastagens utilizadas na alimentação dos diferentes rebanhos. Além de gramíneas como o *capim panasco*, o *capim mimoso*, o *capim milhã-branco*, o *vermelho*, o *carrapicho*, o *pé de galinha*, o *hervanço*, o *amargoso*, o *gordura*, o *colônia*, informa que “o gado alimenta-se também de muitas plantas ou ramas, como

mororó, feijão-bravo, umari, cipauba etc.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 599-600.)

José Américo trata também de questões ligadas à indústria pastoril. Afirma que essa indústria, “ainda embrionária, é uma das bases da futura riqueza da Paraíba. (...) Se com essa incipiente organização ela cresce, a reveses, quanto mais quando assimilar os aperfeiçoamentos dos campos modelos. (...) Dir-se-á que basta ficar ao amparo da seca para um maravilhoso desenvolvimento; mas cumpre medrar e melhorar pela pureza e uniformidade dos tipos, para a segurança da concorrência comercial. (...) Para prover às necessidades das raças selecionadas teremos a armazenagem da fartura espontânea dos anos normais. E a irrigação satisfaria todas essas exigências.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 601.)

6.3.3.2 Subzona das Várzeas Sertanejas

Como diria Ariano Suassuna, é *novedosa* a divisão da Zona do Sertão da Paraíba em *Subzona da Caatinga Sertaneja* e *Subzona das Várzeas Sertanejas*, como já mencionado. Mas faz sentido atribuir à primeira a função de *Área Exclusiva de Criação* e à segunda a de *Áreas de Algodão de Fibra Longa*.

Daí ser possível afirmar, como José Américo, que, além “de dadivosa zona criadora o alto sertão¹⁰⁹ é a grande área do algodão de fibra longa. Parte do Picuí, Santa Luzia e São Mamede participam da região que produz a melhor fibra do Brasil. (...) E seguem-se Sousa, São José de Piranhas, Catolé do Rocha, São João do Rio do Peixe etc., grandes centros de produção algodoeira. (...) Cultivam-se também [nas *Várzeas Sertanejas*] o *verdão*, o *quebradinho* e, em menor quantidade,

109 José Américo considera, em alguns momentos, o que estamos aqui denominando de *Subzona da Caatinga Sertaneja* e *Subzona das Várzeas Sertanejas* como Alto Sertão.

o *herbáceo*. (...) A cultura teria um extraordinário valor, se houvesse seleção de sementes para fixação dos caracteres mais adaptáveis a cada zona. (...) O *herbáceo* deveria ser relegado para o litoral e para os brejos. O *verdão* é um bom tipo de fibra média de grande aplicação, porque a fibra longa se destina, especialmente, aos tecidos de luxo. Mas deveriam ser discriminadas as áreas de cultura, plantando-se uma única variedade em cada lavra para evitar cruzamentos e obter maior cotação nos mercados estrangeiros que exigem uniformidade. (...) Com outra orientação do trabalho, para melhor método de cultura e, sobretudo, maiores cuidados na apanha, no beneficiamento e no enfardamento, tendo sempre em vista a limpeza do produto, o sertão da Paraíba tirará incomensurável proveito de suas condições de solo e clima. Possuindo os requisitos do comprimento, da sedosidade, da pureza e, afinal, da uniformidade, essa fibra não temerá concorrência em tempo algum.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 601-602.)

As Várzeas Sertanejas são encontradas em margens de rios e de riachos. Também são assim consideradas as áreas a jusante das barragens dos açudes, beneficiadas pelas águas de revência desses reservatórios. Essas áreas são conhecidas como represas dos açudes. Nelas se cultivam lavouras consideradas nobres nos “sertões profundos”, como a cana de açúcar, utilizadas na produção de mel para fazer rapadura. Na Subzona das Várzeas Sertanejas têm-se cultivado lavouras como o milho, feijão, arroz, vermelho e o maruim, cana de açúcar e mandioca. Ocorrendo chuvas regulares, é surpreendente a fertilidade desses terrenos. “Uma grande riqueza das várzeas sertanejas é a carnaubeira. Planta utilíssima, provê a inúmeras necessidades da população. É o ‘boi vegetal’. (...) O tronco fornece madeira para caibros, ripas, soalhos e currais. A parte que prende o estirpe presta-se ao fabrico de rolhas e boias para pescadores. As folhas são empregadas em coberturas, chapéus, esteiras e abanos. Sua excelente fibra é utilizada na tecelagem de tarrafas e na cordoalha. Com os pecíolos

fabricam-se vassouras, urupemas, cestas e escovas. O palmito serve de alimento do gado e dos famintos em épocas de crise. Prepara-se também uma fécula nutritiva. O fruto maduro constitui boa ração para os rebanhos, seco dá um óleo comestível e torrado substitui o café. As raízes são medicinais. Mas seu principal produto é a cera, como artigo de exportação do Rio do Peixe. É também aproveitada para a fabricação de velas.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 603.)

José Américo aprofunda bem o estudo sobre a Zona do Sertão. Por isso, pode dizer que “o Sertão da Paraíba contém vastas possibilidades. (...) Deprimido pela rotina, depauperado pelas secas, que destroem num ano o esforço de muitos, desamparado de qualquer assistência, até o momento de sua redenção, não deixou, entretanto, de demonstrar, nos períodos de convalescença, o milagre de seus recursos. (...) Essa zona exporta: gado vacum e cavalar, queijo, couros, peles, carne, algodão, cera de carnaúba etc. E muitos municípios suprem os mercados vizinhos de rapadura, farinha e cereais. (...) Diligencie para expor as virtualidades do meio, para deduzir desse estado de abandono os prognósticos de nossa futura grandeza e mostrar como esses elementos mobilizados pela complexa obra do Nordeste vingarão num grande surto de prosperidade. (...) Não prescindir o contingente histórico, como harmônico auxiliar da estatística. E, destarte, junto o movimento evolutivo ao elemento estático, como expressão indiscutível.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 605-607.)

7 CONTRIBUIÇÃO DE JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O açude deve ser feito se for, economicamente, garantida a sua utilidade, quando mais não fosse, como fator de abastecimento, com seca ou sem seca. (...) A água é a chave desse problema crucial. (...) O que se deve fazer é abandonar a

rotina que eterniza sua construção. E o único meio de evitar retardamentos antieconômicos e desmoralizadores é a empreitada. É contratar a construção, mediante concorrência pública, com empresas que, conforme a prova feita na inscrição, se organizarem para esse fim. Ficará, dessa forma, determinado o prazo mínimo do seu término, além da conveniência de ser assegurada a continuidade, de governo a governo, sem paradas desastrosas. (...) O que parece tão simples envolve um interesse capital, porque, como vem revelando a experiência, o que falha não são os planos, mas a execução. (...) E outro ponto fundamental: a água não é para guardar, mas para irrigar. (José Américo de Almeida. **As secas do Nordeste**. Rio de Janeiro-RJ: MVOP, 1953, p. 13-14.)

Como já salientado, *A Paraíba e seus Problemas* é um livro exemplar, segundo a correta percepção de José Honório Rodrigues, notável historiador brasileiro, que fez uma leitura especial para a 3ª Edição do livro. Sua leitura é bem diferente das realizadas alhures, onde essa magna obra de José Américo de Almeida tem sido lida segundo percepções redutoras. Significa dizer: leituras que limitam a importância e abrangência do livro ao território da Paraíba. Internamente, José Américo trata sua Paraíba no contexto do Nordeste e do Brasil. Mas procura soluções para muitos dos problemas da Paraíba e do Nordeste – como os da semiaridez, escassez de recursos hídricos, secas e irrigação – em países como Índia, Ceilão, Turquestão, Estados Unidos e México. E as pesquisas e conclusões extraídas sobre esses assuntos, além de bem trabalhadas têm sentido histórico e empírico indubitáveis.

José Américo de Almeida pode ser considerado um pioneiro do desenvolvimento, da Paraíba e do Nordeste. Icônico escritor desse Estado, emprestou grande contribuição às atividades de

estudo, planejamento e execução de obras para o desenvolvimento da Paraíba. Essa notável contribuição foi muito pouco reconhecida, além de não referida pelos que cuidaram desses afazeres nos anos pós-1950. Mas quem se der ao trabalho de ler e estudar o livro *A Paraíba e seus Problemas*, com a atenção e os cuidados devidos, irá verificar quão adequados são os ensinamentos nele contidos a respeito do desenvolvimento em bases regionais. Os ensinamentos ali contidos são apresentados de forma correta, tanto em termos teóricos como empíricos. Quem se dispuser também a ler seu trabalho **As Secas do Nordeste**, Exposição apresentada na Câmara dos Deputados, em 10/11/1953, verificará com que propriedade o tema foi concebido e escrito. E como foi por ele posto em prática, na condição de Ministro de Viação e Obras Públicas e Governador do seu Estado. José Américo foi mesmo um escritor e político competente e trabalhador.

A Paraíba e seus Problemas introduz e discute questões importantes sobre mudanças nos processos de gestão pública. Essas questões estão contidas nos capítulos XII a XIV. Mas constam também do seu Prefácio à 1ª Edição do Livro publicado em 1923. O Posfácio de Tarcísio Buriti à 3ª Edição do Livro reforçam as construções próprias de quem concebe e executa atividades próprias do planejamento e do desenvolvimento em bases regionais. O capítulo XIII é chave neste sentido.

Suas iniciativas como Ministro do Ministério de Viação e Obras Públicas-MVOP, assim como as realizadas por alguns dos seus órgãos vinculados, como a IOCS e IFOCS, correspondem a ações específicas, de corte sub-regional, bem à imagem e semelhança das que viriam a ser postas em prática meio século depois. Houve semelhanças e diferenças? Sim, houve diferenças, e são estas que importam. Diferenças no sentido de que as implementadas um quarto de século

depois foram pautadas por estratégias de desenvolvimento de médio e longo prazo.

Os elementos da regionalização suscitada por José Américo a respeito do desenvolvimento da Paraíba e do Nordeste – apresentada no Item 6 anterior – constitui uma espécie de marco zero sobre o planejamento territorial, conceitualmente avançado, ainda que ele não tenha adentrado, de forma específica, esse instrumento fundamental para o planejamento do desenvolvimento. Suas Regiões ou Zonas, Subzonas e Áreas, como constam do Item 6 anterior, contemplam espaços e/ou territórios, no interior dos quais são identificados e trabalhados setores e subsetores específicos de cada Região ou Zona e Áreas. Neste sentido, ele conseguiu estabelecer espaços com problemas solucionáveis com mais ou menos esforço. Pôde ainda construir visões de futuro, sem falar de cenários, categoria analítica ainda não concebida à época da construção e publicação de *A Paraíba e seus Problemas*. Mesmo assim, ele engendrou outras formas de pensar o futuro, combinando sua competência com a arte de captar necessidades e demandas mais urgentes, de acordo com os diferentes territórios da Paraíba. Em certo sentido, José Américo de Almeida antecipa a construção de estratégias de desenvolvimento, pautadas pela definição de setores e subsetores a serem trabalhados prioritariamente no interior de espaços selecionados, como faria 35 anos depois o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste-GTDN, indicando os caminhos a serem trilhados pela Sudene.

A contribuição do livro *A Paraíba e seus Problemas* para o desenvolvimento regional é relevante. Nele, José Américo de Almeida trata do bom uso da história e das evidências empíricas. Como já assinalado, o livro contempla o estudo de questões relacionadas às instituições responsáveis pela promoção do desenvolvimento regional, ainda que na época de sua publicação houvesse apenas uma

instituição atuando neste sentido: a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas-IFOCS.

Solón de Lucena, Presidente da Província da Paraíba, em Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, em 1º de setembro de 1922, fez um destaque sobre as medidas de combate às secas, aproximando-as de iniciativas tratadas segundo a lógica do planejamento regional. José Américo cita um texto daquela Mensagem, que não deixa margem a dúvidas, neste sentido: “O combate às secas do Nordeste passou do domínio dos expedientes de ocasião ao do esforço persistente e cientificamente sistematizado que lhe deu feição própria e o elevou à altura de problema nacional, integrando, social e economicamente, no Brasil progressista dos Estados meridionais o Brasil flagelado e retardatário das regiões nordestinas.” (ALMEIDA, op. cit., 1980, p. 654.)

A contribuição de José Américo de Almeida para o desenvolvimento regional foi muito bem destacada por Tarcísio Burity, em 1980, a propósito da 3ª Edição de *A Paraíba e seus Problemas*. Comentou o livro, na condição de Governador de Paraíba, tendo o livro sido publicado pela Secretaria da Educação e Cultura do Estado, da qual também foi titular. O então governador escreveu um Posfácio especial sob o título: “Matriz e antecipações sociológicas em *A Paraíba e seus Problemas*”, para a referida 3ª Edição. Neste sentido, ele diz:

Hoje, [10/01/1980] quando anunciamos, o que todo mundo aceita, que o problema do Nordeste faz-se, presentemente, mais *um problema político* do que uma questão de subdesenvolvimento econômico, de seca, ou, ainda, de pretensa incapacidade do homem nordestino, nós não estamos senão repetindo José Américo que também imaginava a necessidade de mudança dos mecanismos de política econômica, financeira e fiscal exigidos pelo país, como necessário se faz, no bom

sentido, uma maior agressividade dos homens que são responsáveis pelo desenvolvimento do Nordeste, junto ao poder central, para mudança dos diversos mecanismos da *política* existente. (BURITY, 1980: 720).

O que se diz aqui, de forma abreviada, sobre a temática do desenvolvimento regional, pode ser aquilatado em obras seminais como as seguintes:

- Relatórios dos Encontros dos Bispos do Nordeste, realizados em 1956 e 1959 (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1960); Relatório do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste-GTDN, escrito sob a responsabilidade de Celso Furtado (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1959);
- Relatório Planejamento do Combate às Secas, preparado sob a responsabilidade de Rômulo Barreto Almeida (1953);
- Estudo do Padre Lebrecht (1954); e
- Os livros de Stefan Robock, preparados por conta de missão técnica por ele prestada ao Banco do Nordeste do Brasil (1964, 1959).

REFERÊNCIAS

ALBANO, Ildefonso. **O secular problema do Nordeste.** (Discurso pronunciado na Câmara dos deputados em 15 de outubro de 1917.) Organização: Moysés Rodrigues Pereira. - Fortaleza-CE: Expressão Gráfica Editora, 2019. 264 p.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes.** 2ª ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo-SP: Cortez, 2001. 340 p.

ALMEIDA, José Américo de. **A bagaceira**. 9ª ed. Revista. Rio de Janeiro-RJ: Livraria José Olympio Editora, 1967. 155 p. (A 1ª edição é de 1928.)

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus Problemas**. 3ª edição, revista. João Pessoa-PB: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1980. 730 p. il.

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus Problemas**. 4ª edição, revista / José Américo de Almeida; com estudo de Manuel Correia de Andrade. – Brasília-DF: Senado Federal, Conselho Editorial, 2012. 612 p.: il. (Edições do Senado Federal; v. 172.)

ALMEIDA, José Américo de. **As secas do Nordeste**. [Rio de Janeiro-RJ]: Ministério da Viação e Obras Públicas. Serviço de Documentação. (Exposição lida na Câmara dos Deputados, em 10/11/1953 – Debates e Repercussão.) 110 p.

ALMEIDA, José Américo de. **Eu e eles**. Rio de Janeiro-RJ: Editora Nosso Tempo, 1970. 253 p. (Coleção Documentos, 3.)

ALMEIDA, José Américo de. **Fotos de José Américo de Almeida**. https://pt.wikipedia.org/wiki/José_Américo_de_Almeida. Acesso 22/03/2023.)

ALMEIDA, José Américo de. **Reflexões de uma cabra**. Rio de Janeiro-RJ: INL, Editora Leitura, 1971. 152 p. (Sua 1ª edição é de 1922.)

ALMEIDA, Rômulo B. Coord. **Planejamento do combate às secas**. Rio de Janeiro, Banco do Nordeste do Brasil/Comissão Incorporadora, 1953. (Publicação nº 4.) Mimeog. 69 p.

ALVES, Joaquim. **História das secas**. Fortaleza, A. Batista Fontenele, 1958. 246 p. (Coleção Instituto do Ceará. Monografia, 23.) (Séculos XVI a XIX.)

ASSIS, Guaracy Medeiros de. **A Paraíba pequenina e doida: José Américo e a Revolução de 30**. Recife-PE: UFPE. Centro

de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em História. Mestrado em História, 2005. 196 p. Xerox.

AYRES, Maria Teresa. “José Américo: Um jovem de 90 anos”. *O Povo*, Fortaleza-CE, 08 fev., 2002. Cf. <https://www2.opovo.com.br/app/acervo/entrevistas/2012/09/21/noticiasentrevistas,2922002/jose-americo-um-jovem-de-90-anos.shtml> (Acesso 08/05/2023.)

BARROSO, Gustavo. **Heróis e bandidos;** os cangaceiros do Nordeste. Rio de Janeiro-RJ: Editora ABC, 2012. 197 p.

BERRÊDO, Vinicius Cesar Silva de. **Obras contra as secas.** S. n. t.

BRAGA, Cincinato. **Magno problemas econômicos de São Paulo.** São Paulo-SP: Livraria Zenith, 1924. 344 p.

BRAGA, Renato. **História da Comissão Científica de Exploração.** Fortaleza-CE: Imprensa Universitária do Ceará, 1962. 484 p.

BRITO, Flávio Ramalho de. **O livro A Paraíba e seus problemas e a sua primeira análise crítica.** Cf. <https://dobrasilreal.wordpress.com/2021/07/06/o-livro-a-paraiba-e-seus-problemas-e-a-sua-primeira-analise-critica/> 05 de julho de 2021. Acesso em 17/03/2023. In: *Jornal A União* (Órgão do Partido Republicano da Paraíba do Norte), Ano XXIII, nº 15, João Pessoa-PB, 19 jan. 1924, p. 1. Cf. (<http://volumes/dados/desktop/jos%C3%A9%20Am%C3%A9rico%20e%20os%20Sert%C3%B5es%20da%20Para%C3%ADba/O%20livro%20A%20Para%C3%ADba%20e%20seus%20Problemas%20e%20a%20sua%20primeira%20an%C3%A1lise%20cr%C3%ADtica>.webarchive Acesso em 17/03/2023.)

BURITY, Tarcísio. “Matriz e antecipações sociológicas em *A Paraíba e seus Problemas*”. In: ALMEIDA, 1980, op. cit., p. 715.

CALDAS, Diógenes. “A Paraíba por dentro.” In: **Paraíba Agrícola**, n. 12.

CAMARGO, Aspásia. **O Nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida** / Aspásia Camargo e Eduardo Raposo. Rio de Janeiro-RJ: Nova Fronteira, 1984. (Coleção Brasil Século 20.) 579 p.

CARNEIRO, Joaquim Osterne. **José Américo no contexto da problemática da região semiárida do nordeste brasileiro.** João Pessoa-PB: Fundação Casa de José Américo, 2004, 20 p.

CARVALHO, Otamar de & QUINTANS, Lucindo. **Programa de valorização agroindustrial do vale do Piranhas;** agropolo do Piranhas. Brasília-DF: SEPLAN-PB & IICA, 1996. (Documento produzido para o governo da Paraíba e IICA.) 171 p. Xerox.

CARVALHO, Otamar de et alii. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste Semiárido-PDSA.** (Documento produzido no âmbito do Ministério da Integração Nacional. Concebeu os Termos de Referência, preparou o Plano de Trabalho e atuou como redator principal do documento e como coordenador da equipe de consultores contratada pelo IICA. (Otamar de Carvalho, Claudio A. G. Egler, Margarida C. L. Mattos e Mauro Márcio Oliveira). (Novembro, 2005); publicado em janeiro de 2006. 137 p.

CARVALHO, Otamar de et alii. **Plano integrado para o combate preventivo aos efeitos das secas no Nordeste.** Brasília-DF: Ministério do Interior-MINTER, 1973. 267 p.

CARVALHO, Otamar de. “As Secas e seus Impactos”. Capítulo 2 do livro **A Questão da Água no Nordeste/** Centro de Gestão de Estudos Estratégicos. Agência Nacional de Águas. – Brasília, DF: CGEE, 2012: 45-100. (ISBN 978-85-60755-45-5.) 432 p.

CARVALHO, Otamar de. “Autoria e Compromisso Social em Gilberto Freyre”. **Caderno de Estudos Sociais.** Recife-PE: Fundação Joaquim Nabuco, vol. 16, nº 2, jul./dez., 2000, p. 197-248. (Número Especial – Gilberto Freyre.).

CARVALHO, Otamar de. **A economia política do Nordeste;** secas, irrigação e desenvolvimento. Rio de Janeiro-RJ: Campus; Brasília-DF: ABID-Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem, 1988. 506 p.

CARVALHO, Otamar de. **Avaliação dos programas de desenvolvimento regional do Nordeste do Brasil.** Brasília-DF: SEPLAN-PR

& IICA, set., 1994. (Texto produzido para a SEPLAN-PR e IICA, no âmbito dos trabalhos do Projeto Áridas.)

CARVALHO, Otamar de. **Desenvolvimento em bases regionais (experiências com políticas públicas)**. Campina Grande-PB, EDUEPB, 2021. 641 p.

CASTRO, Josué de. “Prefácio da segunda Edição.” *In: A Paraíba e seus problemas*. Rio de Janeiro-RJ: J. Olympio, 1937.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões: (campanha de Canudos)**. 25ª Edição. Rio de Janeiro-RJ:, Livraria Francisco Alves, 1957. 553 p.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões: (campanha de Canudos)**. Edição, prefácio, cronologia, notas e índices Leopoldo M. Bernucci. – 2ª Edição. São Paulo-SP: Ateliê Editorial, Imprensa Oficial do Estado, Arquivo do Estado, 2001. 901 p. il.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. São Paulo-SP: Martin Claret, 2016. - (Edição especial). 656 p. il.

CUNHA, Euclides. **Contrastes e confrontos**. *In: Euclides da Cunha, Obra Completa, Volume 1, 123-245, p. 153*. Rio de Janeiro-RJ: Editora Nova Aguilar, 1995. 899 p.

DUQUE, J. Guimarães. **O Nordeste e as lavouras xerófilas**. Fortaleza-CE: BNB, 1964. 261 p.

DUQUE, J. Guimarães. **Solo e água no polígono das secas**. 2ª ed. Fortaleza-CE: DNOCS, 1951. 220 p.

DUQUE, J. Guimarães. **Solo e água no polígono das secas**. 6ª ed. Fortaleza-CE: Banco do Nordeste do Brasil, 2004. 334 p.

DUQUE, J. Guimarães. **Solo e água no polígono das secas**. 6ª ed. Fortaleza-CE: Banco do Nordeste do Brasil, 2004. 334 p.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. Apresentação de Manoel Correia de Andrade; bibliografia de Edson Nery da Fonseca; notas bibliográficas revistas, bibliografia e índices elaborados

por Gustavo Henrique Tuna. – 7ª ed. rev. São Paulo-SP: Global, 2004. 255 p.

FURTADO, Celso. “A Fantasia Desfeita”. In: **Obra Autobiográfica de Celso Furtado**. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 1997. 3 v. (1.070 p.) [Conteúdo: vol. I. *Contos da vida expedicionária, A fantasia organizada*; vol. II. *Aventuras de um economista brasileiro; A fantasia desfeita*; vol. III. *Entre inconformismo e reformismo; Os ares do mundo*. Rio de Janeiro-RJ: Editora Paz e Terra S. A., 1997.]

GUERRA, Paulo de Brito. **A civilização da seca**. Fortaleza-CE: DNOCS, 1981. 324 p.

GUERRA, Paulo de Brito. **O Instituto Agrônomo José Augusto Trindade**. Fortaleza-CE: DNOCS, 1984.

GUERRA, Philippe & GUERRA, Théóphilo. **Seccas contra secca**; Rio Grande do Norte; Seccas e invernos; açudagem, irrigação, vida, costumes sertanejos. 3ª ed. Mossoró, Escola Superior de Agricultura/Fundação Guimarães Duque/CNPq, 1980. 316p. (Coleção Mossoroense, 29.)

HAYNES, James L. **Uso agrícola dos Tabuleiros Costeiros do Nordeste do Brasil: um exame de pesquisas**. Recife-PE, Sudene, Departamento de Agricultura e Abastecimento-DAA, dez., 1970. 151 p. Mimeogr.

HULL, Francis R. “A frequência das secas no Estado do Ceará e sua relação com a frequência dos anos de manchas solares mínimas.” **Boletim da Secretaria de Agricultura e Obras Públicas**. Fortaleza-CE: (4):58-63, jun. 1953.

IHERING, Rodolpho von & BONANÇA, Dora von Ihering. **Ciência e belezas nos sertões do Nordeste**. Fortaleza, DNOCS, 1983.

JOFFILY, Irineu. **Notas sobre a Paraíba**. Rio de Janeiro-RJ: Typographia do “Jornal do Commercio” e de Rodrigues & C., 1892.

LEBRET, Louis Joseph. **Estudo sobre o desenvolvimento e implantação de indústrias, interessando a Pernambuco e ao Nordeste.** 1ª ed., rev. Recife, Condepe, 1954. 123 p.

LUETZELBURG, Philipp von. **Estudo botânico do Nordeste.** Rio de Janeiro-RJ: IOCS, 1922. 3 vol. (Publicação nº 57, Série I, A.)

MATALLO Jr., Heitor. Coord. **Recursos naturais e meio ambiente;** relatório consolidado. Brasília-DF: SEPLAN-PR/IICA, 1994. (Estudo realizado no âmbito do Grupo de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Projeto ÁRIDAS-Nordeste.) 153 p. Xerox.

MENEZES, Djacir. **O outro Nordeste.** Fortaleza-CE: Expressão Gráfica e Editora, 2018. 364 p. (Ensaio sobre a evolução Social e Política do Nordeste da “Civilização do Couro” e suas implicações históricas nos problemas gerais.) 3ª edição, comemorativa dos 80 anos da 1ª edição, publicada pela Livraria José Olympio Editora, em 1937, refundida, definitiva e aumentada de um longo capítulo final e anexos pertinentes.)

PAIVA, Melquíades Pinto. **Os naturalistas e o Ceará.** Fortaleza-CE: Instituto do Ceará, 2022. 354 p.

PEREIRA, Ailton Vitor, PEREIRA, Elaine Botelho Carvalho, SILVA-JÚNIOR, Josué Francisco da & SILVA, Dijalma Barbosa da. **Mangaba (*Hancornia speciosa*).** In: “Plantas para o futuro-Região Centro-Oeste”. Brasília-DF: Embrapa, s. d. (Capítulo 5, Alimentícias.) 10 p.

PEREIRA, Joacil de Britto. **José Américo de Almeida: a saga de uma vida/** Joacil de Britto Pereira. – Brasília: Instituto Nacional do Livro; Senado Federal, 1987. 682 p. Il.

PESSOA, Epitácio. **Pela verdade.** Rio de Janeiro-RJ, Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional do Livro-INL, Ed. Revista e Organizada pelo INL: 1957. 2 Vols. Volume XXI (Tomo I), 586 p., e Volume XXII (Tomo II), 412 p.

PINTO, Otávio Sitônio. **Dom Sertão, Dona Seca: Ensaio**. 2ª ed. João Pessoa-PB: Patmos Editora, 2016. 482 p.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste-GTDN. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Rio de Janeiro: Departamento da Imprensa Nacional, 1959. 92 p.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **I encontro dos bispos do Nordeste**; Campina Grande – maio de 1956. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação da Presidência da República, 1960. 276 p.; e PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **II encontro dos bispos do Nordeste**; Natal – maio de 1959. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação da Presidência da República, 1960. 124 p.

QUEIROZ, Rachel. **O quinze**. Prefácio de Adonias Filho, ilustrações de Poty. 24ª ed. Rio de Janeiro-RJ: J. Olympio, 1978. 112 p. il.

REISNER, Marc. **Cadillac desert**; the american west and its disappearing water. New York, Penguin Books, 1993. 582 p.

ROHAN, Henrique de Beaufort. **Considerações acerca dos melhoramentos de que, em relação às seccas, são suscetíveis algumas das províncias do norte do Brazil**. (Pelo Marechal de Campo Henrique de Beaufort Rohan.) Rio de Janeiro-RJ: Typografia do Globo, 1877. 23 p.

ROBOCK, Stefan H. **Desenvolvimento econômico regional: o Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro-RJ: Editora Fundo de Cultura, nov., 1964. 217 p.

ROBOCK, Stefan H. **O desenvolvimento econômico do Nordeste do Brasil**. Fortaleza-CE: Banco do Nordeste do Brasil S. A. Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste-ETENE, 1959.

RODRIGUES, José Honório. “A Paraíba e seus problemas: um livro exemplar.” *In*: ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 3ª edição, revista. João Pessoa-PB: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1980. 730 p. il.

ROHAN, Beaurepaire. **Considerações acerca dos melhoramentos de que, em relação às secas, são suscetíveis algumas das províncias do norte.** S. n. t.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas.** 19ª ed. Rio de Janeiro-RJ: Nova Fronteira, 2001. 624 p.

SALVADOR, Vicente. **História do Brasil.** S. n. t.

SANTOS, José Américo dos. **Seca no norte do Brasil.** S. l., março de 1878, p.32-35.

SANTOS, Rinaldo. **A revolução nordestina-1: a epopeia das secas.** Recife: Tropical, 1984. 350 p.

SILVA, Bárbara Bezerra Siqueira. **O poder político de José Américo de Almeida: a construção do americanismo (1928-1935).** João Pessoa-PB: Universidade Federal da Paraíba-UFPB, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em História, 2015. 158 p. Il. (Dissertação de Mestrado.)

SILVA, José Borzacchiello da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; ZANELLA, Maria Elisa; MEIRELES, Antônio Jeovah de Andrade. (Orgs.) **Litoral e sertão: natureza e sociedade no Nordeste brasileiro.** Fortaleza-CE: Expressão Gráfica, 2006. 446 p. il. (Coleção Estudos Geográficos, 1.)

SOPER, Ralph H. **The geology of Parahyba and Rio Grande do Norte, Brazil.** Phyladelphia, USA, The American Philosophical Society, 1916. 28 p.

SOUSA BRASIL SOBRINHO, Thomas Pompeu. **História das secas (Século XX).** Fortaleza-CE: A. Batista Fontenele, 1958. 542 p. (Instituto do Ceará. Monografia, 23.)

SOUSA BRASIL, Thomas Pompeu de. **Memória sobre o clima e as secas do Ceará.** [Fortaleza-CE:], 1877.

SOUSA BRASIL, Thomas Pompeu de. **O Ceará no centenário da independência do Brasil.** Fortaleza-CE: S. e. [Typo-Lithografia a Vapor], 1926. Vol. II. 742 + VI p.

SOUSA BRASIL, Thomas Pompeu de. **O Ceará no centenário da independência do Brasil.** Fortaleza-CE: S. e. [Typo-Lithografia a Vapor], 1922. Vol. I. 562 + VI p.

SOUSA BRASIL, Thomaz Pompeu de. **O Ceará no começo do século XX.** Fortaleza-CE: S. e., (Typo-Lithographia a Vapor), 1909. 779 + XLI p.

SOUSA, Itamar de & MEDEIROS FILHO, João. **Os Degredados Filhos da Seca.** Petrópolis-RJ: Vozes, 1983. 114 p.

SUASSUNA, Ariano. **Romance D'A pedra do reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta.** Rio de Janeiro-RJ: José Olympio, 1971. 635 p.

TAVARES, João de Lyra. **Apontamentos para a história territorial da Parahyba.** Mossoró-RN: Fundação Guimarães Duque, 1982/1989. 2v.

THEÓPHILO, Rodolpho. **História da seca do Ceará-1877-1880.** Rio de Janeiro,-RJ: Imprensa Inglesa, 1922, p. 256 e 360.

THEOPHILO, Rodolpho. **Seccas do Ceará: segunda metade do século XIX.** Fortaleza-CE: L. C. Cholowiecki, 1901. 283 p.

VIANNA, Oliveira. **Populações meridionais do Brasil.** Brasília-DF, Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. 423 p. (Edições do Senado Federal, v. 27.)

WANDERLEY, Vernaide & MENEZES, Eugênia. **Viagem ao sertão brasileiro;** leitura geo-socioantropológica de Ariano Suassuna, Euclides da Cunha, Guimarães Rosa. – Recife-PE: CEPE / FUNDARPE, 1997. xvi, 205 p. il.

APÊNDICE

LINHA DO TEMPO: VIDA E OBRA DE JOSÉ AMÉRICO

1887 – 10 de janeiro, no Engenho Olho D'água, no Município de Areia, Província da Paraíba, nasce José Américo de Almeida, filho de Ignácio Augusto de Almeida e Josepha Leopoldina de Almeida.

1896 – Na propriedade da família, aprende as primeiras letras com a professora Júlia Verônica dos Santos Leal.

1898 – Com a morte do pai, aos 11 anos, em companhia do vigário Odilon Benvindo, seu tio paterno, vai para Areia, onde continua seus estudos.

1901 – Aos 14 anos, é levado pelo tio para o Seminário da Paraíba, onde permanece três anos.

1904 – Deixa o Seminário e faz os exames de madureza no Lyceu Paraibano. No mesmo ano, matricula-se na Faculdade de Direito do Recife.

1907 – A vocação literária s revela quando, com Simão Patrício e Eduardo Medeiros, edita em Areia o Jornal *Correio da Serra*. Torna-se redator do jornal *A União*, diário da capital, em que publica sonetos e crônicas.

1908 – Aos 21 anos, conclui o curso de Direito na capital pernambucana. Regressa à Paraíba e já atraído pela política apoia o partido chefiado pelo senador Gama e Melo, de oposição ao então Presidente do Estado, Monsenhor Walfredo Leal, seu tio materno

1909 – Nomeado Promotor Público da Comarca de Sousa no alto sertão da Paraíba, permanece no cargo por um ano.

1910 – Exerce a advocacia em Guarabira-PB.

1911 – Começa a exercer o cargo de Procurador Geral do Estado (portaria de 5 de novembro de 1912, com data retroativa de 13 de fevereiro de 1911; nova portaria em 08 de outubro de 1913, com mandato de nove anos; em 24 de outubro de 1922, portaria para novo mandato).

1912 – 15 de outubro, aos 25 anos, casa-se com Anna Alice de Azevedo Mello; - Lança a plaquete do seu discurso **Sobre o Divórcio**.

1914 – 11 de maio, nasce seu filho Reynaldo.

1915 – 18 de agosto, nasce sua filha Selda.

1916 – Junto ao grupo de políticos walfredistas, se torna redator do jornal *Diário do Estado*.

1919 – 23 de agosto, nasce José Américo Filho. – Atuou como relator do Memorial elaborado pelo Comitê de Propaganda Areiense, que propôs a construção da estrada de ferro Central da Paraíba, de Alagoa Grande até Cajazeiras, entregue a Associação Comercial da Paraíba e ao presidente da República, Epitácio Pessoa.

1920 – Torna-se redator do jornal *O Norte*, na capital paraibana.

1921 – Junto a outros intelectuais do estado, funda a revista *Era Nova*, em que escreve regularmente a crônica de abertura por dois anos. – Lança a plaquete do seu discurso **Poetas da Abolição**, Paraíba, Imprensa Oficial.

1922 – – 24 de outubro, portaria para novo mandato de Procurador do Estado; – Publica sua primeira obra literária: **Reflexões de uma cabra**, na revista *A Novela*, em que faz de maneira satírica “uma análise da psicologia no nordestino que foge do seu *habitat*”.

1923 – Publica **A Paraíba e seus problemas**, ensaio que reflete estudos de Economia, Geografia Humana, História e Sociologia (Paraíba, Imprensa Oficial).

1924 – 10 de maio, nomeado Consultor Jurídico do Estado, continua exercendo a advocacia, conquistando clientela na Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo.

1928 – Nomeado Secretário Geral do Estado da Paraíba, em seguida Secretário do Interior e Justiça; - Publica o romance **A Bagaceira**, considerado um marco na literatura brasileira, que lhe confere projeção nacional como escritor. Essa obra encontra-se na 32ª edição em língua portuguesa e tem quatro edições em língua estrangeira: espanhol, inglês e esperanto, além de versão em francês (inédita), pela Fundação Casa de José Américo e Edição Crítica publicada em 1989.

1930 – Eleito Deputado Federal, seu mandato é depurado como toda bancada da Aliança Liberal, numa reação do Governo Federal; - Volta à Paraíba quando é nomeado Secretário de Segurança Pública pelo Presidente João Pessoa; - Acompanha os embates da Revolta de Princesa, *in loco*; - Assume a chefia da Revolução no Norte e Nordeste; - Proclamado Interventor do Estado e Chefe do Governo Central do Norte até a posse de Getúlio Vargas; - Nomeado Ministro da Viação e Obras Públicas, no Governo Provisório.

1932 – Tem grande atuação no combate às secas do Nordeste; - Sofre acidente aéreo, ficando 2 meses hospitalizado em Salvador-BA, com falecimento do Interventor do Estado, Antenor Navarro.

1933 – Publica o relatório **O Ministério da Viação no Governo Provisório** – Relatório (Rio de Janeiro, Imprensa Oficial).

1934 – Mentor da criação da Escola de Agronomia da Paraíba, Decreto Estadual Nº 478, de 12 de janeiro de 1934, em regime de acordo entre os Governos Estadual e Federal; - Deixa o Ministério da Viação e Obras Públicas; - 12 de julho nomeado Embaixador junto ao Vaticano, porém, renuncia ao cargo; - Publica **O Ciclo Revolucionário do Ministério da Viação** – Relatório (Rio de Janeiro, Imprensa Oficial).

1935 – Eleito Senador pela Paraíba, renuncia três meses depois de assumir o cargo; - Publica duas outras novelas: **O Boqueirão e Coiteiros**, nas quais trata de dois grandes problemas do Nordeste: as secas e o

cangaço; - 31 de julho, nomeado Ministro do Tribunal de Contas da União, cargo vitalício.

1937 – É candidato à Presidência da República, oportunidade em que pronuncia discursos notáveis. Com o Golpe de Estado e a instauração do Estado Novo por Getúlio Vargas (10 de novembro), retorna às funções no Tribunal de Contas da União.

1945 – 22 de fevereiro, concede entrevista “Rompendo a censura da imprensa” para o *Correio da Manhã* ao jornalista Carlos Lacerda; – Participa da fundação da União Democrática Nacional (UDN), torna-se vice-presidente do partido; – Percorre o Brasil em campanha do brigadeiro Eduardo Gomes para a presidência da República. Os seus discursos são publicados no livro **1945**.

1946 – Candidato a Vice-Presidente da República por eleição indireta, não foi eleito.

1947 – 19 de janeiro, novamente eleito Senador pela Paraíba, sendo escolhido para Presidente da União Democrática Nacional – UDN.

1948 – em maio, desliga-se do Partido União Democrática Nacional – UDN.

1950 – Cria o Partido Libertador (PL) na Paraíba; - 03 de outubro, eleito Governador do Estado da Paraíba, pela Coligação Democrática Paraibana (PSD, PL, PTB, PDC, PRP e dissidentes da UDN).

1951 – 31 de janeiro, posse como Governador do Estado da Paraíba; - 11 de dezembro, aposentadoria como Ministro do Tribunal de Contas da União.

1952 – 06 de outubro, cria a Escola Politécnica da Paraíba, em Campina Grande.

1953 – Assume, novamente, o Ministério de Viação e Obras Públicas, licenciando-se do cargo de Governador do Estado; - Publica as **Secas do Nordeste** (exposição e debates na Câmara Federal).

1954 – No mês de setembro retorna ao cargo de Governador do Estado da Paraíba; - Publica **Ocasos de Sangue** – crônicas de estilo memorialista, em que narra às mortes trágicas de João Pessoa, Afrânio de Melo Franco e Getúlio Vargas.

1955 – 02 de dezembro, funda a Universidade da Paraíba.

1956 – janeiro, termina o mandato de Governador do Estado; - 28 de novembro, é nomeado Reitor da Universidade da Paraíba

1957 – abril, deixa o cargo de reitor da Universidade da Paraíba; - Publica na Revista O CRUZEIRO a série de crônicas: Sem me rir, sem chorar, junho a janeiro de 1958. São vinte e cinco textos de tom memorialista em que conta episódios do homem público e do escritor, que resultou em livro póstumo publicado em 1984, pela FCJA.

1958 – Candidato ao Senado pela Paraíba. Perde a eleição para Ruy Carneiro e afasta-se da vida pública; - Torna-se conhecido *o Solitário de Tambaú*.

1962 – 05 de outubro, comemora Bodas de Ouro de Matrimônio; - 30 de novembro, falece sua esposa, Anna Alice de Mello Almeida, no Rio de Janeiro.

1964 – Publica **Discursos de seu tempo**; discursos de caráter não político, pronunciados em várias ocasiões de 1928 a 1964.

1965 – Publica **A Palavra e o tempo**, discursos que refletem etapas na vida política de 1930 a 1951; - Em 22 de junho toma posse na cadeira nº 35, consagrada ao poeta Raul Machado, na Academia Paraibana de Letras.

1967 – É eleito na Academia Brasileira de Letras para a cadeira nº 38, que tem como patrono Tobias Barreto; - Escreveu **Ad Immortalitatem**, discurso que pronuncia por ocasião da posse na Academia Brasileira de Letras.

1968 – Publica **O Ano do Nego**, memórias; - Escreve **Graça Aranha, o doutrinador** – ensaio.

1970 – Publica **Eu e Eles**, memórias.

1975 – Publica **Quarto Minguante**, seu único livro de poesias. Em plena maturidade José Américo revela-se poeta, e através da linguagem simbólica narra experiências de sua vida singular.

1976 – Publica **Antes que eu me esqueça**, memórias; - Recebe o título de intelectual do ano pela União Brasileira de Escritores – Troféu “Juca Pato” da Folha de São Paulo.

1980 – 10 de março, com noventa e três anos, falece na sua residência, em João Pessoa, sendo sepultado com honras de Ministro de Estado; - Em 10 de dezembro, é criada a Fundação Casa de José Américo pelo então Governador Tarcísio de Miranda Burity, através da Lei nº 4.195.

1982 – 25 de novembro, seus restos mortais, juntamente com os de sua esposa, foram translados para um mausoléu em construção no pomar de sua antiga residência, hoje Fundação Casa de José Américo.

1983 – 20 de janeiro, inauguração do mausoléu, pelo Presidente da República João Figueiredo.

Fontes:

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de; SANTOS, Neide Medeiros; ANDRADE, Ana Isabel de Souza Leão. **José Américo**: uma fotobiografia. João Pessoa: Ideia, 2014.

BARBOSA, Jivago Correia. **A integração dos “Brasis”**: José Américo de Almeida e o Ministério da Viação e Obras Públicas durante o Governo Provisório (1930-1934)’. João Pessoa: Editora do CCTA, 2024.

BARBOSA, Jivago Correia. **Política e Assistencialismo na Paraíba**: o governo de José Américo de Almeida (1951-1956). Universidade Federal da Paraíba. Mestrado em História. 2011.

BURITY, Luiz Mário Dantas. **José Américo de Almeida, da infância no Engenho Olho d’Água à campanha presidencial de 1937**. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Doutorado em História. 2021.

FCJA. “**Exposição da obra de José Américo** comemorativa do centenário do nascimento do escritor: 1887-1987”. João Pessoa: FCJA, 1987.

LEITE, Norma Lins. **Bibliografia comentada de José Américo de Almeida**. João Pessoa: UFPB/FCJA, 1998.

PEREIRA, Joacil de Brito. **José Américo de Almeida: saga de uma vida**. 2 ed. João Pessoa: Ideia, 2010.

O que faz uma obra perdurar durante tanto tempo? A resposta de maior amplitude nos parece ser o fato de que os problemas lá do passado dos inícios do século XX, analisados por José Américo naquele que, então, era seu presente histórico, ainda hoje continuam presentes. As secas, o subdesenvolvimento... é que perduram, e aí se compreende que a interpretação do autor, de 100 anos atrás, continua válida em seus contornos gerais, ainda que não nos específicos. Os mesmos problemas perduram, lamentavelmente, na sociedade brasileira e nordestina, apesar do decurso histórico.



FUNDAÇÃO CASA DE
JOSÉ AMÉRICO

ISBN 978-65-5221-010-4



9 786552 210104

 eduepb


EDITORA
A UNIÃO